

VICTOR GUSTAVO DE SOUZA

**BRASIL, O PAÍS DAS MARAVILHAS TROPICAL:
Guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres europeus no
último quartel do Oitocentos (1875-1897)**

ASSIS

2021

VICTOR GUSTAVO DE SOUZA

**BRASIL, O PAÍS DAS MARAVILHAS TROPICAL:
Guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres europeus no
último quartel do Oitocentos (1875-1897)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Paulo Cesar Gonçalves.
Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).
Código de Financiamento 001.

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S729b Souza, Victor Gustavo de
Brasil, o país das maravilhas tropical: guias para
emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres
europeus no último quartel do Oitocentos (1875-1897) /
Victor Gustavo de Souza. Assis, 2021.
291 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Paulo Cesar Gonçalves

1. Imigrantes - Manuais, guias, etc. 2. Migração -
Propaganda. 3. Migração - Política governamental. 4. Brasil
- História - 1875-1897. I. Título.

CDD 981.04

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: BRASIL, O PAÍS DAS MARAVILHAS TROPICAL: Guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres europeus no último quartel do Oitocentos (1875-1897)

AUTOR: VICTOR GUSTAVO DE SOUZA

ORIENTADOR: PAULO CESAR GONÇALVES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Participação Virtual)
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Sociais / PUC/São Paulo

Prof. Dr. LELIO LUIZ DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade / USP/Ribeirão Preto

Assis, 11 de dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Por fim, os agradecimentos. É interessante como a última parte escrita deste trabalho se torna um de seus primeiros elementos. Acredito que esta seção nos garante um breve vislumbre sobre a “humanidade” de quem escreve, uma pequena fresta entre as normas acadêmicas, o amontado de notas de rodapé e os resultados de um árduo trabalho. Assim, é com grande prazer que escrevo os meus singelos agradecimentos.

Primeiramente, ao professor que me acolheu logo em meu primeiro ano da graduação, Dr. Paulo Cesar Gonçalves. Sem a sua paciência, sua ética, seu incentivo, suas provocações e contribuições (páginas a fio não seriam suficientes para escrever todas), este trabalho não existiria. Obrigado por todas leituras atentas, pelos comentários e por todos os e-mails respondidos de maneira incrivelmente rápida. Ao longo desses seis anos, todas as reuniões e conversas que me ajudaram a entender os guias para emigrantes me garantem que eu não poderia ter sido mais feliz em ter o privilégio de ser seu orientando.

À Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos e ao Prof. Dr. Luís Reznik por aceitarem, gentilmente, fazer parte da Banca de Qualificação, onde forneceram contribuições muito apreciadas que levaram à pesquisa adiante. A Profa. Maria Izilda também esteve presente na Banca de Defesa, portanto o reconhecimento deve ser dobrado, e a ela se juntou o Prof. Dr. Lelio Luiz de Oliveira, a quem também agradeço. É gratificante saber que autores indispensáveis ao entendimento de temas carentes à pesquisa dedicaram seu valioso tempo a me auxiliar nessa caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A pesquisa também ocorre fora dos ambientes tradicionais da Academia, portanto, não poderia deixar de estender minha gratidão a algumas pessoas que, de diversos modos, estiveram comigo ao longo desses dois anos e meio.

À minha família, em especial minha mãe, Lucia. Obrigado por todo apoio, em suas mais variadas formas, e pelos valiosos lembretes de “parar e comer alguma”.

Ao Gustavo e à Bia. À Bia e ao Gustavo. Obrigado por todas as vezes que vocês me acolheram, não apenas em sua casa, mas em seu lar. Por todas as caminhadas ao final da tarde que pude fazer parte e que traziam algum senso de normalidade à minha vida, mesmo quando eu não estava no meu normal. Por todas as risadas e por estarem lá por mim nos momentos difíceis. Também tenho certeza que não teria conseguido sem vocês. Muito obrigado.

Aos amigos, de longa data e aos mais recentes, feitos ao longo desse processo, que sempre me perguntavam “E o Mestrado?” e eu respondia “Tá lá”. Bom, agora está aqui. Materializado (ou em .pdf, dependendo de onde você estiver lendo). Ter com quem compartilhar as angústias, conquistas, vontades de “jogar tudo pro alto” e depois voltar a estudar é indispensável à uma experiência completa da pós-graduação.

A Deus e ao Universo, por toda energia positiva ao meu redor.

Obrigado.

SOUZA, Victor Gustavo de. **Brasil, o País das Maravilhas Tropical:** Guias para emigrantes, propaganda e atração de trabalhadores livres europeus no último quartel do Oitocentos (1875-1897). 2020. 290 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Durante o século XIX, em especial a partir de seu último quartel, o mundo presenciou o deslocamento de milhões de pessoas partindo do Velho Mundo rumo às terras da América, dentre as quais o Brasil se configurou como um dos principais locais-destino escolhido pelos europeus na chamada Grande Imigração. Profundas foram as transformações que a sociedade brasileira passou no Oitocentos: as progressivas leis abolicionistas, a transformação da terra em propriedade, a queda da Monarquia, a ascensão da República e, certamente, a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. Se, por um lado, o Brasil recebeu uma parcela significativa desses corpos em movimento, por outro, precisou aplicar altas somas de dinheiro em pecúlios aos migrantes, estabelecer parcerias com associações privadas e elaborar propagandas para divulgar as benesses do território. A presente dissertação tem como objetivo analisar uma categoria dessas propagandas: os guias para emigrantes, aparatos da política imigratória brasileira que se encontram espalhados pelo século XIX. Publicados em diferentes línguas, sobre variadas regiões e com objetivos distintos, os guias para emigrantes se tornam nossa fonte-objeto e balizador temporal deste trabalho. A análise desses impressos, ainda pouco explorados pela historiografia, demonstra uma série de evidências sobre os divergentes caminhos tomados pelo Governo Central e por certas províncias, posteriormente República e estados, cada um com seus planos específicos para o imigrante, uma vez estabelecido em terras tupiniquins.

Palavras-chave: Guias para Emigrantes. Propaganda Imigratória. Políticas de Atração. Grande Imigração. Império Brasileiro.

SOUZA, Victor Gustavo de. **Brasil, the Tropical Wonderland:** Guides for emigrants, propaganda, and allurement of European free-workers in the last quarter of the eighteenth century. 2020. 290 p. Dissertation (Masters in history). Universidade Estadual Paulista (UNESP), School of Sciences and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

During the nineteenth century, especially from its last quarter, the world witnessed the displacement of millions of people departing from the Old World towards the lands of America, among which Brazil was one of the main destinations chosen by Europeans. Profound were the transformations that Brazilian society underwent in the 19th century: progressive abolitionist laws, the transformation of land into property, the fall of the Monarchy, the rise of the Republic, and, certainly, the transition from slave labor to free labor. If on one hand, Brazil received a significant portion of these moving bodies, on the other, it had to invest large sums of money in favors to migrants, settle partnerships with associations and develop propaganda in order to publicize the benefits of the territory. The present dissertation aims to analyze a category of these propagandas: the guides for emigrants, apparatuses of Brazilian immigration policy that are located throughout the 19th century. Published in different languages, about different regions, and with different purposes, the guides for emigrants become our source-object and time reference for this work. The analysis of these forms, still little explored by historiography, demonstrates a series of shreds of evidence about the divergent paths taken by the Central Government and by provinces, later Republic and states, each with its specific plans for the immigrant, once established in Tupiniquins lands.

Keywords: Guides for Emigrants. Immigration Propaganda. Allurement Policies. Great Immigration. Brazilian Empire.

Índice de Imagens

Imagem 1- Capa primeiro número <i>Brasil Illustrado</i> (1887).....	62
Imagem 2- Capa <i>Brazil. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante</i> (1893).....	63
Imagem 3- Capa guia <i>Emigrazione</i> [1887].....	96
Imagem 4- Perspectiva econômica do imigrante no Guia de S. Paulo (1886).....	165
Imagem 4.1- Perspectiva econômica do imigrante no Guia do Maranhão (1888).....	165

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1- Informações gerais sobre os Guias para Emigrantes.....	20
Tabela 1- Despesas brasileiras com imigração e colonização (1888-1900).....	31
Quadro 2- Breve exposição dos Temas Fixos e Variáveis.....	72
Quadro 3- Comparação entre GSP-1886 e <i>Emigrazione</i> [1887].....	75
Quadro 4- Comparação entre GRJ-1893 e GMG-1894.....	76
Quadro 5- Comparação entre GBR-1884 e GBR-1889.....	103
Tabela 2- O “Clima” nos guias para emigrantes.....	123
Tabela 2.1- Temperaturas Máximas e Mínimas em Curitiba (°C).....	124
Tabela 2.2- Temperatura Média do Rio de Janeiro (1871-1872) em Celsius.....	124
Quadro 6- Comparação entre Relatório e GMA-1888.....	130
Quadro 7- Principais artigos agrícolas do Paraná segundo seu guia (1875).....	152
Tabela 3- Principais adjetivos utilizados pelos guias.....	161
Tabela 4- Artigos mais exportados durante o ano financeiro de 1873-74, conforme província.....	162
Quadro 8- Artigos de Exportação da Bahia segundo seu guia (1897).....	181
Quadro 8.1- Agricultura familiar da Bahia segundo seu guia (1897).....	182
Quadro 9- Comparação entre núcleos coloniais do Espírito Santo presentes em Indicações Agrícolas (1875) e Guia do Emigrante (1884).....	196
Quadro 9.1- Comparação entre núcleos coloniais do Paraná presentes em Indicações Agrícolas (1875) e Guia do Emigrante (1884).....	202
Tabela 5- Exportação de Café do Brasil.....	217

— SUMÁRIO —

Introdução	11
Capítulo 1. O Brasil Oitocentista: prelúdio aos guias para emigrantes	23
1.1 Algumas bases legais para a imigração	23
1.2 Do Imigrante Ideal ao Imigrante Disponível.....	32
1.3. Responsáveis pelos guias	44
1.4 Os guias para emigrantes: primeiras hipóteses.....	69
Capítulo 2. O Coelho Branco: Fatores de Atração e Repulsão nos Guias para Emigrantes	78
2.1. Os Favores e Vantagens	78
2.1.1 A influência da propaganda paulista	91
2.1.2 Nos ares da República: Bahia e Minas Gerais	102
2.2. “O espantelho da imigração”: Clima, salubridade e hospedarias para emigrantes	115
Capítulo 3. “A principal fonte de riquezas”: A agricultura como elemento central da propaganda	150
3.1 A agricultura como protagonista nos guias de 1875	150
3.2. Fora do Eixo: Imigração e Agricultura no Maranhão e na Bahia.....	164
3.3. Agricultura e Núcleos Coloniais: a chave para a modernização	184
3.3.1. Núcleos-ativos: O Governo Central e suas colônias para modernidade.....	192
3.3.2. Núcleos-passivos: A agricultura em São Paulo.....	214
Considerações Finais.....	228
Fontes	236
Referências bibliográficas	243
Anexos.....	257

Introdução

Pesquisar sobre o movimento imigratório do século XIX para o Brasil significa estar rodeado por uma série de fontes e inúmeras possibilidades de abordagens, afinal, o tema encontra-se diretamente ligado à formação sociedade brasileira contemporânea e ocupa um lugar valoroso em nossa memória afetiva. Novelas “de época” retratando imigrantes italianos nas fazendas de café; festivais por todo o país celebrando as diferentes culturas que aqui se estabeleceram e contos e memórias de nossos antepassados sobre seus sonhos e esperanças ao cruzar o Atlântico (posteriormente confrontados com a realidade) são apenas alguns exemplos de como a chamada Grande Imigração se faz presente na vida do brasileiro até hoje.

Entre o fim do regime escravista e o estabelecimento de um fluxo imigratório contínuo e bem-sucedido existe um grande espaço ocupado por diversas transformações no Império do Brasil, por embates entre interesses públicos e privados, conflitos entre fazendeiros e estrangeiros, numerosas tentativas e, principalmente, copiosas falhas. Assim, os temas da imigração, juntamente com os estudos de substituição do trabalho escravo, proporcionaram (e ainda continuam a proporcionar) uma vasta literatura sobre os mais variados objetos e perspectivas.

Emília Viotti da Costa, em *Da Senzala à Colônia*¹, ocupa-se de amplas discussões relacionadas à expansão da lavoura cafeeira e, conseqüentemente, da questão da mão de obra. Além de abordar as primeiras tentativas de estabelecimento de estrangeiros em solo nacional e discutir o movimento abolicionista brasileiro, sem deixar de lado aspectos econômicos, discute como a desagregação do sistema escravista brasileiro esteve relacionada ao contexto mundial de expansão capitalista e a pressão exercida pela Rainha dos Mares, a Grã-Bretanha, no processo de fim do comércio transatlântico de escravos africanos.

A tese de Paula Beiguelman, *A formação do povo no complexo cafeeiro*, feita a partir de um olhar inovador acerca das relações entre abolição e imigração, possibilitou uma melhor compreensão acerca das mudanças nas regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, colocando “o ouro verde” no centro do debate. Ao discutir os núcleos coloniais

¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

na província, a autora defende que se tornaram “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”, utilizados como atrativos para estabelecer o imigrante nas fazendas de café².

Ainda no terreno de obras consideradas clássicas, *Imigrantes para o café*³, de Thomas Holloway, apresenta uma série de dados quantitativos sobre o café (e suas ramificações) em São Paulo, analisa contratos estabelecidos entre colonos e fazendeiros, ganhos e despesas. Examina, também, como as progressivas leis abolicionistas foram percebidas de maneira diferente dentro da província, dividida entre Novo Oeste Paulista e Vale do Paraíba, e como a Sociedade Promotora de Imigração (SPI), instituição juridicamente privada, porém financiada com verbas públicas para localizar e contratar imigrantes na Europa, era percebida pela sociedade paulista.

A SPI, com sua grande preponderância no negócio da imigração, não poderia deixar de contar com uma vasta bibliografia, como os trabalhos mais recentes de Kátia Petri⁴ e Ivison P. dos Santos⁵. Em *Mandem vir seus parentes*, Petri investiga o intenso debate de substituição da mão de obra e o sistema pioneiro desenvolvido pela SPI na atração de imigrantes: a chamada através de cartas, elaborado para instalar famílias completas nos latifúndios cafeeiros. A dissertação de Santos, *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração*, através de uma análise aprofundada da formação da sociedade, seus membros e estatutos discute questões sobre a peculiar relação da SPI, instituição privada, com a administração pública paulista.

Sérgio Monteiro Mesquita⁶, por sua vez, se preocupou com a Sociedade Central de Imigração (SCI), outra notável agremiação imigratória, mas com objetivos deveras distintos do grupo paulista. Enquanto a SPI buscou seus braços para a lavoura, a SCI defendeu que o imigrante deveria tornar-se proprietário de seu lote. Em sua dissertação, *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira*, o autor argumenta que as discussões propostas pela SCI giravam em torno da formação da brasilidade e do

² BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1968, p. 59.

³ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴ PETRI, Katia. **“Mandem vir seus parentes”**: A sociedade promotora de imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

⁵ SANTOS, Ivison P. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886 – 1895)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

⁶ MESQUITA, Sergio L. Monteiro. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

sentimento nacional que existia em algum lugar entre o velho e o novo; entre o moderno e o arcaico.

Arthur Carrega⁷, em *Imigrantes para a pequena propriedade*, também debruça-se sobre a Central, a abordagem, porém, ocorre a partir de seu boletim *A Imigração*. Publicado e distribuído em território nacional, o periódico fazia parte da propaganda interna elaborada pela organização, com intuito de disseminar suas propostas e ideais. Temas como modernidade, desenvolvimento agrícola e a extensa análise dos números do referido boletim estão no âmago deste trabalho.

Em *Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro*, Michael Hall⁸ evidencia que a agremiação foi organizada com o fim de guiar o surgimento de uma classe média rural formada por europeus, visto que seus membros acreditavam que somente os imigrantes europeus (e nem todos os europeus) seriam capazes de modernizar o Brasil, rompendo a corrente da escravidão, e dignificar do trabalho⁹.

Já Reznik e Fernandes¹⁰, Rosa Udaeta¹¹ e Beatriz Kushnir¹² tratam de assuntos relacionados às hospedarias de imigrantes, alojamentos concebidos para agasalhar os estrangeiros recém-chegados por um curto período de tempo, quando eles ainda não possuíam destino certo. As hospedarias se multiplicam a partir do último quartel do século XIX por várias regiões do Brasil – e também por outros países-destino –, o que proporciona enfoques heterogêneos e sobre diferentes estalagens, tendo como ponto comum revelar as variadas funções (muito além de recepção, agasalho e direcionamento) que tais locais exerciam no sistema imigratório.

⁷ CARREGA, Arthur D. **Imigrantes para a pequena propriedade**: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2017.

⁸ HALL, Michael M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976, p. 147 – 171.

⁹ Também conferir: HALL, Michael M. **The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914**. Columbia University, 1969 (mineo).

¹⁰ REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014; REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento (org.). **Imigração no Brasil e a hospedaria da Ilha das Flores**. São Gonçalo: FFP UERJ, 2015; REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. Navegar. **Revista de Estudos de E/Imigração**, v. 2, n. 3, p. 77-107, 2016.

¹¹ UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

¹² KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. (org.). **Deslocamentos & Histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008.

A tese de doutoramento de Paulo Gonçalves analisa a organização da emigração transoceânica de Itália para Brasil, com enfoque em São Paulo, e o surgimento de um negócio extremamente lucrativo que envolveu, dentre outros vetores, companhias de navegação, agências de introdução de imigrantes, recrutadores (muitos clandestinos) e investimentos públicos. O historiador verifica a existência de uma rede de negócios dos dois lados do Atlântico: se, de um lado, o governo paulista injetava altas cifras para o desenvolvimento de uma corrente imigratória para suas fazendas cafeeiras, do outro, a emigração foi estimulada frente à possibilidade de auferir lucros¹³.

Esses são apenas alguns trabalhos que nos ajudaram a (começar) entender o processo imigratório das últimas décadas do Oitocentos em direção ao Novo Mundo, processo que começou durante pesquisa de iniciação científica e se expandiu na presente dissertação. Como exposto parágrafos acima, múltiplas são as possibilidades que temos ao pesquisar imigração e, nesse processo, algumas vezes nos deparamos com materiais que não receberam a devida atenção da literatura, como é o caso dos *guias para emigrantes* – objeto e fonte desta pesquisa.

Publicados por diferentes órgãos (Ministério da Agricultura, sociedades imigratórias privadas, agentes de imigração visando lucro), os guias para emigrantes encerram em si diferentes objetivos. Em uma leitura mais superficial, pode-se pensar que os manuais buscavam apenas fornecer informações e apresentar localidades para o potencial imigrante (seu público-alvo). Essa primeira impressão, no entanto, não contempla a crise de mão de obra enfrentada pela agricultura ou as fronteiras desprovidas de elemento humano (branco) do Brasil, ou seja, não apenas apresentar as regiões, mas atrair os europeus para elas é um importante intento das obras. Além disso, uma vez que o emigrante se tornasse imigrante, estaria desempenhando o papel desejado pelas forças por trás da elaboração dos guias.

Afinal, o debate sobre a introdução do europeu e sua função dentro da sociedade brasileira, tão apegada à escravidão, esteve longe de ser homogênea e cada grupo defendeu seus interesses próprios, onde o imigrante ocupava uma posição diferente em cada um deles. Logo, é indispensável levar em consideração os responsáveis pelas propagandas para uma compreensão aprofundada dos objetivos dos guias. Por fim, não podemos esquecer que, ao longo do século XIX, o Brasil se dedicou a algumas tentativas

¹³ GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços**. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

de introduzir o imigrante, entretanto as irregularidades dessas experiências repercutiram de maneira perniciosa pela Europa, colocando-o como lugar a ser evitado. Temos, portanto, outro propósito dos guias: melhorar a imagem do país – mesmo que isso significasse não ser totalmente verdadeiro nas informações fornecidas.

O primeiro contato com os guias para emigrantes ocorreu durante pesquisa de iniciação científica, onde analisamos cinco diferentes exemplares: 1) *Provincia do Paraná: Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes* (1875)¹⁴; 2) *Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigem ao Brasil* (1875)¹⁵; 3) *O Guia do Emigrante para o Império do Brasil* (1884)¹⁶; 4) *A Província de S. Paulo no Brasil. Emigrante, lede este folheto antes de partir* (1886)¹⁷ e 5) *Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Gerais* (1894)¹⁸. Com exceção de *A Província de S. Paulo* (1886), disponível no Museu Paulista, os demais opúsculos encontram-se espalhados por diferentes sítios online.

Ao longo de dois anos de investigação (2016-2017) questionamentos envolvendo a origem dos guias, seus responsáveis, o objetivo de cada publicação e possíveis relações com órgãos públicos estiveram no âmago da pesquisa. Ao empreender uma análise comparativa entre os materiais, ficou claro as diversas nuances que a política imigratória brasileira assumiu. Aliás, *políticas imigratórias*, no plural, pois os resultados obtidos demonstram que as especificidades regionais foram decisivas na estruturação (ou em suas tentativas) de medidas voltadas para a atração de trabalhadores livres europeus.

Tal constatação, todavia, não limitou novas indagações a esse tipo de fonte. De fato, no curso da pesquisa, novos manuais foram conhecidos, revelando que a propaganda por meio de guias para emigrantes se fez presente em diversos momentos do governo imperial e adentrou os primeiros anos da República, tendo sido elaborada tanto por províncias/estados que receberam altos números de imigrante, como por regiões com

¹⁴ **Provincia do Paraná:** Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5050>>. Acesso: 18 out. 2020.

¹⁵ MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

¹⁶ VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. **O Guia do Emigrante para o Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1884. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4965>>. Acesso: 18 out. 2020.

¹⁷ **A Província de S. Paulo no Brasil.** Emigrante, lede este folheto antes de partir. São Paulo, 1886. Versão física se encontra no Museu Paulista.

¹⁸ SANCHES, Antonio Gomes da Silva. **Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Gerais**. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1894. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal: <<http://purl.pt/24018>>. Acesso: 18 out. 2020.

fluxos de entrada menos intensos. Com isso em mente, surgiu a possibilidade de explorar, de maneira mais ampla, o universo dos guias para emigrantes.

Nesta dissertação, portanto, analisamos onze guias para emigrantes, o que engloba os cinco opúsculos citados acima e os novos achados, a saber: 6) *Brazil. La provincia de Rio de Janeiro. Emigrazione* [1887]¹⁹; 7) *A Provincia do Maranhão: Guia do Immigrante* (1888)²⁰; 8) *Guide de L'Émigrant au Brésil* (1889)²¹; 9) *Brazil. O Estado do Rio de Janeiro. Informações para o emigrante* (1893)²²; 10) *O estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante* (1897)²³; e 11) *O Estado da Bahia. Noticias para o emigrante* (1897)²⁴.

As obras encontram-se inseridas no período imperial e republicano, proporcionando identificar mudanças e/ou manutenções nas políticas governamentais voltadas para a atração e fixação do estrangeiro. Também são de diferentes localidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia), fator primordial para entender as características de cada região e como cada uma construiu seu discurso imigrantista em contraste com a política oficial do Governo Central. Ademais, como percebe-se por seus títulos, os manuais encontram-se em diferentes idiomas (além do português, em italiano e francês), o que pode indicar possíveis locais onde os guias foram distribuídos. Como pode-se perceber, os títulos estão aqui transcritos conforme a ortografia do período, o que manteremos ao longo do texto e das citações.

Em nosso levantamento bibliográfico, verificou-se que os guias para emigrantes aparecem citados de maneira marginal em alguns trabalhos sobre e/imigração, sem assumir papel protagonista. Como exceção, existe a dissertação de Higor Mozart dos

¹⁹ Brazil. *La provincia de Rio de Janeiro. Emigrazione*. Rio de Janeiro: Tip. Lombaerts & Cia. [1887]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4968>>. Acesso: 18 out. 2020.

²⁰ Império do Brazil. *A provincia do Maranhão e a immigração: guia do immigrante com uma carta topographica da provincia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. Disponível no acervo digital Hathi Trust: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/012370430>>. Acesso: 18 out. 2020.

²¹ NERY, F. J. De Santa-Anna. *Guide de L'Émigrant au Brésil*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4957>>. Acesso: 18 out. 2020.

²² FERREIRA, Felix. *Brazil. Estado do Rio de Janeiro. Informações para o emigrante*. Colligidas por ordem do Sr. Dr. José Thomaz da Porciuncula, Presidente do mesmo estado. Niterói: Tipografia de Pinheiro, 1893. Disponível no acervo digital Hathi Trust: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/100362255>>. Acesso: 18 out. 2020.

²³ ZETTIRY, Arrigo de. *O estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante, com gravuras e mappa geographico*. Edição portuguesa. Roma: Typographia da Unione cooperativa dittrice, 1897. Disponível no acervo digital Hathi Trust: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/100795642>>. Acesso: 18 out. 2020.

²⁴ *O Estado da Bahia. Noticias para o emigrante*. Salvador: Empresa Editora, 1897. Disponível no acervo digital Hathi Trust: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/010977199>>. Acesso: 18 out. 2020.

Santos, *Minas Gerais – O Éden Brasileiro*²⁵, que trabalha com dois guias para emigrantes sobre o território mineiro: o manual em italiano *Lo Stato di Minas Geraes*²⁶ (1896), publicado pelo superintendente David Campista, e *Guia do Emigrante Portuquez* (1894), mesmo opúsculo selecionado por nós²⁷. Santos se dedica, em grande medida, a analisar a relação entre as propagandas e o processo de formação territorial mineiro e como elas “pavoneavam certos elementos do território”²⁸. Apesar de seu trabalho partir de uma análise mais geográfica, compartilhamos alguns resultados em relação aos temas tratados no guia de 1894 e sobre os usos da narrativa.

Isabella Perrota, em *Desenhando um Paraíso Tropical*²⁹, chega a mencionar o guia para emigrantes do Rio de Janeiro de 1893, contudo, sua obra se dedica a uma outra categoria de guias: aqueles voltados para os *viajantes* e tem como finalidade compreender a construção do Rio de Janeiro como destino turístico, expressado no subtítulo de seu trabalho.

Estabelecemos objetivos distintos para esse trabalho. Considerando a heterogeneidade das medidas adotadas pelos governos Central e provinciais (posteriormente republicano e estaduais) na busca por estrangeiros e a diversificada ocorrência de guias para emigrantes no Brasil do Oitocentos, empreendemos um estudo que colocou os guias para emigrantes no centro do debate acerca das políticas de atração imigratória.

Motivados, então, pela heterogeneidade das políticas imigratórias concebidas pelo Brasil Oitocentista, buscou-se, através dessas fontes, verificar as necessidades específicas das províncias/estados, atentos a possíveis embates entre as políticas regionais e a política imperial; os principais temas desenvolvidos pelas propagandas; suas aproximações e seus distanciamento; além, claro, de questionar o objetivo dos guias em sua narrativa de atração: Quais os responsáveis pelas obras e seus interesses? Quais os recursos utilizados para atrair esse europeu? Seria o imigrante enviado para trabalhar nas lavouras, como aconteceu em São Paulo nas fazendas de café? Ou seria instalado em pequenas

²⁵ SANTOS, Higor M. G. **Minas Gerais, o Éden Brasileiro**: Notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar do oitocentos. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

²⁶ **Lo Stato di Minas Geraes**. Informazioni utili agli Emigrant, Operari e Capitalist. Genova, 1896.

²⁷ Nos deparamos com a Dissertação de Santos em um estágio já avançado da pesquisa, portanto optamos por não incorporar o guia em italiano ao nosso *corpus* de manuais.

²⁸ SANTOS. **Minas Gerais, o Éden Brasileiro...**, op. cit., 221.

²⁹ PERROTA, Isabella. **Desenhando um Paraíso Tropical**. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História) — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (FGV). Rio de Janeiro, 2011.

propriedades, talvez no Sul do país? Ou ainda uma terceira possibilidade? Qual o seu papel no projeto civilizatório e de valorização do trabalho?

A partir desses questionamentos, e outros que surgiram ao longo da pesquisa, nossa metodologia de análise foi definida a partir de uma abordagem em três frentes, mas que se complementam: a) Análise externa: a fim investigar os responsáveis pelas publicações e as possíveis relações destes com os governos e/ou instituições privadas, visando entender melhor o momento em que cada obra foi produzida; b) análise interna: com enfoque individual em cada opúsculo, a fim de compreendermos o propósito de cada um; c) análise comparativa: buscando, dentro das possibilidades, trabalhar com as aproximações e afastamentos entre as publicações – exercício fundamental para compreendermos as necessidades regionais e o possíveis embates entre Governo Geral e províncias/estados.

As análises comparativas e individuais englobam elementos tanto de ordem qualitativa, a fim de identificar assuntos e tópicos que perpassam as fontes, como quantitativa, visto que os números podem fornecer dados significativos sobre a organização física dos guias, seus capítulos e temas mais relevantes.

Realizadas leituras aprofundadas e fichamentos dos guias, o próximo passo foi a criação de um banco de dados para armazenar diferentes informações encontradas. Elaborou-se um índice de conteúdo para cada guia, dado que a maioria dos manuais não possui tal relação, o que nos levou a perceber a intersecção de conteúdos entre diferentes opúsculos. Ou seja, todos os livretos (independente de região, objetivos ou responsáveis) compartilham determinados assuntos que aqui chamaremos de *temas fixos* e, também, possuem suas particularidades e conteúdos mais específicos, o que possibilitou a criação de uma segunda categoria, os *temas variáveis*.

Frente a essa evidência, ficou claro que as análises comparativas entre os manuais deveriam ser realizadas a partir dos temas fixos e variáveis, proporcionando uma visão transversal dos guias para emigrantes. É, portanto, a partir desses temas que se estrutura o presente trabalho, dividido em três capítulos.

A dissertação parte de uma revisão bibliográfica que aborda os primórdios do processo de imigração e colonização no Brasil, as primeiras legislações, o papel da Grã-Bretanha no fim do tráfico negreiro, as progressivas leis suprimindo o mercado e comércio de negros africanos e o debate sobre o imigrante ideal. Tal exercício busca apresentar ao leitor um panorama geral do século XIX, inserindo o Brasil nas transformações das formas de organização do trabalho que o mundo passava, o que

influenciará diretamente o aparecimento dos guias para emigrantes. A revisão é seguida, ainda no Capítulo 1, pela exposição de alguns dos responsáveis pelas propagandas e dos primeiros resultados sobre os guias, funcionando como uma introdução às fontes.

No Capítulo 2 iniciamos a imersão nos guias para emigrantes. Seu objetivo é discutir os fatores de atração e repulsão dentro dos opúsculos, como a intensa exposição dos favores e vantagens ofertados pelos governos (atração), enquanto informações como escravidão, clima tropical e moléstias (repulsão) são tratados com extrema cautela. As análises atestam que clima e salubridade são partes elementares nos guias para emigrantes e as hospedarias para imigrantes surgem como uma necessidade para melhor receber os recém-chegados e protegê-los de enfermidades (assim como proteger o próprio Império).

O Capítulo 3 elege a agricultura como sua protagonista. Tema que se relaciona com diversos aspectos dos guias para emigrantes, como núcleos coloniais, meios de comunicação, economia, entre outros. Buscaremos abordar variadas frentes deste valioso tema, encarado por nós como o principal fator de atração utilizado pelas propagandas na atração do imigrante. Os núcleos coloniais estão diretamente conectados à lavoura, além de sua massiva presença nos guias, o que nos levou a analisar alguns desses pontos de assentamento e seu papel no processo de modernização do Brasil.

Abaixo encontra-se o Quadro 1, que estabelece algumas informações importantes sobre os guias. Além dos guias para emigrantes, utilizamos como fontes documentos oficiais, como *Relatórios* apresentados às Assembleias Provinciais e *Falas* de presidentes das províncias. De maneira mais pontual, fizemos uso de periódicos a fim de entender como a questão imigratória foi encarada por diferentes setores da sociedade.

Quadro 1: Informações gerais sobre os Guias para Emigrantes

Guia	Ano	Abreviação³⁰	Responsável	Tipografia	Local	Págs.	Informações Gerais
Indicações Agrícolas para os emigrantes que se dirigem ao Brasil	1875	GBR-1875	Nicolau Joaquim Moreira.	Imperial Instituto Artístico	Rio de Janeiro, Brasil.	122	Apresenta as vinte províncias do Brasil e suas vidas agrícolas. Propaganda para o estabelecimento dos imigrantes em pequenas propriedades.
Província do Paraná. Informações para os Emigrantes.	1875	GPR-1875	Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e das Obras Públicas.	G. Leuzinger & Filhos.	Rio de Janeiro, Brasil.	141	Apresenta exclusivamente a província do Paraná e as vantagens do local. Propaganda para o estabelecimento dos imigrantes em pequenas propriedades.
O Guia do Emigrante para o Império do Brasil.	1884	GBR-1884	F. de B. e Accioli de Vasconcellos / Sociedade Central de Imigração	Tip. Nacional.	Rio de Janeiro, Brasil.	64	Discute a política de atração oficial do Império, e apresenta diversos núcleos coloniais das províncias do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio G. do Sul. Propaganda para o estabelecimento dos imigrantes em pequenas propriedades.
A Província de S. Paulo no Brasil. Emigrante, lede este folheto antes de partir.	1886	GSP-1886	Sociedade Promotora de Imigração.	Lombaerts e C.	São Paulo, Brasil.	64	Voltado exclusivamente para a província paulista e sua política imigratória.

³⁰ Considerando a extensão dos títulos, optamos por utilizar, em determinados momentos, algumas abreviações que seguem o seguinte padrão: “G” representa o verbete “*guia*”, seguido pela abreviação da sigla da província/estado, separado por um hífen de seu ano de publicação. Considerando que não existe nenhum guia da mesma província/estado com a mesma data de publicação, não há problemas de entendimento. Quando o guia for entendido como uma guia do Império, a sigla da província/estado é substituída por “BR”, indicando Brasil, novamente, as datas de publicações diferem de um guia para outro. O material em língua italiana não apresenta uma data exata de sua publicação, portanto decidimos manter apenas a palavra “*Emigrazione*” em sua abreviação.

							Propaganda para o estabelecimento dos imigrantes em fazendas cafeeiras.
Brazil. La provincia de Rio de Janeiro. Emigrazione.	[1887]	Emigrazione	Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e das Obras Públicas.	Lombaerts e C.	Rio de Janeiro, Brasil.	8	Publicação em italiano, apresenta a província do Rio de Janeiro e os favores concedidos pelo Império. Considerando ser uma publicação oficial do Império, pode-se dizer que prioriza o estabelecimento dos imigrantes em pequenas propriedades, no entanto, não apresenta nenhum núcleo colonial.
Imperio do Brazil. A provincia do Maranhão e a immigração: guia do immigrante, com uma carta topographica da provincia.	1888	GMA-1888	Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e das Obras Públicas.	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro, Brasil.	28	Apresenta a província do Maranhão e o desenvolvimento de sua política imigratória. O material reproduz diversas passagens do guia de SP, inclusive o conselho aos emigrantes para se fixarem em propriedades particulares.
Guide de L'Émigrant au Brésil	1889	GBR-1889	M. F. J. de Sant-Anna Nery	Delagrave	Paris, França	176	Propaganda organizada para a Exposição Universal de 1889, apresenta todo o Império do Brasil e as vantagens de se estabelecer em qualquer uma das vinte províncias. Discute tanto as vantagens de se estabelecer em fazendas de terceiros ou nos núcleos.

Brazil. Estado do Rio de Janeiro. Informações para o emigrante.	1893	GRJ-1893	Felix Ferreira	Typ. e Lith. Pinheiro & C.	Niterói, Brasil.	63	Apresenta exclusivamente o estado do Rio de Janeiro e sua política imigratória.
Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Geraes.	1894	GMG-1894	Antonio Gomes da Silva Sanches	Cia. Nacional Editora	Lisboa, Portugal.	32	Obra de iniciativa privada e voltada aos portugueses, apresenta Minas Gerais e suas vantagens. Orienta os emigrantes a venderem sua força de trabalho para fazendeiros ou industriais antes de adquirirem lote próprio.
O Estado da Bahia. Noticias para o emigrante.	1897	GBA-1897	Estado da Bahia	Emprezza Editora	Salvador, Brasil.	46	Apresenta exclusivamente o estado da Bahia e sua política imigratória. Apesar de não possuir discursos tão eloquentes, as pequenas propriedades são priorizadas pela propaganda.
O Estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante, com gravuras e mappa geographico.	1897	GRJ-1897	Arrigo de Zettiry.	Unione Cooperativa Editrice	Roma, Itália.	120	Apresenta exclusivamente o estado do Rio de Janeiro e sua política imigratória. Apresenta tanto possibilidades de se estabelecer em lote próprio quanto de trabalhar para particulares e até as duas opções ao mesmo tempo.

Fonte: Elaboração própria a partir das análises dos guias para emigrantes.

Capítulo 1. O Brasil Oitocentista: prelúdio aos guias para emigrantes

A bibliografia já demonstrou exaustivamente que as tentativas para estabelecer o europeu no Brasil não se iniciaram com a crise do sistema escravista em meados do Oitocentos, entretanto, não passaram de investidas mal estruturadas e com pouca eficácia. Esse quadro começou a se modificar a partir do último quartel do século XIX, período que as discussões sobre a substituição da mão de obra escrava ascenderam em uma constante, envolvendo diferentes setores e personagens. Nesse mesmo período se encontram os guias para emigrantes aqui trabalhados, publicados entre 1875 e 1897.

Diante disso, o primeiro capítulo tem como objetivo estabelecer balizas temporais para que possamos entender em que contexto os guias para emigrantes se fazem presentes. Para isso, torna-se necessário recuar algumas décadas dentro do Oitocentos, o que nos levou a realizar uma revisão bibliográfica de alguns momentos significativos da historiografia imigratória brasileira. Posteriormente, voltamos nossa atenção para os responsáveis pelos guias para emigrantes, pois, além de entender o cenário em que os guias surgem, fez-se necessário analisar que forças estavam por trás das propagandas e com quais propósitos.

Frisamos, desde já, que não se configurou como objetivo perscrutar todo esse processo mais geral. Sabemos que existe uma vasta bibliografia sobre esses temas tão caros à nossa sociedade, que tomam diferentes fontes e objetos para suas pesquisas e contribuem de maneira significativa para o tema. Aqui, nosso intento é proporcionar apenas uma base sobre o Brasil Oitocentista e o processo imigratório para, então, mergulhar no universo dos guias para emigrantes.

1.1 Algumas bases legais para a imigração

Luiza Iotti, em *Imigração e Colonização*³¹, apresenta um extenso estudo sobre as legislações brasileira e sul-rio-grandense referentes à imigração e à colonização, desde o período colonial até as duas primeiras décadas do século XX, fornecendo importante material para a compreensão do andamento da imigração no país. A autora destaca que a investigação da palavra oficial possibilita ao pesquisador variadas frentes de análises, como reconhecer os diferentes interesses de grupos sociais e perceber os variados

³¹ IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**. Legislação 1747-1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS- Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

processos que a imigração e colonização para/no Brasil sofreram ao longo de sua estruturação³².

Iotti classifica a Provisão Régia de 09 de agosto de 1747 como o “marco inicial do processo de colonização no Brasil”. O decreto pôs fim às capitanias hereditárias e fez da Coroa a proprietária de todas as terras brasileiras, além disso, autorizou o estabelecimento de casais açorianos no território. Contudo, ao considerar os açorianos como súditos portugueses, eles não poderiam ser, de fato, imigrantes³³.

Apenas em 1808, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a imigração de não-lusos começaria a ser pensada, com o Decreto de 25 de novembro de 1808³⁴, que pode ser considerado, de fato, o marco inicial desse processo. Segundo Manfroi, o Príncipe Regente pretendia, com sua política imigratória, fornecer as bases para que o Brasil pudesse se desenvolver em seus mais variados setores (econômico, social e político), além de modernizar o pensamento da sociedade brasileira, “onde a apatia econômica e a inércia social freava a mudança” e promover a criação de uma espécie de classe intermediária situada entre os escravos e os latifundiários³⁵.

Iotti ainda elenca outras duas provisões legais que proporcionaram o pontapé inicial para a colonização do Brasil: a Carta Régia de 02 de maio e o Decreto de 16 de maio, ambos de 1818³⁶. Enquanto a Carta autorizou o estabelecimento de família suíças no Brasil, o Decreto concedeu favores às famílias de imigrantes europeus, dentre eles doação de lote, transporte gratuito e ajuda financeira durante os primeiros anos³⁷.

Gonçalves aponta que, com a independência, o Brasil pode tomar o controle das políticas imigratórias e a lei de 20 de outubro de 1823 daria novos andamentos ao

³² IOTTI. **Imigração e Colonização...**, op. cit., p. 19.

³³ IOTTI. **Imigração e Colonização...**, op. cit., p. 20.

³⁴ “Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brazil.

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem publico, augmentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma fórma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario”. BRASIL. Coleção das Leis do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

³⁵ MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: Fotogravura do Sul Ltda., 1975, p. 21.

³⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. Carta Régia de 2 de maio de 1818. Annue a solicitação do Cantão de Fribourg para o estabelecimento de algumas familias suissas neste Reino do Brazil. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39303-2-maio-1818-569218-publicacaooriginal-92457-pe.html >. Acesso: 06 out. 2020; IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto, de 16 de maio de 1818. Approva as condições para o estabelecimento no Brazil de uma Colonia de suissos. Coleção das Leis do Brazil, 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 46. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18332/collecao_leis_1818_parte1.pdf?sequence=1>. Acesso: 06 out. 2020.

³⁷ IOTTI. **Imigração e Colonização...**, op. cit., p. 21.

processo, autorizando as províncias a empreenderem suas próprias experiências. Já em dezembro de 1825, baixou-se um decreto a fim de “criar uma comissão para organizar um plano geral de colonização uniforme para todas as províncias”, movimento definido pelo autor como “a veia centralizadora do poder imperial”³⁸.

Com as bases lançadas, o projeto de imigração e colonização não se mostraria dos mais fáceis e, como ressalta Petrone, as medidas legais, favorecendo (ou não) a entrada de imigrantes, refletiriam as vontades daqueles que se encontravam “no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político administrativo”³⁹. Os guias para emigrantes caracterizam muito bem a fala da autora, pois, como veremos, mesmo sob o selo de publicações oficiais, as propagandas representam, por vezes, interesses privados muito mais do que os públicos.

Entende-se que antes da crise de mão de obra escrava, diversas investidas foram empreendidas na atração do estrangeiro, apesar disso, podemos considerá-las apenas como episódios efêmeros, uma vez que não produziram, realmente, um fluxo imigratório, que somente tomaria lugar no último quarto do XIX. O maior destaque, a partir do final da década de 1840, fica por conta do senador Vergueiro e seu Sistema de Parceria⁴⁰.

A promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850), decretando a extinção do tráfico transatlântico de escravos foi um marco fundamental que apontou para o fim da escravidão no Brasil. Para entendermos como a cessação do comércio de humanos foi de grande importância para o projeto de imigração, faz-se necessário retroceder algumas décadas e incluir a Inglaterra nessa discussão.

O pioneirismo britânico frente à industrialização de sua sociedade não tardou a refletir-se na política administrativa com suas colônias, com a supressão do comércio de escravizados em 1807 e da escravidão em suas colônias em 1834⁴¹. Assim, desde os anos iniciais do Oitocentos, a Inglaterra passou a defender a emancipação do trabalho pelo mundo e foi decisiva na suspensão do tráfico para o Brasil.

Vale lembrar que durante a transmigração da família real portuguesa para o Brasil a proteção da viagem ficou por conta da Grã-Bretanha, o que proporcionou à potência

³⁸ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 137.

³⁹ PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 263.

⁴⁰ Cf.: WITTER, José Sebastião. Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX. **Revista de história**, v. 48, n. 98, p. 393-467, 1974.

⁴¹ PASSETTI, Gabriel. Os Britânicos e seu Império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. **História (São Paulo)**, v.35, 77, 2016, p. 11.

européia tratados que a favorecessem economicamente. Essas vantagens aumentariam ainda mais a partir de 1826, quando a nação britânica exigiu novo acordo para reconhecer a Independência do Brasil, seu reconhecimento veio junto com outras imposições, como um posicionamento do Imperador contra a continuidade do tráfico⁴². Pela lei Feijó (1831), o governo brasileiro já considerava ilegal tal atividade e declarava livres os africanos trazidos de fora do Império. A lei tornou-se letra morta e o tráfico, na verdade, se intensificou⁴³.

Conforme Bethell, o interesse na abolição do comércio negreiro não se movia por um filantropismo britânico. Priorizando as razões econômicas por trás da nova política a autora aponta que, uma vez extinto o tráfico para as colônias britânicas, os plantadores de açúcar dos domínios ingleses ficaram em desvantagem frente aos seus concorrentes, principalmente Brasil e Cuba; além disso, a África mostrava-se como um potencial mercado para produtos manufaturados e rica fonte de matérias primas⁴⁴.

Com uma visão mais recente, Passeti⁴⁵, se apoiando em Porter⁴⁶, enfatiza que uma ala mais radical da Igreja Anglicana propôs uma revisão teológica, a fim de romper com sua rígida hierarquia. A revisão levou ao total rompimento com o anglicanismo e a formação da Igreja Metodista, na virada do século XVIII para o XIX, essa nova instituição não concebia relações humanas fundamentadas na violência, tal qual a escravidão e iniciou um movimento de “salvação”.

Fosse por Deus ou por Deus\$, o fim do tráfico era essencial para a Rainha dos Mares. Diante da falta de empenho do Brasil em extinguir o comércio negreiro transatlântico, a nação britânica reagiu de forma agressiva: no dia 8 de agosto de 1845 tornou o projeto Bill Aberdeen lei. Com essa medida o governo britânico poderia empreender uma caça a quaisquer navios brasileiros que considerasse suspeito de tráfico

⁴² BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos para o Brasil**. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 232.

⁴³ Segundo Costa, a situação era a mais incongruente possível: os africanos, apesar de serem legalmente livres, continuavam a ser escravizados. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 78. Ver também: MAMIGONIAN, B. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. Almanack, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, 2011.

⁴⁴ BETHELL. **A abolição do tráfico de escravos para o Brasil...**, op. cit., p. 08.

⁴⁵ PASSETTI. Os Britânicos e seu Império... op. cit.

⁴⁶ PORTER, Andrew. Trusteeship, anti-slavery and humanitarianism. In: _____. **The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 198-221; PORTER, Andrew. **Religion versus empire? British Protestant missionaries and overseas expansion, 1700-1914**. Manchester: Manchester University Press, 2004.

negreiro e submetê-los a julgamento – entre o período de 1849 e 1851, noventa navios foram condenados e destruídos⁴⁷.

A imposição britânica não terminaria até o Brasil tomar uma medida definitiva em relação ao tráfico, a única solução foi ceder às ambições inglesas com a promulgação da Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós⁴⁸. Nesse mesmo ano, mais especificamente quatorze dias após a promulgação da Queirós, o projeto de Terras e Colonização⁴⁹, apresentado pelo Deputado Joaquim José Rodrigues Torres em 1843, tornou-se Lei nº 601⁵⁰, de 18 de setembro mais conhecido por Lei de Terras, outro importante momento para a superação de um Brasil mercantil-escravista⁵¹.

Durante o período colonial, a posse de terras se dava através do regime das sesmarias ou por meio da ocupação ilegal. Quando, em 1822, esse sistema se encerrou, as terras devolutas começaram a passar para o domínio particular de forma desenfreada, portanto, a fim de promover uma ordenação jurídica sobre as propriedades, a Lei de Terras foi criada e a compra passou a ser o único modo de se adquirir um lote. Logo, aquele que chegava da Europa desejoso por adquirir um pedaço de chão, se encontraria obrigado a servir de mão de obra nas fazendas até conseguir a quantia necessária para efetivar a compra. O valor pago pelo terreno, por sua vez, seria utilizado para financiar a vinda de mais europeus⁵². Não é difícil perceber que a lei foi estruturada para atender as vontades dos fazendeiros dependentes do escravo⁵³.

De acordo com Martins, o escravo constituía o elemento mais valioso da fazenda, com duas funções principais: primeiramente, era a mão de obra, mas, além de sua força de trabalho, também servia como garantia hipotecária em transações com os comissários

⁴⁷ BEIGUELMAN. **Formação do povo no complexo cafeeiro...**, op. cit., p. 26.

⁴⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm>. Acesso: 06 out. 2020.

⁴⁹ “Este projeto, expressando os anseios da classe rural da época, refletia a preocupação de modernização das estruturas vigentes e, sobretudo, buscava garantir aos proprietários os instrumentos jurídicos necessários, que lhes resguardasse o direito de propriedade e monopólio do solo”. GADELHA, Regina M. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 120, 1989, p. 157.

⁵⁰ IMPÉRIO DO BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso: 08 out. 2020.

⁵¹ A economia mercantil-escravista desenvolve-se apoiada no seguinte tripé: disponibilidade de escravos, terras rentáveis e, por fim, das condições das economias importadoras. MELLO, João M. Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵² GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 139-140.

⁵³ Nas palavras de Carneiro, a “legislação deveria ser molde a permitir à lavoura latifundiária monopolizar todos os braços disponíveis”. CARNEIRO, José F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950, p. 12.

ou os bancos, por exemplo⁵⁴. Essa função secundária do escravo representava um entrave para a dissociação entre trabalhador e propriedade. Diante dessa situação o governo passou a conceder créditos hipotecários para as províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina tendo como garantia a própria fazenda⁵⁵. Tal medida buscava criar condições para aumentar a importância da propriedade fundiária em detrimento do escravo, almejando uma substituição progressiva dos penhores (do escravo para a terra).

Enquanto a Eusébio de Queirós impediu a entrada de cativos, a Lei de Terras contribuiu para o ingresso de trabalhadores livres estrangeiros no território, porém dificultou o processo para os recém-chegados tornarem-se proprietários, forçando-os a vender sua mão de obra para os grandes senhores. Podemos sintetizar, portanto, as modificações que a Lei nº 601 trouxe para a sociedade imperial com o pensamento de José de Souza Martins: “A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”⁵⁶.

A partir do momento em que a terra transformou-se em mercadoria, empreendimentos privados, frente à possibilidade de granjear lucros, começaram a concorrer com o Estado no assentamento de imigrantes e verifica-se uma expansão de núcleos coloniais⁵⁷. Numerosas experiências⁵⁸ foram elaboradas pelos próprios fazendeiros, mas a Coroa tomou para si a responsabilidade da colonização e imigração, exercendo um forte controle sobre o negócio da imigração e, mesmo com parcerias com sociedades privadas, se manteve no “controle geral” da imigração⁵⁹. Contudo, como indica Petrone, apesar de manter a imigração e colonização sob sua tutela, as medidas legais passaram a favorecer aqueles que estavam no poder ou exerciam seu poder sob as autoridades públicas⁶⁰.

⁵⁴ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p 25-26.

⁵⁵ MARTINS. **O cativo da terra**..., op. cit., p. 33.

⁵⁶ MARTINS. **O cativo da terra**..., op. cit., p., p. 32.

⁵⁷ GONÇALVES. **Mercadores de Braços**..., op. cit., p. 139.

⁵⁸ Dentre essas experiências, a mais emblemática talvez seja o Sistema de Parceria, do Senador Nicolau Vergueiro, já muito pesquisado e divulgado, portanto não empreenderemos uma discussão sobre a mesma. Para isso ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998; DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; FORJAZ, Djalma. **O senador Vergueiro: sua vida e sua época, 1778-1859**. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924. E para um relato dos acontecimentos a partir da perspectiva de um colono da fazenda Ibicaba: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1972.

⁵⁹ IOTTI. **Imigração e Colonização**..., op. cit., p. 21.

⁶⁰ PETRONE. **Política imigratória e interesses econômicos**..., op. cit., p. 263.

Mesmo com a pressão dos latifundiários existindo desde as primeiras décadas do século XIX⁶¹, o Governo Imperial esforçou-se para estabelecer os imigrantes em núcleos coloniais. Em relatório do Ministério do Império, apresentado por Sergio Teixeira Macedo, em 1858, temos um testemunho desses esforços, onde o ministro conclama o Estado a se empenhar na busca por europeus e advoga por seu assentamento nas colônias, listando a serventia que traria para o Brasil:

A grande preocupação do governo deve consistir em obter resultados que tornem a sua acção em breve tempo desnecessaria, substituindo a immigração, obtida por meio de dispêndio e solicitações, pela immigração espontanea. Os sacrificios feitos para estabelecer o colono logo como proprietário são os que prometem mais prompto resultado. O colono a quem se proporciona o estabelecimento prompto como proprietário mais depressa falla aos amigos e parentes, que deixou na terra natal, de um bem-estar que faz nascer desejos de vir gozar [...] É pois ao estabelecimento de nucleos coloniaes que convém prestar toda a atenção.
[...]
Colonisa-se para devassar desertos, para segurar a occupação de terrenos, para abrir e tornar seguras as estradas que conduzem a povoações já prosperas. Colonisa-se para abrir e proteger a navegação de rios, para defender fronteiras, para augmentar a producção de generos que estão em mingoa, e finalmente até para dirigirem a actividade de certas classes.⁶²

As ideias de Teixeira Macedo sobre a imigração espontânea não se concretizaram e o Brasil ficou dependente de subsidiar passagens para obter uma fatia do bolo de imigrantes, que se dirigiam em maiores ondas para América do Norte e Repúblicas do Prata⁶³. Por outro lado, ele acertou quanto à importância da propaganda praticada pelo próprio imigrante aos seus parentes e amigos deixados para trás, como bem demonstrou São Paulo. O último parágrafo da citação também é significativo, pois o pensamento do ministro sobre as vantagens da colonização por europeus reflete muito bem as ideias da SCI, grupo que surgiu mais de duas décadas após o relatório (1883).

Em relação aos números de entradas de imigrante se mostraram baixos e irregulares durante boa parte do Oitocentos, Carrega aponta que nos 55 anos entre 1820 e 1875, esse número girou em torno de 350 mil imigrantes. Em comparação, os Estados

⁶¹ IOTTI. **Imigração e Colonização...**, op. cit., p. 22.

⁶² IMPÉRIO DO BRASIL. Relatório do anno de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa da 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1859, p. 69.

⁶³ “A imigração para o Brasil, comparada aos números estadunidenses, era pífia, e ainda menor do que aquela que se dirigia à República da Argentina. O número de imigrantes que chegaram ao porto do Rio de Janeiro entre 1855 e 1863, já subtraindo aqueles que deixaram o país também por este porto, foi de aproximadamente 46 mil, ao passo que somente em 1872 chegaram à Argentina cerca de 32 mil imigrantes”. LIMA, Angela B. **“Nós declaramos guerra ao latifúndio!”**: Propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015, p. 46-47.

Unidos receberam essa mesma quantidade em apenas 4 anos (1851-1855)⁶⁴. A partir do último quartel do XIX, todavia, o fluxo imigratório para o Brasil, sobretudo o italiano, sofreria um considerável aumento quando comparado com as experiências até aquele momento.

Conforme Trento, entre 1887 e 1902, os imigrantes italianos constituíram 60% dos imigrantes estabelecidos no Brasil. As estatísticas brasileiras mostram que durante todo o período entre 1836 e 1874 apenas 6.871 italianos entraram em território nacional, já em 1877 esse número saltaria para 13.582; no ano da abolição, 1888, as estatísticas indicam mais de cem mil almas, o que voltaria a ocorrer em 1891⁶⁵. O autor chama a atenção para a diferença nas estatísticas disponibilizadas pelo governo brasileiro e pelo italiano, visto que, muitas vezes, a compilação dos dados referentes aos e/imigrantes ocorriam de maneiras distintas nos dois países, sem contar os contingentes que emigravam clandestinamente.

Quanto às oscilações significativas nas entradas de imigrantes de um ano para outro, Trento assinala duas causas: a primeira relacionada justamente à legislação, tanto do Brasil como da Itália; e a segunda, ligada aos fatores econômicos. O primeiro pico, em 1888, com a entrada de 104.353 emigrantes, nos índices brasileiros, é reflexo da abolição legal da escravidão. No entanto, esse número cairia drasticamente em 1889 e 1890, aproximadamente 84%, mantendo-se na casa das dezesseis mil entradas a cada ano, diminuição justificada pelo decreto de Crispi, de março de 1889 – revogado posteriormente em 1891, outro pico da imigração, com 108.414⁶⁶.

O outro lado da moeda, os fatores econômicos, relacionam-se diretamente com os lucros do café (e sua futura crise) e com as crises domésticas da Europa. Trento faz um contraponto pensamento de que a queda da imigração italiana a partir de 1903 ocorreu devido ao decreto Pinetti (que proibiu a imigração subsidiada para o Brasil), segundo o autor, a diminuição da superprodução e a crise do café são fatores mais importantes para entender essa diminuição⁶⁷.

Como ressalta Wellisch, foi entre 1874 e 1899 – momento que se encontram nossos guias para emigrantes – que uma série de medidas legais passam a facilitar a

⁶⁴ CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 45.

⁶⁵ TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988, p. 34.

⁶⁶ TRENTO. **Do outro lado do Atlântico...**, op. cit., p. 34-36

⁶⁷ TRENTO. **Do outro lado do Atlântico...**, op. cit., 37-38.

entrada de estrangeiros no território brasileiro, período que diversos “favores especiais” são ofertados pelo Império na disputa por imigrantes⁶⁸.

De fato, Gonçalves indica que o ano de 1874 deu início à uma nova fase para imigração brasileira: “a dos grandes contratos para a introdução de europeus”⁶⁹. Para corroborar sua fala, o historiador traz para a discussão o acordo celebrado naquele ano pelo Governo com o empresário Joaquim Caetano Pinto Júnior, onde estabeleceu-se que o último deveria introduzir, no prazo de dez anos, cem mil imigrantes por todo o Império (exceto no Rio Grande do Sul). O contrato seria suspenso quatro anos depois por decisão do governo, alegando falta de verba. Nesse período, Caetano Pinto conseguiu transportar e estabelecer pouco mais de 39 mil imigrantes, um grande marco para a imigração brasileira⁷⁰.

Muitas foram as oscilações no investimento para atrair a imigração, visto que os resultados se mostravam abaixo do esperado. A partir da década de 1880, o fluxo de pessoas adentrando as fronteiras aumentou e foi preciso que as verbas destinadas à imigração e colonização também o fizesse. A tabela abaixo expõe essa relação:

Tabela 1. Despesas brasileiras com imigração e colonização (1888-1900)

Ano de exercício	Despesa Geral	Despesa Imigração/Colonização	%
1888	141.230:104\$834	2.365:318\$245	1,67
1889	153.148:442\$297	10.000:000\$000	6,52
1890	153.148:442\$297	10.000:000\$000	6,52
1891	153.148:442\$297	10.000:000\$000	6,52
1892	205.948:264\$128	12.000:000\$000	5,83
1893	197.308:750\$416	7.000:000\$000	3,55
1894	250.457:908\$652	9.153:059\$628	3,65
1895	275.691:670\$388	8.799:456\$628	3,19
1896	343.536:210\$236	4.288:510\$000	1,25
1897	313.169:790\$036	522:009\$544	0,17
1898	372.812:424\$169	434.005\$252	0,12
1899	328.623:257\$386	362:005\$252	0,11
1900	300.135:922\$065	241:335\$900	0,08

Fonte: Coleção de Leis do Brasil – 1887-1899 apud JONES, Cleiton M. “**Vem aí a imigração**”: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014, p. 89.

Verifica-se na Tabela 1 há uma queda significativa nas despesas com imigração e colonização em 1893, com uma leve subida em 1894 e, novamente, queda nos anos seguintes, com destaque para o ano 1897. Os dados também nos mostram que, em um

⁶⁸ WELLISCH, Maurício. **Legislação sobre estrangeiros**: anotada e atualizada. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. XXXV.

⁶⁹ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 145.

⁷⁰ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 147-148.

primeiro momento, a ascensão da República não influenciou de maneira negativa as receitas destinadas à imigração/colonização, pelo contrário, as receitas aumentaram. Todavia, a Constituição de 1891 validou uma nova fase para o projeto imigrantista/colonizador ao transferir a responsabilidade das terras devolutas para os estados da Federação, através do Artigo 64, delegando aos governos estaduais a tarefa de preenchê-las⁷¹. Jones afirma que a queda nos subsídios esteve “diretamente relacionada com a primeira constituição republicana” e que eles continuariam a encolher “até quase desaparecer”⁷².

De acordo com Petrone, ao se desvincular das questões de imigração, o Governo Republicano cedeu à pressão exercida pelos cafeicultores paulistas, ávidos para obter as maiores parcelas possíveis de braços para suas fazendas. Enquanto São Paulo possuía condições de seguir com sua política de subvenção de passagens, os demais estados não compartilhavam da mesma prosperidade econômica, logo não puderam continuar a investir no negócio da imigração⁷³ (ao menos não com a mesma força paulista).

Além da pressão dos cafeicultores, a administração também teve de lidar com os federalistas e sua luta pela descentralização das atividades relacionadas à imigração e colonização. Somente em 1905 (quase 1906) que o Estado voltaria a financiar a imigração, ao promulgar, em 30 de dezembro, a Lei nº 1.453, responsável por ampliar os programas de colonização oficial⁷⁴ – os acontecimentos a partir daí ficam para outras pesquisas discutirem.

1.2 Do Imigrante Ideal ao Imigrante Disponível

Desde as primeiras tentativas de colonização, sonhou-se com a introdução de imigrantes europeus no Brasil. Mais do que apenas conseguir mão de obra ou povoar as fronteiras, a imigração surgia como um meio de transformar as bases da sociedade brasileira por meio de um imigrante considerado laborioso e civilizador. Com o avanço

⁷¹ “Art 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados”. BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Disponível em:** < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso: 08 out. 2020.

⁷² JONES, Cleiton M. “**Vem aí a imigração**”: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014, p. 90.

⁷³ PETRONE. Política imigratória e interesses econômicos..., op. cit., p. 263-264.

⁷⁴ IOTTI. **Imigração e Colonização**..., op. cit., p. 28.

do século XIX, teorias raciais acerca da suposta superioridade do povo europeu influenciaram diretamente o modo como a imigração para o Brasil foi dirigida e os corpos em movimento passaram a ser classificados como desejados ou indesejados; ideais ou a serem evitados.

A seguir, portanto, voltamos nossa atenção para o debate do imigrante ideal(izado) e para o imigrante possível, aquele que, realmente, adentrou as fronteiras em grandes ondas – e o público-alvo de nossos guias para emigrantes. A discussão foca em três principais grupos: os europeus arianos (os mais desejados pelo governo), caracterizados pelos alemães⁷⁵; os europeus latinos, com destaque para os italianos, principal nacionalidade recebida pelo Brasil. Por fim, ao discutir os grupos desejados, também faz-se necessário discutir os indesejados, na figura dos asiáticos, os chamados “coolies”⁷⁶.

O discurso de embranquecimento da sociedade brasileira com imigrantes europeus como caminho para o progresso foi adotado como “ciência comprovada”⁷⁷. Menezes e Souza, em *Theses sobre a colonização do Brasil*, apresenta seu posicionamento em defesa da introdução de indivíduos brancos, mais especificamente, a introdução do alemão como imigrante ideal⁷⁸ ao mesmo tempo em que antagoniza a imigração asiática, alegando que a mesma seria responsável pela “corrupção dos costumes” e “a deturpação da raça”⁷⁹.

Anos depois, a Sociedade Central de Imigração se tornaria a grande defensora e propagadora dessa proposta, mantendo o mesmo posicionamento contrário à imigração de asiáticos, africanos e contra o próprio trabalhador nacional. A prioridade pelos europeus do leste é refletida na criação de Nova Friburgo, em 1813, primeira colônia para assentamento de estrangeiros, que recebeu 1.790 suíços de língua alemã⁸⁰.

⁷⁵ Entendemos que durante grande parte do século XIX, a Alemanha ainda não existia como nação, uma vez que sua unificação ocorreu apenas em 1871, no entanto, por fins práticos, optamos por denominar os povos oriundos da Confederação Germânica, como os suíços e austríacos, por alemão/alemães. Além disso, como destaca Eduardo Relly, “A imigração para o Brasil é, em primeiro lugar, uma imigração das Alemanhas. Contudo, é também uma imigração prussiana”. Portanto, quando no referirmos a “alemão/alemães” ao longo do texto, deve-se ter em mente que ela engloba diferentes povos germânicos. RELLY, Eduardo. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. *História Unisinos*. Vol. 20 Nº 3 - setembro/dezembro de 2016, p. 275.

⁷⁶ A designação *coolie* foi usada historicamente para designar trabalhadores braçais oriundos do continente asiático, sobretudo chineses e indianos, durante o séc. XIX e início do XX. Ver: LOOK Lai, Walton. *Indentured Labor, Caribbean Sugar: Chinese and Indian Migrants to the British West Indies, 1838-1918*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

⁷⁷ LIMA, A. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 52.

⁷⁸ “A Alemanha deve ser o viveiro da imigração para o Brasil”. MENEZES E SOUZA, João Cardoso de. *Theses sobre a colonização do Brasil*. Projecto de solução ás questões sociaes, que se prendem a este difícil problema. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 405.

⁷⁹ MENEZES E SOUZA. *Theses sobre a colonização do Brasil*..., op. cit., p. 415.

⁸⁰ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul*..., op. cit., p. 22.

Segundo Cunha, a colônia deu início à “tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil”, visto que as passagens (tanto dos vapores como dos trilhos) foram pagas pelo Império, que também forneceu terras, animais e sementes de maneira gratuita para os colonos recém-chegados. A experiência veio a malograr por diversos motivos, tais como os resultados aquém do esperado, tanto por parte dos colonos quanto por parte do governo, o que levou os colonos abandonarem o assentamento e partir para a cidade do Rio⁸¹.

Dentre as diferentes justificativas para a escolha do alemão, tido como povo laborioso, versado na agricultura, entre outras características ligadas à sua relação com terra, a preferência pelos alemães também pode ser entendida pela ascendência germânica da esposa de D. Pedro, a Imperatriz Leopoldina, grande incentivadora da colonização brasileira por meio de seu povo. Guerra registra que, apesar da monarca não ocupar papel de destaque na literatura sobre a imigração germânica, sua influência pode ser atestada na nomeação de núcleos coloniais⁸². Além das relações familiares, o autor ainda indica que “fatores circunstâncias” como “o longo histórico de animosidade entre as nações e a política expansionista de Napoleão” influenciaram diretamente a preferência pela introdução de colonos “oriundos de uma região que atualmente abrange Alemanha, Áustria e Suíça”⁸³.

O projeto de colonização alemã encontrou respaldo do imperador e teve início em 1824, com o alemão Jorge Antônio Von Schaeffer, figura de destaque dentro da Corte⁸⁴ encarregado de recrutar imigrantes. A figura de Schaeffer é cercada de contradições e a bibliografia se divide, basicamente, em quem o condene, chamando-o “mercador de almas”⁸⁵, e quem pondere sua atuação, classificando-o como vítima das condições ruins da imigração à época⁸⁶.

⁸¹ CUNHA, Jorge L. da. Os Alemães no Sul do Brasil. In: ____ (org.). **Cultura Alemã 180 anos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004, p. 24

⁸² GUERRA, Rogerio F. Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 46, Número 1, 2012, p. 28.

⁸³ GUERRA. Os alemães no Brasil..., op. cit., p. 43.

⁸⁴ BRANCO, Juçara S. C. **Alemães em Lages**: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001, p. 47.

⁸⁵ MÜHLEN, Caroline von. **Da Exclusão à Inclusão Social**: Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schewrin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2010, p. 74

⁸⁶ OBERACKER JUNIOR, Carlos H. **Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957, p. 86-87.

Esperava-se que a corrente a ser estabelecida fosse de trabalhadores agrícolas e de homens aptos a compor os batalhões de D. Pedro, para incrementar os número, Schaeffer fez promessas que não pode cumprir (e nem o Brasil) e, ainda, embarcou ex-presidiários do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin⁸⁷. Relatos dão conta de que as viagens do major ocorriam de maneira perniciosa, com condições sanitárias precárias, violência, altos níveis de mortandade e, inclusive, fuzilamento de passageiros revoltosos⁸⁸.

Já Oberacker Junior empreendeu uma pesquisa a fim de desconstruir sua imagem de mercenário e revelar mais sobre as expedições do major. Segundo o autor, o alemão também foi uma vítima das condições que a sociedade brasileira se encontrava em inícios do século XIX e sua pessoa responsabilizada. Conclui que Schaeffer, “possuía suas fraquezas humanas”, porém “queria fazer bem a muita gente”⁸⁹.

Aparentemente, uma dessas fraquezas humanas foi fazer falsas promessas para os emigrantes antes do embarque. Em Relatório do Ministério da Agricultura, 1863, podemos conferir alguns dos favores e vantagens que o “mercador de almas” propagou por onde passava. O documento, ao refletir sobre a empreitada de Schaeffer e o malogro de seu contrato, busca isentar o Brasil das ações do alemão, declarando que o que fora prometido aos estrangeiros foi de inteira responsabilidade do major e que a nação se esforçou para cumprir o que foi possível. Conforme o relatório, Schaeffer oferecia:

- 1ª. Passagem paga á custa do governo imperial;
 - 2ª. Concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças em quadro, ou 160,000 de superficie;
 - 3ª. Subsidio diario de um franco ou 160 réis a cada colono pelo primeiro anno e metade do segundo.
 - 4ª. Cada familia teria, em proporção ao numero de pessoas, cavalos, bois, ovelhas, etc.
- Além desses favores materiaes prometia-se mais aos colonos:
- 1º. A concessão imediata da qualidade de cidadão Brasileiro;
 - 2º A inteira liberdade de culto;
 - 3º A isenção por tempo de dez annos do pagamento de direitos.
- Tão excessivos favores fizeram a imprensa allemã desconfiar da sua exequibilidade, e neste sentido excitou ella a desconfiança dos emigrantes. Mas não foi isto só: a pessoa que se declarava autorizada para fazer os contractos, era um major de nome Jorge Antonio Schaeffer, cujos antecedentes no seu proprio paiz eram pouco recommendaveis⁹⁰.

⁸⁷ MÜHLEN. **Da Exclusão à Inclusão Social...**, op. cit.

⁸⁸ GUERRA. Os alemães no Brasil..., op. cit., p. 22.

⁸⁹ OBERACKER JUNIOR. **Jorge Antônio von Schaeffer...**, op. cit., p. 86-87.

⁹⁰ BRASIL. Parecer sobre a memória do Sr. Ministro da Prussia referente á Colonia de S. Leopoldo. In: BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1864.

Percebe-se que, com exceção do subsídio da passagem e talvez o fornecimento de alguns animais, os demais favores divergem consideravelmente do que seria desenhado anos depois para as políticas de atração, com destaque para o segundo bloco de favores como a nacionalidade brasileira, isenção de impostos e a liberdade de culto que, como será discutido, se mostrou um ponto problemático mesmo com o direito garantido pelo Artigo Quinto da Constituição. O último parágrafo da citação ainda questiona a índole do alemão, deixando de lado que o major possuía estreitas relações com a família imperial⁹¹.

O relatório prossegue afirmando que, apesar da desconfiança por parte da imprensa alemã frente à tantas vantagens, os governos não se opuseram à emigração para o Brasil e os primeiros alemães trazidos por Schaeffer desembarcariam na colônia de S. Leopoldo. Volta a defender o distanciamento oficial do Brasil nessa relação, garantindo que a nação fez todo o possível para cumprir com as promessas feitas por Schaeffer, visto seu grande apreço pelo povo alemão:

Fosse, porém, pela *sympathia* que inspirava o nascente Imperio ou pela confiança que devia causar o facto de ser Imperatriz do Brasil uma princeza Allemã, os governos alemães e o da Prussia com especialidade, não se oppuzeram, mas antes facilitaram a vinda de colonos para o Brasil.

Foi assim que se encaminharam para o Imperio os primeiros colonos destinados a S. Leopoldo, e o que precede mostra que, exactamente falando, não eram elles engajados pelo governo do Imperio, ou quando menos, que pouco definidos se achavam os encargos deste em relação aos emigrantes.

Nem que o quizesse, poderia o governo brasileiro tornar effectivas algumas das promessas feitas pelo irreflectido major Schaeffer, entre outras as que garantiam aos colonos inteira liberdade de culto, isenção de pagamento de imposto e o gozo completo dos direitos de cidadão Brasileiro desde a sua chegada!

[...]

Sem embargo, tão sincero era no governo imperial o desejo de chamar a colonisação allemã ao paiz que procurou realizar, quanto nelle cabia, as vantagens que lhe haviam sido promettidas⁹².

Algoz ou vítima das circunstâncias, as notícias sobre os maus tratos que os imigrantes aqui sofriam e as promessas não cumpridas repercutiram pela Europa, causando danos à imagem do Brasil e à sua embrionária política de imigração.

Considerando que o desenvolvimento de uma corrente imigratória para o Brasil foi permeado por diversas “idas e vindas”, ou seja, quando determinada tentativa falhava,

⁹¹ “O ‘Messias da terra da promessa’ [Schaeffer] usufruía da amizade de D. Leopoldina, a qual o encarregava de execução de tarefas variadas (intermediação junto aos ministros, provisão de dinheiro e até compra de cães e cavalos). Os compatriotas usavam uma coleção de vitupérios para designar o explorador, mas Leopoldina o tratava de outra forma: era o ‘excelente Schäffer’”. GUERRA. Os alemães no Brasil..., op. cit., p. 30.

⁹² BRASIL. Parecer sobre a memória do Sr. Ministro da Prussia referente á Colonia de S. Leopoldo. In: BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1864. Grifo meu.

a imigração era posta de lado até que outra empreitada tomasse lugar e o debate voltava à baila até ser esquecido novamente – além, claro, de fatores como investimento ou não do governo –, nesse momento avançamos algumas décadas dentro do século XIX, para a segunda fase da colonização alemã.

Se na primeira fase, inaugurada (problematicamente) por Schaäffer, as levas de imigrantes eram originárias de aldeias prussianas, “membros das camadas mais baixas da população rural”, como define Nara de Santana⁹³, e com pouca escolaridade, o segundo grupo de alemães a desembarcar no Brasil, a partir de 1848, fugidos de conflitos em sua terra e conhecidos como *Brummer*, encerrariam grandes diferenças com os primeiros camponeses. Com níveis de instrução superior e uma veia mais politizada, não faltou conflitos entre ambos os grupos que, apesar de compartilharem a mesma ascendência germânica, se encontravam em posições completamente diferentes⁹⁴.

Pouco tempo depois, como já assinalado, seria promulgada a Lei de Terras (1850) e, frente à possibilidade de obter lucros o investimento de particulares do negócio da imigração e colonização aumentam, assim como os números de imigrantes ingressando no país. Giron e Bergamaschi expõem que, das 250 colônias criadas entre 1850 e 1889, apenas 50 se configuravam como colônias imperiais, ao passo que 197 foram frutos de iniciativas privadas, as 3 restantes de ordem provincial⁹⁵.

Essa vasta criação de núcleos coloniais, em especial no Sul do Brasil, é refletida nos guias para emigrantes e funcionam como importante elemento de atração. Nos aprofundaremos nos núcleos coloniais nos capítulos seguintes, entretanto, já adiantamos que as análises das fontes indicam que assentamentos como Blumenau e D. Francisca, ambos na província de Santa Catarina, se distingue por sua ampla população germânica e sua notável vida agrícola.

Nara de Santana salienta o papel das companhias privadas de colonização na localização imigrantes, chamando a atenção para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, “responsável pela chegada de 17.408 colonos a Joinville, de 1850 a 1888”, e para a *Norddeutsche Lloyd de Bremen*, a “maior companhia transatlântica da Alemanha,

⁹³ SANTANA, Nara M. C. de. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões**, vol. 25, 2010, p. 238.

⁹⁴ “O relacionamento dos *Brummer* com os primeiros imigrantes não foi naturalmente tranquilo. Eram vistos como homens da cidade e intelectuais, cuja fala era talvez tão incompreensível quanto a língua portuguesa. Diferenciavam-se gradativamente uns dos outros também pelo poder aquisitivo e, logo, por uma maior capacidade de integração na esfera pública local”. AMADO, Janaína. **Conflito Social no Brasil: a revolta dos Mucker**. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 303.

⁹⁵ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 36.

responsável pela entrada de 47 mil pessoas a partir de 1890”⁹⁶. Essas grandes leva ocorrem durante a terceira fase da imigração alemã para o Brasil, com início na década de 1870, com a Alemanha unificada⁹⁷.

Importante notar que o movimento abolicionista ganhou mais força com a promulgação de leis como a proibição do tráfico negreiro (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871), ainda tínhamos a Lei do Sexagenário em 1885 antes da abolição definitiva em 13 de maio de 1888. Nesse mesmo período, também se apura um aumento na entrada de italianos.

Se o movimento migratório italiano começa a ganhar força nesse momento de grandes transformações no Brasil, é crucial desviar de análises deterministas que elegem o fim do sistema escravista como causa mor da imigração italiana. Manfroi afirma que a relação abolição/italianos foi “uma mera coincidência histórica, sem relação com a política do governo brasileiro”, pois até 1874, ano que o Governo Geral iniciou, novamente, seus planos colonizadores, “suas esperanças estavam ainda voltadas para Alemanha”, o grande motivo dessa leva de italianos “foi motivado pela grave crise econômica italiana”⁹⁸.

O processo de unificação italiana⁹⁹, consolidado em 1870 com a tomada de Roma, causara uma grande crise no jovem país, e os italianos, que ainda não se viam como italianos, encontraram-se mergulhados em uma crise econômica, principalmente os agricultores e os operários agrícolas do Norte, sendo Vêneto a região que mais forneceu emigrantes até 1900¹⁰⁰.

Cinquenta anos haviam se passado desde que a colonização alemã tomara lugar no Rio grande do Sul, logo, quando os italianos começaram a chegar à região, as melhores terras já se encontravam ocupadas. Restou aos italianos se estabelecerem na borda meridional do planalto, região, segundo Manfroi, de terrenos montanhosos e floresta virgem. Ainda, segundo o autor, além de as melhores terras estarem ocupadas de antemão,

⁹⁶ SANTANA. *Colonização alemã no Brasil...*, op. cit., p. 238.

⁹⁷ SANTANA. *Colonização alemã no Brasil...*, op. cit., p. 240.

⁹⁸ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul...*, op. cit. p. 44.

⁹⁹ “A unificação italiana foi um processo longo, conduzido pelo reino do Piemonte-Sardenha – que já havia incorporado a Ligúria após o Congresso de Viena de 1815 – liderado por seu primeiro ministro Cavour. Com apoio da França na guerra contra a dominação austríaca iniciada em 1859, foi anexado o reino da Lombardia. Em 1860, através de plebiscitos, Parma, Modena, Toscana e România juntaram-se ao Piemonte. No mesmo ano, as tropas de Garibaldi ocuparam o reino das Duas Sicílias. Em 1861, Vittorio Emanuele II era proclamado rei da Itália. Em 1866, após a guerra entre Áustria e Prússia, então aliada dos italianos, o Vêneto foi incorporado. Roma passou a fazer parte da Itália apenas em 1870”. GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 32, nota 42.

¹⁰⁰ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 45.

os lotes foram reduzidos significativamente: o lote colonial correspondia a 77 hectares, em 1824; em 1848, havia diminuído para 48; e durante a colonização italiana, sua extensão não passava de 25 hectares¹⁰¹.

Apesar das adversidades, os italianos fundaram diversas colônias e, conforme a Lei provincial do Rio Grande do Sul nº 304, de 30 de novembro de 1854, proibia o uso do trabalho escravo nessas propriedades rurais¹⁰² que, eventualmente, ganharam grande importância para a região e para o Império.

Foi, portanto, nesse contexto, tanto nacional quanto internacional, que milhares de italianos do Norte da Itália partiram para estabelecerem-se nas colônias do Rio Grande do Sul. Eles “abandonaram uma Itália politicamente unida, mas antes que os italianos existissem”¹⁰³, pois eram, na verdade povos do Vêneto, de Mantovano, do Tirol e assim se identificavam culturalmente.

Se, inicialmente, os italianos não faziam parte do grupo de imigrantes ideais desejados pelo governo, assumiram posição privilegiada no último quartel do Oitocentos, foram os que se dirigiam em maior quantidade, o que exigiu do governo realizar mudanças em seus projetos migratórios. O imigrante germânico ideal, precisou ser substituído por um imigrante europeu aceitável, o qual, fugindo de uma Europa em crise, tornou-se disponível e pronto para ser acolhido (ou atraído) por algum país do Novo Mundo.

Entre o imigrante ideal e o imigrante aceitável existe uma terceira categoria de imigrantes: os indesejáveis. Seyferth indica que o imigrante ideal seria o “branco, camponês, resignado”¹⁰⁴, Domenech complementa que ele deveria estar em idade apta para o trabalho, ter boa conduta social e ter o desejo de permanecer no país¹⁰⁵. Os indesejáveis, em contrapartida, seriam “as raças atrasadas, não civilizadas e inferiores”¹⁰⁶, personificados pelos africanos e asiáticos, e representavam o que de pior poderia acontecer para o Brasil¹⁰⁷, segundo posicionamentos contrários. Segundo Jair de Souza

¹⁰¹ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul...*, op. cit., p. 55, 70.

¹⁰² LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 29.

¹⁰³ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul...*, op. cit., p. 148.

¹⁰⁴ SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, 1991, p. 165.

¹⁰⁵ DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **SBPC, Ciência e Cultura**, v. 67, 2, São Paulo abr./jun. 2015, p. 26.

¹⁰⁶ SEYFERTH. Os paradoxos da miscigenação..., op. cit., p. 166.

¹⁰⁷ Além dos asiáticos e africanos, outros grupos possuíam sua entrada regulada: “os *doentes* (físicos e mentais), os *criminosos e transgressores das leis jurídicas e morais*, e os *subversivos*, incluindo

Ramos, a classificação dos imigrantes foi “estruturada numa série de critérios que vão da raça às convicções políticas dos imigrantes”¹⁰⁸.

Temos, portanto, a promoção da entrada de europeus (preferencialmente os germânicos), com as propagandas no exterior, a oferta de subsídios, a possibilidade de adquirir lotes, entre outros benefícios e, no sentido contrário, o combate à imigração de grupos considerados inferiores, incapazes de promover o caldeamento da sociedade brasileira.

Não pretendemos realizar um aprofundado debate sobre os indesejáveis, no entanto, como atesta Paulo Gonçalves, “acompanhar o debate sobre a introdução de imigrantes chineses pode ajudar a compreender melhor a relação que se impunha entre a imigração de europeus e o progresso/civilização”¹⁰⁹. Assim, esse contraponto torna-se relevante para a pesquisa, uma vez que, os guias para emigrantes – publicados em idiomas como português, francês, inglês, alemão e italiano – são voltados exclusivamente para populações europeias e representam o esforço dos envolvidos no negócio da imigração para atrair o imigrante ideal (ou, ao menos, o aceitável).

Silvio Lima aponta a figura do fazendeiro Lacerda Werneck como uma das primeiras a se levantar contra a imigração chinesa, que, a partir de suas contundentes críticas, adquiriu tons civilizatórios¹¹⁰ Nas palavras do fazendeiro,

A raça chinesa, estacionária, de um a civilização duvidosa, inerte no progresso, há de ceder o lugar, e ser exterminada e destruída pelas nações provectas da Europa e da América, que, obedecendo a uma missão providencial, caminham, armadas do gládio evangélico e do farol da civilização, por avante na imposição das ideias, e na conquista e posses dessas para todo o globo.

[...]

Sem força moral, sem fé no futuro, sem idéias de melhoramento e aperfeiçoamento, elas serão infalivelmente vencidas, e perecerão, porque pararam na sua marcha, esqueceram de progredir [...]¹¹¹.

principalmente os anarquistas”. DOMENECH. O controle da imigração “indesejável”..., op. cit., p. 26. Grifo no original.

¹⁰⁸ RAMOS, J. S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 60.

¹⁰⁹ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 159.

¹¹⁰ LIMA, Silvio C. S. **Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870 – 1890)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casas de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, 2005, p. 84.

¹¹¹ WERNECK, Luiz P. L. **Idéias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855 *apud* LIMA. **Determinismo biológico e imigração chinesa...**, op. cit., p. 84.

Carula chama a atenção, também, para a religiosidade, pois Moreira acreditava que o fato de os chineses não serem cristãos configurava-se como um problema, visto que a religião poderia ser a única arma que poderia combater suas supostas depravações¹¹²

Conforme Dezem, se o negro era considerado sinônimo de atraso e o elemento nacional sinônimo de preguiça, o chinês se mostra como o sinônimo de transição, escolhido por ser considerado “mais barato e dócil” que o europeu¹¹³. Desse modo, mesmo sendo rejeitado como imigrante ideal, quando o debate sobre a substituição da mão de obra torna-se mais latente, os chineses passam a serem vistos como uma possível “ponte” entre a escravidão e o trabalho livre completo:

Quanto á questão dos braços, não será mister repetir o que a observação dos factos está mostrando, isto é: o colono europeu não supprime, não supprirá os vácuos que a morte e a gradual emancipação do braço escravo vão todos os dias abrindo entre os trabalhadores agricolas [...]

Nas actuaes circumstancias, a introduccção de trabalhadores asiaticos offereceria a todos os ramos da grande lavoura valioso supprimento de forças. Foi nesse immigração que paizes atormentados pela insufficiencia de braços encontraram, uns o meio de atravessar sem perturbações o difficil periodo da transformação do trabalho [...]

Ainda a admittir, sem nenhum reparo, o que há exagerado no conceito dos que receiam o abastardamento da nossa raça pelo contacto da asiática, tão louvaveis escrupulos devem até certo ponto tranquillisar-se pela consideração de que não é para povoar as nossas terras e colonisar o paiz que importaremos chins, mas apenas como meio provisório de facilitar a transformação do trabalho.¹¹⁴

O excerto acima faz parte do Relatório do Ministério da Agricultura (1878), de autoria de Cansação de Sinimbú, e expressa, de maneira clara, como os imigrantes asiáticos eram encarados: apenas um meio-termo entre a escravidão e o trabalhador livre. Apesar da aclaração do ministro sobre o papel que os “chins” desempenhariam na sociedade brasileira, o debate em torno de sua introdução foi muito mais tortuoso.

Angela Lima, ao se debruçar sobre a bibliografia da imigração chinesa para o Brasil, revela que uma vasta gama de estudos frisa o discurso antiasiático que tomou conta dos debates, porém não existia “uma unanimidade de opinião quanto à convivência ou não da entrada de asiáticos no país”¹¹⁵. Gonçalves destaca que mesmo os defensores da

¹¹² CARULA, Karoline. Nicolau Joaquim Moreira e as questões raciais da imigração. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, p. 12-13.

¹¹³ DEZEM, Rogério. Matizes do ‘Amarelo’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. **PROIN- Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**, [2008], p. 02.

¹¹⁴ BRASIL. Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª. Sessão da 17ª. Lesglatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansação de Sinimbú. Rio de Janeiro: Imprensa industrial, 1878, p. 23-25. Grifo meu.

¹¹⁵ LIMA, A. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 53.

imigração chinesa “não se furtavam em ressaltar o que acreditavam ser defeitos”¹¹⁶ – como os possíveis vícios em jogatinas, indisciplina, natureza imoral, entre outros.

Muitos foram contrários à opinião expressa por Sinimbú, como João Cardoso Menezes e Souza, que não deixou de analisar a questão dos “collies” em seu extenso relatório *Theses sobre a Colonização*. Menezes e Souza se posicionou terrivelmente contra a importação desses grupos, sob alegações de que tal imigração seria o início de uma segunda escravidão, atrasando o progresso que os europeus poderiam trazer para o Brasil. Para corroborar suas afirmações, cita seus “efeitos” em países que optaram por trazer o elemento amarelo e teorias racistas, classificando o “chin” como a “antítese da civilização moderna”¹¹⁷:

A emigração contractada dos Coolis e Chins foi na colonias inglezas e francezas uma segunda escravidão, com os mesmos resultados Moraes e politicos [...]

A emigração asiatica, além ele todos estes inconvenientes da escravatura, trouxe a corrupção dos costumes, a deturpação da raça, crises monetárias [...]

Que a raça chinesa abastarda, e faz degenerar a nossa, é verdade anthtopologica, que tem por si a autoridade de notáveis especialistas

O organismo, brasileiro precisa ser retemperado com sangue novo, genial, escaldando na febre do progresso, e que lhe faça subir ao coração a seiva da força, da energia, da mocidade. Como quereis transfundir-nos nas veias suco envelhecido e envenenado de constituições exaustas, degeneradas e refluindo do coração, que vibra lenta e penosamente as palpitações da decrepitude, e que já sente proximos os symptomas da paralyisia?

Queremos luz e o Chim symboliza a treva; queremos moral e o Chim é a encarnação da torpeza e da devassidão; queremos liberdade e o Chim é a imagem do despotismo theocratico - a mais intolerável das autocracias [...]¹¹⁸.

As passagens certamente demonstram todo o desprezo do conselheiro pela imigração asiática e, assim como ele, muitos outros compartilhavam desses pensamentos, reproduzidos por diversos meios de imprensa do período. Angela Lima¹¹⁹ chama a atenção para as gravuras publicadas pela Revista Ilustrada (1876) após o Congresso Agrícola de 1878¹²⁰ – convocado por Cansanção de Sinimbú – e verifica que o periódico

¹¹⁶ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 162.

¹¹⁷ MENEZES E SOUZA. *Theses sobre a colonização do Brasil...*, op. cit., p. 422.

¹¹⁸ MENEZES E SOUZA. *Theses sobre a colonização do Brasil...*, op. cit., p. 414, 419, 420, 422.

¹¹⁹ LIMA, A. “*Nós declaramos guerra ao latifúndio!*”..., op. cit., p.

¹²⁰ “Em 8 de julho de 1878, o então Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, deu inicio a primeira sessão do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro¹¹⁴, que reuniu os principais representantes das áreas de agricultura de exportação dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A falta de braços para a lavoura e o crédito agrícola foram os assuntos principais de todas as pautas apresentas no Congresso Agrícola”. CZEPUŁA, Kamila R. *Os indesejáveis “chins”*: um debate sobre a imigração chinesa no Brasil

publicou caricaturas que buscavam evidenciar “as diferenças étnicas, de profissão e lugar social dos trabalhadores da terra”, na qual o chinês é posto ao lado do negro, com objetivo de descartar, em ambos os casos, “seu elemento étnico (considerado negativo) na composição do povo nacional”¹²¹.

Kamila Czepula, por sua vez, analisa como a “Questão Chinesa”¹²² foi retratada no jornal carioca a *Gazeta de Notícias*, de alta circulação no período. Se apoiando em Marialva Barbosa¹²³, a autora argumenta que a “rede de impressos” que se desenvolveu em finais do Oitocentos conseguiu “promover campanhas, reunir multidões, influenciar tanto a sociedade política, como civil”¹²⁴. Diante disso, a autora define como “surpreendente”¹²⁵ a maneira como a (possibilidade da) introdução de chineses no Brasil foi abordada pelo periódico, ocupando vasto espaço físico em suas folhas. Espaço dedicado a disseminar teorias e posicionamentos racistas, noticiando as supostas predisposições dos “chins” para brigas, álcool e crimes. Ainda conforme Czepula, se manter nesse terreno de julgamento do Outro, replicando os pré-conceitos, era essencial para que os paradigmas brasileiros fossem valorizados¹²⁶. Para ilustrar o posicionamento do periódico, citamos:

A colonização só tem razão de ser, com o colono que se assimile com o colonizador. Ora o chim se misturará ou não com o brasileiro. No caso afirmativo é um mal: no outro caso não vem prestar serviço algum a esta nacionalidade, porque do que precisamos é de trabalhadores, que sejam amanhã cidadãos e produzam cidadão [...] ¹²⁷

Se houve defensores da imigração chinesa, houve mais opositores e Sinimbú não teria sucesso em suas tentativas. Nas palavras de Gonçalves, “Os protestos contra a imigração chinesa cresciam na mesma medida em que os projetos do governo Sinimbú tentavam sair do papel”¹²⁸. Tantos debates acalorados, tantos Congressos Agrícolas, diversas reportagens e algumas caricaturas satirizando os asiáticos, o medo da “mongolização” do país e uma dose bem forte de racismo para verificarmos que, ao final

Império (1878-1879). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis, 2017, p. 85.

¹²¹ LIMA, A. “**Nós declaramos guerra ao latifúndio!**”..., op. cit., p. 66.

¹²² Para uma leitura de fonte contemporânea ao período, conferir: MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Questão chinesa. O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1880. Para consulta bibliográfica, ver: DEZEM, R. *Matizes do amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

¹²³ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996).

¹²⁴ CZEPULA. *Os indesejáveis “chins”*..., op. cit., p. 99.

¹²⁵ CZEPULA. *Os indesejáveis “chins”*..., op. cit., p. 103.

¹²⁶ CZEPULA. *Os indesejáveis “chins”*..., op. cit., p., p. 104.

¹²⁷ GAZETA. 23 mar. 1879) *apud* CZEPULA. *Os indesejáveis “chins”*..., op. cit., p., p. 106.

¹²⁸ GONÇALVES. *Mercadores de Braços*..., op. cit., p. 166.

do Oitocentos, menos de 3 mil chineses haviam ingressado no Brasil – 2.947, para ser mais específico¹²⁹.

A questão do imigrante ideal seguiria pela década de 1880, catapultada, principalmente, pelo surgimento da Sociedade Central de Imigração. Além da SCI, outra célebre agremiação tomaria forma nesse mesmo período, a Sociedade Promotora de Imigração, instituição paulista voltada para defender os interesses dos cafeicultores. Ambas enxergaram a propaganda como uma valorosa ferramenta para o estabelecimento de um fluxo imigratório para o Brasil e apostaram, entre outras ações, na publicação de guias para emigrantes a serem distribuídos pela Europa. Mesmo carregando o título de sociedades imigrantista mais proeminentes do Império, elas não foram as únicas a produzirem guias para emigrantes. Diante disso, nosso próximo tópico discutirá os responsáveis pelas publicações.

1.3. Responsáveis pelos guias

Esperou-se que o Brasil se tornasse um polo de atração da imigração espontânea, sem necessidade de grandes intervenções governamentais, todavia, a história assevera que os vários caminhos tomados pelo Império na busca pelo europeu não foram capazes de potencializar o fluxo de entradas sem depender de subsídios e pecúlios.

As notícias sobre o insucesso de inúmeras tentativas de imigração/colonização se espalharam por diversas regiões da Europa e as consequências foram sentidas de maneira grave: o Brasil era um lugar a ser evitado. A fim de modificar esse cenário, percebe-se a elaboração de uma série de propagandas sobre o Brasil a ser espalhada pelo Velho Mundo. Dentre essas propagandas, encontram-se os guias para emigrantes.

Opúsculos publicados por diferentes instituições, como o Ministério da Agricultura, na esfera pública; sociedades como a SPI e a SCI, defendendo suas próprias agendas em um terreno que amálgama setor público e privado; empresários buscando auferir algum lucro, entre outros. Refletir, portanto, sobre os responsáveis pelos guias se mostra essencial para entender as forças por trás do processo imigratório para o Brasil Oitocentista e inserir as propagandas nessa conjuntura – intento deste capítulo.

Considerando o significativo número de guias para emigrantes que trabalhamos, alguns se tornam mais fácil de pesquisar, devido à disponibilidade de bibliografia e/ou

¹²⁹ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., loc. cit.

fontes, enquanto para outros, o caminho mostrou-se mais espinhoso e lacunar – prontas para serem preenchidas por futuras pesquisas.

Datam de 1875 os dois guias mais antigos: *Província do Paraná e Indicações Agrícolas*. O primeiro foi publicado por ordem da Secretaria dos Negócios da Agricultura, do Commercio e das Obras Públicas¹³⁰ (SENACOP), comandado, à época, por Tomás José de Coelho de Almeida, com atuação entre 25 de junho de 1875 até 05 de janeiro de 1878¹³¹.

Louise Gabler aponta que, até o ano da fundação da SENACOP, o Estado possuía apenas seis secretarias, que se equivaliam aos “ministérios” e que a estrutura administrativa do Brasil “era muito simplificada”, sem detalhadas divisões de afazeres¹³². Desse modo, a Secretaria ficou encarregada de inúmeras atividades heterogêneas, indo desde iluminação pública, passando por negócios concernentes às estradas de ferro, passeios públicos e questões agrícolas, por exemplo.

Ao longo de sua existência, a estrutura da Secretaria passou por três reformas: a primeira em 1868, relacionada principalmente à questão orçamentária (corte de pessoal), sem mudanças nas atribuições. Em 1873 o órgão ficou responsável pela efetivação da Lei de Terras (1850) e da Lei do Ventre Livre (1871). A última transformação ocorreu apenas meses antes de ser extinta, em 1890, quando a Diretoria de Obras Públicas foi dividida em duas¹³³.

Mesmo com as reformas visando uma melhor estruturação da pasta, suas atribuições continuaram diversificadas e à frente de assuntos de grande importância para o Governo Central, como a agricultura. Roberta Meira credita a criação da SENACOP exatamente para lidar com questões relacionadas à agricultura, apoiada nos relatórios presidenciais que registraram “uma série de dificuldades enfrentadas pela grande lavoura brasileira”¹³⁴. Assim, medidas de valorização e defesa da agricultura deveriam ser tomadas, tanto pelas províncias quanto pelo Governo Central, e a criação da SENACOP refletiu essa preocupação¹³⁵.

¹³⁰ Em alguns trabalhos a palavra “Ministério” foi substituída por “Secretaria”, deixamos claro que estaremos nos referindo ao mesmo órgão quando ocorrer uma mudança no substantivo. Também utilizaremos a abreviação SENACOP.

¹³¹ GABLER, Louise. *A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 111.

¹³² GABLER. *A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura...*, op. cit., p.11.

¹³³ GABLER. *A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura...*, op. cit., p. 13-17.

¹³⁴ MEIRA, Roberta B. Um olhar para a lavoura: os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos Presidentes de Província no final do Império. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, 2009, p. 110.

¹³⁵ MEIRA. Um olhar para a lavoura..., op. cit., p. 112.

Gabler, por sua vez, defende que a modernidade da segunda metade do XIX, trazida pela II Revolução Industrial, exigia um “aparato administrativo que pudesse fomentar e regular esse processo”¹³⁶, portanto o autor entende a SENACOP como uma ferramenta do processo de modernização do Brasil Imperial.

Analisando as duas autoras acima, verifica-se que Meira defende uma agenda governamental relacionada à economia, enquanto Gabler se preocupa mais com ideais de progresso. Ao passo que esses dois posicionamentos não devem ser entendidos de maneira isolada – visto que economia e progresso caminhavam juntos –, ao colocá-los em perspectiva frente os assuntos privilegiados pelo GPR-1875, a posição de Meira nos parece mais oportuna para o entendimento da propaganda, em razão de entender a agricultura como força motriz para o progresso, tal como o opúsculo.

Em relação às medidas de defesa, em relatório, o ministro Pereira Júnior, fornece uma perspectiva sobre a situação:

De vosso esclarecido juízo depende a adoção de medidas com que se deem à lavoura instituições de crédito especialmente destinadas a favorecê-la com empréstimos a longo prazo e juro módico. [...] Seriamente empenhado na aplicação desse remédio, para que se remova, tão de pronto quanto possível, o que a todos aflige, porque é mal de que ninguém escapa no Brasil, o – sofrimento da lavoura nacional [...].¹³⁷

Verifica-se, portanto, que a SENACOP esteve, desde seu início, preocupada com “a principal fonte de riquezas”¹³⁸ do Império: a agricultura. Logo, *Província do Paraná* funcionou como uma ferramenta dessas políticas que visavam dar estabilidade à agricultura, ao mesmo tempo em que atuou como propaganda imigratória. Essa afirmação encontra respaldo, além do discurso do manual, na fala do ministro Tomás Coelho a respeito dos problemas enfrentados pela agricultura no país e dos embaraços em fornecer crédito para os homens da terra:

Considerada, desde os primeiros seculos, a profissão mais util e digna do homem livre, a agricultura, principal fonte da riqueza publica e privada no Imperio, tem direito á mais decidida proteção dos poderes publicos. É certo que depois do Decreto n. 1067 de 28 de julho de 1860 podemos tambem repetir que o Estado reconheceu tanto a importância desta industria, “que lhe deu na alta administração do paiz o mesmo lugar que á Justiça, ao Exercito e ás Finanças”¹³⁹.

¹³⁶ GABLER, L. **A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura...**, op. cit., p. 12.

¹³⁷ MEIRA. Um olhar para a lavoura..., op. cit., p. 113.

¹³⁸ **Província do Paraná...**, op. cit., p. 44.

¹³⁹ IMPÉRIO DO BRASIL. **Relatório do anno de 1876 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª. Sessão da 16ª. legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877, p. 17. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1962/000003.html>>. Acesso: 19 set. 2019.

O trecho deixa claro sua posição em defesa da agricultura, classificando a atividade no campo como a mais digna, ao lado do exército e da própria justiça. O Decreto por ele citado, refere-se à criação da SENACOP, indicando que a Secretaria exerceria papel central nos negócios da agricultura.

De maneira igualmente significativa para a divulgação e defesa da agricultura brasileira, temos *Indicações Agrícolas* (1875), com sua narrativa voltada quase integralmente para a lavoura.

Indicações este sob a responsabilidade de Nicolau Joaquim Moreira, figura que parece ascender no Império a partir da segunda metade do Oitocentos, ocupando proeminentes cargos públicos relacionados à imigração e agricultura: ocupou posto de conselheiro do Imperador, subdiretor do Museu Nacional, onde era o diretor da seção de botânica e ministrava cursos de agricultura, bem como ocupou a cadeira de diretor do Jardim Botânico¹⁴⁰.

Abolicionista, tomou partido nas discussões acerca das transformações pelas quais o Império passava ao lado de nomes como André Rebouças e Joaquim Nabuco. Ao passo que combateu a escravidão, advogou a favor da vinda de imigrantes europeus e pela modernização das técnicas agrícolas¹⁴¹. Sua formação ligada à área da saúde não foi deixada de lado em seus escritos, debates e posicionamentos: encarado como cientista eclético, tomou como uma de suas missões equiparar o Brasil aos países europeus, vistos como civilizados, através do discurso higienista. Essa postura científicista é vista por Pádua como resquícios do Iluminismo luso-brasileiro, que encarava o conhecimento científico como o caminho para a chamada civilização¹⁴².

Sua postura científica se refletiria também em suas predileções para o imigrante. Homem de seu tempo, o médico posicionava-se terminantemente contra a introdução do elemento oriental em terras brasileiras, argumentava que tanto em características físicas e intelectuais o chinês mostrava-se uma raça inferior¹⁴³ – discutido a pouco.

Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)¹⁴⁴, esteve à frente da Comissão de Agricultura de 1866 até 1874 e passou a ocupar o posto de segundo

¹⁴⁰ CARULA, Nicolau Joaquim Moreira e as questões raciais da imigração, op. cit., p. 03, nota 2.

¹⁴¹ Discutiremos sobre a modernização da agricultura no capítulo 3.

¹⁴² PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keyla e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.344.

¹⁴³ MOREIRA, Nicolau J. Questão chinesa. Preleção no Museu Nacional em 1879., O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia de Eduardo & Henrique Laemmert, v. XLVIII, n. 1, abril 1880.

¹⁴⁴ Inspirada por duas agremiações similares, a francesa “*Société D’Encouragement à L’Industrie Nationale*” e a portuguesa *Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, em 1825 era oficializada a

vice-presidente no ano seguinte, permanecendo até 1881, quando tornou-se presidente da mesma, permanecendo até seu falecimento em 1894¹⁴⁵. Ao assumir a cadeira de presidente, passa a ministrar cursos sobre agricultura no Museu Nacional, onde, não raro, versava sobre “a importância do conhecimento da química para o bom desenvolvimento agrícola”, como atesta Carula¹⁴⁶.

Encontramos em *Indicações Agrícolas* uma menção à SAIN, ao citar *O Auxiliador da Indústria Nacional*, revista dedica à divulgação de estudos sobre agricultura e afins. Em relação à SAIN, o guia declara:

uma sociedade patriótica que, ha 40 annos, presta os mais relevantes serviços á industria agricola e manufactureira, quer com a regular publicação de sua revista, quer com a impressão de importantes manuaes relativos aos diversos conhecimentos da economia rural¹⁴⁷.

A Auxiliadora foi uma associação privada com financiamento do Estado que tinha como objetivo “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil”¹⁴⁸, conforme seu estatuto. Francisco de Souza concebe a Auxiliadora como “o principal veículo de divulgação científica e tecnológica”¹⁴⁹ do Império no século XIX. Barreto faz coro a essa constatação ao salientar que uma de suas prioridades era transformar a “agricultura de machado”, predominante no Brasil, em uma atividade modernizada, por meio de inovações tecnológicas e novos processos, para que a lavoura pudesse se expandir¹⁵⁰. Segundo o autor, devido a sua dinâmica de atuação, agindo em diferentes áreas, a agremiação transformou-se num importante “campo de debate científico, social e econômico”¹⁵¹.

Atesta-se, portanto, que *Indicações Agrícolas* configura-se como um dos trabalhos de Nicolau Moreira voltados para o socorro da lavoura e como um dos “importantes manuais” publicados pela SAIN. De fato, ideias da Sociedade Auxiliadora da Indústria

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. **XIII Encontro de História Anpuh - Rio, 2008, Rio de Janeiro. Identidades**, 2008, p. 3.

¹⁴⁵ BEDIAGA, Begonha. Revista Agrícola (1869-1891) sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.169-195, jan/abr 2013, p. 181.

¹⁴⁶ CARULA. **Darwinismo, raça e gênero**: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 39.

¹⁴⁷ MOREIRA, Nicolau J. **Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigem ao Brazil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875, p. 14-15. Grifo meu.

¹⁴⁸ **Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**, 1831, p. 01, *apud* BARRETO. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional..., op. cit., p. 3.

¹⁴⁹ SOUZA, Francisco A. de. Políticas educacionais no Império: a sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu projeto para uma escola agrícola. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 2004, p. 1.

¹⁵⁰ BARRETO. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional..., op. cit., p. 3-4.

¹⁵¹ BARRETO. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional..., op. cit., p. 6.

Nacional, como melhoria nas técnicas agrícolas, abandono da lavoura de exploração e necessidade do investimento em educação agrícola se fazem presente ao longo de toda a publicação.

Percebe-se que ambos os guias de 1875 têm como plano de fundo as vicissitudes enfrentadas pela agricultura, portanto mostra-se oportuno entender o porquê de medidas de proteção da lavoura serem necessárias – e elas se tornam mais claras quando trazemos para a discussão algumas crises que abalaram o Império na segunda metade do Oitocentos.

Almir Sanches¹⁵² trata de três delas: a primeira, de origem monetária, ocorreu em 1857 e esteve relacionada diretamente à (falta de) emissão de papel moeda executada pelo Banco do Brasil. O autor explica que fatores como as especulações derivadas do aumento entre relações comerciais e financeiras, a Lei Eusébio de Queirós e o intenso tráfico interprovincial, o aumento das transações de títulos na Bolsa de valores do Rio de Janeiro e, por último, a crise comercial internacional contribuíram para o agravamento da situação¹⁵³. No intuito de enfrentar a crise, o Banco do Brasil passou por uma restrição na emissão de dinheiro.

A soma desses elementos, além das políticas econômicas adotadas pelo Governo Central no pós-1857, é apontada por Sanches como a causa para o fechamento de uma das principais casas bancárias do Império, a Casa Souto¹⁵⁴, que, por sua vez, desencadearia a crise na concessão financeira de 1864.

Sanches enfatiza dois principais agentes para a instabilidade do período: 1) “a valorização da moeda nacional frente à libra esterlina”; e 2) “os problemas enfrentados pelos financiadores empréstimos sem que houvesse garantias adequadas do pagamento”¹⁵⁵. Segundo o autor, os financiadores de crédito não se encontravam em

¹⁵² SANCHES, Almir T. **A questão de terras no início da República: O Registro Torrens e sua (in)aplicação**. Dissertação (Mestrado em Teoria Geral do Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

¹⁵³ SANCHES. **A questão de terras no início da República...**, op. cit., p. 28.

¹⁵⁴ De acordo com Silvia Souza, a Casa Souto foi criada pelo imigrante português Antônio José Alves Souto que se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1830, aos dezesseis anos. Nos anos 1840, ele criaria seu próprio negócio voltado para operações bancárias, seu sucesso lhe rendeu uma importante clientela, formada principalmente por políticos e comerciantes. Se transformou em um dos mais importantes banqueiros da capital do Império, recebendo, inclusive, o título de Visconde. Sua falência, em 11 de setembro de 1864, causou pânico entre a elite do Império, sendo divulgada por diferentes meios de comunicação, tanto a nível nacional quanto internacional, e foi definido por José Pedro Dias Carvalho, ministro da Fazenda, como “a crise mais formidável que se conhece nos fatos econômicos do Brasil”. SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Crise! Crise! Crise! A quebra da Casa Souto nas letras de lundus compostos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 588-611, jul./dez. 2014, p. 593-595.

¹⁵⁵ SANCHES. **A questão de terras no início da República...**, op. cit., p. 30.

posição vantajosa: de um lado, o escravo, até então principal garantia, já não possuía o mesmo valor; por outro, a terra, que passaria a tomar o lugar do cativo nos empréstimos, não contava com um sistema de registro que pudesse garantir sua segurança, tornando as transações muito arriscadas. Ademais, o valor da terra era sensivelmente inferior ao do escravo¹⁵⁶.

A (tentativa de) solução para a falta de crédito agrícola veio com a proposta do Banco do Brasil através da Carteira Hipotecária, mas não sem duras críticas e oposição. O que nos leva à terceira e última crise, de 1875 – e a mais significativa para este trabalho, considerando a data das publicações. Neste ano, a economia do Império foi abalada de maneira severa devido tanto ao contexto internacional, que passava por um momento de retração desde 1873, quanto aos acontecimentos internos, impulsionada pela escassez de produtos¹⁵⁷.

Luiz Prado oferece um terceiro motivo para a crise de 1875: as consequências da Guerra do Paraguai, definida por ele como “o grande marco divisor na política e na economia do Segundo Império”¹⁵⁸. Wilma Peres Costa mostra-se mais enfática, diz que “a partir dela [Guerra do Paraguai] que se abriu o fosso, fatal para o destino do Império, entre as forças armadas e as instituições políticas da monarquia”¹⁵⁹. Em concordância com os dois autores, Sanches atribui ao sangrento conflito à escassez doméstica, devido ao dispendioso gasto exigidos para o financiamento do combate.

Como ressaltam Abreu e Lago, o “nível de despesas do governo central dependia em grande medida dos gastos militares relacionados a operações internas e externas”¹⁶⁰. Durante os anos da Guerra do Paraguai (1864-1870) essas despesas bateram 65% dos gastos totais do governo, com um custo entre 40 e 60 milhões de libras esterlinas. Tal situação se refletiria nos anos finais do reinado e início da República, período que a dívida externa brasileira passou de 5,1 milhões de libras esterlinas para 33,6 milhões¹⁶¹, correspondendo a um aumento de, aproximadamente, 660%.

Para Guimarães, essa crise comercial, iniciada no Rio de Janeiro, desencadeou a suspensão das operações de créditos de diversas casas bancárias, o que levou ao Governo

¹⁵⁶ SANCHES. **A questão de terras no início da República...**, op. cit., p. 31.

¹⁵⁷ SANCHES. **A questão de terras no início da República...**, op. cit., p. 36.

¹⁵⁸ PRADO, Luiz C. D.. A Economia Política das Reformas na Primeira Década Republicana. **Rev. Análise Econômica (UFRGS)**, ano 21, n. 39, mar. 2003, p. 07.

¹⁵⁹ COSTA, Wilma P. **A espada de Dâmocles**. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec/UNICAMP. 1998, p. 144.

¹⁶⁰ ABREU, Marcelo de P.; LAGO, Luiz A. C. do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, [2010], p. 34.

¹⁶¹ ABREU; LAGO. **A economia brasileira no Império...**, op. cit., p. 35.

Central emitir “até 50.000 contos de réis, 25.000 em bilhetes com prazo de 12 meses e juros de 5%, e 25.000 em dinheiro, para ajudar os bancos contornarem a crise”¹⁶².

A exposição desse turbulento período de adversidades não busca apenas ilustrar determinados acontecimentos do período, pretende-se indicar que os problemas da agricultura, tão discutidos pelo ministro Coelho de Almeida, os percalços enfrentados na concessão de crédito aos fazendeiros e a resistência à inserção do trabalhador livre não se configuram como episódios isolados e influenciarão a existência desses dois guias para emigrantes.

De volta aos responsáveis, averiguamos que Nicolau Moreira fez parte do grupo anti-imigração asiática e ele não foi o único dos encarregados pelas propagandas a tomar tal posição. O debate sobre o imigrante ideal ganharia novo fôlego com o surgimento da Sociedade Central de Imigração (SCI), responsável por *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* (1884)¹⁶³. Ao falarmos de SCI, também precisamos falar sobre a Sociedade Promotora de Imigração (SPI), que publicou o manual *A provincia de S. Paulo no Brazil. Emigrante lede este folheto antes de partir* (1886). As sociedades surgem em meados da década de 1880 e seus embates já se tornaram clássicos, visto sua relevância no Império e seus objetivos completamente diferentes para o imigrante. Aqui traçaremos um quadro geral sobre ambas.

Inaugurada em 17 de novembro de 1883, a SCI foi uma agremiação sem fins lucrativos que buscou solucionar as problemáticas concernentes ao processo de imigração, através do estabelecimento de europeus não ibéricos em pequenos núcleos coloniais, promover a modernização da sociedade brasileira, como expressado pelo artigo primeiro de seu estatuto¹⁶⁴. Apesar do projeto da Sociedade ter sido elaborado por Karl Von Koseritz, Hermann Blumenau e Hugo Grüber, o projeto foi acolhido, de fato, por proeminentes homens do Império, como o abolicionista André Rebouças, o senador Alfredo d’Escagnolle Taunay e Henrique B. Rohan.

¹⁶² GUIMARÃES, Carlos G. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Pós-Guerra do Paraguai, 1871-1875. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de Empresas**. São Paulo: ABPHE, 2003, p. 05.

¹⁶³ Este guia está assinado por Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, inspetor geral das Terras e Colonização, no entanto, foi encomendado e publicado pela Sociedade Central de Imigração, como demonstra Arthur Carrega e também pode ser verificado em fontes do período. CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 96; **Gazeta de Notícias**. 11 de dezembro de 1884.

¹⁶⁴ “Art. 1º A Sociedade Central de Imigração tem por fim promover, por todos os meios directos e indirectos ao seu alcance, o augmento da emigração européa para o Brazil”. **A Imigração**. Reimpressão dos boletins nº 1 ao nº 4. Outubro de 1883 a Agosto de 1884, p. 1.

De acordo com Koseritz, a criação de uma sociedade imigrantista poderia ser de grande valia para reverter a situação que o Brasil se encontrava, com baixos números de entradas de estrangeiros, e destaca que “só através da propaganda se pode dar ao povo brasileiro uma ideia exata da contribuição da imigração alemã e da sua influência sobre o futuro destino do país”¹⁶⁵.

O insucesso do projeto imigrantista brasileiro era atribuído, dentre outros fatores, à escravidão e ao latifúndio. Os membros da SCI defendiam que o principal desejo daquele que deixava sua terra natal era adquirir um pedaço de terra para chamar de seu e tirar daí seu sustento e comercializar os excedentes, a fim de ascender social e economicamente, porém as grandes fazendas monocultoras minavam esse sonho. Para André Rebouças, os latifúndios rurais representavam um tempo de “barbárie e de obscurantismo [...] quer sob o ponto de vista econômico quer sob o ponto de vista social”¹⁶⁶. Diante disso, a SCI já havia definido seu inimigo logo em seus primeiros momentos: o latifúndio, e a ele havia declarado guerra¹⁶⁷.

Monteiro Mesquita encara a formação da nacionalidade brasileira como o “grande tema do discurso” da SCI. Segundo ele, a formação do sentimento nacional pairava sob um conflito entre o “velho” e o “novo” e seria apenas com a evolução da sociedade que este conflito se resolveria¹⁶⁸.

Como assinala Carrega, apesar da questão de terras ser uma latente, a SCI se preocupou com outros aspectos problemáticos que o Brasil deveria lidar para poder receber uma corrente imigratória volumosa, como leis de naturalização, a questão religiosa, diretamente ligada aos cemitérios e casamentos de não católicos¹⁶⁹.

A elaboração de propagandas foi uma constante ao longo da atuação da sociedade, que empreendeu uma política de atuação em duas frentes: em termos domésticos, a agremiação buscou (trans)formar a opinião pública a favor dos benefícios da imigração e supressão do trabalho escravo, o boletim *A Imigração* é o grande exemplo dessa propaganda interna. As medidas voltadas para o exterior, “destinada ao imigrante e aos

¹⁶⁵ KOSERITZ, Karl von. **Imagens do Brasil**. Tradução Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Martins, 1943, p. 220.

¹⁶⁶ REBOUÇAS, André. **A agricultura nacional**, 1883, *apud* HALL, Michael. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976, p. 153.

¹⁶⁷ “Nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”. KOSERITZ. **Imagens do Brasil**, op. cit., p. 215.

¹⁶⁸ MESQUITA. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**..., op. cit., p. 113-114.

¹⁶⁹ CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade**..., op. cit., p. 53.

governos envolvidos”, seria responsável por pintar a imagem de um Brasil renovado, um Brasil pronto para receber, acomodar e dar as melhores oportunidades de crescimento aos imigrantes¹⁷⁰ – ilustrado por guias para emigrantes e panfletos.

Além da propaganda, uma das primeiras iniciativas da SCI foi criar as Sociedades Filiais (SFs). Essas sociedades seguiam as diretrizes gerais da Central, mas possuíam autonomia e esquemas próprios que se adequavam às diferentes realidades regionais. Segundo Lima, através da atuação das Filiais, a SCI pôde delinear diferentes estratégias para direcionar o imigrante a locais mais apropriados para suas aspirações, visto que o contexto regional proporcionava às SFs uma maior aproximação com o estrangeiro. Condições como clima, localização, qualidade das terras e aspectos sociais eram pontos de grande importância que deviam ser apresentados ao emigrante e essas informações ficavam a cargo, majoritariamente, das Filiais¹⁷¹.

A influência da SCI se expandia por todo o território e as filiais se multiplicavam, chegando a vinte sete espalhadas por oito províncias do Império, das quais dezessete se localizavam no Sul, região onde o grupo conseguiu uma maior difusão de seus ideais e constituiu importantes núcleos baseados na pequena propriedade¹⁷².

De imediato pode-se concluir que tal projeto colocava em xeque os interesses da elite cafeeira paulista, que encarava os imigrantes apenas como solução para a falta de mão de obra na lavoura e, definitivamente, não advogava a favor do fim do latifúndio. Como resposta, um grupo de importantes membros da elite política e econômica brasileira, formou sua própria agremiação, a Sociedade Promotora de Imigração, responsável pelo guia *Emigrante, lede este folheto antes de partir* (1886).

Formada no dia 2 de julho de 1886 por importantes cafeicultores paulistas, a Promotora não possuía vínculos com a Central e adotou uma política de “braços para a lavoura”¹⁷³. Alguns dos membros de maior destaque são Martinho da Silva Prado Junior e seus irmãos; Nicoláu de Souza Queiroz; Antonio Queiroz Telles, o Visconde de Parnaíba; Rafael de Aguiar Paes de Barros.

Esse grupo dominava não apenas o cenário econômico, mas, também, o político. Na época em que ocorreu a fundação da instituição o presidente da província era Antônio

¹⁷⁰ VASSILIEF, Irina. **A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural**. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987, p. 11.

¹⁷¹ LIMA, A. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 198.

¹⁷² LIMA, A. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 201.

¹⁷³ PETRI, Katia. “Mandem vir seus parentes”: A sociedade promotora de imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010, p. 49.

de Queiroz Telles, Barão da Parnaíba, e seu vice Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, ambos membros proeminentes da SPI. Temos, ainda, no âmbito do Império, a figura de Antônio da Silva Prado, irmão de Martinho Prado Júnior, atuando como ministro da Agricultura.

Juridicamente a Promotora era uma instituição privada e sem fins lucrativos e seus diretores não recebiam remuneração, contudo, todo o capital de financiamento provinha dos cofres públicos e, mesmo financiando o empreendimento, o Estado não interferia nas atividades da associação, sua única função era liberar a verba para a subvenção das passagens. Essa configuração agilizava o processo imigratório, pois não dependia da máquina burocrática estatal¹⁷⁴.

Holloway afirma que a elite paulista não encarava a Promotora, de fato, como uma instituição privada que se utilizava dos recursos públicos para promover benefícios a um setor exclusivo da sociedade – o que era exatamente isso que ocorria –, mas, sim, “como um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas para atender a um propósito extraordinário”¹⁷⁵ – a suposta falta de mão de obra para a lavoura cafeeira. Além disso, ainda de acordo com o autor, durante os primeiros doze anos do regime republicano, o imposto de exportação sobre o café representou quase três quartos da receita fiscal do estado de São Paulo, fato utilizado pelos fazendeiros para argumentarem contra os que acreditavam que a lavoura deveria subsidiar diretamente os imigrantes e não o Estado¹⁷⁶.

Ao longo de seus nove anos de atuação (1886-1895), a SPI tornou-se o órgão com resultados mais expressivos na introdução de imigrantes no Brasil. Através de sua política de subvenção de passagens foi a responsável por fixar o maior número de estrangeiros no Império: a quantia de 266.732 imigrantes¹⁷⁷. Além das passagens gratuitas, benefícios como a concessão de lotes de terra com diferentes maneiras para serem quitados e abrigo nas hospedarias também estiveram presentes durante a atuação da Promotora.

Essa concessão de benefícios seguia uma rígida política administrativa da Sociedade, que optou por trazer famílias completas para trabalhar nas fazendas de café,

¹⁷⁴ SANTOS, Ivison P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895). **Revista De Economia Política e História Econômica**. Ano 07. Número 21. Junho de 2010, p. 34.

¹⁷⁵ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 67.

¹⁷⁶ HOLLOWAY. **Imigrantes para o café...**, op. cit., p. 78.

¹⁷⁷ BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982, p. 85.

inclusive idosos ou incapazes para o trabalho. Martinho Prado declarava que ao atrair famílias inteiras, elas encontrariam locais para se assentarem mais rapidamente e trabalhariam de maneira mais empenhada, considerando que seus familiares estariam felizes por estarem juntos e poderiam ter uma renda maior. A real intenção da Promotora, na verdade, era evitar altos índices de remigração¹⁷⁸.

Assim como a SCI, a associação paulista empreendeu uma campanha publicitária dentro e fora do país: manuais, folhetos, mapas, iconografias, periódicos, entre outros meios, foram utilizados na atração do emigrante. Petri, porém, aponta que nem todos os membros da associação acreditavam que a publicidade poderia proporcionar aumentos efetivos no fluxo imigratório – um desses membros, segundo a autora, era o próprio Martinho Prado Junior¹⁷⁹.

O argumento utilizado por esses membros estava relacionado ao grupo de pessoas desejado por São Paulo: agricultores em condições miseráveis, muitas vezes analfabetos, que buscavam apenas uma oportunidade para deixar as dificuldades para trás, e essa oportunidade se fazia real com o subsídio de passagens.

Essa informação pode ser corroborada com um relatório da Promotora, de 1886, apresentado ao presidente da província, no qual afirma que mesmo com a publicação de

“[...] mil jornaes e livros decantando nossas riquezas e clima, reformem-se mesmo todas as leis, que na opinião dos rhethoricos theoricos são impencilhos á immigração, e asseveramos que o resultado será equivalente a zero”¹⁸⁰.

Mesmo com as incertezas, a campanha publicitária da Sociedade não se encerrou e no mesmo ano de sua fundação, 1886, a Sociedade Promotora de Imigração publicou um manual para ser distribuído pela Europa, a fim de divulgar a Província de São Paulo. A propaganda foi financiada pelo Ministério da Agricultura – com Antônio da Silva Prado como ministro – que concedeu verba de 12:000\$¹⁸¹ para sua publicação e, segundo Holloway, teve uma tiragem de oitenta mil cópias em português, italiano e alemão¹⁸².

¹⁷⁸ SANTOS. *A Sociedade Promotora de Imigração...*, op. cit., p. 45-46.

¹⁷⁹ Além de Prado Jr., os outros diretores que, segundo a autora, não viam vantagens com a propaganda eram Nicolau de Souza Queiroz e Raphael Aguiar Paes de Barros. PETRI. “**Mandem vir seus parentes**”..., op. cit., p. 56, nota 35.

¹⁸⁰ SÃO PAULO. Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba Presidente da Província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração in Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Província de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio, de Souza Queiroz Filho. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1886, p. 12

¹⁸¹ “O sr. ministro da agricultura resolveo auxiliar com a quantia de 12:000\$ a publicação do importante *Guia do Immigrante*, na provincia de S. Paulo, trabalho que tem sido unanimamente elogiado e que deve-se a iniciativa da *Sociedade Promotora de Imigração* [...]” **Correio Paulistano**. 27 de novembro de 1886.

¹⁸² HOLLOWAY. *Imigrantes para o café...*, op. cit., p. 65.

Ao consultar o periódico *O Espírito-Santense*, constata-se que, poucos meses após sua publicação, o guia paulista foi enviado para consulados brasileiros no Norte da Europa na língua alemã, “afim de que distribuindo-os convenientemente, possam os mesmo consulados prestar aos numerosos imigrantes, que lh’as tem pedido, informações relativas ás condições sanitarias, ao clima e á produção daquela provincia”¹⁸³. Também sabemos que o folheto chegou a Portugal, conforme o periódico de Lisboa *O Economista*:

A provincia de S. Paulo, no Brazil

Com este título recebemos um folheto que é por assim dizer um guia completo do emigrante que pretenda ir para o Brazil. Do que n’elle se lê depreende-se que a provincia de S. Paulo é uma das mais ricas e prosperas do Bazil ou pelo menos aquella cujo clima mais se harmonisa com o da Europa e por isso muito vantajoso para o emigrante europeu. No frontespicio do folheto lê-se o seguinte:

*Emigrante! Lêde este folheto antes de partir!*¹⁸⁴

Se, por um lado, essa propaganda não foi encarada como frutífera o suficiente para aumentar o fluxo de imigrantes, por outro, verifica-se que ela marcou presença em diferentes lugares da Europa. Todavia, a chamada por meio de cartas de parentes já instalados na província constituiu-se como a pedra angular da política de atração desenvolvida pela SPI. Abaixo transcrevemos um anúncio da Promotora, publicado no *Correio Paulistano*, convidando os estrangeiros a chamarem seus parentes por meio dessas cartas:

Aos estrangeiros residentes na provincia

A directoria da sociedade promotora de immigração convida a todos os estrangeiros residentes na provincia, que quizerem mandar vir da Europa seus parentes e amigos, a se dirigirem á directoria nesta capital, enviando-lhe as listas das pessoas que quizerem mandar vir e logar de residencia das mesmas. Egualmente devem escrever a seus parentes, incumbindo se a directoria de remetter as cartas para seus destinos.

[...]

Tratando-se de um assumpto tão importante, que tão intimamente liga-se ao engrandecimento de S. Paulo, a directoria pede a toda imprensa da provincia, que dê a maior publicidade ao presente annuncio, reproduzindo-o em suas columnas e chamando sobre elle a atenção dos estrangeiros.¹⁸⁵

Petri sugere dois principais motivos para a divulgação das cartas receber uma atenção maior do que outros meios de atração: (i) os custos com a produção de materiais como guias, folhetos, brochuras e traduções mostravam-se exponencialmente mais altos do que investir no envio de cartas; (ii) o chamado de parentes seria muito mais convincente do que o de uma agência ou recrutadores pagos¹⁸⁶.

¹⁸³ *O Espírito-Santense*. 05 de fevereiro de 1887.

¹⁸⁴ *O Economista*. 29 de janeiro de 1887.

¹⁸⁵ *Correio Paulistano*. 21 de julho de 1886.

¹⁸⁶ PETRI. “Mandem vir seus parentes”..., op. cit., p. 73.

Analisando o deslocamento de portugueses para o Brasil, Maria Izilda ressalta que as cartas de chamada foram agentes da democratização da escrita. Frente à necessidade de manter contato com os que haviam sido deixados para trás, a comunidade “pouco letrada” precisou se adequar à realidade do distanciamento e superar os obstáculos da cultura escrita com estratégias próprias. Nas palavras da autora, “as práticas de trocar cartas difundiram novos indicadores de comunicação e expressão, permitindo rediscutir as fronteiras entre a oralidade e o registro escrito”¹⁸⁷.

Para a Promotora, no entanto, as missivas eram parte integrante de sua estrita burocracia de concessão de favores. Sua influência não ficou restrita apenas à região paulista, passando a agir como um grupo de pressão à atuação da Central, um novo momento surge para a Promotora quando o Barão de Parnaíba propõe que a sociedade fosse o único agente de recrutamento de imigrantes, eclipsando, assim, a sociedade de Taunay¹⁸⁸.

Por fim, consolidando sua preponderância na introdução de trabalhadores, outra grande vitória para os latifundiários do café ocorreu com o contrato estabelecido com o governo provincial em 29 de fevereiro de 1888, a partir desse momento a SPI tornou-se responsável pela Hospedaria de Imigrantes, elevando-a ao status de agência oficial de imigração¹⁸⁹.

Tendo como lema braços para a lavoura, a SPI estava mais preocupada em proporcionar trabalhadores para as fazendas de café: o imigrante ideal deveria se estabelecer nas fazendas particulares e tomar conta do café e da colheita. O debate envolvendo o papel do imigrante no Brasil foi intenso entre os membros de ambas as sociedades e suas interações muitas vezes chegaram à imprensa.

Arthur Carrega se encarrega de fornecer alguns exemplos dessas interações. Ao trabalhar com o boletim da SCI, *A Imigração*, o autor se depara com debates envolvendo as duas agremiações e provê dados que permitem identificar aproximações e afastamentos entre as duas sociedades. No que tange os debates, o número de agosto de 1890 do periódico citado declara a necessidade de “rebater” alguns posicionamentos de Martinho Prado Júnior:

¹⁸⁷ MATOS, Maria Izilda S. de. Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950), p. 56 et. seq. In: ARRUDA, J. J. A.; FERLINI, V. L. A.; MATOS, M. I. S.; SOUSA, F. (orgs.). **De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

¹⁸⁸ VASSILIEF. **A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural...**, op. cit., p. 84.

¹⁸⁹ SANTOS. **A Sociedade Promotora de Imigração...**, op. cit., p. 40-41.

Depois de mostrar de que modo as populações procuravam obviar os tropeços postos pelo governo a saída de gente para o Brasil, o Dr. Martinho Prado aventura proposições que temos de rebater e por isso transcrevemos o período inteiro para depois fazermos os devidos comentários:

“Passado o primeiro período da revolução, e vendo o governo que não havia lutas intestinas nem perturbações graves, começava a restabelecer-se certa confiança em relação ao Brasil, quando apareceu a lei de nacionalização, que foi na Europa uma verdadeira pedra de escândalo contra o governo brasileiro. Alli se disse que essa lei era uma verdadeira barbaria [...] Escrevi artigos para o *Século*, de Milão, para o *Tribuna*, de Roma, e para outros jornaes, a cujos redactores tinha sido honrosamente apresentado; e nesses artigos eu explicava, que a lei atacada era resultante de interesses dos estrangeiros aqui residentes; que o decreto de novembro, mantendo o pedido como condição para a naturalização, teve de ser reformado um mez depois, por causadas reclamações dos estrangeiros, a quem exactamente esse pedido repugnava.

Os illustres jornalistas diziam que isso não era possível, e, offerecendo-me amavelmente as columnas dos seus jornaes para o que eu quizesse, recusavam-se de modo terminante a publicar qualquer explicação sobre, “essa lei barbara, por causa da qual o governo brasileiro devia contar com a opposição das potências estrangeiras, e por causa da qual se justificava, perante todas as opinioes da Itália, o decreto prohibitivo de Crispi”.

O decreto de nacionalização só podia ser pedra de escândalo para os governos que antopõem a tudo a necessidade da paz armada e querem ter a mão soldados para chair á canon. Ahi é que deveria ter-se mostrado activa e patriótica a iniciativa dos nossos diplomatas e de quantos brasileiros se achassem na Europa afim de protestarem contra a interpretação que forçadamente se quiz dar aquella bella lei. [...].¹⁹⁰

O trecho se posiciona contra a fala de Prado Júnior sobre a lei de naturalização. Ao passo que o cafeicultor busca estabelecer uma relação diplomática com os governos europeus, tentando explicar que a lei era de interesse dos imigrantes residentes no Brasil, a SCI mantém-se irredutível: não acredita que o Brasil deva se desculpar pela medida e ainda provoca Prado ao dizer que aquele momento era o ideal para os patriotas protestarem contra os governos europeus a favor daquela “bela lei”.

Dito isto, salientamos que, apesar dos interesses mais urgentes no fornecimento de mão de obra, a SPI não se alienou das questões de progresso e modernidade, mantendo, inclusive, um posicionamento contra a imigração asiática¹⁹¹. Por outro lado, uma reforma

¹⁹⁰ **A Imigração**. Boletim nº 70. Agosto de 1890. p. 2 *apud* CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 118.

¹⁹¹ “No seu *interview* com a *Gazeta de Noticias*, o Sr. Dr. Martinho Prado Filho, reconhecendo as difficuldades de vencer a acção restrictiva do governo italiano em matéria de emigração, declarou que o Brazil deverá voltar suas vistas para outros centros emigratorios, mas sempre europeos. Felizmente não se mostrou sympathico à perniciosa idéa, que ainda não desapareceu de entre nós, da possibilidade de introducção de chins e culis, que encravaría nos nossos problemas sociaes mais uma difficuldade para o futuro, mais uma causa de entorpecimento e de atraso”. **A Imigração**. Boletim nº 74. Dezembro de 1890, p. 1 *apud* CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 118.

agrária não fez parte dos planos da modernidade paulista – e, de certa forma, nem mesmo a Coroa¹⁹².

Prosseguindo com a apresentação dos responsáveis, agora temos apenas um indivíduo: Felix Ferreira, responsável por *Brazil. O estado do Rio de Janeiro: manual do emigrante...* (1897). Analisando o periódico *Brasil Ilustrado* (1877-1878), o qual Ferreira esteve envolvido, Tânia de Luca sinaliza a relevância do carioca na sociedade imperial, todavia, reconhece que escassas são as informações sobre sua trajetória. A maioria das informações provêm de dicionários biográficos e, mesmo assim, “são econômicos quando se trata de precisar as atividades nas quais ele se envolveu, às obras que escreveu, aos periódicos que lançou ou aos muitos que colaborou”¹⁹³, nas palavras da autora.

O Dicionário Bibliográfico Brasileiro¹⁹⁴ frisa a sua intensa relação com o universo das letras, periódicos e afins. A obra descreve sua atuação na Biblioteca Nacional; sua colaboração dentro das revistas *Cruzeiro do Brasil* e *Sciencia para o povo* (1880-1881), além da elaboração de livros voltados para a educação e pedagogia. Ainda sobre sua atuação, Marianne Arnone relata que foi redator do *Jornal do Commercio* e que sua passagem pela Biblioteca Nacional se deu na mocidade de seus vinte anos. Em constante envolvimento com as artes, se envolveu no mercado livreiro, manteve contato com importantes nomes da literatura brasileira, como José de Alencar e Machado de Assis, entre outros intelectuais¹⁹⁵.

De Luca chama a atenção para a expansão da quantidade e variedade de temas das publicações assinadas por Ferreira a partir da década de 1870, mas que, muitas vezes, “não eram mais que adaptações de obras estrangeiras, compilações ou recolha em volume de séries já difundidas em órgãos de imprensa”¹⁹⁶.

Apesar dos textos do intelectual tocarem em diferentes áreas das humanidades, serem de sua autoria ou não, tinham como elemento comum a busca pela modernidade do país. Para Arnone, suas publicações estão inseridas no contexto da formação de uma

¹⁹² Membros importantes da agremiação como Martinho Prado Júnior e Nicolau de Souza Queiroz se alinhavam aos ideais republicanos, o que, certamente, influenciou a atuação da SPI. PETRI, 55; CARREGA, p. 18 et. seq.

¹⁹³ DE LUCA, Tânia R. *O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira: conhecimentos úteis em prol da nação*. *rev. hist.* (São Paulo), n.179, a07918, 2020, p. 18.

¹⁹⁴ BLAKE, A. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, p. 332.

¹⁹⁵ ARNONE, Marianne Farah. *A gravura como difusora da arte: um estudo sobre a gravura brasileira no final do século XIX a partir da análise dos textos e produção crítica de Félix Ferreira*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 07-08.

¹⁹⁶ DE LUCA. *O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira...*, op. cit., p. 23.

identidade nacional brasileira, na qual a arte assume papel mister em prol do progresso da sociedade brasileira, que deveria andar juntamente com a instrução pública¹⁹⁷.

É importante perceber essa relação para compreender o volume das obras de Félix Ferreira, não restritas aos seus pares, mas voltadas à população em geral, como exemplo dessa busca pela difusão do conhecimento, citamos o projeto *Ciência para o Povo* (1881). Com 26 exemplares publicados, Tânia de Luca chama a atenção para seu formato diferente de um periódico, sendo publicado em fascículos semanais para serem reunidos em volume¹⁹⁸. Ferreira tinha um objetivo claro para o semanário:

Temos fé que Sciencia para o povo virá ainda prestar bons serviços à instrução; pois poderá por ao alcance de todos e em linguagem vulgar, muitas obras que só se encontram em edições de luxo ou por preços muito elevados [...] ¹⁹⁹.

Além dessas diversas obras, Félix Ferreira também se aventurou pela produção dos guias para emigrantes e para viajantes. *Brazil. O estado do Rio de Janeiro* data de 1897, entretanto, a bibliografia apontou a existência de guias anteriores sob sua assinatura²⁰⁰.

Apesar de não ter sido possível o acesso a tais guias, chamamos a atenção para o primeiro opúsculo, publicado em 1873 por Ferreira, sob o título *Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro*. Apesar do título, ele não se configura como um guia para emigrantes, mas, sim, para viajantes. Isabella Perrota analisa a construção do Rio de Janeiro como ponto turístico através de *guias para viajantes* e levanta a possibilidade do referido manual “ter sido a primeira publicação sobre o Rio de Janeiro, dirigida ao viajante estrangeiro em estada na cidade”²⁰¹. A afirmação da autora se mostra imprescindível para não colocarmos guias para emigrantes e guias para viajantes dentro de uma mesma categoria. Sim, os temas dos dois tipos de materiais poderiam se cruzar, visto que um dos objetivos comum a ambos era, justamente, apresentar determinada localidade. No entanto, as propostas de cada material não devem ser confundidas.

¹⁹⁷ ARNONE. **A gravura como difusora da arte...**, op. cit., 25.

¹⁹⁸ DE LUCA. *O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira...*, op. cit., p. 22.

¹⁹⁹ FERREIRA, 1881 *apud* ARNONE. **A gravura como difusora da arte...**, op. cit., p. 25.

²⁰⁰ FERREIRA, Félix. **Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1873; **Guia das águas minerais de Caxambu**, Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877; **A província do Rio de Janeiro, notícias para o imigrante**. Coligidas por ordem do Exmo. Sr. Dr. Antonio da Rocha Leão. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1888, citados em DE LUCA. *O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira...*, op. cit., p. 23, nota 41.

²⁰¹ PERROTA, Isabella. **Desenhando um Paraíso Tropical**. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História) — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (FGV). Rio de Janeiro, 2011, p. 114. Grifo meu.

Enquanto o guia para emigrantes se configura uma ferramenta da política imigratória brasileira com intuito de aumentar a entrada de trabalhadores estrangeiros no país, focando em temas como trabalho e a possibilidade de uma vida melhor na nova pátria; os guias para viajantes estavam inseridos em um contexto de turismo e “destacam os aspectos aprazíveis da urbe, bem como as possibilidades de divertimento ou recreação que oferecia”²⁰² – característica inexistente nos guias para emigrantes.

De volta a Felix, sua paixão pelas artes é refletida de maneira singular em seu guia para emigrante: em *Brazil. O Estado do Rio de Janeiro...* encontramos imagens em meio ao texto verbal. De maneira mais específica, encontramos no miolo do manual oito gravuras que se relacionam ao Rio de Janeiro, dentre elas: a cidade de Petrópolis; a colheita da cana-de-açúcar; fazendas; cidade de Nova Friburgo²⁰³. Além disso, a capa do manual é excepcionalmente similar à capa do primeiro número do periódico *Brazil Illustrado* (1887), projeto que Ferreira esteve intimamente ligado²⁰⁴. Como podemos conferir pelas imagens 1 e 2.

Verifica-se, portanto, que a intensa atividade relacionada ao mundo editorial, jornalístico e de belas artes que Félix Ferreira esteve inserido faz parte de um quadro mais amplo do século XIX na busca pela modernidade e iluminista que se fazia presente no Brasil. Diante disso, seu guia para emigrante se mostra apenas uma de dezenas de obras que o letrado se dedicou e, diferentemente de uma publicação elaborada por sociedades como a SCI ou SPI, podemos adiantar, desde já, que *Brazil. O Estado do Rio de Janeiro...* se mostra muito mais um texto informativo, com informações mais técnicas sobre a região e bem menos eloquente, como veremos mais adiante.

²⁰² PERROTA. **Desenhando um Paraíso Tropical...**, op. cit., p. 115.

²⁰³ Conferir as imagens em Anexos.

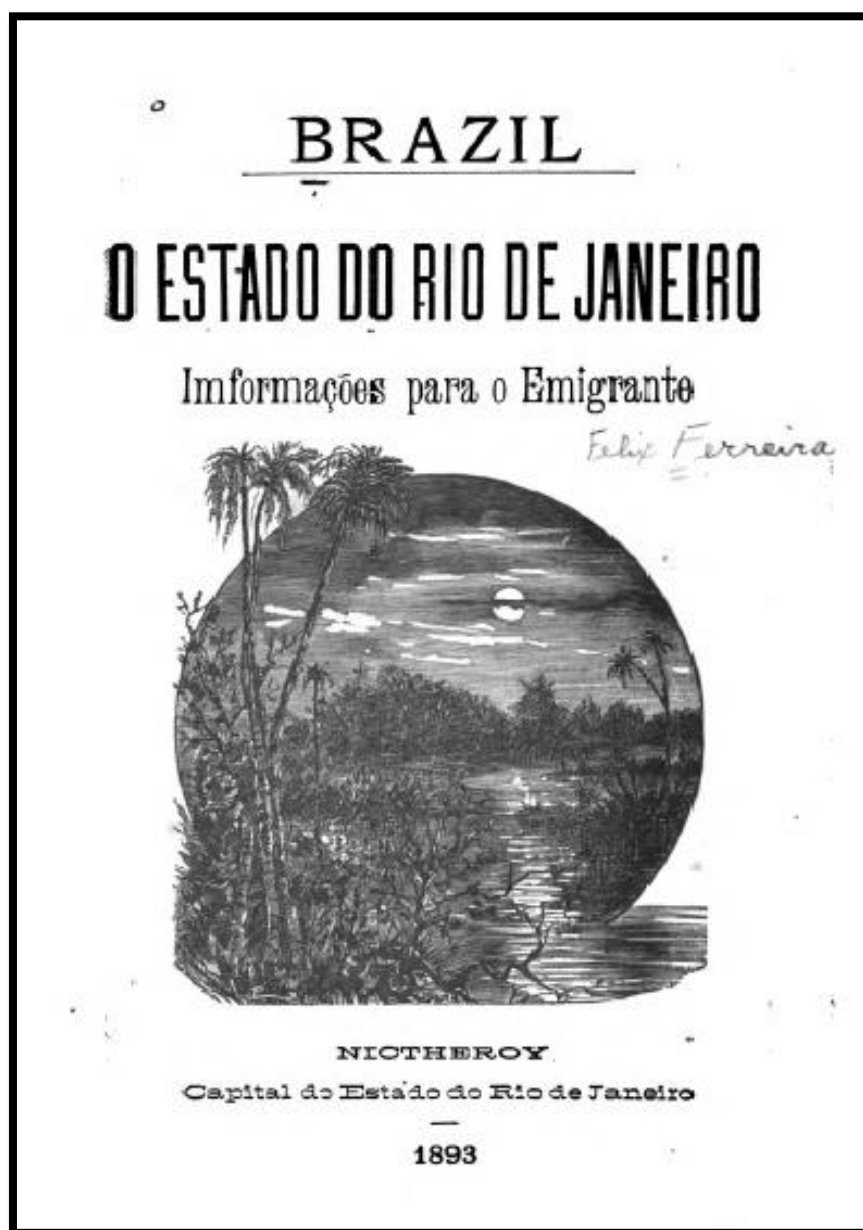
²⁰⁴ DE LUCA. *O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira...*, op. cit., p. 04.

Imagem 1. Capa primeiro número *Brasil Illustrado* (1887)



Fonte: FERREIRA, Felix. **Brasil Illustrado**: Arrchivo de conhecimentos uteis. Rio de Janeiro: Pinheiro & C., n. 1, 1887. Disponível na Biblioteca Nacional.

Imagem 2. Capa *Brazil. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante* (1893)



Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil.** Estado do Rio de Janeiro. Informações para o emigrante. Colligidas por ordem do Sr. Dr. José Thomaz da Porciuncula, Presidente do mesmo estado. Niterói: Tipografia de Pinheiro, 1893. Disponível no acervo digital Hathi Trust.

O outro opúsculo sobre o estado fluminense possui título bastante similar *O Estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante* (1897) e, tal como o livreto de Ferreira, possui algumas gravuras e é assinado por apenas um personagem: Arrigo de Zettiry. A busca por dados bibliográficos de Zettiry não foi tão frutífera. Localizou-se algumas informações que atestam que o italiano escreveu outros materiais relacionados à imigração para o Brasil e para a Argentina²⁰⁵ e foi colaborador frequente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. De fato, como consta logo na primeira página do folheto, o autor agradece ao periódico pelo vasto conhecimento adquirido sobre a província:

Este livro é destinado ao emigrante; e por isso cada um dos seus pontos está compilado de forma simples, singela e breve.

Devemos especialmente ao Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, que nos encarregou de emprender uma viagem de observação no Estado do Rio, o conhecimento directo que temos desse riquíssimo Estado da União brasileira, que percorremos pacientemente durante seis mezes, de uma extremidade á outra, não deixando de visitar todos os lugares que merecessem a visita e que pudessem fornecer nos dados e conhecimentos.²⁰⁶

Ao empreender uma busca no periódico²⁰⁷, foi possível encontrar o nome de Zettiry pela primeira vez na edição do dia 27 de julho de 1891²⁰⁸, seis anos antes da publicação do guia, indicativo de uma parceria de longa data entre o italiano e o periódico. Na segunda coluna, da esquerda para a direita, encontra-se o texto *A imigração italiana em S. Paulo*, o qual reflete sobre as grandes ondas de italianos que se dirigiam à província paulista, enquanto o resto do território nacional recebia escassos números. Como causas para essa situação, o jornalístico enumera a posição favorável de São Paulo, seu solo de fácil exploração, seu clima e a forte agricultura. Para se aprofundar nas atividades desenvolvidas em São Paulo, o *Jornal do Commercio* decide enviar um correspondente para tomar notas. O correspondente foi o autor do guia, Arrigo Zettiry:

²⁰⁵ ZETTIRY, Arrigo de. **Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile)**. Roma, 1902 *apud* LAZZARO, Agostino (org.). **Italianos**. Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014, p. 65, nota 57. ZETTIRY, Arrigo de. I coloni italiani dello Stato di San Paolo. In: **La Rassegna Nazionale**, Florence, Presso l'Ufficio del Periodico, 1893, vol. LXX, anno XV, mars-avril, p. 66-67 *apud* VERONA, Antonio F. **Chiesa e immigrati italiani: nascita ed espansione della Congregação Cristã no Brasil (CCB) nello stato di São Paulo, tra il 1910 e il 1940**, 2011, p. 47, nota 94. Disponível em: < https://crini.univ-nantes.fr/medias/fichier/ouvrage_collectifdoc3_1298542155240.pdf?ID_FICHE=552439&INLINE=FALSE>; Zettiry, Arrigo de. **Manuale dello emigrante italiano all'Argentina**. Traducción, selección y prólogo: Diego Armus. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983 *apud* FRESIA, Iván Ariel. **Religión, educación y vida cotidiana em rodeo del medio, siglo XIX**. Buenos aires, Dunken, 2005, p. 19, nota 10.

²⁰⁶ ZETTIRY. *O Estado do Rio de Janeiro (Brazil)*..., op. cit., p. 07.

²⁰⁷ Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: < <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso: 16 jul. 2020.

²⁰⁸ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=zettiry&pagfis=4743>. Acesso: 16 jul. 2020.

A magnitude do problema da imigração [...] e o facto de ter sido o Estado de S. Paulo o mais importante de todos sob aquelle ponto de vista, suggerio-nos a idéa de mandar áquelle Estado um representante que, examinando de visu o immigrante alli localisado, acompanhando dia a dia a sua vida, percorrendo as diversas fazendas, onde elle se acha estabelecido, estudando as suas condições de vida, de familia, de salario, de producção, em uma palavra, a sua adaptação ao novo meio, pudesse dizer-nos a verdade sobre o assumpto e trazer-nos assim um subsidio importante para o estudo do problema.

Essa importante missão foi por nós confiada ao Sr. Arrigo Zettiry, italiano de nascimento, dotado de qualidade de observador consciencioso e de espirito de justiça, conhecedor de diversos paizes, e que tem desempenhado na Prensa, de Bueno-Aires, importantes comissões que sabemos terem sido muito apreciadas pelo director desse órgão.

Ao nosso representante em S. Paulo só demos estas instrucções:— Procurar estudar a fundo o assumpto, e sobre elle escrever com a maior imparcialidade e franqueza.²⁰⁹

Aparentemente, as informações apresentadas por Zettiry teve impactos positivos, pois, na folha de 09 de novembro daquele mesmo ano, o *Jornal do Commercio* informa orgulhosamente que o relatório por eles encomendado e publicado havia sido citado na França:

A imigração no Brazil

Com esse titulo publicou o Estaffete, de Pariz, de 16 do mez passado, um artigo relativo a esse assumpto [a imigração], e que transcrevemos com máximo prazer, não só por ver as lisonjeiras referencias que se fazem ao exrellete [sic] trabalho do Sr. Zettiry, por nós encarregado de estudar as actuaes condições da imigração italiana no Estado de S. Paulo, como por ver o benefico influxo que esse trabalho produziu no animo do governo italiano.²¹⁰

Zettiry volta a aparecer algumas vezes ao longo do *Jornal do Commercio*, que expressa grande estima por ele²¹¹, sempre relacionado a suas viagens pelo Brasil em busca de informações sobre imigração. No mesmo diário, em 20 de setembro de 1896, pouco menos de um ano antes da publicação do guia, encontra-se um informativo sobre a celebração de contrato entre o governo e o italiano para a publicação de um material propagandístico sobre o Rio de Janeiro:

Officiou-se ao Dr. Pedro Luiz Soares de Souza, Intendente de Imigração, acusando-se o recebimento da cópia do contrato celebrado com a Companhia de Navegação “Transports Maritimes” para o transporte e angariamento de imigrantes e communicou-se-lhe que foi contratada com o professor Arrigo de Zettiry a impressão de 20.000 folhetos, nas línguas allemã, italiana, portuguesa e franceza, com um mappa colorido do Estado e algumas phototypias, pela importancia de 13.000 francos, expedindo esta Secretaria as necessarias ordens para que em Genova seja posta a sua disposição tal importancia, que será paga ao Sr. Arrigo Zettiry em duas prestações convencionadas.²¹²

²⁰⁹ **Jornal do Commercio**. 27 de julho de 1891.

²¹⁰ **Jornal do Commercio**. 09 de novembro de 1891.

²¹¹ “[Zettiry] nos tem dado provas de ser um espirito esclarecido e investigador [...] viajou no nosso paiz e estudou as suas condições, assume a attitude de observador imparcial [...]”. RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**. 17 de janeiro de 1896.

²¹² **Jornal do Commercio**. 20 de setembro de 1896.

Acreditamos que o folheto da citação seja o guia aqui trabalhado pelos seguintes motivos: i) o subtítulo da obra indica “*com gravuras e mappa geographico*”, exatamente como exigido pelo contrato; ii) pela proximidade entre a celebração do contrato e a publicação do guia, ao fim da nota Advertência ao autor, Zettiry assina e data 18 de agosto de 1897; iii) na mesma nota, o autor agradece ao Governo do Estado pelo apoio “para o desempenho da nossa missão”²¹³.

Verifica-se que Arrigo de Zettiry não era estranho aos escritos sobre imigração, sua parceria com o *Jornal do Commercio*, no Brasil, e com La Prensa, na Argentina, garantiram ao italiano certo status de repórter, por assim dizer, seus relatórios, supostamente imparciais, agradaram tanto a periódicos, como ao governo, que o incumbiu de uma publicação oficial. É nesse contexto, portanto, que *O Estado do Rio de Janeiro...* (1897) vem à luz.

Do mesmo modo como utilizamos a imprensa para conhecer um pouco Zettiry, precisamos fazer o mesmo com o responsável pelo *Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Gerais* (1894), Antônio Gomes da Silva Sanches, onde encontramos algumas passagens no periódico *Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. Sua primeira aparição acontece no dia 27 de dezembro de 1893, com a proposta de ser agente de imigração do estado mineiro em Portugal, Açores e Cabo, mas teve o pedido indeferido²¹⁴.

Em 11 de abril de 1894, ano da publicação do guia, seu nome volta a aparecer, dessa vez informando uma doação de cinco volumes do código civil português, três volumes do código de processo civil português e um volume do código comercial português à Faculdade Livre de Direito. O que nos leva a classificar Sanches como um acadêmico e ligado à área do Direito, a passagem ainda o define como “estimável cavalheiro”²¹⁵.

A boa ação parece ter funcionado, pois, se em 1893, o português teve seu pedido para exercer a função de agente de imigração negado, em 1895 a situação se modificou²¹⁶: 19 de agosto desse ano celebrou-se contrato entre Sanches e o estado de Minas, prevendo a introdução de imigrantes portugueses, com até duas mil passagens pagas integralmente

²¹³ ZETTIRY. *O estado do Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 07.

²¹⁴ *Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. 27 de dezembro de 1893.

²¹⁵ *Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. 11 de abril de 1894.

²¹⁶ *Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. 29 de agosto de 1895.

pelo governo estadual²¹⁷. No entanto, em janeiro de 1896, David M. Campista²¹⁸ aprovou um ato para fiscalizar a execução do contrato com Silva Sanches²¹⁹, forte indício de que as atividades do português não estavam atendendo às expectativas do governo mineiro. Indício confirmado meses depois pela aplicação de multa ao agente:

Em portaria de 29 de julho próximo passado, do sr. dr. Secretario de Estado da Agricultura, foi, de conformidade com a clausula 8 do contracto de 19 de agosto de 1895, imposta ao contractante de introdução de immigrantes portuguezes, sr. dr. Antonio Gomes da Silva Sanches a multa maxima de um conto de réis por não ter dado começo aos transportes dos immigrantes auctorizados, dentro dos prazos marcados nos numeros II e III da clausula primeira do referido contracto.²²⁰

Em novembro de 1896, o periódico informa que foi requisitado à Secretaria das Finanças a quantia de 6:911\$566 para o pagamento de Sanches pelos imigrantes transportados, contudo, seria descontado o valor de 1:012\$700, sendo: um conto de réis devido à multa, 9\$400 referentes à passagem de trem de um imigrante recusado e 3\$300 gastos com a alimentação deste nos dias que esteve na hospedaria²²¹. Finalmente, em dezembro de 1896, o contrato com Antonio Gomes da Silva Sanches foi declarado caduco²²² por falta de execução e foi solicitado ao ex-agente a devolução aos cofres públicos da quantia referente à caução do contrato²²³.

Higor Santos, em um raro trabalho que também elege guias para emigrantes como objeto de pesquisa, apresenta alguns detalhes sobre o contrato celebrado e traz para a discussão a Lei n. 32 de julho de 1892, responsável por legislar sobre a introdução de imigrantes por empresas ou particulares, que declara:

Quanto o serviço for confiado a alguma empreza particular, deverá esta tornar conhecido o território do Estado, por meio de descripção feita em diversas linguas e mappas chorographicos que mostrem ao immigrante as vantagens de preferil-o para seu estabelecimento.²²⁴

Norma de Góes Monteiro aponta que a referida lei, juntamente com o decreto nº 612 de 06 de março de 1893, responsável por regulamentá-la, foi o ponto de partida para que Minas pudesse dar uma “nova estrutura” ao seu serviço imigratório. Além da

²¹⁷ Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 04 de setembro de 1895.

²¹⁸ Atuou em diversos postos no governo mineiro, mas, no período em questão, ocupava o posto de comissário do governo estadual em Gênova, a fim de estimular a imigração de italianos, posto que permaneceu até 1898. PAULA, Christiane J.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2R7H59L>>. Acesso em: 19 set. 2020.

²¹⁹ Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 16 de janeiro de 1896.

²²⁰ Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 08 de agosto de 1896.

²²¹ Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 06 de novembro de 1896.

²²² Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 11 de dezembro de 1896.

²²³ Minas Geraes. **Órgão Oficial dos Poderes do Estado**. 09 de março de 1897.

²²⁴ MINAS GERAES, 23 de julho de 1892, p. 01 *apud* SANTOS. **Minas Gerais – O Éden Brasileiro...**, op. cit., p. 151.

propaganda, a lei traçava diretrizes para “dar maior organicidade e funcionalidade” à imigração para o estado. A partir daí o serviço de imigração passou a contar com aparatos mais sofisticados, como superintendentes, agentes espalhados pela Europa (e mesmo Ásia) e funcionários fiscais no Rio de Janeiro. Ainda segundo Monteiro, esse grupo de funcionários basicamente se dividiu em dois grupos: i) superintendentes e agentes, responsáveis pela propaganda, seleção e embarque dos imigrantes; ii) o restante do corpo administrativo ficou encarregado de lidar com o desembarque, alojamento e assentamento dos europeus recém-chegados²²⁵.

Segundo Higor Santos, a lei nº 32 é refletida diretamente no contrato com Antônio Sanches através do item XIII da Cláusula I, estabelecendo algumas obrigações ao português:

a fazer, por todos os meios adequados e em particular por meio de distribuição profusa da segunda edição do guia do imigrante portuguez com os accrescimos que julgar convenientes o governo de Minas propaganda efficaz e completa em favor do Estado patenteando os seus recursos, as garantias legaes, as vantagens offercidas aos que nelles se localizam, as condições de circumstancias favoraveis das diversas zonas do mesmo estado.²²⁶

Como percebe-se, o item faz referência uma segunda edição do guia, não encontrada por Higor Santos e também não encontrada por nós. Em relação a possível segunda edição, Santos, apoiado no contrato, declara:

o governo de Minas poderia fazer quaisquer acréscimos na obra. Ou seja, embora a autoria seja do português Sanches, ao final das contas, somente seriam publicadas aquelas informações que contassem com a anuência do governo mineiro.

O *Orgão Official* nos forneceu uma sólida base para poder afirmar que o contrato com Sanches não atendeu aos resultados esperados, o que nos leva a dizer que essa segunda edição nunca chegou a existir. Vejamos: a primeira (e, potencialmente, única) edição do guia foi publicada em algum momento posterior a fevereiro de 1894, momento, vale ressaltar, que Sanches ainda não havia firmado contrato com o governo estadual, fato que só ocorreria em agosto de 1895. Um ano após a celebração do contrato, em agosto de 1896, Sanches é multado por ainda não ter dado início às atividades imigratória e em dezembro desse mesmo ano, seu contrato é considerado caduco.

O único espaço de tempo possível para sair uma segunda edição do manual seria entre a assinatura do contrato até o momento anterior à multa, entretanto, é difícil

²²⁵ MONTEIRO. Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas (1889-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa oficial: 1974, p. 87-88.

²²⁶ MINAS GERAES, 25. ago. 1895, p. 1 *apud* SANTOS. **Minas Gerais – O Éden Brasileiro...**, op. cit., p. 152.

imaginar que Sanches, ao invés de priorizar o embarque e assentamento dos imigrantes, teria como objetivo lançar uma nova edição para sua propaganda.

Santos atribui, então, a existência do *Guia do emigrante portuguez* à Lei n. 32 de julho de 1892, o que concordamos em parte. Todavia, como assinalado acima, no ano da publicação do opúsculo (1894) Sanches não possuía obrigações legais com o estado de Minas Gerais para produzir propaganda sobre a região. Acreditamos que o português agiu de maneira antecipada, buscando estabelecer terreno para uma nova proposta de agente da imigração – aceita em 1895.

Diferente dos demais guias para emigrantes vistos até agora, o GMG-1894 surge como fruto de interesses econômicos privados de um agente da imigração. Sanches não estava preocupado com a modernidade do país, nem com o debate sobre o imigrante ideal, e menos com os braços para lavoura: ele apenas se propôs a introduzir determinado número de imigrantes em Minas Gerais e foi pago para isso – mesmo não atingindo os resultados acordados.

Como assinalado previamente, com a variedade de guias aqui trabalhados, alguns responsáveis se mostram mais fáceis de serem trabalhados e outros nem tanto. A literatura existente e a consulta a documentos oficiais e à imprensa foram imprescindíveis para esta breve exposição e, apesar da certeza das lacunas, acreditamos que o panorama apresentado cumpre com seu papel de fornecer elementos externos aos guias, inserindo-os dentro do contexto do último quartel do século XIX.

A seguir temos o último tópico deste capítulo, com objetivo de inserir os guias para emigrantes de maneira definitiva em nossa narração com a exposição de alguns resultados que guiarão os próximos capítulos da dissertação.

1.4 Os guias para emigrantes: primeiras hipóteses

Antes do próximo capítulo, faz-se necessário enfatizar duas importantes constatações percebidas ao longo das análises dos guias: i) a existência de um certo padrão entre os guias, chamados por nós de *modus operandi*, ou seja, apesar dos manuais estarem espalhados por diferentes anos tratarem sobre diferentes regiões e serem produzidos por diferentes órgãos, existem temas comuns a todos eles; e ii) a reprodução, ora integral, ora adaptada, de textos em determinados guias, o que indica que os encarregados das propagandas não estavam alheios a outras publicações e poderiam, inclusive, manter contato entre si.

Nossa hipótese sobre uma rede de comunicação se baseia quase inteiramente nos próprios guias para emigrantes. Quando percebemos que os opúsculos compartilhavam passagens idênticas entre si e apresentavam o mesmo esqueleto, vislumbrou-se a possibilidade de realizar pesquisas em arquivos, buscando por atas de reuniões das agremiações, verificando periódicos da época, além de um levantamento bibliográfico mais amplo sobre os diferentes responsáveis, o que poderia nos levar a respostas concretas sobre a existência ou não de uma rede de comunicação²²⁷. Com isso em mente, considerar os parágrafos sobre essa possível rede de comunicação como um exercício especulativo pronto para ser refutado ou, quem sabe, corroborado por futuras pesquisas. Mesmo assim, um exercício necessário para perceber que os guias para emigrantes não passaram despercebidos pelos envolvidos no negócio da imigração: diferentes grupos, em diferentes locais do Brasil e em diferentes momentos estiveram em contato com as mesmas publicações. O que já demonstra certa relevância de tais materiais para o desenvolvimento das políticas migratórias brasileira.

Vejamos, primeiramente, o *modus operandi*.

Dos onze guias para emigrantes, apenas três possuem uma listagem relacionando os tópicos discutidos e suas páginas correspondentes, assim, através da leitura e análise de elementos tipográficos (alteração da fonte, do estilo ou de seu tamanho), elaboramos um índice para cada material. Esse exercício, além de facilitar a consulta dos capítulos e subcapítulos de cada brochura, possibilitou (i) identificar os temas abordados pelos opúsculos; (ii) reconhecer elementos comuns e elementos únicos dos livretos; (iii) por meio de uma análise quantitativa, verificar o quanto esses temas ocupam de espaço dentro das publicações e como isso influencia os interesses das propagandas.

Além dos índices, um banco de dados para investigação dos guias para emigrantes foi elaborado. A criação desse banco de dados foi necessária, pois, ao longo de nossas leituras e fichamentos das fontes, percebemos a intersecção de conteúdos entre diferentes opúsculos. Frente a essa evidência, foi elaborado um índice para cada guia, dado que a maioria não possui tal relação, o que nos levou a perceber que todos os livretos (independente de região, objetivos ou responsáveis) apresentam temas fixos: assuntos presentes em todos os manuais.

²²⁷ A pandemia causada pelo SARS-Cov-2 que assolou o Brasil e o mundo em 2020, impossibilitou todos esses planos e, apesar da incrível e vasta disponibilidade de materiais em domínios digitais, não se pode negar a importância desses espaços físicos para a execução de pesquisas, considerando a, igualmente vasta, quantidade de documentos não tratada digitalmente e a dificuldade de acesso a livros, devido ao fechamento de bibliotecas.

Dentro de temas fixos identificamos nove tópicos: (i) Fatores técnicos (localização, população e superfície); (ii) Clima e Salubridade; (iii) Agricultura; (iv) Colonização e Imigração; (v) Meios de comunicação; (vi) Religião; (vii) Favores e Vantagens; (viii) Constituição e Direitos Legais; (ix) Elementos de exaltação e comparação.

Por outro lado, os guias também possuem suas particularidades e conteúdos mais específicos, o que nos levou à criação de uma segunda categoria de temas, os *variáveis*: nessa categoria encontram-se os assuntos inconstantes entre as publicações, que não se fazem presentes em todas. Ligeiramente menor, reconhecemos outros cinco tópicos: (i) Hospedarias de imigrantes; (ii) Núcleos Coloniais; (iii) Vilas e Cidades; (iv) Atividades manufatureiras e/ou industriais; (v) Instituições de ensino, religiosas e outros. Além, claro, dos objetivos individuais que cada publicação possui.

Da junção dos temas fixos e variáveis temos a pedra angular dos guias para emigrantes. Apesar de cada tema desempenhar um papel elementar na construção dos guias, evidentemente, alguns recebem grande destaque e se estendem por páginas a fio, enquanto outros são tratados em poucos parágrafos. Diante disso, o Quadro 2 apresenta, em linhas gerais, uma relação e comentário de ambos.

Quadro 2. Breve exposição dos Temas Fixos e Variáveis

Tema Fixo	Comentário	Tema Variável	Comentário
Fatores Técnicos	Apresentação de informações básicas do local, como número de habitantes, extensão territorial, localização (longitude e latitude).	Hospedarias de imigrantes	Essenciais ao processo de acolhimento, agasalho, organização e direcionamento dos corpos em movimento, as hospedarias vão se multiplicar durante o aumento do fluxo de estrangeiro. Aqui ela surge como um guia variável, pois nem todos os guias possuíam hospedarias em suas províncias/estados para divulgar. Contudo, em locais como São Paulo e Rio de Janeiro, elas são altamente exploradas.
Clima e Salubridade	O clima e a necessidade de se afirmar a salubridade de uma região tropical é um dos pontos altos das propagandas, onde, por vezes, são estabelecidas comparações com o clima europeu, a fim de proporcionar uma ideia de que o imigrante poderia se adaptar facilmente. A variedade do clima também é muito discutida e relacionada à agricultura, expondo a variedade de artigos que o imigrante poderia cultivar.	Núcleos coloniais	Seguem a mesma premissa das hospedarias de imigrantes. Se configuram como parte fundamental do processo migratório, no entanto, não estão presentes em todas as propagandas por fatores como malogro de experiências anteriores, existência de núcleos incipientes ou mesmo inexistência. Com destaque para as províncias sulistas, geralmente apresentam informações sobre principal nacionalidade, clima, agricultura e principais gêneros cultivados. Alguns apresentam informações sobre criação de animais e outras atividades desenvolvidas pelos moradores.
Agricultura	Exposição exaustiva sobre as diferentes culturas que a região poderia fornecer. Realiza diversas comparações com outros países em termos quantitativos e qualitativos. Por vezes é a sessão que mais ocupa páginas nas propagandas.	Vilas e Cidades	Apesar da massiva quantidade de informações dos guias referir-se à vida no campo e suas dimensões, as cidades ocupam parte importante em algumas províncias mais desenvolvidas, como no Rio de Janeiro. Priorizam as atividades mercantis e industriais, vias de comunicação e importância agrícola.
Colonização & Imigração	Apresentação de diferentes núcleos coloniais, suas culturas; lotes, formas de pagamento.	Atividades manufatureiras e/ou industriais	Conectado à exposição das vilas e cidades, temos os dados sobre locais com uma vida mercantil mais aquecida, não tanto ligada ao campo. Santa Catarina e novamente o Rio de Janeiro se mostram as principais localidades a tratarem do assunto.

Meios de comunicação	A ferrovia representava o progresso, logo, é importante destacar seu papel no Brasil, bem como demonstrar que a escoação dos gêneros alimentícios e mobilidade estariam garantidas. As informações sobre meios de transporte se mostram bastante técnicas, dados sobre extensão de ferrovias, projetos em andamento ou futuros, navegação marítima, vapores, duração da viagem, entre outros são as principais informações.	Escolas, Igrejas, Outros.	Alguns manuais indicam a existência de escolas em alguns núcleos (geralmente para ambos os sexos) e os templos religiosos, indicando a religião de cada um (protestante ou católica). Outras instituições como correios e bancos também são citados, mas sem informações aprofundadas.
Religião	A religião católica do Império poderia se configurar como um fator de rejeição para os protestantes, assim, as propagandas buscam destacar o Artigo Quinto da Constituição de 1824, responsável por assegurar a liberdade de culto. Quanto aos guias publicado sob a égide da República, informa a laicidade do Estado.		
Favores e Vantagens	A desejada imigração espontânea nunca realmente se concretizou no Brasil, o fluxo foi impulsionado por diferentes pecúlios oferecidos pelo Governo Central e pelos governos provinciais. Esse tópico, geralmente com capítulo próprio, é responsável por apresentar esses favores concedidos e as condições para obtê-los.		
Constituição e Direitos Legais	Geralmente artigos da Constituição que pudessem interessar ao potencial imigrante são apresentados, como naturalização, si		
Exaltação características naturais	O imaginário de um “Éden Brasileiro” perpassa todas as publicações, onde o solo, a fauna e a flora são definidas como “obra da Providência”. Funciona, certamente, como fator de atração e são explorados exaustivamente pelas propagandas.		

Fonte: Elaboração própria a partir das análises dos guias.

Ao longo do texto, apresentaremos uma relação destes temas e como se conectam com o quadro geral do século XIX e com as transformações pelas quais a nação passava. Os temas não serão dissecados individualmente: eles foram organizados em grupos²²⁸, o que nos proporcionou um melhor terreno para a execução de exercícios comparativos. Dentro dos próprios guias os temas se relacionam, assim, isolá-los em análises individuais prejudicaria o fluxo do texto e a própria análise dos guias. Ainda realçamos que a discussão foi pensada a partir da estrutura guia-temática, ou seja, a prioridade está em mostrar como o guia discute o tema, o que nos leva a realizar diversas citações dos materiais, necessárias para o maior conhecimento das fontes.

Temas fixos e temas variáveis: o *modus operandi* definido e compartilhado entre os guias para emigrantes. Esse *modus operandi* designaria, em uma primeira instância, os temas tratados pelas propagandas e, posteriormente, como estes temas deveriam ser abordados: o que escrever; o que não escrever; estabelecer elementos de atração relacionado à natureza; trabalhar com o imaginário europeu de riqueza rápida; realizar diversos tipos de comparação.

A identificação de uma linha condutora entre os guias foi o primeiro indício que nos levou a pensar na possibilidade de uma rede de comunicação, visto que a estrutura compartilhada das propagandas não poderia ser apenas obra do acaso.

O segundo indício foi encontrar a reprodução de diversas passagens em obras distintas: o guia paulista, *Emigrante. Lede este folheto antes de partir...* (1886), parece funcionar como norteador para a publicação *Emigrazione...* [1887], que, apesar de ser direcionada à província do Rio de Janeiro, retira várias passagens da obra da SPI e apenas realiza a tradução para o italiano, como ocorre com os itens livres de taxas alfandegárias que os imigrantes poderiam trazer:

²²⁸ Estes grupos foram divididos entre os capítulos 2, 3 e 4.

Quadro 3. Comparação entre GSP-1886 e *Emigrazione* [1887]

A Provincia de S. Paulo (1886)	Emigrazione [1887]
Mercadorias livres de direito pela tarifa e isenta do expediente de 5% Abelhas em colmeias. Aves (a não ser de canto e luxo, papagaios, araras e semelhantes, cysnes e outras grandes). Peixes (a não ser dourados e outros pequenos de luxo.) Bicho de seda. Gado de qualquer especie. Animaes, a não ser carneiros e outros pequenos. Arbustos, arvores e plantas vivas de qualquer qualidade. Sementes para horte, jardim, prado, e em geral para a agricultura. Raizes e bolbos proprios para horta, jardim, prado e em geral para a agricultura. Pranchas ou formas para estamperia. Manuscriptos de qualquer qualidade, encadernados, brochados ou em folhas avulsas. Ouro em barra, pó ou mina, de qualquer outro modo em bruto ou em obras inutilizadas e em moeda nacional ou estrangeira. Prata em barra, pó ou mina, de qualquer outro modo em bruto ou em obras inutilizadas e em moeda nacional ou estrangeira. Alambique, fornalhas, retortas, caldeiras, moinhos e quaisquer outros objetos semelhantes, para uso da lavoura e das fabricas. ²²⁹	Oggetti liberi da diritto per la tariffa ed esenti dallo spediente di 5% Api nell'alveare. Uccelli (che non siano di canto e di lusso, pappagalli, arare e simili, cigni ed altri grandi uccelli.) Pesci (che non siano dorali od altri piccoli di lusso.) Bachi da seta. Bestiame di qualunque specie. Animali, che non siano montoni ed altri piccoli. Arbusti, alberi e piante vive di qualsivoglia qualità. Semente per orto, giardino, prato ed in genere per l'agricultura. Radici e bulbi propri per orto, giardino, prato ed in genere per l'agricultura. Assi o forine per stamperia. Manoscritti di ogni qualità, rilegati, cuciti o in fogli staccati. Oro in barra, polvere o mina, in qualunque altro stato bruto o lavorato, in oggetti inutilizzati e in moneta nazionale o straniera. Argento in barra, polvere o mina, in qualunque altro stato bruto o lavorato, in oggetti inutilizzati e in moneta nazionale o straniera. Lambicchi, fornelli, storte, caldaie, molini e cose simili. ²³⁰

Fonte: **A Provincia de S. Paulo...** (1886) e **Emigrazione...** [1887].

O texto original de São Paulo ainda continua por mais alguns parágrafos com itens isentos, entretanto, considerando o tamanho diminuto da publicação italiana (apenas oito páginas) ele encerra a exposição de maneira antecipada. Mesmo assim, podemos considerar ser exatamente o mesmo texto, apenas em outra língua.

São Paulo também influenciou *A província do Maranhão* (1888), que replica a mesma abertura sobre fatores técnicos do Brasil, religião, bagagens e possibilidades do imigrante se estabelecer em terras brasileiras²³¹.

Já em relação aos guias do estado do Rio de Janeiro, o *Extracto do regulamento de lei sobre immigração e colonização* se faz presente de maneira bem similar: enquanto na publicação de 1893 ele aparece reestruturado e de maneira resumida, no guia de 1897 a letra de lei é reproduzida integralmente.

²²⁹ **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 48-49.

²³⁰ **Emigrazione...**, op. cit., p. 08.

²³¹ Discutiremos essa influência no capítulo 2.

Guia do Emigrante Portuguez... (1894) reproduz o mesmo texto de apresentação do Brasil que pode ser encontrado no primeiro parágrafo do material de Félix Ferreira, publicado apenas um ano antes (1893), com apenas algumas modificações:

Quadro 4. Comparação entre GRJ-1893 e GMG-1894

Brazil. O Estado do Rio de Janeiro (1893)	Guia do Emigrante Portuguez (1894)
Os Estados-Unidos do Brazil occupam uma decima-quinta parte da superfície do globo terrestre, urna quinta parte de toda a America ou quasi metade da parte meridional, ficando situados entre 5°10' N. e 33° 45' S., abstrahindo as ilhas de Fernando Noronha e da Trindade, entre 8° 12' 26" E. e 30° 58' 26" O. do Rio de Janeiro. Avalia-se a sua area em 8.308.633 kilometros quadrados, comprehendendo os territo rios que confrontam com as Guyanas, Colombia e Confederação Argentina, cuja fixação de limites depende ainda da conclusão de tratados com as nações limitrophes. ²³²	A República dos Estados Unidos do Brazil occupa uma decima quinta parte da superfície do globo terrestre, urna quinta parte de toda a America ou quasi metade da parte meridional, ficando situada entre 5°10' N. e 33° 45' S., abstrahindo as ilhas de Fernando Noronha e da Trindade. Avalia-se a sua area em 8.308:633 kilometros quadrados, comprehendendo os territo rios que confrontam com as Guyanas, Colombia e Confederação Argentina. ²³³

Fonte: **O Estado do Rio de Janeiro...** (1893) e **Guia do Emigrante Portuguez...** (1894).

Frente a tais ocorrências, a hipótese de uma possível rede de comunicação está lançada. Como alternativa, também precisamos considerar que as recorrências de texto idênticos e/ou similares não indicam, necessariamente, uma rede de comunicação, mas apenas que a apropriação por terceiros, onde os encarregados tomavam certos “atalhos” ao consultar guias publicados previamente e incorporavam trechos à sua própria narrativa. Talvez ambos.

Ao longo dos próximos capítulos apresentaremos mais dessas evidências e, com rede de comunicação ou não, é seguro dizer que os guias para emigrantes não passaram despercebidos pelos agentes envolvidos nas políticas imigratórias brasileiras, afirmação que ratificaremos fazendo uso da voz da imprensa. Com efeito, a utilização de periódicos de diferentes localidades tornou-se indispensável para traçar, mesmo que de maneira preambular, essa possível rede de comunicação, bem como identificar as localidades que os guias para emigrantes circularam.

A seguir, portanto, damos início à imersão nessas fontes ainda pouco investigadas pela bibliografia, discutindo seus temas fixos e variáveis, levantando (e buscando responder) hipóteses e, certamente, deixando outras em aberto. Esperamos que, ao final, as discussões aqui apresentadas possam evidenciar como os guias para emigrantes apresentam não só divergências, mas, também, inúmeras aproximações. Igualmente,

²³² FELIX. **Brasil. O Estado do Rio de Janeiro...**, op. cit., p. 03.

²³³ SANCHES. **Guia do Emigrante Portuguez...**, op. cit., p. 05.

desejamos demonstrar como os guias para emigrantes devem ser entendidos como uma categoria específica da propaganda imigratória brasileira desenvolvida ao longo do século XIX, com um *modus operandi* definido e compartilhado entre esses impressos.

Capítulo 2. O Coelho Branco: Fatores de Atração e Repulsão nos Guias para Emigrantes

[...] o Coelho tirou um relógio do bolso do colete, olha para ele e começou a correr mais depressa. Alice pôs-se em pé de um pulo, pois lembrou-se que nunca vira um coelho de colete nem de relógio. Ardendo de curiosidade, começou a correr: pelo campo, atrás dele, felizmente mesmo a tempo de o ver desaparecer no interior de uma grande toca que havia debaixo da sebe. No mesmo instante, Alice desceu atrás dele, sem pensar sequer como poderia voltar a sair.²³⁴

O Coelho Branco pode ser considerado o fator de atração que levou Alice para o País das Maravilhas após a surpreender com seu jeito apressado. Nesse mesmo lugar exótico, Alice descobriria diversos fatores de repulsão totalmente desconhecidos. Fazendo um paralelo com tal alegoria, este capítulo tem como objetivo identificar o coelho branco vislumbrado pelos europeus. Ou seja, analisar nos guias para emigrantes fatores de atração ofertados pelo governo, bem como os fatores de repulsão ocultos.

O capítulo encontra-se dividido em duas grandes sessões: i) *Favores e Vantagens* tem como objetivo analisar os benefícios oferecidos pelo Estado, província ou particulares ao emigrante, sempre partindo dos guias para emigrante; ii) *O espantinho da imigração*, discute a pujante relação entre clima, salubridade e hospedarias para imigrantes e como esses três fatores funcionaram como fatores de atração e/ou repulsão (dependendo do locutor) dentro das narrativas. As análises dos guias, bem como a literatura existente, estabelecem diversas relações entre estes assuntos, logo, nos pareceu acertado congregá-los em um único tópico. Inicialmente, fazemos um breve percurso pela bibliografia sobre saúde pública, doenças e medidas de combate às enfermidades. Em seguida, relacionamos essa bibliografia com os opúsculos e documentos oficiais (relatórios das províncias e/ou ministérios) e fontes da imprensa, confrontando as informações e checando seu teor de veracidade.

2.1. Os Favores e Vantagens

Medidas de atração de europeus para o Brasil existiram desde que D. João VI atracou com sua Corte no Rio de Janeiro, no entanto, após diversas (e falhas) tentativas, percebeu-se que a imigração espontânea estava longe de ser realidade, necessitando o Estado intervir para impulsionar o desembarque de europeus nos portos brasileiros. Para isso ocorrer, foi preciso oferecer aos emigrantes diversos favores e vantagens para que

²³⁴ CARROL, Lewis. *Alice no País das Maravilhas*

eles escolhessem o Brasil ao invés dos Estados Unidos ou da Argentina, por exemplo. Com isso em mente, neste momento analisamos como os benefícios ofertados pelo Estado foram discutidos pelas propagandas.

Indicações Agrícolas (1875), mesmo abrangendo as vinte províncias do Império, não evidencia nenhum favor especial oferecidos regionalmente, o que é justificado por sua característica voltada exclusivamente para a agricultura, focado nas “especialidades de suas culturas e suas produções naturais”²³⁵. Desse modo, a agricultura funciona como o fator de atração predominante da propaganda que, inevitavelmente, a relaciona com o clima, com a variedade dos solos e com os incentivos do governo em relação à colonização. Contudo, a primeira parte da brochura discorre sobre informações gerais sobre o Brasil, assim, em determinado momento, se ocupa de mencionar algumas vantagens de se assentar no território brasileiro e os esforços despendidos pelo governo para atrair o “braço inteligente”.

O Brasil, pela vastidão, uberdade e clima salubre de seu solo, deve necessariamente constituir um ponto de atracção ás corrente emigrativas e aos colonos trabalhadores e morigerados que quizerem explorar, em seu beneficio, os elementos de riqueza que a Providencia liberalizou a esta parte da America Meridional.

E com effeito em nenhum paiz do mundo encontrará o immigrante vantagens superiores ás que o Brazil lhe offerece.

[...]

O governo tem empregado todos os esforços na proporção dos recursos postos á sua disposição, quer promovendo directamente a immigração e a colonização, quer favorecendo a iniciativa particular; quer finalmente procurando fazer conhecer nos centros europeus as condições economicas, sociaes e politicas em que se acha o Brazil e tomando medidas conducentes a melhorar a sorte dos immigrantes e o bem estar dos colonos²³⁶.

O excerto denota certa eloquência, ilustrada pela exaltação do solo e, novamente, a “Providência Divina” volta a aparecer. Mesmo não informando quais seriam as vantagens oferecidas, parece confiante que o Brasil se tornaria um grande polo de atração de europeus. A segunda parte da citação, por sua vez, além de mencionar que iniciativas de particulares igualmente se encontravam em curso, faz referência às próprias propagandas e outras medidas voltadas para a Europa, a fim de divulgar as benesses estendidas pelo Império do Brasil aos estrangeiros.

²³⁵ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 37. Grifo meu.

²³⁶ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 15-16.

Logo após as considerações gerais sobre o Brasil, encontra-se o Regulamento para as colônias do Estado, sob o decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867²³⁷, assinado por Manoel Pinto de Souza Dantas, então ministro da agricultura. Este extenso regulamento, com quatro capítulos e quarenta cinco artigos, é transcrito em sua totalidade no guia e, de maneira geral, determinava preceitos básicos na criação de novas colônias, buscando regularizar e uniformizar futuros núcleos e seus regimes administrativos. As determinações iam desde área mínima dos lotes a serem vendidos para os imigrantes e formas de pagamento; passando por formação da diretoria e de juntas para auxiliar o bom funcionamento dos núcleos; até a recepção dos recém-chegados, que deveriam contar com um “edifício especial” que pudesse recebê-los provisoriamente até tomarem posse de seu pedaço de terra, bem como ajuda financeira, fornecimento de sementes e empregá-los em obras públicas²³⁸.

Finalizado o Regulamento, o manual faz uma breve reflexão sobre a situação das colônias espalhadas por todo o Brasil e afirma que existem diferentes realidades: algumas atingiram a prosperidade e se emanciparam da tutela do governo; outras caminham para o mesmo sucesso; e, por fim, aqueles núcleos que não contavam com a mesma sorte de progressos. Entretanto, em relação a este último grupo, estagnado ou em decadência, a publicação afirma que a culpa não seria do governo, mas dos próprios imigrantes e de sua “falta de amor ao trabalho”²³⁹.

Esta justificativa será percebida em outras publicações em uma narrativa que eleva o Brasil ao nível de um Éden na Terra, com seu solo tocado pelos anjos e sua natureza um presente divino, logo, não era possível que experiências fracassadas fossem culpa da nação e, sim, sempre da falta de empenho do outro. Afinal, se a Providência havia garantido todas essas graças ao homem, era dever do imigrante tirar o melhor proveito desta oportunidade – já em muito facilitada pelo Império brasileiro. Portanto, todo fracasso, deveria ser posto sobre as costas do colono, pois, se ele fosse laborioso o suficiente, conseguiria superar qualquer adversidade.

²³⁷ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o Regulamento para as Colonias do Estado. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso: 30 jun. 2019.

²³⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o Regulamento para as Colonias do Estado. 1867. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso: 14 ago. 2020.

²³⁹ MOREIRA. **Indicações Agrícolas...**, op. cit., p. 28.

Diferentemente de Indicações, o outro guia datado de 1875, *Provincia do Paraná*²⁴⁰, possui um capítulo próprio para comentar os benefícios aos leitores, *Vantagens de que gozam os Estrangeiros no Brasil*. Com pouco mais de quatro páginas a seção divide-se em duas, sem grandes diferenças, que podem ser entendidas como um único bloco de informações sobre os favores concedidos pelo Governo Imperial – em nenhum momento informa a existência de vantagens especiais organizadas pelo governo provincial.

O capítulo é aberto com a seguinte passagem: “São os estrangeiros acolhidos no Brasil com toda a benevolência, seus direitos respeitados e, em suas relações civis amparados pela protecção das leis”²⁴¹. A primeira parte cita alguns direitos legais concedidos ao estrangeiro como habeas corpus; permissão para atuar como comerciantes e/ou industriais; liberdade de consciência e religiosa – “uma vez que respeitem a do Estado”²⁴² – reconhecimento de casamento entre não católicos; ainda declara que o governo havia estabelecido contrato de extradição com diversas nações.

Sem grandes discussões, o que mais chama a atenção nessa primeira parte, relaciona-se à religião e ao processo de naturalização a partir do casamento. Sobre o matrimônio, diz que a mulher seguiria a nacionalidade de seu marido, fosse ela brasileira ou estrangeira. Quanto à prole, durante a menoridade seguiria a jurisprudência da nação do pai, ao atingirem a maioridade se tornariam cidadãos brasileiros e passariam a seguir a jurisdição do Império²⁴³.

Em relação à liberdade religiosa, ela é apresentada em todos os guias duplamente como um direito e como uma vantagem, pois, mesmo o catolicismo sendo a fé oficial do Império, a Constituição de 1824 garantiu o direito à liberdade de culto através do artigo quinto²⁴⁴, fruto do quadro geral que se desenhava na Europa do século XIX e, conseqüentemente, das necessidades brasileiras de atração de emigrantes.

Conforme Portella, mesmo antes da independência, o clima político já se encontrava mais tolerante quanto à imigração de não católicos, visto que, para atender os

²⁴⁰ **Provincia do Paraná: Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

²⁴¹ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 107.

²⁴² **Provincia do Paraná...**, p. 108.

²⁴³ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 108.

²⁴⁴ “A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do Imperio. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto domestico ou particular, em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de templo”. IMPÉRIO DO BRASIL. Constituição (1824). **Constituição política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso: 30 ago. 2020.

interesses econômicos e políticos do recente Império, era necessária essa tolerância²⁴⁵. Neste quesito, segundo Ribeiro, deve-se relembrar a atuação da Grã-Bretanha, maria-fumaça do mundo moderno, e como seu poderio econômico e político, possibilitou, mais de uma vez, a ingerência nas decisões políticas brasileiras, como a abertura dos portos, em 1808, taxas alfandegárias mais baratas para seus produtos e, inclusive permitiu o estabelecimento da primeira comunidade anglicana fora de seus domínios, no Rio de Janeiro²⁴⁶. Essa relação tornou possível que o protestantismo se embrenhasse pelo território católico. Nas palavras de Mendonça “A abertura para o mundo anglo-saxão significou abertura para o universo protestante”²⁴⁷.

Para Dreher²⁴⁸, a predominância das tendências liberais-modernizadoras no campo político beneficiou o acesso de protestantes no país, em sua maioria alemã²⁴⁹, pois tinham em mente que o protestantismo funcionaria como ferramenta de transição para a modernidade.

Pode-se pensar, então, que a questão religiosa²⁵⁰ estava resolvida no Brasil e que os imigrantes não católicos gozavam de plenos direitos, devido a esse “indiferentismo” que tomou conta das autoridades e população, juntamente com o regalismo²⁵¹ monárquico. Todavia, as contradições estavam por todas as partes do jovem Império.

Angela Lima classifica o Artigo Quinto como um “simulacro de liberdade religiosa”²⁵² e nota que os poucos direitos adquiridos pelos acatólicos ainda seriam minguados. Frisa que o catolicismo gozava do privilégio de ocupar o posto de religião

²⁴⁵ PORTELLA, Rodrigo. Fé, cultura e norma eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – organização popular e tutela eclesiástica. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 593-607, jul./ago. 2006.

²⁴⁶ RIBEIRO, Antonio C. S. **Como cantar a canção do Senhor?** Desafios ao testemunho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nos centros urbanos da atualidade. Dissertação (Mestrado em Teologia) — Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica-RJ. Rio de Janeiro, 2005, p. 24.

²⁴⁷ MENDONÇA, A. G. Inserção dos Protestantismos e “Questão religiosa” no Brasil, Século XIX (Reflexões e hipóteses). **Estudos Teológicos/EST**, 1987, p. 230 apud. RIBEIRO. **Como cantar a canção do Senhor?**..., op. cit., p.25.

²⁴⁸ DREHER, M. N. O protestantismo mineiro do século XIX. **Estudos Teológicos**, ano 25, n. 1, 1985.

²⁴⁹ Entendemos que nesse momento a Alemanha ainda não existia como nação, uma vez que sua unificação ocorreu apenas em 1871, porém, por fins práticos, optamos por nos referirmos aos povos oriundos da Confederação Germânica, por alemães.

²⁵⁰ Para uma análise maior e mais aprofundada ver: VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980.

²⁵¹ Conforme Castro, o regalismo pode ser definido como a “supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida ou de princípios geralmente aceites, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo”. CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente. In: RAMOS, Luis A. de Oliveira; et. al. (Coord.). **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, v. 1, p. 323.

²⁵² LIMA. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 156.

oficial e que, ainda, o respeito lhe era garantido na mesma Constituição de 1824. Em relação ao casamento dos que não professavam o catolicismo, aponta que não possuíam efeitos civis perante o Estado, devido ao decreto de 3 de novembro de 1827²⁵³: por meio dessa legislação, o casamento passou a ser considerado um sacramento, logo, sua regularização estava sujeita ao direito canônico da Igreja – que, obviamente, só admitia como verdadeira a união entre católicos²⁵⁴.

Monteiro Mesquita também reflete como o não reconhecimento do governo ao casamento dos protestantes, em sua maioria alemães, prejudicava as relações entre os países e o projeto de imigração brasileiro. Além disso, as relações dos que não compartilhavam a fé do Estado passavam a serem vistos como “virtuais concubinatos” que, em nível social, colocava os imigrantes em situações humilhantes e, no aspecto jurídico, extirpava-os de vários direitos civis²⁵⁵. Mesquita destaca que o Parlamento de Berlim aprovou em 1861 um expediente a fim de impedir a migração para o Brasil de seu povo até que as autoridades aceitassem, dentre outras condições, legalizar os casamentos entre católicos e acatólicos, pondo fim ao estigma do concubinato²⁵⁶. No mesmo ano o governo brasileiro publicou o decreto nº 1.114, em 11 de setembro, que estendia os efeitos civis do casamento àqueles de religião diferente da do Estado²⁵⁷.

O jornal publicado em francês *Le Messenger du Brésil* noticia que o Ministério do Império havia tornado nulo “muitos casamentos entre não católicos” e cita a Constituição e o *Guia do Emigrante* (1884) para questionar a decisão:

O *Guia do Imigrante*, que por ordem do mesmo ministério, há pouco foi publicado, para serem espalhados em grande numero os exemplares ple Europa, frisa ainda mais este ponto, do artigo da Constituição quando afirma

²⁵³ “[...]o casamento entre civis, regulado pelo Decreto Imperial de 3 de novembro de 1827, firmava a obrigatoriedade, em todas as dioceses do Brasil, da observância às disposições do Concílio de Trento e à Constituição do arcebispado da Bahia, sacramentando a interferência eclesiástica nas questões de índole matrimonial”. VIEIRA, Flávia D. **Memória e efeitos de sentido do casamento indissolúvel nas Constituições brasileiras e na Legislação Infraconstitucional**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013, p. 23.

²⁵⁴ LIMA. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 156.

²⁵⁵ MESQUITA. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**..., op. cit., p. 62.

²⁵⁶ MESQUITA. **A Sociedade Central de Imigração**..., op. cit., p. 63.

²⁵⁷ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 1.144, de 11 de Setembro de 1861. Faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e obitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1144-11-setembro-1861-555517-publicacaooriginal-74767-pl.html>> Acesso: 17 ago. 2020.

que o governo ajudou a construção de templos nas colônias e subvencionou cultos diferentes d'aquelles que o Estado reconhece.²⁵⁸

De fato, tal afirmação está presente na página 42 do referido guia, que declara: “Nas povoações colonias tem o Governo auxiliado e autorizado a construção de casas de oração, subsidiando ministros de religiões diferentes”²⁵⁹. A situação corrobora com os autores e evidencia pontos problemáticos da propaganda, muito mais pautada no discurso de atração do que em medidas efetivas para a liberdade religiosa dos imigrantes.

Com isso em mente, podemos ter uma melhor perspectiva de como a religião se mostra importante para os guias. Ora tópico próprio (alguns mais longos, outros com apenas algumas linhas), outrora diluído em seções como informações gerais ou governo, reforçando, a todo momento, a ideia de liberdade de culto dentro do Império. Este tema ainda nos proporciona um dos mais reveladores resultados da pesquisa: mostra como os guias, mesmo separados por vários anos, se relacionam e interseccionam em diferentes níveis.

O guia do Paraná inicialmente classifica a religião como uma vantagem. Declara: “Gozam da maior liberdade de consciência sem receio de serem perseguidos por motivos de religião, uma vez que respeitem a do Estado”²⁶⁰. Algumas páginas à frente, apresenta um resumo dos principais artigos da Constituição que poderiam interessar aos imigrantes e dedica um espaço exclusivo para a religião:

A religião catholica apostolica romana é a religião do Imperio.
São, porém, permittidas todas as outras religiões com seu culto domestico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.
Ninguém no Brasil póde ser perseguido por motivo religioso.
Só se exige que não ofenda a moral publica e respeite a religião do Estado, assim como este respeita todas as outras religiões, a ponto de punir no seu Codigo Criminal com pena de prisão e multa os que perseguirem por motivo religioso, e abusarem ou zombarem de qualquer culto estabelecido no Imperio [...] Os filhos dos acatholicos não são obrigados a receber o ensino que se dá aos filhos dos catholicos.
Os casamentos dos acatholicos são respeitados em todos os seus effeitos legais. Acha-se hoje este assumpto regulado por lei que assegura o estado civil da prole, considerando-a perfeitamente legitima, ou taes casamentos se realizem no Império, ou se effectuem no exterior²⁶¹.

O texto acima reestrutura a letra de lei para uma apresentação mais dinâmica dentro da redação do opúsculo, ainda afirma que o Estado já concedeu fundos para que

²⁵⁸ **Le Messenger du Brésil**. 30 de outubro de 1884.

²⁵⁹ VASCONCELLOS. **Guia do Emigrante...**, op. cit., p. 42.

²⁶⁰ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 108.

²⁶¹ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 126. Grifo meu.

templos fossem construídos nas colônias, com o intuito de aprimorar a vivência dos não católicos.

Ao prosseguir com a análise dos textos sobre a religião nos demais opúsculos, constatou-se que a propaganda paranaense serviu como inspiração para outros opúsculos. Em 1884, praticamente uma década após *Provincia do Paraná* ser distribuída, a publicação da SCI declara:

A religião do Estado e da maior parte da população é a Catholica, Apostolica Romana; mas todos os cultos são tolerados.

O Brazil divide-se em 11 Bispados e um Arcebisado, cujo chefe tem as honras de Primaz da Igreja Brasileira.

Ninguém no Brazil póde ser perseguido por motivo de religião; sómente se exige que não se ofenda a moral publica e se respeite a religião do Estado, assim como este respeita as outras religiões, a ponto de punir com penas de prisão e multas aquelles que perseguirem a outrem por motivo religioso e abusarem ou zombarem de qualquer custo estabelecido no Imperio.

Nas povoações coloniaes temo Governo auxiliado e autorizado a construcção de casas de oração, subsidiando ministros de religiões diferentes. Os filhos dos acatholicos não são obrigados a receber o ensino religioso que se dá aos filhos dos catholicos.

Os casamentos dos acatholicos são respeitados em todos os seus efeitos legais; assegurando as leis em vigor a legitimidade de estado civil da prole²⁶².

Enquanto os dois primeiros parágrafos do excerto fazem um breve balanço da situação eclesiástica brasileira, a partir do terceiro está claro que é o mesmo texto presente em *Província do Paraná*, exposto acima, apenas com algumas modificações. Indo além, os livretos *A Provincia de S. Paulo* e *Emigrazione* utilizam o texto contido no guia de Vasconcellos o reproduzem *ipsis litteris* em suas páginas²⁶³.

Passagens diferentes e com reprodução integral, podem ser encontradas nos guias do período republicano do Rio de Janeiro (1893) e de Minas Gerais (1894), todavia, diferentemente dos manuais produzidos durante o Império, seus textos²⁶⁴ não se mostram tão longos quanto outrora. Outrossim, com a instauração da República deixou de existir uma religião oficial, indicando que o tema já não mais preocupava tanto os dirigentes da imigração, *O Estado da Bahia*, inclusive, declara: “A religião do paiz é a catholica romana sem ser official”²⁶⁵.

²⁶² VASCONCELLOS, F. de B. e A. **O guia do emigrante para o Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1884, 41-42.

²⁶³ **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 17; **Emigrazione...**, op. cit., p. 1 (neste caso, o texto apenas foi traduzido para o italiano).

²⁶⁴ Os guias não possuem tópico exclusivo para discutir a religião, apenas informam ao leitor: “O Estado não tem religião, todos os cultos são permitidos, os cemitérios são seculares e o casamento civil é o único que as leis reconhecem”. RJ (1893), p. 15-16; MG, p. 6.

²⁶⁵ **O Estado da Bahia...**, op. cit., p. 18.

Esta é uma forte evidência de que os guias para emigrantes foram concebidos de maneiras análogas, de que os responsáveis pelas publicações, apesar de possuírem interesses distintos quanto às funções do imigrante, encontravam-se inseridos numa rede de comunicação singular da imigração — voltaremos ao guia da Bahia, mostrando que a religião não é o único tema que liga a obra aos demais guias.

Constata-se, portanto, que, ao mesmo tempo em que as políticas imigratórias devem ser entendidas no plural, devido à variedade de instituições atuantes para o desenvolvimento de um fluxo, existe essa grande área cinza evidenciada pelas propagandas, quase como um grande mercado, no qual temas são compartilhados e informações (re)utilizadas.

De volta ao GPR-1875, sua segunda parte, *Favores aos Imigrantes*, salienta algumas informações mais específicas, que não se fazem presentes em outros guias, como um breve parágrafo sobre a Agencia Official de Colonização (AOC):

É essa Agencia Official quem vela pela fiel execução do Regulamento para o transporte dos immigrants; quem inspeciona o serviço da hospedaria, destinada aos recém-chegados; quem providencia sobre o seu desembarque e o de suas bagagens; quem lhes assegura a isenção de todos os direitos de importação na Alfândega; quem os interna para os planaltos do interior da provincia do Rio de Janeiro, quando ha epidemias, quem annuncia gratuitamente os seus serviços quando desejam empregar-se como criados ou como officiaes de officio; quem os envia ás Colônias ou ás Provincias que preferem; em fim, quem facilita, em tudo e por tudo, aos immigrants os primeiros trabalhos de estabelecimento no Brasil²⁶⁶.

Criada pelo Decreto n. 3.254 de 20 de abril de 1864²⁶⁷, a AOC tinha basicamente três atribuições: inspecionar os que aportavam no Rio de Janeiro e a situação dos imigrantes nos vapores durante a viagem, a fim de verificar se estavam em conformidade com o Regulamento para o transporte de emigrantes; realizar a manutenção dos alojamentos que os recém-chegados seriam alojados, assegurando o agasalho aos emigrantes; e promover a imigração²⁶⁸.

Apesar de criada em 1864, o primeiro relatório sobre as atividades da Agência foi apresentado apenas em 1868, por Ignácio da Cunha Galvão, o presidente da mesma sob

²⁶⁶ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 110.

²⁶⁷ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 3.254 de 20 de abril de 1864. Approva as alterações feitas no Regulamento para o transporte de emigrantes, que baixou com o Decreto n. 2.168 do 1º de Maio de 1858. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3254-20-abril-1864-554842-norma-pe.html>>. Acesso: 14 ago. 2020.

²⁶⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. Relatório do anno de 1866 apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 13ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1867, p. 69. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/108?terms=agencia%20official&item_id=2059#?h=agencia%20official&c=4&m=8&s=0&cv=67&r=0&xywh=-43%2C532%2C2097%2C1476>. Acesso: 26 ago. 2020.

o título de “Agente Oficial”. Galvão, porém, concede sua justificativa para não o ter feito em anos anteriores: ninguém havia lhe pedido por um relatório²⁶⁹.

Com 45 páginas, o documento relata as atividades realizadas pela AOC desde sua criação até o fim do ano de 1867, com uma variedade de temas: regulamento de transportes e multas; lista dos vapores que infringiram alguma medida; desembarque dos emigrantes na hospedaria da Ilha do Bom Jesus; faz ainda uma relação da imigração de estadunidenses e de alemães. Em linhas gerais, Galvão mostra-se entusiasmado com a atuação do órgão e na conclusão volta a justificar a ausência de relatórios nos anos anteriores:

Terminarei com a citação de um facto que me recordo de ter lido algures, e que servirá para justificar a cor, para alguns, demais carregada desta minha exposição:

“Quando Napoleão no campo da batalha, deitava-se exausto de fadiga para passar por um curto somno, a recomendação que fazia, era: que ninguém o acordasse para dar uma boa noticia, mas havendo alguma má, o chamassem incontinenti”.

Tenho sempre em mente esta recomendação quando me dirijo aos poderes do Estado, em circumstancias qual a presente

Agencia official de colonisação, em 17 de Abril de 1868²⁷⁰.

Aparentemente, Napoleão precisou ser acordado, pois o relatório correspondente ao ano de 1869, também elaborado por Cunha Galvão, revela um Agente Oficial muito mais cansado e descontente com as medidas tomadas pelo Brasil em relação à imigração – inclusive, pessoalmente ofendido:

A presente exposição tem necessariamente de ressentir-se do abatimento moral em que me colocou a pressão sob a qual têm vivido a Agencia, e todos aquellos que concorreram em promover a corrente expotanea de immigração que despontava, desde que se poz em execução o systema de economia adoptado pelo antecessor de V. Ex., em materia de immigração; e tambem o desapontamento que soffr, vendo prohibir-se, depois de estar no prelo, a publicação do meu ultimo relatório [...]

N’aqueella occasião, apezar das contrariedades soffridas, me achava ainda possuído da animação produzida pelo vigoroso impulso anteriormente dado ao serviço da immigração e pelos resultados colhidos; e lutava com as fracas armas de que dispunha, para amparar a causa á que estava officialmente ligado. [...]

²⁶⁹ “Por diversos motivos deixei de apresental-o [o relatório] nos anos anteriores. Em 1º lugar nunca recebi ordem para o fazel-o; além disso em 1864 e 1865 o movimento da immigração foi tão limitado e os trabalhos da Agencia tão circunscriptos que não me parecerão reclamal-o. Em 1866 embora não tivesse recebido ordem, pretendia espontaneamente apresental-o e já tinha preparado alguns apontamentos.

A minha excursão, porém, as colonias do Estado, justamente na ocasião de confeccional-o obistou a que o fizesse”. GALVÃO, Ignacio da Cunha. Relatorio da Agencia Official de Colonisação. 1868, p. 1 In: IMPÉRIO DO BRASIL. Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <

http://ddsnext.crl.edu/titles/108?terms=agencia%20official&item_id=2059#?h=agencia%20official&c=0&m=9&s=0&cv=446&r=0&xywh=-1074%2C-1%2C4146%2C2918>. Acesso: 16 ago. 2020.

²⁷⁰ GALVÃO. Relatorio da Agencia Official de Colonisação..., op. cit., p. 45.

O systema de economia adoptado [...] produziu os mesmos resultados que traria um plano concertado para extinguir a immigração para o Brasil, e desacreditá-lo á tal ponto que só depois de muito anos podesse ser desfeita a impressão produzida, e reaparecer a corrente interrompida [...]²⁷¹.

Para entender a insatisfação de Galvão com as medidas econômicas, é necessário relembrar as crises do Segundo Reinado discutidas no Capítulo 1: um Império com sua economia abalada, passando por uma crise de escassez de gêneros básicos, enfrentando um mercado externo retraído e agricultores que clamavam por crédito – e não o conseguiam.

Frente a tudo isso, os benefícios ofertados aos europeus em movimento migratório ainda estavam se estruturando e o Governo não contava com grandes capitais ou agremiações privadas para financiar os subsídios, fatores que se encontram refletidos em *Provincia do Paraná*:

O Governo Imperial concêde ainda os seguintes favores aos immigrants:

- Pagamento da differença entre o preço de passagem para o Brasil e para os Estados Unidos;
- Adiantamento da importancia integral da passagem aos immigrants, que se destinarem ás Colonias do Estado; estão autorisados a fazer essas despesas os consules de Londres, Liverpool, Hamburgo, Marselha, Suissa, etc.;
- Isenção de direitos de importação a toda a bagagem dos colonos, e, especificamente a toda a sua roupa, camas, barras, ou catres, louça ordinaria de serviço; instrumentos proprios para a lavoura ou á profissão do imigrante; moveis e mobília; e uma espingarda de caça por adulto;
- Hospedagem no Estabelecimento da Agencia Official de Colonisação, a razão de 800 réis diários por adulto e 500 réis por menor de 12 annos e maior de 9 annos [...].²⁷²

Chamamos a atenção para o segundo tópico, onde informa que adiantamentos seriam feitos aos emigrantes por conta do Governo Imperial, ou seja, posteriormente, as os imigrantes deveriam devolver ao Estado todas as quantias dispendidas com sua fixação no Brasil, o que denota certa fragilidade da economia brasileira e como os favores passariam por importantes modificações ao longo do Oitocentos. Dentre esses adiantamentos estavam inclusos o valor integral das passagens para os imigrantes que se dirigissem aos núcleos coloniais do Estado; alimentação e agasalho por até dez dias; valor em dinheiro na quantia de 20\$000 para o colono e todos os membros de sua família entre

²⁷¹ GALVÃO, Ignacio da Cunha. Relatório da Agencia Official de Colonisação ano de 1869, p. 01-02. In: BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H Laemmert, 1870. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/108?terms=agencia%20official&item_id=2063#?h=agencia%20official&c=4&m=11&s=0&cv=316&r=0&xywh=37%2C-376%2C2073%2C1458. Acesso: 16 ago. 2020.

²⁷² *Provincia do Paraná...*, op. cit., p. 110-111.

10 e 50 anos de idade; sementes para o plantio; principais instrumentos de trabalho para preparar a terra e realizar a colheita; casa e lote²⁷³.

Em relação ao guia da SCI, ele não perde tempo em apresentar ao leitor os favores ofertados com a seção “*Resumo dos favores concedidos á immigração espontanea pelo Governo do Brazil*”. Como o próprio título deixa claro, essa é uma lista com as principais vantagens que o Brasil poderia oferecer àquele que para cá se dirigisse. Ao todo sete itens são apresentados nesse resumo: os três iniciais referem-se ao primeiro momento do estrangeiro no Brasil (recepção no porto do Rio de Janeiro; alojamento e agasalho na hospedaria da Ilha das Flores; e transporte); do item quarto até o sexto, são apresentadas informações sobre a concessão de lotes (área dos lotes e seus valores; início e formas de pagamento); por fim, o sétimo item refere-se à colocação e estabelecimento do estrangeiro no lote que lhe foi atribuído²⁷⁴.

Ao final dos favores é declarado:

Esses auxilios vão ser ampliados, sendo intenção do Governo auxiliar não só o transporte dos immigrants dos seus paizes para o Brazil, como instituir premios pecuniarios para remunerar os melhores productos, que se apresentarem nas exposições coloniaes, que se estabelecerão anualmente nas povoações de origem colonial.
O Governo trata de organizar commissões com o fim de alargar na maior escala possível a demarcação das terras devolutas e a respectiva subdivisão em lotes de 30 hectares para o estabelecimento de immigrants, utilizando de preferencia as terras já servidas pelas estradas de ferro ou de rodagem e rios navegaveis.²⁷⁵

Duas passagens chamam nossa atenção no trecho acima: a primeira diz respeito aos “prêmios pecuniários” que o imigrante poderia receber; e a segunda o fato de deixar claro, logo no início, a locação do imigrante próximo aos sistemas de comunicação para o estrangeiro. Certamente, prêmios e a possibilidade de poder garantir a locomoção de seus excedentes e da própria pessoa surgem aqui como fatores de atração.

Tais vantagens, no entanto, geraram certa desconfiança nos estrangeiros e o guia, aparentemente, não causou o impacto esperado, como podemos conferir na *Gazeta de Noticias* do dia 08 de setembro de 1885, que reproduz uma correspondência enviada à SCI:

Do Sr. Saviné de Casa Vecchia, morador em Veneza, recebeu a directoria da Sociedade Central de Immigração a seguinte carta:
“A Republica Argentina muito faz em favor da propaganda para lá; mas o Brazil nada tem ensaiado com caracter official.
Os cônsules contentam-se com distribuir um *Guia de immigrante* a quem o pede e, força é confessar, aquelle folheto nada ensina, não fornecendo senão

²⁷³ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 110-111.

²⁷⁴ VASCONCELLOS. **Guia do Emigrante...**, op. cit. p. 3-4.

²⁷⁵ VASCONCELLOS. **Guia do Emigrante...**, op. cit. p. 4.

dados muito vagos e geraes. Nelle nada se diz das dificuldades, moléstias, inconvenientes, desenganos, que possam afligir o immigrante. Não falar em tudo isso e só dizer bem, em phrases sem significação, faz nascer suspeitas, de que se ocultam não pequenos perigos e misérias e abre a porta a informações particulares que transformam factos individuaes ou a condição desgraçada de uma outra colonia em regra geral.”²⁷⁶

De fato, não é difícil encontrar passagens que ilustrem o ponto levantado pelo Sr. Vecchia: adjetivos de exaltação podem ser encontrados em diversos momentos, celebrando o solo, o clima e a fertilidade dos núcleos coloniais. Sobre a colônia Silveira Martins, localizada no Rio Grande do Sul, declara: “O seu excellent clima torna o seu solo apto para todas as culturas das zonas temperadas. Assim, a cevada, o trigo, o centeio e a vinha produzem com abundância e bem assim o fumo, o milho, arroz, feijão, etc”²⁷⁷. O clima é tratado de uma maneira quase poética, com declarações que invocam brisas do mar e uma lembrança da Europa:

Embora expostas á acção do calor dos climas quentes, as províncias do norte gozam de agradável temperatura, pois são constantemente refrescadas pelas brisas suaves do mar, offerecendo o interior em uma extensissima zona o ameno goso de uma primavera quasi perpetua [...]²⁷⁸

Esse discurso de exaltação não é exclusivo da propaganda da SCI, contudo, é interessante ter um relance de como o guia foi recebido pelos potenciais imigrantes. Além da Itália, constatou-se através da imprensa que o guia também foi enviado para a França, como indica *A Gazeta da Tarde* (1887):

Remetteram-se ao enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brazil em França, em resposta ao officio de 2 de Abril ultimo, 25 exemplares do *Guia do immigrante*, organizado pela Inspetoria Geral das Terras e Colonisação.²⁷⁹

As passagens dos periódicos são de grande importância para verificar que, de fato, os guias para emigrantes chegaram à Europa. Todavia, a quantidade diminuta de exemplares enviados nos faz questionar em *quem* os guias chegaram e não nos parece acertado que, nesse caso, tenham sido distribuídos para a população em geral, o que nos leva a questionar a influência que os guias exerceram no Antigo Continente. De maneira um pouco menos nebulosa, as análises proporcionam uma visão sobre a influência doméstica das propagandas, o que pode ser evidenciado pela identificação de um *modus operandi* na produção dos manuais, além da repetição de passagens. A seguir, nos

²⁷⁶ *Gazeta de Noticias*. 08 de setembro de 1885.

²⁷⁷ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 29.

²⁷⁸ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 15.

²⁷⁹ *A Gazeta da Tarde*. 04 de junho de 1887. Grifo no original.

aprofundamos um pouco mais nessa influência doméstica, com especial atenção ao guia de São Paulo.

2.1.1 A influência da propaganda paulista

Como já estabelecido, São Paulo, por meio da Sociedade Promotora de Imigração, desenvolveu uma política de subsídios que proporcionou o financiamento das passagens dos imigrantes da Europa até as fazendas para famílias inteiras, configurando-se como a província/estado que mais recebeu imigrantes em todo o país. Diante disso, neste momento, não pretendemos adentrar nas tramas mais finas da agremiação, nosso objetivo é pensar como os favores ofertados pela SPI foram divulgados em sua propaganda e, posteriormente, relacionar a bem-sucedida política imigratória paulista com outros manuais. Sobre a relevância do manual da SPI, o jornal *O Espírito-Santense* (1887) declara:

[...] escrito em linguagem singela, acha-se noticia de tudo aquilo que póde interessar ao immigrante para S. Paulo, pondo-se em evidencia, por meio de dados positivos, o progresso da região nas diversas manifestações do trabalho. [...]

Deste conjuncto de dados resulta em summa, sem nenhuma fadiga para o leitor, informação mui completa acerca da provincia [...] Dos diferentes trabalhos desta natureza, que conhecemos, nenhum leva a primazia ao que tratamos [...] não somente uteis para o immigrante, mas para todas as pêssoas que desejarem inteirar-se das condições economicas da provincia de S. Paulo.²⁸⁰

Em *A Provincia de S. Paulo*, os favores concedidos pelo governo começam a aparecer de maneira mais proeminente a partir do tópico *Sociedade Promotora de Imigração*²⁸¹, que apresenta, de maneira breve, a agremiação, a concessão das passagens a todos os familiares e como agir caso desejasse migrar para São Paulo²⁸². Algumas páginas depois, a propaganda discute a isenção das bagagens dos emigrantes, expondo uma extensa lista de todas as mercadorias livres de tarifas de taxas alfandegárias²⁸³.

Auxilio aos Immigrantes comunica a existência de duas leis provinciais responsáveis por conceder os benefícios aos potenciais imigrantes: a Lei nº 28 de 29 de março de 1884, com nove artigos e versa sobre aspectos gerais da imigração no território paulista. Chamamos a atenção para o primeiro artigo da lei, que estabelece os valores das indenizações de passagens: 70\$000 para os maiores de 12 anos; 35\$000 para os de 7 a 12

²⁸⁰ *O Espírito-Santense*. 05 de fevereiro de 1887.

²⁸¹ *A Provincia de S. Paulo...*, op. cit., p. 40.

²⁸² “A familia na Europa, que quiser emigrar para a provincia de S. Paulo deve escrever á *Directoria da Sociedade Promotora da Imigração* mandando a relação das pessoas que quiserem emigrar, e a sociedade mandará fornecer as passagens”. Ibid, loc. cit.

²⁸³ Ibid, p. 47-48.

a 17\$500 para os de 3 a 7 anos de idade, exclusivos para imigrantes casados ou com filhos. O artigo terceiro autorizava a construção de até cinco núcleos coloniais ao lado de estradas de ferro, com lotes de 10 hectares com. O artigo sete concedia ao presidente da província poderes para abrir crédito especial para a imigração, com a ressalva de que as despesas não poderiam superar 400:000\$000 anuais com o auxílio aos imigrantes; para a criação de núcleos coloniais, o teto era de 200:000\$000²⁸⁴.

A segunda lei, nº 14 de 11 de fevereiro de 1885, fixava as despesas para o período de 1886-87 e o artigo cinquenta e três autorizava o governo a aumentar a indenização de passagem de setenta mil réis a oitenta e cinco mil réis aos maiores de doze anos, e “proporcionalmente aos maiores de sete e três anos”²⁸⁵.

Não obstante, para receber os auxílios oferecidos, as famílias deveriam seguir algumas instruções:

Só poderão receber auxilio, os que constituírem famílias do seguinte modo:
1º marido e mulher com ou sem filhos ou enteados; 2º marido ou mulher com filhos ou enteados; 3º viúvo ou viúva com filhos ou enteados; 4º avô ou avó com netos ou outros descendentes; 5º tios ou tias com seus sobrinho e 6º irmão ou irmã com seus irmãos.

[...]

Para obter os favores pecuniarios da lei, é preciso que o immigrante quando chegue entre para o Alojamento Provincial. O parentesco deve ser provado pelos passaportes, e na falta d'estes, por meio de documentos das autoridades dos paizes de onde emigrarem [...] ²⁸⁶

Martinho Prado defendeu que ao atrair famílias inteiras, elas encontrariam locais para se assentarem mais rapidamente e trabalhariam de maneira mais empenhada, considerando que seus familiares estariam felizes por estarem juntos e obter uma renda maior. A real intenção da Promotora, na verdade, era conseguir o menor índice de remigração, pois esperavam que os imigrantes se apegassem à terra²⁸⁷.

Importante destacar que se o imigrante desejasse receber sua indenização, era para a hospedaria que ele deveria se dirigir. E lá ficaria até encontrar uma fazenda para se

²⁸⁴ PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Lei n. 28, e 29 de março de 1884. Autoriza o governo a auxiliar os imigrantes da europa e ilhas dos açores e canárias, que se estabelecerem na província, com as seguintes quantias: 70\$ para os maiores de 12 anos, 35\$ para os de 7 a 12, e 17\$50 para os de 3 a 7 anos de idade. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/138408>>. Acesso: 15 dez. 2019.

²⁸⁵ PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Lei nº 14, de 11 de fevereiro de 1885. Fixa a despeza e orça a receita para o exercício de 1886-1887. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1886/lei-124-28.05.1886.html>>. Acesso: 15 dez. 2019.

²⁸⁶ **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 50.

²⁸⁷ SANTOS, Iverson P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 – 1895). **Revista De Economia Política e História Econômica**. Ano 07. Número 21. Junho de 2010, p. 46.

assentar, o que ocorria em poucas horas²⁸⁸. Discutiremos mais à frente essa obrigatoriedade e como a hospedaria do Brás deve ser entendida como um “espaço de recrutamento”²⁸⁹.

O guia ainda afirma que entre 5 de março de 1885 até 19 de junho de 1886, o governo pagou a quantia de 304:071\$500 para os imigrantes casados e que constituíam família. De maneira geral, observa-se que a narrativa da propaganda se concentra na possibilidade de fazer dinheiro nas fazendas e, ao mesmo tempo, cultivar outros gêneros alimentícios junto ao café. As vantagens econômicas parecem muito mais atrativas, por conseguinte o manual possibilita três formas para o estabelecimento do imigrante na província: (i) em núcleos coloniais do Governo; (ii) nas fazendas cafeeiras; (iii) por conta própria.

A primeira opção seria o direcionamento para os núcleos coloniais²⁹⁰, com lotes de dez hectares cada e com uma casa construída para a família. Caso o estrangeiro optasse pelos núcleos ele poderia escolher entre pagar à vista, a prazo ou com uma entrada que diminuiria o preço do seu terreno. No primeiro caso, o valor seria de 500\$000, sendo 200\$000 o valor correspondente a casa e o restante o valor do terreno. Se ele optasse por pagar em parcelas esse valor subiria para 600\$000, tendo o estrangeiro quatro anos para saldar seus compromissos. É ressaltado, uma vez mais, a qualidade do solo para a produção, além da facilidade que o imigrante encontraria para vender seus excedentes, devido à localização dos lotes à beira de linhas férreas e próximos a cidades importantes.

O segundo caso, seria a instalação do estrangeiro em propriedades privadas. Dentre as três maneiras que o imigrante pode se estabelecer no Brasil, esta é a que o guia mais se demora e registra com maiores detalhes as vantagens de se fixar nas fazendas de café, enquanto a narração dos núcleos coloniais toma menos de uma lauda completa, o assentamento nos latifúndios cafeeiro ocupa três. Declara:

Chegados ao alojamento de Imigração, o immigrante casado e principalmente com grande familia, no mesmo dia depara com crescido numero de proprietarios agricolas á procura de seus serviços.

Nas propriedades, os colonos encontram casa espaçosa para morar concedida gratuitamente, terrenos para plantar cereaes, sendo 4 mil metros quadrados

²⁸⁸ “Chegados ao alojamento de Imigração, o immigrante casado e principalmente com grande familia, no mesmo dia depara com crescido numero de proprietarios agricolas á procura de seus serviços”. **A Província de S. Paulo...**, op. cit, p. 52.

²⁸⁹ GONÇALVES, Paulo C. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo: um novo espaço para o recrutamento de braços europeus pela economia cafeeira. In: SOUSA, Fernando; MENEZES, Lená M. (orgs.). **Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos Olhares sobre a E/Imigração**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

²⁹⁰ A discussão sobre os núcleos coloniais em São Paulo encontra-se no cap. 3.

para cada familia gratuitamente. Se tiver necessidade de maior porção de terreno, em geral póde obter gratuitamente [...]”²⁹¹.

O excerto contém dois elementos que merecem atenção: 1) o destaque dado à necessidade das famílias grandes para que pudessem encontrar serviço mais facilmente; e 2) a ênfase na palavra gratuitamente, aparecendo três vezes no segundo parágrafo, certamente funcionando como fator de atração.

Em relação às famílias, a seção ainda se preocupa em dar exemplos de diferentes composições familiares e os ganhos que elas poderiam obter. Conforme quadro apresentado, no ano de 1885 a estrutura de “um homem, uma mulher, uma moça e um moço” foi a que mais lucrou, com um total de 1:401\$000; enquanto a estrutura de “marido e mulher” obteve o menor retorno, 408\$000²⁹².

Fica claro que o quadro busca enfatizar, uma vez mais, a importância de emigrar com uma família grande para o sucesso financeiro (do patrão). Não obstante, encerra a passagem com a seguinte declaração: “As familias, quanto maiores, mais fácil e immediata collocação encontram, e igualmente são aquellas que maiores vantagens tiram na cultura do café”²⁹³

A última opção para o emigrante se estabelecer no Brasil seria por conta própria. Dentre as três possibilidades é a que menos ocupa espaço na publicação, apenas dez linhas, na qual declara que os imigrantes que não desejassem nenhuma das alternativas poderiam comprar quaisquer terrenos de seu agrado, pois encontrariam uma grande variedade de preços e tamanhos. Para encerrar, o guia coloca uma nota intitulada “Conselhos aos Immigrantes”:

Os immigrants devem preferir sempre colocar-se em propriedades particulares, quer possuam dinheiro, quer não.

Em primeiro lugar, porque sem dispendir um real principiam a ganhar desde logo; adquirem conhecimento das diversas culturas do paiz e accilnam-se, podendo no fim de um anno ou dous procurar a sua vontade a posição que melhor lhes convenha [...]

Em segundo lugar, porque a Provincia está tomando um desenvolvimento espantoso e todos os dias melhores situações se descobrem. Nestas condições, o immigrant deve resistir a seus proprios desejos, para melhor informado e com experiencia própria estabelecer-se²⁹⁴.

O excerto é de grande importância, pois sintetiza muito bem o principal objetivo da Promotora: conseguir braços para a lavoura. Logo no começo já afirmam que o

²⁹¹ **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 52.

²⁹² **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 54.

²⁹³ **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 55.

²⁹⁴ **A Provincia de S. Paulo...**, op. cit., p. 55-56.

estrangeiro deveria “sempre” optar pelas fazendas de café, justificam essa posição através de que ali o imigrante poderia se adaptar melhor ao Brasil para depois se aventurar em sua própria terra e afirmam que o imigrante deveria “resistir a seus próprios desejos”. Ou seja, mesmo que o imigrante tivesse condições de adquirir um lote à vista no primeiro momento em que pisasse em solo brasileiro, o guia aconselha a não tomar tal decisão e o redireciona para as fazendas de café.

A atuação da SPI trouxe ótimos resultados para os grandes senhores do café e sua política foi acompanhada de perto pelas autoridades do período que buscavam atingir, se não o mesmo sucesso, pelo menos parte dele para suas próprias províncias.

Não apenas as autoridades estavam de olho na atuação da Promotora, como a imprensa. A *Gazeta de Notícias* (RJ), em 08 de dezembro de 1886, demonstra conhecimento do guia paulista da SPI e informa que o presidente da província fluminense havia encomendado uma propaganda aos mesmos moldes:

O Sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro encarregou o Sr. comendador José Carlos de Carvalho de fazer um guia do immigrante para a provincia do Rio de Janeiro, como a que ultimamente foi feita para a de S. Paulo, contendo um mappa da provincia, uma gravura representando a ilha das Flores, e uma outra a bahia do Rio de Janeiro.

O trabalho foi tratado por vinte contos de réis.

O mappa deve conter: estradas de ferro, vias de navegação, engenhos centraes, estatística da producção e natureza das culturas.²⁹⁵

O trecho demonstra que o opúsculo foi visto de maneira positiva pelo presidente da província e já é possível notar o compartilhamento de um *modus operandi*. A influência da SPI é notada diretamente em dois guias para emigrantes, que reutilizam elementos do texto de *A Provincia de S. Paulo*, a saber: *Emigrazione* (1887) e *A Provincia do Maranhão* (1888).

Emigrazione apresenta uma bela capa, bem colorida e trabalhada, com as bandeiras do Império do Brasil e da Itália se cruzando na metade superior. O título encontra-se, em caixa alta, centralizado e em diferentes cores, com destaque para a palavra “Emigrazione”, em vermelho. Alguns floreios rodeiam as margens e na parte inferior há, ainda, uma pintura do que parece ser a Baía de Guanabara, com alguns barcos navegando, e, ao fundo, o Pão de Açúcar. Apesar do idioma italiano, o material foi produzido no Rio de Janeiro, pela tipografia Lombaerts e Cia. O guia, contudo, não apresenta a data de sua publicação nem os responsáveis. Quanto à data, acreditamos que

²⁹⁵ *Gazeta de Notícias*. 08 de dezembro de 1886.

ele tenha sido publicado durante 1887 ou 1888, pois o texto apresenta dados referentes até o ano de 1886 e já em 1889 as províncias passaram a ser estados.

Imagem 3. Capa guia *Emigrazione* [1887]



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Configura-se o menor material do grupo de guias selecionado, com apenas oito páginas que se encontram divididas em duas colunas – único guia com tal formatação. – Seu espaço delimitado não permite que se demore sobre determinado assunto por muito tempo, assim, apesar de apresentar uma quantidade grande de tópicos, eles são desenvolvidos por poucos parágrafos. Elementos tipográficos, nos permite identificar três

seções principais: 1) *Brasile* (p. 1- 3); 2) *Provincia di Rio Janeiro* (p. 3-7); 3) *Ausilio Agli Immigranti* (p. 7-8).

Como pode-se imaginar, as duas primeiras seções tratam de assuntos gerais sobre o Brasil e a província do Rio de Janeiro, respectivamente, discutindo elementos já conhecidos como agricultura, clima, território, população entre outros. *Ausilio agli Immigrant*²⁹⁶ reúne, justamente, os favores ofertados pelo governo imperial ao estrangeiro, dentre estes a recepção no porto por algum agente oficial e a hospedagem na Ilha das Flores.

O tópico *Ausilio del Governo Imperiale* está organizado em quatro itens e discorre sobre: o transporte do porto até a Hospedaria da Ilha das Flores, onde poderiam ficar por até oito dias, ambos de maneira gratuita; o segundo informa que aqueles que se estabelecessem em fazendas agrícolas como trabalhadores, com ou sem contrato, receberiam reembolso integral da passagem; aos que se estabelecessem por conta própria ou em núcleos coloniais do governo, por sua vez, teriam reembolso parcial. Por fim, salienta que o governo pretendia construir estradas, escolas, igrejas tudo o mais que fosse necessário para a “prosperidade e desenvolvimento dos novos núcleos” a serem construídos²⁹⁷.

Já estabelecemos que este material não é tímido ao utilizar passagens de outras fontes, apenas transcrevendo para o idioma italiano, e o mesmo acontece aqui. O breve texto sobre a ajuda ofertada é uma adaptação da circular de 12 de outubro de 1886²⁹⁸ divulgada pela conhecida Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SENACOP)²⁹⁹.

Os itens dois e três acima nos chamam a atenção, pois, considerando que o guia se configura como um material oficial do Império, era esperado que aqueles que desejassem se estabelecer por sua conta em pequenas propriedades recebessem mais incentivo que os imigrantes-braços, afinal, a Coroa (e a SCI) esperavam que o europeu pudesse preencher os vazios do território, abastecer e diversificar os mercados internos com gêneros alimentícios e, entre uma atividade e outra, acabar com o latifúndio e

²⁹⁶ Ajuda aos Imigrantes. **Emigrazione...**, op. cit., p. 7. Tradução própria.

²⁹⁷ “Finalmente, costruzione di strade, scuole e chiesa, oltre la concessione di cui sopra, a col ro che preferissero fissarsi negli stabilimenti coloniali attualmente esistenti, come pure qualunque altro ausilio che sia creduto necessario per la prospera e sviluppo dei nuovi nuclei che saranno fondati”. **Emigrazione...**, op. cit., p. 7.

²⁹⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 2. Circular, de 12 de out. 1886. Rio de Janeiro, 1886. Disponível em: < <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/circular-54>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

²⁹⁹ Também chamada de Ministério.

modernizar a sociedade brasileira³⁰⁰. Essa estranheza é logo justificada ao identificar o ministro da SENACOP à época da divulgação da circular e da elaboração da propaganda: Antonio da Silva Prado³⁰¹. Vejamos a circular na íntegra:

Communico a V. Exa., para que pelos meios a seu alcance tenha nesse paiz a maior publicidade, que o Governo Imperial concederá d'ora avante aos emigrantes que demandaram o Brazil os seguintes favores, além da recepção, agasalho por oito dias e transporte gratuito do porto do desembarque até ás localidades a que se dirigem:

Pagamento integral da passagem, da Europa para o Imperio, aos que se destinarem ás fazendas agricolas como trabalhadores, com ou sem contracto de locação de serviços;

Pagamento reduzido, logo que nesse sentido sejam celebrados contractos com as Companhias Transatlanticas, aos que resolverem collocar-se por conta propria em terras devolutas de propriedade do Estado, sendo estas vendidas já medidas e demarcadas, a dinheiro á vista ou a prazo, por preço razoavel;

Finalmente, construcção de caminhos, escolas e igreja, além da concessão supra, aos que preferirem fizar-se nos estabelecimentos coloniaes actualmente existentes, bem como qualquer outro auxilio que fôr julgado necessario á prosperidade e desenvolvimento dos nucleos que forem fundados.

Deus Guarde a V. Exa.

Antonio da Silva Prado.³⁰²

A circular, entretanto, parece ter causado diversas dúvidas em outros membros do órgão, visto que Antonio Prado precisou dar algumas explicações adicionais. Em 15 de outubro, o ministro fez dois esclarecimentos: o imigrante somente poderia reclamar o reembolso caso sua entrada no país houvesse sido autorizada pelo Governo previamente e após se encontrar estabelecido na propriedade agrícola; também informava que a redução do valor da passagem estaria condicionado às parcerias estabelecidas entre a Administração Imperial e as companhias de vapores, que deveriam cobrar do emigrante o valor acordado³⁰³ – estes esclarecimentos adicionais se fazem presentes no texto do guia³⁰⁴, sinalizando que essa propaganda foi publicada entre o fim de 1886 ou em 1887.

³⁰⁰ “O imigrante europeu, instalado em pequena propriedade deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gados diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuisse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado”. PETRONE, M. T. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 18.

³⁰¹ Prado ocupou a cadeira de ministro por duas vezes no órgão: a primeira de 20 de agosto de 1885 até 10 de maio de 1887 e retornou em 27 de junho de 1888 até 5 de janeiro de 1889. GABLER, Louise. **A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 112.

³⁰² IMPÉRIO DO BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 2. Circular, de 12 de out. 1886. Rio de Janeiro, 1886.

³⁰³ IMPÉRIO DO BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 5. Circular, de 15 de out. 1886. Rio de Janeiro, 1886. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/circular-56>>. Acesso: 17 ago. 2019.

³⁰⁴ “Il pagamento integrale del passaggio dall'Europa all'Impero per quegl'immigranti che si destinassero agli stabilimenti agricoli come lavoratori, con contratto di locazione di servizi o senza, sara effettuato soltanto dopo che l'immigrante sia giunto in tali stabilimenti: dovendo previamente alla sua partenza

Dois meses depois, em 23 de dezembro, Prado retornaria a prestar novas explicações sobre a mesma circular:

O pagamento integral da passagem aos imigrantes que se localizarem nas fazendas e outros estabelecimento agrícolas se effectuará, requerendo o fazendeiro, que os desejar introduzir, prévia autorização do Governo Imperial, e no acto de seu recebimento apresentando atestado dos Consules brasileiros nos portos de embarque na Europa, da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação na corte, e dos Inspectores especiaes ou sua chegada ao Brazil e definitiva collocação, sendo esta atestada pelo juiz de paz ou presidente da camara municipal do logar onde esteja situada a fazenda ou estabelecimento agricola.

Fica entendido que a importancia da passagem integral paga pelo Estado ao fazendeiro constitue favor directo ao imigrante, pelo que só poderá ser recebida por aquelle como indemnização da despesa que houver feito com o transporte deste desde o porto de embarque na Europa até ao seu destino no Brazil³⁰⁵.

A cada ofício publicado por Antônio Prado para explicar o primeiro, o migrante tinha que cumprir mais etapas burocráticas para conseguir o reembolso do valor da passagem, além disso, pelo que o trecho evidencia, a restituição poderia ser realizada aos fazendeiros que, necessitando de trabalhadores, estabeleciam contratos (diretamente ou por meio de intermediários) e já pagavam as despesas da viagem para depois receber do Governo.

Além desses favores, o guia faz uma breve exposição sobre as bagagens dos migrantes, uma lista³⁰⁶ de variados itens que o migrante poderia trazer e quais mercadorias estavam livres das taxas alfandegárias. Essa listagem é exatamente a mesma que pode ser conferida no GSP-1884³⁰⁷, dessa forma, considerando as estreitas relações entre a Promotora e a família Prado, bem como a relação da família com a Itália, os rastros nos levam a crer que *Emigrazione*, mesmo sob o rótulo de um material propagandístico oficial do Império, foi elaborado seguindo os ideais da SPI e, provavelmente, por seus próprios membros.

A mesma passagem sobre as bagagens seria usurpada, uma segunda vez, pelo guia *A Provincia do Maranhão* (1888)³⁰⁸. O manual maranhense ainda se vale de outros textos

dall'Europa precedere autorizzazione del Governo, concessa ai proprietari agricoli che desiderano farli venire.

L'ausilio della riduzione di passaggio, promesso a coloro che vengono a stabilirsi per proprio conto in terreni devoluti dello Stato, che saranno venduti già misurati e demarcati a danaro a vista od a respiro, per prezzo ragionevole, o che preferissero fissarsi negli stabilimenti colonial attualmente e istenti, avrà luogo ottenendo il Governo questa riduzione dalle Compagnie Transatlantiche, che in tal caso potranno soltanto esigere dall'immigrante il prezo che sara convenuto pel di lui trasporto". *Emigrazione...*, op. cit., p. 7-8.

³⁰⁵ IMPÉRIO DO BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 13. Circular, de 23 dez. 1886. Rio de Janeiro, 1886.

³⁰⁶ *Emigrazione...*, op. cit., p. 8.

³⁰⁷ *A Provincia de S. Paulo...*, op. cit., p. 47-48.

³⁰⁸ *A Provincia do Maranhão...*, op. cit., p. 25-26

da propaganda da SPI, mesmo assim, já é significativo perceber que a publicação de 1888 encerra em si diversas nuances que parecem se apoiar no modelo bem-sucedido da província de São Paulo, o que pode ser justificado pelo seu desenvolvimento tardio nas questões imigratórias. Podemos tirar elementos que fundamentam nossa observação de uma *Falla* dirigida pelo presidente da província Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos à Assembleia Legislativa, em 1885:

É preciso encarar de frente a palpitante questão da substituição do trabalho, e resolver-a como fôr mais consentaneo com as forças e condições da provincia e com as atribuições dos poderes publicos.

[...]

Conviria, portanto, em primeiro lugar levantar neste ponto ainda os créditos da provincia, e revelar aos olhos do estrangeiro a immensa riqueza e grande numero dos rios que cortam este solo uberrimo, regorgitando de immensos tesouros, onde a industria agricola colherá os mais esplendidos resultados.

A provincia de S. Paulo, que ainda neste assumpto guarda a primazia entre as demais do império, offerece-nos um excelente auxiliar para esse estudo na sua lei n. 28 de 29 de março do anno próximo passado. Depois de preparar-se para receber o immigrante, poz aquella adiantada provincia todo o seu cuidado em attrahil-os para o seu solo, proporcionando-lhes indennisações de despesas de viagem e outras de modo a crear ali a immigração espontanea, unica proveitosa ao paiz.³⁰⁹

Pode-se entender, portanto, que a elaboração do guia maranhense segue as ideias de Godoy e Vasconcellos, focadas em apresentar as vantagens da província, combater notícias prejudiciais sobre seu clima e salubridade e seu “uberrimo” solo. A propaganda ficou a cargo da Imprensa Nacional e, como informa o *Jornal do Commercio (RJ)*, teria tradução para o alemão, italiano e espanhol³¹⁰.

Ademais, o GMA-1888 não possui uma relação de favores ofertados pela província (afinal, não havia o que listar), ao invés disso, reproduz no tópico Imigração a fala de ex-presidente da província, Bento de Araújo, e suas perspectivas sobre valoroso tema³¹¹.

A influência da propaganda paulista ainda é sentida no manual da Bahia, publicado mais de uma década depois. Bandeira Mello, então presidente da província, em sua *Falla* na abertura da Assembleia baiana, em 1887, apresenta considerações sobre a importância propaganda para o estimular o fluxo imigratório para a província e cita o

³⁰⁹ PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Falla que o Exm. Snr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, presidente da provincia, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião da instalação da 2ª sessão da 25ª legislatura em 24 de fevereiro de 1885. Maranhão: Typ. do Paiz, 1885, p. 33-34.

³¹⁰ “[...] foi autorizada a publicação de um guia de immigrante em portuguez, alemão, italiano e hespanhol para a provincia do Maranhão, o qual terá uma carta topográfica da mesma provincia.

Tanto o trabalho original como as traduções nada custarão ao Estado, e a publicação é feita na Imprensa Nacional”. **Jornal do Commercio**. 02 de dezembro de 1888.

³¹¹ Ver Quadro 6.

manual da Promotora como caso de sucesso. Optamos por transcrever suas recomendações para a elaboração da propaganda, pois, apesar de extensa, se mostra altamente contributiva para as hipóteses aqui levantas. Vejamos:

[...] ponderando sobre o proveito que sempre colheram os Estados Unidos, o Chile e a Republica Argentina, e vão colhendo actualmente as provincias de S. Paulo e Rio de Janeiro, da distribuição gratuita pela Europa de folhetos publicados em diversos idiomas, contendo informações aos emigrantes obre os logares preferíveis para se estabelecerem [...] encarreguei [Amorim Filgueiras] este distinto cidadão de compor um trabalho semelhante sobre a Bahia, com o titulo de *Guia do Immigrante*, á qual deverá ser anexado um pequeno mappa da Provincia, organizado de acordo com os melhores dados que possuímos.

[...]

A exemplo de trabalho semelhante, realizado para a Provincia de S. Paulo, sob a iniciativa da Sociedade Promotora de Immigração alli existente, V.S., seguindo pouco mais ou menos o mesmo methodo, tratará com a maior exactidão possível e de modo breve e claro, da situação, superficie, e população d'esta Provincia, sua extensão relativa comparada com a de outras e de diferentes paizes, organização politica e administrativa, estações, clima e temperatura media, topografia, principaes Villas e Cidades, população e riqueza de cada uma d'ellas, lingua e religião do Paiz, constituição da familia, instrucção publica, costumes, regulamentos policiaes, imprensa, estabelecimentos de credito, associações de caridade, hospitais, estradas de ferro e capital que ellas representam, navegação fluvial e maritima, o commercio interno, costeiro e transatlântico, correios e telégrafos, pezos e medidas, systema moentario e sua equivalência com o padrão monetario dos principaes paizes, industria agricola, e pastoril e extractiva, fertilidade ou aptidão do solo para diversas culturas, leis relativas á naturalisação, movimento emigratorio, transportes e comunicações terrestres fluviaes e marítimas, preços de passagens para os immigrants nas diferentes linhas de navegação costeira e interior da Provincia, favores e auxílios aos immigrants, vantagens presentes e perspectiva de bem estar futuro dos mesmos, preço medio de vários artigos de consumo, salarios e contractos relativos á prestação de serviços, recursos financeiros da Provincia e producção dos seus principaes generos de 1860 até o anno proximo passado e finalmente conselhos uteis e referentes ao regimen da vida, especialmente quanto a acclimação.³¹²

Primeiramente, acreditamos que Bandeira de Mello foi modesto ao dizer que o trabalho por ele encomendado seguiria “mais ou menos” o método do guia paulista quando, logo depois, ele descreve todos os elementos da obra da Promotora, indicando a necessidade de se fazerem presentes no guia baiano. Destaca-se que não podemos afirmar que o nosso guia aqui trabalhado é o mesmo citado pelo presidente, visto que há um espaço de dez anos entre a *Falla* e o guia (1897). Contudo, o ponto principal nesse momento é reconhecer três elementos que Bandeira de Mello nos proporciona: i) a essa altura, já se torna inegável o impacto que *A Província de S. Paulo. Emigrante, lede este folheto antes de partir* causou nas políticas imigratórias regionais e na elaboração de guias para emigrantes; ii) a relação singular e própria dos dirigentes da imigração atentos ao

³¹² BAHIA. Falla com que o Ill. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello presidente da provincia abriu a 2ª. sessão da 26ª. Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia: Typ. da Gazeta da Bahia, 1887, p. 151-152. Grifo no original.

que era publicado em diferentes locais, se valendo dos pontos positivos dessas obras e, quando necessário, fazendo uso das mesmas. Aqui denominamos essa relação de *rede de comunicação*. iii) por fim, o detalhamento dos assuntos abordados que deveriam estar presentes nos guias expõe o que já foi apresentado no Capítulo 1: os guias para emigrantes possuem um *modus operandi*, com temas fixos e temas variáveis em sua composição.

A seguir, dissecamos um pouco mais a política imigratória baiana e seu guia, além de trazer para a discussão o guia de Minas Gerais, ambos publicados sob a égide da República.

2.1.2 Nos ares da República: Bahia e Minas Gerais

Em um primeiro momento, deve-se observar que, mesmo às vésperas da queda da Monarquia, as propagandas continuavam a ser produzidas, o que pode ser ilustrado pelo *Guide de L'Émigrant*, publicado em 1889, e a ascensão da República não significou o fim dos guias para emigrantes – indicativo de que o negócio da imigração não poderia parar, ainda mais com a escravidão oficialmente encerrada.

Guide de L'Émigrant ostenta um elaborado arrolamento dos favores oferecidos aos emigrantes em dois capítulos: o quarto, intitulado *Avantages généraux accordés aux immigrants par le gouvernement du Brésil*, e o quinto, *Avantages spéciaux aux immigrants par diverses provinces du Brésil*³¹³.

Avantages généraux possui três páginas de extensão, inicia com a afirmação de que o Brasil possui várias províncias que oferecem vantagens especiais aos seus imigrantes, porém que o Governo Central concede vantagens gerais “à tous les ‘fatigués’ de l’Europe” que se dirigissem ao Império, independentemente de sua nacionalidade ou religião. Esses benefícios seriam concedidos àqueles que viessem de terceira classe nos vapores e, no momento da chegada, deveriam se dirigir ao funcionário da Inspetoria Geral de Terras e Colonização ou, em sua ausência, a algum colaborador da SCI para receber o reembolso e demais benefícios³¹⁴. A menção à SCI demonstra que, apesar de São Paulo

³¹³ *Vantagens gerais oferecidas aos imigrantes pelo Governo do Brasil; Vantagens especiais oferecidas aos imigrantes por diversas província do Brasil*, respectivamente. Tradução própria.

³¹⁴ “Plusieurs provinces de l’empire du Brésil accordent aux immigrants des avantages spéciaux, dont il sera parlé plusloin, au chapitre suivant. Outre ces avantages spéciaux, le gouvernement central accorde à tous les immigrants, quelle que soit leur nationalité ou leur religion, des avantages, généraux, qu’il s’agit de faire connaître à tous les ‘fatigués’ de l’Europe.

Ces avantages sont accordés à tous les passagers de troisième classe, qui les sollicitent au moment de leur arrivée à Rio-de-Janeiro, en s’adressant verbalement au fonctionnaire du ‘Bureau des Terres et de la Colonisation’, qui se rend à bord de chaque paquebot arrivant à Rio-de-Janeiro, ou, en son absence, à l’un des délégués de la ‘Société Centrale d’Immigration’, dont le siège est à Rio-de- Janeiro”. SANTANNA NERY, *Guide de L’Émigrant...*, op. cit., p. 29.

obter a maior porção dos emigrantes europeus, a agremiação continuava a ocupar lugar de prestígio no aparato governamental.

Ao analisar as vantagens gerais oferecidas aos migrantes foi possível constatar que o texto do manual em francês é, essencialmente, o mesmo presente no *Guia do Emigrante*, de 1884, apenas com modificações pontuais. Entendemos que ambas são publicações oficiais do Império, ainda assim, torna-se importante perceber esses episódios, visto que corroboram com nossa discussão de apropriação entre os guias. Os dois textos foram organizados no quadro abaixo:

Quadro 5. Comparação entre GBR-1884 e GBR-1889

Guia do Emigrante, 1884 ³¹⁵	Guide de L'Émigrant, 1889 ³¹⁶
1° Recepção no porto do Rio de Janeiro. 2° Alojamento, agasalho e alimentação na hospedaria da Ilha das Flores pelo tempo necessário até seguirem os imigrantes a seu destino. 3° Transporte gratuito nas estradas de ferro ou nas linhas de navegação a vapor até o lugar mais próximo do destino escolhido pelos imigrantes. 4° Concessão de um lote de terras apropriadas á cultura, devidamente medido e demarcado, com a área de 300.000 metros quadrados ou 30 hectares pelo preço máximo de 400\$000 réis (equivalente a 1.414 francos.) [...] 5° Faculdade ao imigrante de pagar avista esse lote, ou em prestações, durante cinco annos, no máximo, addicionando-se-lhe no segundo caso mais 20 % sobre a importância do lote. 6° Liberdade ao imigrante para somente começar o pagamento por prestações a contar do começo do terceiro anno depois do seu estabelecimento; abatendo-se-lhe 6% sobre o valor das prestações que pagar antecipadamente. 7° Collocação e estabelecimento no lote que lhe fôr distribuído.	1° Recepção na chegada ao Rio de Janeiro. 2° Estadia, alimentação e manutenção, sem custo, na Hospedaria dos Imigrantes, localizada na Ilha das Flores, uma das ilhas da bela enseada do Rio. O imigrante recebe alojamento até sair para o local para o qual se destina, ou até encontrar um compromisso ou investimento que lhe convenha. Ele geralmente fica lá por quatro ou cinco dias [...] 3° Transporte gratuito, ao sair da Hospedaria da Ilha das Flores, nas linhas férreas e nas linhas de vapor, até ao destino ou ao local mais próximo do local que ele deve se estabelecer. Este transporte gratuito também inclui o transporte gratuito da bagagem do imigrante e seus instrumentos de trabalho, que estão isentos de qualquer taxa de entrada. 4° Concessão de muita boa terra para cultivo. O lote é demarcado e dividido antecipadamente. Tem 300.000 metros quadrados, ou 30 hectares, no máximo. Cada lote custa ao imigrante 1.414 francos; e, no caso de terras inferiores como qualidade, pode custar apenas 351 francos. Para tomar posse de um lote escolhido por ele, o imigrante não precisa pagar o valor imediatamente. Ele pode pagá-lo em dinheiro ou pode pagá-lo por meio de pagamentos feitos por cinco annos. [...] 5 ° O imigrante tem a faculdade de não começar a fazer pagamentos para o pagamento do seu lote até o terceiro anno após a sua chegada. Se ele conseguir antecipar o tempo desses pagamentos, ele será reduzido em 6% sobre o valor desses adiantamentos. 6 ° O imigrante está instalado em seu lote colonial às custas do governo.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações de *Guia do Emigrante...* (1884) e *Guide de L'Émigrant...* (1889).

Enquanto o item 2 do livreto de 1884 informa que os recém-chegados poderiam ficar no local “pelo tempo necessário”, a publicação de 1889 já estabelece um número de

³¹⁵ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 03-04.

³¹⁶ SANTANNA NERY. *Guide de L'Émigrant...*, op. cit., p. 30-31.

dias: cinco. A quarta vantagem, sobre as terras, é adjetivada como “apropriadas” pelo GE-1884, já no GBR-1889 o elogio passa a ser “muito boa”, os valores e formas de pagamento não sofreram alterações. Por fim, percebe-se que o item cinco do GE-1884 foi “anexado” ao item quarto da obra mais nova, o que justifica o número discordante de vantagens, quando, na verdade, permaneceram as mesmas. Essa constância é significativa, pois indica que o Governo não conseguiu ampliar as benesses para o europeu, como havia indicado o GE-1884:

Esses auxílios vão ser ampliados, sendo intenção do Governo auxiliar não só o transporte dos imigrantes dos seus países para o Brasil, como instituir prêmios pecuniários para remunerar os melhores productos, que se apresentarem nas exposições coloniais, que se estabelecerão anualmente nas povoações de origem colonial.

O Governo trata de organizar comissões com o fim de alargar na maior escala possível a demarcação das terras devolutas e a respectiva subdivisão em lotes de 30 hectares para o estabelecimento de imigrantes, utilizando de preferência as terras já servidas pelas estradas de ferro ou de rodagem e rios navegáveis³¹⁷.

Duas passagens chamam nossa atenção no trecho acima: a primeira diz respeito aos “prêmios pecuniários” que o imigrante poderia receber; e a segunda, a colocação do imigrante próximo aos sistemas de comunicação para o estrangeiro. Certamente, prêmios e a possibilidade de poder garantir o escoamento de seus excedentes e a mobilidade da própria pessoa surgem aqui como fatores de atração.

O capítulo cinco, *Avantages spéciales*, lista as vantagens especiais oferecidas por algumas províncias: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Com exceção do Espírito Santo, as demais províncias listadas possuem seu próprio guia para emigrantes, o que proporciona uma boa oportunidade para uma investigação comparativa entre os benefícios divulgados pelos folhetos. Considerando que já dedicamos uma sessão para a influência paulista, nesse momento damos uma maior atenção à Bahia e Minas Gerais.

Em relação aos favores ofertados pela Bahia, a obra de 1889 não se estende por mais que duas páginas. Inicia relatando a promulgação de uma recente lei responsável por regular o serviço de imigração na província e que os lotes colocados à venda variavam entre 15 ou 30 hectares, com formas de pagamento semelhante às diretrizes gerais do Império. O que mais chama a atenção refere-se aos adiantamentos que o governo baiano oferecia ao recém-chegado: o valor variava se o imigrante tivesse família ou fosse solteiro – posteriormente, a quantia deveria ser quitada, com exceção do transporte:

Le gouvernement provincial accorde le transport gratuit à l'immigrant et à sa famille, depuis le chef-lieu de la province jusqu'au centre colonial. Il lui fait

³¹⁷ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 04.

l'avance des instruments de travail les plus indispensables, et de son entretien pendant les 8 premiers jours de son séjour dans le centre colonial. Si l'immigrant est célibataire, il lui fait une avance, pour frais de premier établissement, de 20 à 50.000 réis (soit de 57 à 142 fr.). Si l'immigrant a une famille, l'avance est de 50 à 100.000 réis (soit de 142 à 285 fr.). Les immigrants sont débités de ces diverses avances, excepté de celles du transport, qui est entièrement gratuit³¹⁸.

Curiosamente, o GBA-1897 não contém nenhum capítulo dedicado aos favores oferecidos pelo (agora) estado baiano, ao longo de sua narração observa-se que a propaganda busca relacionar as vantagens à agricultura, ao solo e aos meios de comunicação, sem, no entanto, expor de maneira direta como o imigrante poderia contar com a ajuda do governo. Apesar disso, em sua eloquente Considerações Finais, a publicação declara:

Da parte do governo serão inexcusáveis os desvellos e as generosidades por todos os que nos trouxe rem o concurso de sua actividade pacifica e intelligencia. Neste particular são de irreductivel decisão os intentos da esclarecida administração que dirige o Estado actualmente. Prodigalisará ella todos os favores possiveis para tornar propicias e até brilhantes as condições da vida dos estrangeiros que fixarem-se no nosso sólo, trocando a existencia precaria da Europa por outra em que, de subito gozarão dos recursos da abastança, e, tambem, da opulencia se souberem e quizerem explorar as possantes forças vivas da Bahia³¹⁹.

Pesquisando a imigração para a Bahia no século XIX, Jones declara que, assim como Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul, na Bahia também ocorreu a instalação de colônias ainda durante o período joanino. Todavia, diferentemente daquelas regiões, o atual estado se viu esquecido pelas pesquisas acadêmicas³²⁰. Ao citar um artigo do periódico baiano *A Tarde* de 1920, o autor frisa que esse esquecimento se deu, da mesma forma, no próprio âmbito doméstico da Bahia, visto que a reportagem anunciava a reforma de um imóvel para funcionar como hospedaria, a fim de “atender aos primeiros imigrantes”³²¹.

³¹⁸ “O governo provincial fornece transporte gratuito para o imigrante e sua família da capital da província até o centro colonial. Ele lhe dá as ferramentas de trabalho mais indispensáveis e a manutenção durante os primeiros 8 dias de sua estadia no centro colonial. Se o imigrante é solteiro, ele lhe dá um adiantamento, para despesas de primeiro estabelecimento, de 20 a 50.000 réis (de 57 a 142 francos). Se o imigrante tiver uma família, o avanço é de 50 a 100.000 réis (de 142 a 285 francos).

Os imigrantes são debitados desses vários adiantamentos, exceto os de transporte, que é inteiramente gratuito”. SANTANNA NERY, **Guide de L'Émigrant...**, op. cit., p. 33-34. Tradução própria. Grifo no original.

³¹⁹ **O Estado da Bahia...**, op. cit., p. 45-46.

³²⁰ JONES. “**Vem aí a imigração**”..., op. cit., p. 10.

³²¹ **A Tarde**, Salvador, 21 de outubro de 1920, p. 1. *apud* ³²¹ JONES. “**Vem aí a imigração**”..., op. cit., p. 11. Grifos do autor.

Entre a instalação da primeira colônia oficial (Almada, em 1816³²²) na província da Bahia e o noticiário, existe um período de mais de cem anos, o que, certamente, reflete o insucesso do empreendimento imigratório na região. Sanches não busca negar esse fato, seu objetivo é propor uma relativização das experiências imigratórias taxadas como “fracassadas” em regiões que não podem ser consideradas polos de atração, como São Paulo ou as províncias sulistas. Ao definir o fenômeno imigratório paulista como “único” no Brasil, Sanches afirma que não se pode adotá-lo como a regra, mas, sim, a exceção, caso contrário corre-se o risco “de todas as outras experiências imigratórias de norte a sul serem reduzidas, consequentemente, a fracassos”³²³.

Não existe realmente um consenso entre as fases que o processo de imigração e colonização na Bahia sofreu. Francisco Viana, em *Memórias sobre o Estado da Bahia*³²⁴, obra de referência, elege o ano de 1818 como o pontapé inicial das políticas imigratórias para a região – data da criação da colônia Leopoldina, formada por suíços³²⁵. Analisando *Memórias*, Jorge Lyra assinala que Viana dividiu o processo de colonização na Bahia em três períodos: de 1818 até 1830, com a principal característica sendo a busca pela colonização estrangeira; já entre 1857 e 1870 o processo seria retomado com foco na colonização pelo elemento nacional; e, finalmente, o retorno ao estrangeiro de 1873 até 1878³²⁶.

Lyra, por sua vez, escolhe o ano de 1808, com o decreto de D. João VI concedendo terras a estrangeiros, o marco para o processo de colonização na Bahia, mas faz saber que nesse momento não havia legislação que dirigisse a criação das colônias, ocorrida somente a partir da independência do Império³²⁷. O autor vai de 1808 até 1889, com a derrocada da Monarquia, e também divide em três fases o processo de imigração e colonização no território baiano, conquanto, elabora períodos temporais diferentes de Viana, sendo o último período, e principal foco do autor, de 1850 a 1889, é definido como

³²² JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 22.

³²³ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 12.

³²⁴ VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221732>>. Acesso: 08 maio 2020.

³²⁵ Leopoldina da Bahia, no entanto, não condizia com as expectativas esperadas de uma colônia de imigrantes, pois ali, juntamente com os imigrantes livres, trabalhavam os escravos. Posteriormente estes imigrantes tornaram-se donos de escravos. BENEDINI, Giuseppe F. Italianos na Bahia, sem outros temas: breve resenha histórica sobre a imigração peninsular no estado (1500-1850). **Revista de História** (UFBA), v. 5, n. 1-2, 2013, p. 41.

³²⁶ LYRA, Henrique J. B. **Colonos e colônias** - uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982, p. 9.

³²⁷ LYRA. **Colonos e colônias**..., op. cit., p. 6.

um processo marcado por contradições, onde os empreendimentos baianos não passaram de esboços emergenciais, sem, de fato, resultarem em áreas colonizadas³²⁸

Lyra identifica que, diferentemente de São Paulo, não houve conflitos de interesse entre Governo e particulares, a orientação geral do processo de colonização baiano foi a ocupação da Região Sul da província baseada na pequena propriedade e tanto a colonização estrangeira quanto a nacional foram incentivadas. Naturalmente, houve objeções por parte dos produtores de açúcar da região que lutavam contra a “falta de braços”, porém, as queixas não surtiram o mesmo efeito dos protestos dos cafeicultores paulistas, de fato, a participação dos senhores das grandes lavouras “pode ser considerada praticamente nula”³²⁹.

Cleiton Jones, em trabalho mais recente, divide o processo em quatro fases: a primeira, de 1816 até 1830, com a criação da colônia Almada, espaço que houve a criação de seis colônias (quatro particulares, uma imperial e outra provincial)³³⁰, todas as colônias foram estabelecidas no sul da província, seguindo o modelo joanino de preenchimento dos vazios.

A segunda fase, entre 1857 e 1870, teve a criação mais expressiva de colônias de nacionais do que de estrangeiros. Apenas duas colônias com imigrantes europeus foram instaladas nesse período, a colônia de parceria do Engenho Novo e a colônia de Jequiriçá, pensada pelo coronel Hygino Pires Gomes para receber uma grande quantia de imigrantes³³¹.

A criação de ambas as colônias data de 1857 e, da mesma forma, os dois empreendimentos não foram bem-sucedidos, com o abandono dos locais em pouco tempo por parte dos imigrantes. Além do ano de criação e dos malogros, Jones mostra outra “coincidência” entre os empreendimentos: as “amplas vantagens” concedidas pelo governo baiano aos empresários, como o adiantamento de vinte contos de réis a Thomas Geremoabo, que pretendia utilizar o imigrante como elemento substitutivo do escravo; e para Hygino Pires concedeu trinta contos – este pretendia apenas vender os lotes para os europeus, sem a intenção de empregá-los em seu engenho³³².

Durante a terceira fase, 1873-1878, há uma retomada das medidas favorecendo à imigração, contudo com uma significativa mudança: a criação de colônias cede lugar aos

³²⁸ LYRA. *Colonos e colônias...*, op. cit., p. 188-189.

³²⁹ LYRA. *Colonos e colônias...*, op. cit., p. 65-66.

³³⁰ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 15.

³³¹ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 32-35.

³³² JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 37.

contratos com particulares³³³. Conforme o autor, o desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o comendador Egas Moniz Barreto de Aragão, definidos como “importantes proprietários baianos”, firmaram contrato com o Governo Imperial para introduzir até dez mil colonos do norte da Europa, devendo ser a maioria de agricultores e trabalhadores do campo. O Governo se comprometia a fornecer dois tipos de subsídios: (i) caso os emigrantes fossem estabelecidos como trabalhadores nas fazendas agrícolas, receberiam 60\$000 para os maiores de 10 anos e 30\$000 para os menores de dez e maiores que um ano de idade; (ii) se os emigrantes se fixassem em pequenas propriedades o auxílio seria maior, 150\$000 para os adultos e 75\$000 para aqueles entre um e dez anos³³⁴.

Nesta terceira fase, a Bahia fornecia maiores incentivos aos imigrantes que se estabelecessem em pequenas propriedades, entretanto, apesar da criação de alguns núcleos coloniais e a introdução de mais de mil e oitocentos imigrantes, as colônias de Leão e Aragão viriam a fracassar por diversos motivos³³⁵, dentre eles doenças e conflitos entre os protestantes alemães e os católicos poloneses — resultando, inclusive, na morte de um polonês³³⁶.

O último período classificado por Jones se situa entre o pós-1880, com fim em 1900, e é fruto de Relatório de 1882, produzido pelo presidente da província, Dr. João dos Reis de Souza Dantas, o qual debate novos projetos para a retomada de criação das colônias na Bahia. Apesar das propostas, os planos de Dantas seriam afetados tanto pelo desânimo que se abateu sobre a província referente às questões de imigração, como pela crise econômica reflexo da queda na exportação dos produtos vitais da economia baiana, com destaque para o açúcar. Outra crise, a da escravidão, também ocuparia seu lugar de direito nos debates das elites baianas e, segundo Jones, é a partir de então, temendo uma “desorganização da mão de obra”³³⁷, que o tema imigração-colonização volta à baila e começa a aparecer de maneira mais significativa nos relatórios provinciais e afins³³⁸.

³³³ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit. p. 38.

³³⁴ IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 5.117 de 19 de outubro de 1872. Autoriza o Desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o Dr. Egas Muniz Barreto de Aragão a importar por si ou por meio de uma companhia, dez mil emigrantes no prazo de seis anos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5117-19-outubro-1872-551429-publicacaooriginal-67943-pe.html>>. Acesso: 14 maio 2020.

³³⁵ Ver mais em: AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. **Relatório sobre as colônias ao Sul da Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

³³⁶ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 41.

³³⁷ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 67-68.

³³⁸ De fato, ao realizar uma busca simples pelo termo “imigração” nos relatórios provinciais da Bahia nota-se uma maior relevância de resultados a partir da década de 1880.

Bandeira de Mello, presidente da província, expressou toda sua preocupação com o desmantelamento da escravidão e a urgência da imigração em sua *Falla* do ano de 1887, mostrando que a última, além de povoar a província, contribuiria para a vida agrícola e industrial da província:

A ultima hora da escravidão já soou na consciencia publica; e as aspirações do paiz tornam de dia a dia mais momentosa a resolução das actuaes difficuldades, devendo a emancipação e a immigração caminharem a par uma da outra, auxiliando-se e complementando-se em suas variadas phases.

No estado a que chegamos, ou por incuria inicial, ou por emperramento posterior, já não há mais tempo para as discussões vagas e platonicas, nem para os ensaios de gabinete. O que nos cumpre é enviar esforços no terreno e nas applicações conhecidas e comprovadas, para que não hajam descabros, tanto mais funestos quanto impossíveis de ser debelados por novas combinações, desde que forem malbratados os recursos da occasião.³³⁹

Mais adiante Bandeira de Mello refletiu sobre o melhor modo de atrair europeus para a província, afirmando que não bastaria realizar “promessas”, mas, sim, revelar aos potenciais imigrantes as dificuldades que poderiam encontrar, prevenindo-os de desgostos e decepções³⁴⁰. Para atrair imigrantes, nada melhor que uma sociedade imigratória, tal qual a SCI e a SPI, o que, realmente, existiu na Bahia: a Sociedade de Imigração de Ilhéus, fundada em 1885, e a Sociedade Baiana de Imigração, de 1896, com sede nem Salvador³⁴¹.

Ambas as sociedades se configuravam como filiais da SCI, todavia, como indica Jones, a atuação da Sociedade Baiana esteve muito mais direcionada para o trabalho nas fazendas do que para o assentamento de imigrantes em pequenas propriedades³⁴². A afirmação de Jones, porém, vai na contramão de Lyra, que declara que a política baiana de imigração seguiu as diretrizes do Império (colonização em pequenas propriedades) sem maiores problemas, apesar de protestos pontuais de fazendeiros do açúcar.

Uma década depois, em relatório de 1896, a situação baiana não havia melhorado em nada, talvez até piorado. A sessão do documento que trata sobre a imigração possui apenas alguns parágrafos e informa a ausência de serviço de imigração e nenhum contrato firmado para a introdução de europeus. A maioria dos que adentravam a província vinha proveniente da Capital Federal, Rio de Janeiro, e era direcionada às propriedades de particulares.

³³⁹ PROVÍNCIA DA BAHIA. *Falla* com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da provincia, abriu a 2ª. sessão da 26ª. Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia: Typ. da Gazeta da Bahia, 1887, p. 137.

³⁴⁰ PROVÍNCIA DA BAHIA. *Falla* com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da provincia, abriu a 2ª. sessão da 26ª, op. cit., p. 138

³⁴¹ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 71.

³⁴² JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 128.

No ano seguinte, 1897, seria publicado o nosso guia para emigrante e segundo Jones, entre 1880 e 1900, a Bahia voltou suas atenções para “suprir os braços” e, mesmo a criação de duas colônias durante o período, o autor acredita que elas funcionaram como “parte de um projeto maior de atração de imigrantes”, ou seja, tal qual São Paulo, os núcleos passariam a ser “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”³⁴³.

Verifica-se que a província baiana passou por diferentes fases durante o processo de imigração e colonização e, independente das divisões feitas pelos autores, todas elas compartilham de experiências malogradas e certa indefinição. Alegamos indefinição, pois percebe-se diferentes direcionamentos ao longo dessas fases: ora privilegia o desejo de colonizar por meio da pequena propriedade, ora equipar as fazendas com trabalhadores livres; ora a constituição de colônias com o elemento nacional era o objetivo, ora com os europeus brancos.

Deste modo, diferentemente de São Paulo, que priorizou braços para a lavoura (e os núcleos funcionavam como parte do complexo cafeeiro), e das Províncias Sulistas, voltadas exclusivamente para a pequena propriedade (e ambas com o intuito de fixar o europeu), a Bahia, mesmo tendo sido uma das primeiras províncias a pensar uma imigração planejada, não conseguiu, de fato, estabelecer uma corrente contínua de imigrantes livres para seu território – o que não significa que ela ficou totalmente alheia à Grande Imigração.

Em relação à Minas Gerais, citamos a Lei nº 32 de julho de 1892 como um dos marcos para o serviço de imigração no estado, entretanto, desde agosto de 1887 o sistema passou a ganhar mais destaque na legislação, com a Lei nº 3.417, que autorizou o governo a auxiliar o serviço de imigração e colonização na então província mineira. Segundo Campoli, a lei e seu decreto de regulamentação (Decreto nº 108, de 25 de janeiro de 1888) “delinearam pela primeira vez, e de forma profunda e detalhada, o espírito e os aspectos do tratamento da questão da imigração da Província de Minas Gerais”, vai além e classifica as promulgações como “os atos normativos mais importantes sobre a imigração em Minas Gerais”³⁴⁴. Com essa medida, o governo ficava autorizado a empregar a quantia de 1:000:000\$000 na introdução de estrangeiros³⁴⁵.

³⁴³ BEIGUELMAN. **A formação do povo no complexo cafeeiro...**, op. cit., p. 59.

³⁴⁴ CAMPOLI, Federico. **Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013.

³⁴⁵ MONTEIRO. **Imigração e colonização em Minas...**, op. cit., p. 24.

Norma Monteiro oferece uma aprofundada análise sobre as dificuldades enfrentadas por Minas Gerais para fomentar a imigração para o território. Considerando sua localização, vias de comunicação se tornaram indispensáveis, no entanto, o surto ferroviário não aconteceria até a década de 1870, até então, seu difícil acesso e os altos custos com transporte, limitavam muito seu poder de atração, impedindo-a de concorrer com as mercadorias de locais melhores situados³⁴⁶. Conforme Ana Lúcia Lanna, o traçado da linha ferroviária correspondeu aos interesses dos cafeicultores da Zona da Mata mineira, enquanto outras regiões continuaram a sofrer com a precariedade dos meios de comunicação³⁴⁷.

Antes disso, a partir da segunda metade do Oitocentos, a política de povoação mineira se apoiou nos núcleos coloniais, o objetivo desta medida seguiu as premissas do Governo Imperial: mão de obra disponível e povoamento do território nacional. Nesse contexto, deu-se o surgimento de companhias e sociedades para a introdução de imigrantes e construção das chamadas colônias, entretanto, apenas três núcleos foram constituídos (D. Pedro II, Mucurui e Urucu). Monteiro classifica a política de povoamento de Minas Gerais como “excessivamente modesta”, fruto da combinação entre recursos escassos, por parte do governo, e de desinteresse dos particulares³⁴⁸.

Ainda sob a égide do Império, um novo momento para a política imigratória mineira se iniciou com a fundação da Associação Promotora de Imigração (API), em Juiz de Fora, sociedade privada que teve como premissa defender os interesses econômicos dos homens da Zona da Mata. Apesar dos incentivos oferecidos aos imigrantes nesse período, os números de entradas de europeus em Gerais ainda se mantiveram inexpressivos. Segundo Monteiro, logo após a formação da API, seu vice-presidente foi enviado a São Paulo, com intuito de “estudar o processo de transformação do trabalho”³⁴⁹. Essa passagem é significativa para nós, pois evidencia, uma vez mais, a ideia da província paulista como modelo de sucesso a ser seguido e mostra o contato efetivo entre os responsáveis pelo negócio da imigração.

Em *Falla* dirigida à Assembleia Legislativa da província mineira, em 1884, Dr. Antonio Gonçalves Chaves expressa suas preocupações acerca do andamento da imigração no território mineiro. A escravidão já era dada como acabada e os ânimos

³⁴⁶ MONTEIRO. *Imigração e colonização em Minas...*, op. cit., p. 13.

³⁴⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. O café e o trabalho “livre” em Minas Gerais, 1870-1920. *Ver. Bras. Hist.* São Paul, v. 6, n° 12, mar-ago 1986, p. 75.

³⁴⁸ MONTEIRO. *Imigração e colonização em Minas...*, op. cit., p. 17-19.

³⁴⁹ MONTEIRO. *Imigração e colonização em Minas...*, op. cit., p. 25.

encontravam-se mais exaltados, tal qual no restante das áreas que dependiam em grande medida da força escrava.

Sobre este momentoso assumpto temos a lei n. 2819 de Outubro de 1881, que, no louvável empenho de auxiliar a substituição do trabalho servil pelo immigrante europeu, concede favores pecuniarios aos proprietarios de fazendas agricolas e a uma firma commercial da praça do Rio de Janeiro para a introducção de colonos estrangeiros.

Mas o systema adoptado por essa lei basea-se em contractos de locação de serviços, que a experiencia tem condemnado como improprio para alliciar o camponez europeu e fixal-o em nosso paiz.

Já a lei n. 3117 de 17 de Outubro do anno próximo passado revoga em parte aquella, fazendo cessar a autorisação concedida ao governo para contractar com a firma social acima mencionada o engajamento de colonos, procedentes das ilhas — Canarias e dos Açores³⁵⁰.

A Lei 2.819, presente no excerto, concedia aos lavradores de fazendas agrícolas um subsídio de metade das despesas de transporte de cada colono destinado ao trabalho nas propriedades particulares, desde que as despesas ficassem entre 130\$000 a 200\$000. O artigo sexto autorizava o governo mineiro a contratar negociantes para introduzir colonos especialmente das ilhas Canárias e dos Açores. Posteriormente, este valor deveria ser devolvido aos cofres mineiros pelos próprios colonos dentro de cinco anos, com pagamento integral ao final do quinto ou em parcelas, certamente o que Chaves buscou dizer com sistema que “a experiência tem condenado”. Já os agentes, receberiam uma indenização de 20\$000 por cada colono maior de 14 anos e de 10\$000 por aqueles entre 8 e 14 anos³⁵¹.

Posteriormente, Chaves anui que São Paulo contava com um aparato legal muito mais eficaz para as questões de imigração, definindo-o como “racional e prático”³⁵², e que a província mineira teria muito a ganhar caso adaptasse o modelo paulista à sua realidade. Além do contato com São Paulo, o empreendimento da Sociedade Central de Imigração também é citado como experiência de sucesso, Chaves ainda anexa à *Falla* correspondências trocadas entre ele e Alfredo Taunay, vice-presidente da SCI. Na primeira mensagem, de 24 de março de 1884, Taunay expressa sua inquietude frente ao modelo de atração vigente em Gerais:

³⁵⁰ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.a sessão da 25ª. Legislatura em 1º de agosto de 1884. Ouro Preto: Typ. do Liberal Mineiro, 1884, p. 67-68.

³⁵¹ A lei pode ser conferida de maneira integral no periódico **A Actualidade- Orgão do Partido Liberal**, na primeira página da edição de 7 de dezembro de 1881. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=230359&pasta=ano%20188&pesq=>>>. Pasta do ano de 1881, subpasta “Edição 149”. Acesso: 22 ago. 2020.

³⁵² PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves..., op. cit., 1884, p. 68.

[A contratação de imigrantes por meio de agentes europeus] além de ser poderosíssimo argumento nas mãos dos nossos adversários da Europa e da América, principalmente dos países concorrentes conosco nesta pretensão, é no todo e em cada uma de suas partes prejudicial ao país, prejudicial aos agricultores, e só útil, quando o seja, aos empregadores e contratantes de homens desconhecedores de nossa legislação, dos nossos uzos, e dos preços de serviços dos nossos assalariados.³⁵³

Chaves responde a missiva poucos dias depois, em 02 de abril, garantindo ao vice-presidente da SCI que empreenderia esforços para que a situação legislativa fosse melhorada, seguindo os ideais que “essa Sociedade [Central de Imigração] tão nobre e patrioticamente almeja”³⁵⁴. Nota-se, portanto, que Chaves se alinhava ao projeto de imigração e colonização oficial do Império, tendo a SCI como grande expoente.

Diante disso, os guias para emigrantes sobre Minas Gerais nos permitem averiguar questões como: a política imigratória mineira evoluiu como desejou Chaves ou tomou outros rumos? Houve grandes modificações da passagem do Império para a República na oferta de subsídios?

Já vimos que, durante o Império, Minas Gerais não conseguiu competir com locais como São Paulo ou as províncias sulistas na busca pelo imigrante. Contudo, ainda precisamos verificar o cenário durante o período republicano, afinal, *Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas* foi publicado em 1894. Como contraponto, utilizamos *Guide de L'Émigrant* (1889), impresso do período imperial que conta com tópico dedicados exclusivamente à Minas Gerais.

Guide de L'Émigrant inicia sua passagem ao anunciar o ano de 1887 como o momento de virada, por assim dizer, das políticas imigratórias mineiras. O texto se estende por pouco mais de uma página e informa diferentes valores de subsídios, que variavam de acordo com a idade dos futuros colonos: 90\$000 réis (225 francos) para adultos com mais de 12 anos; 40\$000 réis (mais de 100 francos) para crianças de 7 a 12 anos, 20\$000 réis (mais de 50 francos) para crianças de 3 a 7 anos de idade³⁵⁵. O subsídio seria exclusivo para aqueles que fossem empregados na agricultura e a preferência, como em São Paulo, era pelo estabelecimento de famílias inteiras, ainda assim, o imigrante poderia receber o auxílio tanto se fixando em sua própria pequena propriedade, quanto

³⁵³ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves..., op. cit., 1884, p. 69.

³⁵⁴ PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves..., op. cit., 1884, 70.

³⁵⁵ SANTANNA NERY. *Guide de L'Émigrant*..., op. cit., p. 36.

em fazendas de terceiros, como imigrante-braço, desde que o estabelecimento possuísse um capital mínimo de 70 contos de réis³⁵⁶.

Os benefícios poderiam ser concedidos aos proprietários de terras que ofertassem “terras adequadas para o cultivo ao imigrante”: seria concedido um subsídio no valor de vinte mil contos de réis (50 francos) para o proprietário ou associação por cada imigrante assentado em seus lotes³⁵⁷.

Conclui afirmando que “Dès milliers d’émigrants ont déjà profité de ces faveurs. Ils se sont rendus à Minas-Geraes, où ils ont été reçus littéralement au milieu d’ovations d’enthousiasme et de la joie générale”³⁵⁸.

O GMG-1894, por sua vez, organiza os favores e vantagens em duas sessões diferentes: a primeira trata de prêmios oferecidos pelo governo mineiro a agricultores, em uma espécie de competição entre as melhores culturas, aos moldes das famosas Exposições Universais. E a segunda, de maneira mais clara, ao final da propaganda, com alguns artigos da Lei n° 32, de 18 de julho de 1892, “elaborada no intuito de auxiliar e reorganizar a lavoura pela concorrência de trabalhadores estrangeiros (...) atento ao mallogro conhecido de tentativas anteriores para a introdução de imigrantes”³⁵⁹, e também do Decreto n. 612 de 6 de março de 1893, responsável por estabelecer “os favores que seriam concedidos a particulares ou empresas que introduzissem imigrantes, traçou as regras de fiscalização pelo estado e lançou as bases da colonização”³⁶⁰.

Em relação ao decreto supracitado, o guia seleciona apenas trechos que faziam menção ao imigrante. O artigo quinto abre a apresentação já deixando claro quais estrangeiros teriam direito a receber os favores da Lei n° 32, a saber:

I As famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes ou aos seus ascendentes ou indivíduos maiores de 50 annos;

³⁵⁶ “Ce subside est payé à l’immigrant qui se livrera à l’agriculture où qui sera employé dans un établissement industriel d’un capital supérieur à 175.000 francs (70 contos), et le payement sera effectué 90 jours après qu’il se sera fixé dans la province.

La proportion des immigrants célibataires ne doit pas dépasser 25 p. 100” SANTANNA NERY. **Guide de L’Émigrant...**, op. cit., p. 36.

³⁵⁷ “Les propriétaires ou les associations qui vendront à l’immigrant des terrains aptes pour la culture, divisés en lots de 15 hectares d’étendue au moins, auront droit à un subside de 50 fr. (20.000 réis) pour chaque immigrant établi sur ces lots”. SANTANNA NERY. **Guide de L’Émigrant...**, op. cit., p. 37.

³⁵⁸ “Milhares de emigrantes já se beneficiaram desses favores. Eles foram para Minas Gerais, onde foram recebidos literalmente em meio a ovações de entusiasmo e alegria geral”. SANTANNA NERY. **Guide de L’Émigrant...**, op. cit., p. 37. Tradução própria.

³⁵⁹ MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, p. 212.

³⁶⁰ MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 59.

- II Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50 uma vez que sejam trabalhadores agricolas;
- III Os operários de artes mecanicas ou industriaes, os artezões e os indivíduos que se destinarem aos serviços domésticos e cujas idades se acharem compreendidas entre os limites dos numeros antecedentes.³⁶¹

O artigo ainda declara que os potenciais imigrantes deveriam ser aptos ao trabalho, não estarem sujeitos à ação criminal no país de origem e nem serem mendigos ou indigentes. Já os ditos “inválidos”, eles teriam direito à passagem gratuita, desde que sua família possuísse ao menos outras duas pessoas “válidas”; os menores de idade recebiam passagem gratuita e o salário era proporcional à idade e aptidões³⁶².

Investigando, de maneira integral, o Decreto nº 612, Higor dos Santos declara que a introdução de imigrantes poderia acontecer em três possibilidades: a) feita pelos próprios agricultores; b) empresas ou companhias férreas poderiam se ocupar da busca e fixação dos estrangeiros; c) também as empresas industriais, desde que “financiassem e arcassem com os custos de fábricas manufatureiras ou estabelecimentos voltados ao aperfeiçoamento, venda ou exportação de produtos naturais”³⁶³.

No caso de emigrantes que chegassem em Minas Gerais por meio de contratos, independente das categorias acima, e fossem rejeitados, o artigo décimo oitavo determinava sua repatriação por conta de seu introdutor, este deveria arcar, ainda, com todas as despesas anteriores, desde o embarque na Europa. A repatriação por conta do Estado ocorreria apenas em duas situação, como informa o artigo vigésimo terceiro: (i) às viúvas e órfãos que tivessem perdido seus cônjuges ou pais, respectivamente, durante os seis primeiros meses de sua chegada ao Brasil; (ii) àqueles que ficassem “inválidos”, vítimas de acidente de trabalho, desde que comprovadas as devidas circunstâncias³⁶⁴.

Estes são apenas alguns artigos sobre os favores disponibilizados aos imigrantes, vários outros ainda enumeram benefícios como adiantamento de ferramentas e sementes aos recém-chegados por até nove meses; formas de pagamento; recepção e agasalho; passagens gratuitas nas estradas de ferro, enfim, nada que se altere muito em relação ao esperado e ao já constatado em outras províncias/estados.

2.2. “O espantallo da imigração”: Clima, salubridade e hospedarias para

³⁶¹ SANCHES. *Guia do Emigrante Portuguez...*, op. cit., 1894, p. 28.

³⁶² O guia, no entanto, não estabelece quais seriam as aptidões e nem fornece uma relação de idade-salário.

³⁶³ SANTOS, Higor M. G. **Minas Gerais, o Éden Brasileiro**: Notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar do oitocentos. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016, p. 91.

³⁶⁴ SANCHES. *Guia do Emigrante Portuguez...*, op. cit., p. 29-30.

emigrantes

O século XIX foi o hospedeiro perfeito para numerosas doenças que assolaram o Brasil e outros locais que lidaram com os grandes fluxos de imigrantes, como os Estados Unidos e as Repúblicas do Prata. Fator de repulsão, as moléstias afetaram diferentes setores do Império brasileiro, desde o projeto imigratório em andamento até as relações comerciais e, definitivamente, modificou como as autoridades encaravam a saúde pública.

Cleide Chaves se debruçou sobre a relação entre o Brasil e as Repúblicas Platinas e a maneira como lidaram com as epidemias ao longo do Oitocentos. Em sua tese³⁶⁵, analisa as Convenções Sanitárias entre Brasil, Argentina e Uruguai, e como se configuram iniciativas pioneiras do continente em solucionar problemas de saúde em uma escala internacional, revelando que as questões sanitárias devem ser entendidas dentro de um mesmo movimento internacional e não apenas em termos nacionais. Segundo a autora, nesse período, o mundo “tornou-se mais vulnerável”³⁶⁶ ao reaparecimento de antigas patologias devido a expansão do movimento migratório e à circulação de mercadorias, que agiram diretamente para a rápida propagação das enfermidades.

Luís Eduardo Morás aponta que, além da circulação de pessoas e de mercadorias, outros fatores contribuíram para essa vulnerabilidade, como o aumento súbito de habitantes e a acelerada (mas precária) urbanização pelas quais as cidades passaram, o que propiciou a multiplicação de “moradias coletivas” (como cortiços e albergues). Além disso, o desenvolvimento deficiente e lento de obras públicas de saneamento, bem como a deficitária eliminação dos dejetos e a dificuldade de se obter água potável funcionaram como agentes perfeitos para a proliferação dos males³⁶⁷.

Elaine da Costa, por sua parte, busca se distanciar do que chama de “ideia da falta”, ou seja, seu trabalho refuta a concepção de que os problemas do Império seriam decorrentes “da falta de alguma coisa”, como de saneamento. Ao analisar a volta da febre amarela ao Rio de Janeiro nos anos finais da década de 1860, afirma, na verdade, que assuntos de higiene e até mesmo modernidade devem ser entendidos como “práticas

³⁶⁵ CHAVES, Cleide Lima. **As convenções sanitárias internacionais entre o império brasileiro e as repúblicas platinas (1873 e 1887)**. Tese de Doutorado em História (UFRJ). Rio de Janeiro, 2009.

³⁶⁶ CHAVES, Cleide Lima. Entre Montevideu e Rio de Janeiro: redes de conhecimento médico e epidemias na segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.13, p. 37-59, jul./dez. 2012, p. 38.

³⁶⁷ MORÁS, Luis Eduardo. **De la tierra purpúrea al laboratorio social**. Reformas y proceso civilizatorio en el Uruguay (1870-1917). Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2000, p. 122 *apud* CHAVES. **As convenções sanitárias internacionais...**, op. cit., p. 50.

mutáveis”, quer dizer, os problemas seriam solucionados conforme ocorressem, à medida das necessidades devido à impossibilidade de planejamento antes dos infortúnios acontecerem³⁶⁸.

Esses são apenas alguns trabalhos mais recentes que nos fornecem certa perspectiva para entendermos o modo que as epidemias afetaram o Brasil e o projeto de imigração. Contamos, também, com trabalhos já clássicos, como os de Sidney Chalhoub³⁶⁹ e Jaime Benchimol³⁷⁰, que, dentro de seus próprios objetivos, operam análises sobre urbanização, doenças, saúde pública e medidas de combate. Não temos como objetivo escrever uma “história das epidemias”, entretanto, não podemos deixar de lado algumas reflexões importantes sobre o problema em território nacional e os efeitos que causaram, com o intuito de entender a importância que clima-e-salubridade³⁷¹ desempenham nos materiais propagandísticos.

Variola, malária e cólera afetaram a saúde do Império e, conseqüentemente, suas políticas por variados períodos, porém, nenhuma moléstia causou tanta agitação quanto a febre amarela, sendo a melhor representante do pânico pelo qual o Brasil passou durante o século XIX. Dessa forma, dedicaremos uma atenção especial ao “espantinho da emigração”³⁷².

Estudos indicam que a cidade de Salvador foi o primeiro local do Brasil infectado, em 1849, após a chegada do navio negreiro Navarro, originário de Nova Orleans (EUA)³⁷³. A embarcação aportou no Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano e ali desembarcou o vírus. Haja vista que as autoridades não estavam cientes dos eventos na

³⁶⁸ COSTA, Elaine G. “O triste flagelo torna a visitar o Rio de Janeiro”: O retorno da febre amarela nas páginas da imprensa (1868/1869). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2013, p. 32.

³⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

³⁷⁰ BENCHIMOL, J. **Febre amarela**: A doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos: Editora Fiocruz, 2001.

³⁷¹ Nos guias para emigrantes as palavras estão grafadas separadas, todavia, nessa dissertação propomos que sejam entendidos além de apenas verbetes, mas como um conceito fundamental para as propagandas migratórias, portanto o texto apresentará esta grafia.

³⁷² PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu á Assembléa Legislativa provincial do Maranhão em 18 de março de 1887, por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 26ª. Legislatura. Maranhão: Typ. do Paiz, 1887, p.29.

³⁷³ DELAMARQUE, Elizabete Vianna. **Junta Central de Higiene Pública**: Vigilância e polícia sanitária (antecedentes e principais debates). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011; KODAMA, Kaori. Antiescravidão e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.515-522; BENCHIMOL, op. cit.

Bahia, sua tripulação contaminada vagou pelas ruas da capital do Império³⁷⁴ e, a partir daí, a cidade entraria em uma espiral de incertezas, medo e muitas mortes.

Durante essa primeira epidemia, não se conhecia o agente causador da febre, o que resultou em milhares de perdas humanas³⁷⁵. O governo tomou variadas, mas nem tão eficientes, medidas com objetivo de proteger a população e até mesmo grupos religiosos tomaram suas próprias medidas paliativas: enquanto as autoridades não sabiam como curar os males da carne, a população se preocupou com a cura da alma e organizou procissões de penitência e outros cerimoniais religiosos, pois criam que a ira de Deus castigava a cidade do Rio de Janeiro devido ao seu “estilo de vida”³⁷⁶. Deixaremos de lado as precauções espirituais e focaremos nas medidas médico-científicas, onde dois grupos principais tomaram a frente do debate: os contagionistas e o infeccionistas.

O primeiro defendia que a transmissão ocorria por contato direto com os doentes, ou indiretamente, através da exposição a ambientes e/ou objetos contaminados³⁷⁷. De acordo com Czeresnia, esse grupo institucionalizou a quarentena, pois supunham que, para impedir o alastramento do vírus com maior eficácia, seria necessário apartar os enfermos da sociedade, foi, de fato, a principal diligência defendida pelos contagionistas, seguido da construção de lazaretos, o que encorajou práxis de “controle e cerceamento individual”³⁷⁸.

Os infeccionistas³⁷⁹, por seu turno, acreditavam que a propagação ocorria por meio da ação dos miasmas no ar, como decomposição de cadáveres de animais e esgoto a céu-aberto: ao entrar em contato com tais locais, o sujeito ficava exposto às emanções pútridas que levavam ao seu adoecimento³⁸⁰. Adotaram um discurso de higienização da

³⁷⁴ DELAMARQUE, E., op. cit., p. 49.

³⁷⁵ Mesmo sem um consenso sobre as estatísticas dos mortos pela febre amarela, Chalhoub indica que nessa primeira epidemia, 1849-1850, 1/3 da população do Rio de Janeiro convalesceu, sendo mais de 4 mil almas vítimas fatais. Esse número, contudo, é rebatido por nomes como o médico contemporâneo às epidemias que informa valores entre 10 e 15 mil mortos. Desse número fatal, a esmagadora maioria era de população branca e recém-chegada ao Brasil, a doença afetava de maneira menos trágica os negros, o que levantou debates relacionados à biologia do africano e mais estigma a esse grupo, pois o tráfico negreiro foi encarado como o “importador” da doença para dentro do território. CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 61, 71-76.

³⁷⁶ RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-80, 1999.

³⁷⁷ CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 64.

³⁷⁸ CZERESNIA, Dina. **Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997, p. 55.

³⁷⁹ Também conhecidos por anticontagionistas.

³⁸⁰ Chalhoub diz que a transmissão da doença poderia ocorrer de um indivíduo contaminado para um não-contaminado, porém “tal processo não ocorria propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os cercava”. CHALHOUB. **Cidade Febril...**, p. 64.

cidade, a fim de combater a proliferação dos temidos miasmas, o que resultou em importantes modificações na cidade do Rio de Janeiro e em sua infraestrutura sanitária. Larry Benchimol salienta que, ao reconhecer a desordem urbana como fator para degeneração física e moral da população, a medicina diagnosticou causas naturais e sociais, lançando luz ao “nível de funcionamento geral da cidade como de suas instituições”³⁸¹.

O debate entre esses dois grupos foi intenso e envolveu diversos setores da sociedade³⁸². Tanta intensidade, no entanto, não deu conta de estabelecer um consenso entre o que deveria ser feito, o que levou na adoção de medidas professadas pelos dois lados. Dessa forma, o governo desenvolveu um plano de combate “ecclético”³⁸³ que, dentre algumas das deliberações tomadas, criou, em fevereiro de 1850, a Comissão Central de Saúde Pública (CCSP)³⁸⁴: o primeiro órgão oficial responsável por centralizar as medidas de combate às enfermidades, formada por membros da Academia Imperial de Medicina e professores da Faculdade de Medicina³⁸⁵.

Em 1851, a CCSP apresentou em relatório do Ministério do Império um detalhado texto onde discute os sintomas, as possíveis causas, os estágios de desenvolvimento, tratamento e um notável relatório de autópsia, que examina como os sistemas do corpo eram afetados³⁸⁶. Sobre os principais acometidos, é relevante frisar dois pontos presentes no relatório: (i) a associação feita entre a febre amarela e a tropicalidade da zona em que ela age, ecoando as próprias preocupações dos europeus dos perigos das altas temperaturas; (ii) sua relação os negros, atingidos de forma menos trágica³⁸⁷.

³⁸¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 116.

³⁸² DELAMARQUE, E., op. cit., p. 64 et. seq.

³⁸³ CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 66.

³⁸⁴ A criação da Comissão retrata as ideias elaboradas por George Rosen, onde chama a atenção para o relacionamento entre Estado e Saúde Pública. Segundo ele, era dever do primeiro garantir a saúde e o bem-estar social, combatendo as ameaças à vida do povo. Este, por seu turno, deveria zelar por ela. ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.81-82.

³⁸⁵ PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **Hist. cienc. saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, 2004, p. 88.

³⁸⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. Descrição da febre amarela que no ano de 1850 reinou epidemicamente na Capital do Império. In: _____. Ministério do Império. Relatório do ano de 1850 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850.

³⁸⁷ “[...] os estrangeiros [têm sido atacados] mais do que os nacionaes, sobretudo os recém-chegados, e que ainda não estão aclimatados, notando-se que, nestes a molestia se desenvolve sempre com maior intensidade, circunstancia igualmente dada para com os Brasileiros recém-chegado das Províncias do Sul e centro do Brasil.

Nos pretos e homens de cor tem a febre em geral sido muito mais benigna, que não nos brancos nascidos no Paiz, e nos caboclos, em que ella se apresenta quasi sempre grave”. IMPÉRIO DO BRASIL. Descrição da febre amarela que no ano de 1850 reinou epidemicamente na Capital do Império, op. cit., p. 3.

Quanto à contaminação, percebe-se a preocupação do órgão em alertar a importância de se manter em ambientes salubres, longe da produção de miasmas, reflexo de um alinhamento aos infeccionistas. Além disso, é curioso como o texto entende as “paixões” e “contrariedades morais” do ser humano como agravantes da moléstia, indicativo de que os temores espirituais não ficaram restritos às classes populares³⁸⁸.

No mesmo ano da publicação desse relatório, 1851, a CCSP seria transformada em Junta de Hygiene Pública, pelo Decreto 598 de 14 de setembro de 1850³⁸⁹. Mais do que combater uma epidemia específica, passou a ser o órgão oficial responsável por políticas voltadas para a saúde pública. O artigo quarto determinava as atribuições da Junta, que deveria, principalmente, propor ao Governo medidas que julgassem necessárias ou convenientes para o bem da salubridade pública e exercer polícia médica por embarcações, farmácias, armazéns e todo e qualquer lugar que pudesse causar danos à saúde pública³⁹⁰.

Para Delamarque, a composição da Junta, comandada exclusivamente por médicos, foi uma vitória desejada pela classe há tempos, vista como “um marco importante no processo de luta pelo monopólio nas artes de curar”. Apesar disso, a vitória não foi celebrada por todos: uma parcela da classe médica criticava a falta de autonomia do órgão e o consideravam meramente como “conselheiro do Estado”³⁹¹.

Da criação do órgão até a promulgação de seu regulamento se passaram mais alguns meses, com publicação oficial em setembro de 1851, e seu nome foi modificado para Junta Central de Hygiene Pública³⁹² (JCHP). Ainda segundo Delamarque, a palavra “Central” pretendia dar ares de abrangência nacional para as ações da JCHP, o que não

³⁸⁸ “Bem que a moléstia appareça em muitos casos sem causa occasional apreciavel, he frequentemente determinada por indigestões, suppressão de transpiração, exposição á chuva e humidade, ao sereno da noite, e a insolução: e esta foi, *sem duvida*, huma das mais fortes causas de sua producção entre nós. As *fadigas do corpo, e do espirito*, as contrariedades moraes, as paixões violentas, o terror, e, também concorrem muito para seu desenvolvimento”. IMPÉRIO DO BRASIL. Descrição da febre amarella que no ano de 1850 reinou epidemicamente na Capital do Império..., op. cit., p. 4. Grifo meu.

³⁸⁹ Esse mesmo Decreto liberou uma verba extraordinária de duzentos contos destinados ao começo dos trabalhos relacionados à melhoria das condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro, bem como de outras localidades. Por meio dele, também ficou estabelecido a criação de uma Comissão de Engenheiros, que deveriam auxiliar a Junta no desenho de plantas e propostas a serem realizadas. BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Concede ao Ministério do Império um crédito extraordinário de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendam a melhorar o estado sanitário da Capital e de outras Povoações do Império. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>>. Acesso em 17 set. 2020.

³⁹⁰ BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850..., op. cit.

³⁹¹ DELAMARQUE, E., op. cit., p. 94.

³⁹² BRASIL. Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851. Manda executar o Regulamento da Junta de Hygiene Publica. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html>>. Acesso: 19 out. 2020.

era, de fato, verdade, em virtude de sua atuação estar quase restrita à Capital do Império³⁹³.

Percebe-se como esse primeiro surto de febre amarela consternou a vida no Brasil. Para Costa, esse abalo em diferentes estruturas, permite entendermos a moléstia como um “ator social”, pois alterou significativamente o funcionamento do Império³⁹⁴. A ideia pré-1849 de que as epidemias não cruzavam a linha do Equador³⁹⁵ não mais se sustentavam e o Governo Geral precisou agir, mesmo que não soubesse exatamente como e, com o tempo, o número de doentes começou a diminuir gradativamente³⁹⁶. Todavia, outros surtos epidêmicos estavam por vir.

Vale lembrar que, salvo a ocorrência de entradas eventuais de imigrantes em território nacional, na década de 1850 não havia um fluxo imigratório contínuo e estabelecido. Tentativas de introdução do estrangeiro não passaram disso: tentativas – que malograram uma por uma, visto a inaptidão do pensamento brasileiro em compreender relações de trabalho que não fossem baseadas na escravidão. Por sinal, as primeiras medidas abolicionistas seriam publicadas em meio à epidemia, como a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas em 1850. A década de 1870 deixou claro a iminência o desmantelamento do sistema escravista³⁹⁷ e o apego ao chicote precisou ser superado, independente dos desejos individuais dos proprietários, e, só então, o discurso imigrantista foi adotado de maneira mais energética.

Discurso que seria prejudicado por um novo surto naquele mesmo decênio, agora com as questões de imigração mais urgentes nos debates públicos e a escravidão prendendo seus últimos tornozelos. Conforme relatório da Junta Central de Saúde Pública, em 1876, ocorreram 6.266 casos do temido vômito preto apenas na cidade do Rio de Janeiro. Desse total, 3.808 eram portugueses (60,7%) e 1.208 (31,7%) vieram a óbito. Apenas 420 (6%) brasileiros foram infectados, com 99 (23,5%) vítimas fatais. O número total de defuntos foi 2.050 (32,7%)³⁹⁸.

³⁹³ DELAMARQUE, E., op. cit., p. 100.

³⁹⁴ COSTA, Elaine G. A febre amarela vista através da Junta Central de Higiene Pública, 1851. **Anais do 13º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012, p. 11.

³⁹⁵ CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 61.

³⁹⁶ Chalhoub aponta que a enfermidade permaneceu “praticamente ausente desde 1862”, sendo que entre 1865 e 1867 não houve registro de um único caso. CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 86.

³⁹⁷ A publicação da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871, não deixava dúvidas quanto ao fim desse regime, mas também serviu como estratégia para protelar ao máximo o sistema escravista. Cf. GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³⁹⁸ Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, citado em Taunay (1877, Anexo F, p.50) *apud* REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos

Frente a todas essas novas (e velhas) problemáticas, o Governo Geral, os governos provinciais e mesmo as iniciativas privadas tinham em mãos um grande problema para resolver: como atrair pessoas acostumadas a uma região mais fria para um lugar quente e com diversas epidemias à espreita? Se tal situação não fosse resolvida, a política imigratória, ainda tão nova, talvez nunca chegasse à maioridade. Entra, então, a propaganda, com a missão de afirmar e reafirmar que a condição tropical do Brasil não seria uma complicação à vi(n)da do europeu.

Em vista disso, um dos primeiros questionamentos que nos surge é: como os guias organizaram suas narrativas em torno do clima, da salubridade e das epidemias, em especial a febre amarela? Com o propósito de responder esse e outros questionamentos, nas investigações dos guias prezamos pela realização de algumas análises quantitativas, como o número de vezes que certos termos se manifestam ao longo dos textos. Esse exercício foi fundamental para a elaboração de um banco de dados que nos permitisse ter uma clara visão de como as propagandas abordaram determinados temas em suas páginas.

Foi possível identificar 202 entradas³⁹⁹ referentes ao termo “clima” e seus derivados⁴⁰⁰, onde o *Guide de L'Émigrant* (1889) apresentou o maior número de ocorrências, um total de 56; seguido pelos dois manuais de 1875, *Indicações Agrícolas* (42) e a *Provincia do Paraná* (40). Realizado o tratamento dos números, foi possível identificar um padrão entre as passagens, o que nos levou a dividi-las em cinco categorias: 1- Variedade; 2- Salubridade; 3- Elogios; 4- Comparação; 5- Agricultura. Seleccionamos os três guias com os números mais expressivos e cruzamos as entradas com as categorias, como pode ser conferido no quadro abaixo:

higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019, p. 19.

³⁹⁹ Esse levantamento foi realizado com base em passagens significativas sobre o clima, ou seja, caso a palavra “clima” aparecesse apenas como título ou subtítulo ela não seria contabilizada, já que não contribuiria de maneira efetiva para a pesquisa. Destacamos, também, que, não obstante o extremo cuidado no tratamento dos dados, é possível que alguma passagem tenha escapado aos olhos do autor.

⁴⁰⁰ Optamos por agruparmos os termos climas, climatologia e climatológicos, pois se referem ao mesmo tema.

Tabela 2. O “Clima” nos guias para emigrantes

Guias	Variedade	Salubridade	Elogios	Comparação	Agricultura
Provincia do Parana. Informações para os Emigrantes, 1875	20 (50%)	3 (7,5%)	8 (20%)	3 (7,5%)	6 (15%)
Indicações Agrícolas, 1875	10 (23,8%)	18 (42,8%)	6 (14,3%)	1 (2,4%)	7 (16,7%)
Guide de L'Émigrant au Brésil, 1889	26 (46,4%)	14 (25%)	12 (21,4%)	1 (1,8)	3 (5,4%)

Fonte: Elaboração própria a partir das análises dos guias para emigrantes.

Essa relação é importante, pois exprime as variadas formas que os guias para emigrantes utilizaram o tema clima em seus discursos. Como percebe-se, *Variedade* é o principal tema dos materiais (não só nos três exemplos, mas nos demais igualmente), seguido por passagens que garantem a salubridade dos locais. Entendemos que o destaque para a variedade do clima brasileiro tinha dois objetivos: apresentar um leque de diferentes locais que o possível e/imigrante teria para se fixar; e fazer saber que, com os diferentes climas, uma maior pluralidade de gêneros alimentícios poderia ser cultivada. Não necessariamente um objetivo se sobressai ao outro, posto que atendem ao mesmo projeto: atração de imigrantes.

Provincia do Paraná deixa claro que é necessário dividir a província em seis diferentes regiões, pois cada uma possui um clima distinto, que pode influenciar na escolha do imigrante, são elas: 1- Zona marítima; 2- Zona da Serra do Mar; 3- Região dos planaltos de Curitiba; 4-Planalto da Colônia Thereza; 5- Planalto do rio Ivahy; 6- Planalto navegável do rio Ivahy. Essa variabilidade climática é descrita como positiva tanto para a província quanto para os imigrantes, condição que permitiria desde o cultivo de gêneros europeus, adaptados a climas mais frios, até a produção de café e açúcar, produtos tropicais.

Em determinado momento o leitor encontra-se diante da tabela “Temperaturas Máximas e Mínimas de Curitiba”, referente ao biênio 1871-1872. Como as medidas encontram-se em Fahrenheit, optamos por fazer uma adaptação da mesma, convertendo os valores para Celsius, para uma mais fácil compreensão.

Tabela 2.1. Temperaturas Máximas e Mínimas em Curitiba (°C)

Meses	1871		1872	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Janeiro	13.3	37.7	14.4	32.2
Fevereiro	10.5	30.5	13.8	31.1
Março	13.3	34.4	11.1	32.7
Abril	3.3	32.7	1.6	15
Maio	-0.5	30	-3.3	28.8
Junho	-2.2	32.2	-0.5	21.1
Julho	-4.4	26.6	-4.4	25.5
Agosto	-2.2	27.2	2.2	29.4
Setembro	5	31.6	5	32.7
Outubro	5	33.3	8.8	28.8
Novembro	7.2	28.8	12.2	32.2
Dezembro	12.2	31.1	11.6	36.6

Fonte: **Província do Paraná...**, op. cit., p. 28. Adaptada.

A temperatura média mínima de 1871 manteve-se por volta de 5°C enquanto a máxima em 31°, desses dois valores, constata-se que a temperatura média anual de 13°C. O ano seguinte a média ficou em 5.85 e 28 graus Celsius, mínima e máxima respectivamente, resultando na temperatura média do ano de 1872 em 16.8°C. Para fins comparativos, analisamos alguns dados apresentados na publicação *O clima do Rio de Janeiro*, de 1892, que apresenta uma série de levantamentos climáticos sobre a província fluminense no espaço temporal de 1851-1890.

Tabela 2.2. Temperatura Média do Rio de Janeiro (1871-1872) em Celsius

Mês/ Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média anual
1871	27,7	27,4	27,1	25	22,7	21,2	20,4	21,7	22,4	23	23,6	25,9	24
1872	28,3	27,8	26,9	23,7	21,6	20,4	20	21,8	23,1	22,3	24,2	26	23,8

Fonte: CRULS, L. **O clima do Rio de Janeiro/ Le climat de Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: H. Lombaaerts & Comp., Impressores do Observatorio. 1892. Tabela A, p. 17. Adaptada.

Primeiramente, escolhemos trazer o Rio de Janeiro para ser analisado pois acreditamos que a capital do Império era a principal referência para os estrangeiros, além de já sabermos a priori que sua temperatura naturalmente é mais quente que a do Paraná, por fim, a dificuldade em encontrar produções que se deitam sobre as temperaturas de outras regiões do país não nos permitiu trazer outros dados para análise. Em sua introdução, *O clima...* demonstra convicção de seus números e a seriedade com que o trabalho foi levado:

Os diversos valores médios que temos utilizado, são fornecidos por um numero consideravel de observações diárias, o que é uma garantia de sua precisão. Assim, por exemplo, as médias da temperatura e da pressão atmosférica são deduzidas de mais de 120.000 observações [...]

Não podemos asseverar que, apesar de todas as cautelas tomadas, não tivessem escapado algumas incorrecções em um tão grande numero de algarismos. No entanto [...] certo é que serão tão insignificantes que não virão alterar de modo sensível as conclusões do nosso trabalho⁴⁰¹.

Dito isto, pode-se perceber que nos dois anos a temperatura média do Paraná ficou consideravelmente abaixo das temperaturas do Rio, logo uma característica que diferenciava a província sulista da porção tropical do país. O clima, de fato, desde os princípios das tentativas de povoamento do Brasil por estrangeiros e, principalmente, a partir da segunda metade do XIX, mostrou-se um fator suscetível a diversas discussões.

Ao analisar a questão climática e o Sul do Brasil, Marlon Salomon⁴⁰² ressalta que o clima em si não era fonte de preocupação, mas a sua ação nas plantas, animais e no homem, o que levantava questionamentos como a viabilidade da vinda de imigrantes europeus para as regiões tropicais e sua adaptação (ou não) ao clima. De acordo com o autor, por meio das autoridades interessadas em descartar essas inquietações, ocorre “a constituição de um espaço, de uma nova realidade [...] biogeográfica, chamada de sul do Brasil”⁴⁰³.

A criação dessa região não se tratava apenas de uma simples mudança nominal, tinha como objetivo modificar completamente o entendimento do estrangeiro em relação ao (agora) Sul. Uma nova identidade havia sido criada e o clima ameno e a salubridade eram seus grandes trunfos⁴⁰⁴. Conclui-se, nesse caso, que o Sul do Brasil, buscava se distanciar da figura maior, o Império, para que suas políticas imigratórias não fossem afetadas pelo pensamento de que regiões tropicais eram, basicamente, sinônimo de morte para os europeus.

A coluna *Salubridade* reforça o objetivo desta reflexão, pois constata como a natureza tropical brasileira se mostrou uma ameaça ao projeto imigratório em desenvolvimento. *Guide de L'Émigrant au Brésil*, no intento de reforçar que a tropicalidade brasileira não seria empecilho para o estabelecimento de europeus e sua saúde, faz uso de diversos escritos de viajantes e naturistas para corroborar com sua narrativa. Seleccionamos aqui um trecho sobre o clima da província do Pará:

‘Au premier abord, dit M. Ferdinand Denis, on croirait que as position (celle de Pará) doit la rendre malsaine, et c’est, cependant, une des villes les plus salubres du Brésil’. — Pará est une résidence agréable et possède um climat

⁴⁰¹ CRULS, op. cit., Introdução [sem página]. Transcrição conforme original.

⁴⁰² SALOMON, Marlon. O clima, a Imigração e a Invenção do Sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e território**. Londrina: Eduel, 2013.

⁴⁰³ SALOMON. O clima, a Imigração e a Invenção do Sul do Brasil no século XIX, op. cit., p. 98.

⁴⁰⁴ SALOMON. O clima, a Imigração e a Invenção do Sul do Brasil no século XIX, op. cit., p. 104.

delicieux, écrit le lieutenant Herndon, envoyé em mission dans ces parages par le gouvernement des États-Unis. Le soleil y est chaud jusqu'à midi à peu près. A ce moment, la brise de la mer commence à souffler, apportant des nuages charges de pluies, de tonnerre et d'éclairs, que rafraîchissent et purifient l'atmosphère e lavent les rues de la ville. Les après-midi et les soirées sont délicieuses'.

[...]

'Le climat, dit Agassiz, le grand savant suisse, naturalisé citoyen des États-Unis, y est parfaitement salubre, et d'une température beaucoup plus modérée qu'on ne le suppose généralement'.⁴⁰⁵

A passagem contempla diferentes colunas da Tabela 2 e os relatos dos viajantes exercem a função de “prova” de que as informações do livreto deveriam ser encaradas como verdadeiras, pois os narradores seriam “partes isentas”. Outros guias também se utilizam desses relatos em suas redações, como o do Paraná, que, por diversas vezes, apresentar alguma citação do brasileiro André Rebouças ou algum naturista ou viajante, por exemplo.

Em relação à febre amarela, o número de entradas é baixo: uma dezena em todos guias juntos, sendo que cinco guias não apresentam nenhum tipo de menção ao morbo⁴⁰⁶, o que é significativo, porquanto revela o desejo dos organizadores de se esquivar de assuntos que pudessem prejudicar o andamento do negócio da imigração.

O opúsculo da província de Minas Gerais apresenta quatro entradas (o manual com o maior número de menções); os guias do Maranhão, da SPI e do Rio de Janeiro (1897) possuem duas entradas cada um; enquanto as publicações da Bahia e do Império (1889), apenas uma referência por publicação. E, afinal, o que dizem esses guias sobre tão carente tema? Começemos por Minas Gerais, dando-lhe crédito por apresentar o maior número de citações. A “febre amarela” aparece pela primeira vez, como poderia ser, na seção Clima:

[O clima] É abençoado. Melhor que o de Lisboa, nunca o cobertor deixa de andar na cama. Tem annos e altitudes de geadas fortes; mas não tem nortadas, como ás vezes, açoitam Portugal.

Temperatura amena, quasi fria, como na serra da Mantiqueira, é para este Estado que, nas épocas de calor, vão os habitantes da cidade do Rio de Janeiro,

⁴⁰⁵ “‘À primeira vista’, disse Ferdinand Denis, ‘alguém poderia pensar que sua posição (a do Pará) deveria torná-lo insalubre, e é, no entanto, uma das cidades mais salubres do Brasil’.

‘O Pará é uma residência agradável e tem um clima agradável’, escreve o tenente Herndon, que foi enviado em missão por estas partes pelo governo dos Estados Unidos, ‘e o sol está quente até cerca do meio-dia. A brisa do mar começa a soprar, trazendo nuvens carregadas de chuva, trovões e relâmpagos, que refrescam e purificam a atmosfera e lavam as ruas da cidade, e as tardes e tardes são deliciosas’.

[...]

‘O clima’, diz Agassiz, o grande cientista suíço, um cidadão naturalizado dos Estados Unidos, ‘é perfeitamente saudável e tem uma temperatura muito mais moderada do que geralmente se supõe’.

SANTANNA NERY. *Guide de L'Émigrant...*, op. cit., p. 98-99. Tradução própria.

⁴⁰⁶ *Indicações agrícolas...* (1875); *Provincia do Paraná...* (1875); *O guia do Emigrante...* (1884); *Emigrazione* [1887]; *Brazil. Estado do Rio de Janeiro...* (1893).

passar os mezes quentes, em que a febre amarela faz mais victimas. Nunca esta peste ali entrou. Os próprios habitantes de Minas, quando descem a Capital Federal, são victimas, como os recém-chegados de Portugal; tal é egualdade do clima⁴⁰⁷.

De modo eloquente o excerto já apresenta alguns elementos que se interseccionam em todos os guias: em primeiro lugar, a matéria da Providência Divina, apoiada no imaginário de que o Brasil era uma espécie de Éden na Terra; em seguida, a utilização de argumentos comparativos que, obviamente, sempre deixam claro a superioridade do Império em relação aos demais Estados; e, por fim, um toque literário, simbolizado pela necessidade do cobertor ao dormir, informação que reforça a ideia de seu clima ameno.

No decorrer de nosso texto, tais convergências serão apresentadas e discutidas mais afundo, ao passo que buscamos salientar o papel que cada um desses elementos (e de outros) exercem dentro dessa categoria de propaganda que são os guias para emigrantes.

De volta à febre, percebe-se que a publicação anuncia ao seu leitor a não existência da moléstia no estado, que o local se configura, inclusive, como o “refúgio” dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro que fogem da enfermidade. E vai além, proclama que a mazela nunca agiu no território.

Ao analisar relatórios provinciais dos períodos em que os surtos de epidemias atingiram níveis mais graves, não encontramos menções explícitas sobre casos de febre amarela na província até 1894, percebe-se, porém, variadas menções sobre “febres de mau caráter”. Curiosamente, em 1895 (ano seguinte à publicação), o então presidente do estado, Dr. Chrispim J. B. Fortes, emitiu uma mensagem para o Congresso Mineiro onde fala diretamente a existência de casos da temida patologia no território. Diz ele:

Até fins do anno passado, a salubridade publica foi bôa em todo o Estado.
[...]

Ainda agora, o governo tem conhecimento de que nas cidades de Cataguazes, Carangola, Além Parahyba e alguns districtos dos municípios de Leopoldina e Palma irrompeu a febre amarella e concomitantemente vão aparecendo outras moléstias de natureza contagiosa.

Sendo o mal resultante, em grande parte, das más condições hygienicas do local em que se manifesta, torna-se necessário melhora-las, cuidando com especial empenho do saneamento da aludida zona, todos os anos flagellada⁴⁰⁸.

Assim como aconteceu em locais afetados mais severamente pela enfermidade, a fala do ex-presidente exemplifica a já familiar preocupação com os hábitos higiênicos dos

⁴⁰⁷ SANCHES. *Guia do Emigrante Portuguez...*, op. cit., p. 9. Grifo meu.

⁴⁰⁸ MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de MG, 1895, p. 9-10. Grifo meu.

locais e a necessidade da implementação de mecanismos de saneamento que protegesse a população dos males.

As outras três passagens estão dispostas no que pode ser classificado como as Considerações Finais do guia. A citação a seguir lança luz em uma das grandes questões que permeiam essa dissertação: imigrantes para que(m)? Isto é, identificar, através dos discursos, os objetivos de atração de cada manual. Diz:

Os rapazes que quizerem ir para o Brazil dedicar-se ao commercio, não devem partir, sem ser a chamado de parentes; de contrario arriscam-se [...] O commercio já não é o que foi [...] Alem de que, só a cidade do Rio de Janeiro ou a de Santos se prestam, com vantagem, á carreira do commercio; e n'essas, a febre amarela reduz, todos os anos, á quinta parte, os que vão; não só por que são novos na terra: mas tambem porque não têm meios de se tractar convenientemente. Alem d'isso, sendo, como são, empregados a andar pela rua, ao sol, raro é o que resiste na época da febre amarela. Presentemente, leva 20 e mais anos a fazer fortuna medíocre no commercio [...]; enquanto que na agricultura e nas industrias, no interior, em breve se faz fortuna, sem necessidade de estudos, de proteção, e não correndo a contingencia de morrer da febre amarela [...] ⁴⁰⁹.

Voltada àqueles atraídos a tentarem a sorte no comércio, esse trecho caracteriza bem o sentimento dos responsáveis pela atração de estrangeiros: a propaganda se preocupava única e exclusivamente em atrair o homem para o trabalho na terra (seja como mão de obra ou em seu próprio lote). Destarte, para dissuadir qualquer pensamento que não fosse se estabelecer no campo, o manual utiliza-se de dois argumentos: primeiramente, da famosa ideia de que no Brasil fortunas eram feitas rapidamente, desde que com dedicação, no trabalho na terra; em segundo, emprega a febre amarela como fator de repulsão, utiliza a seu favor o risco de morte que os recém-chegados corriam ao se estabelecer em centros urbanos. Esse argumento é trabalhado de maneira intrigante, pois evidencia como um fator de repulsão poderia ser explorado não apenas por países em concorrência com o Brasil por europeus, mas, da mesma forma, pelas próprias províncias/estados ao travarem disputas domésticas por seus próprios imigrantes.

Indo para o Maranhão, sua propaganda também cita o mal em seu capítulo sobre o clima. Vale frisar que a província, mesmo em fins do século XIX, não possuía uma política imigratória bem delineada, fato refletido em diversas passagens de sua obra, no entanto, ao relacionar as enfermidades ao clima, como os outros manuais, percebe-se a influência das publicações anteriores:

O territorio da provincia é geralmente muito salubre, excepto nas proximidades dos campos alagadiços, onde apparecem febres palustres, que são entretanto facilmente debelladas pelo quinineo. A febre amarella, que tanto têm explorado

⁴⁰⁹ SANCHES. *Guia do Emigrante Portuguez...*, op. cit., p. 24.

os que desejam dificultar a imigração para o Brasil, só visitou o Maranhão em 1856 pelo aparecimento de alguns casos sporádicos. O coeficiente da mortalidade, na cidade de S. Luiz, sobre uma população de 40.000 habitantes, é, termo médio, 3 por dia [...]. No interior da província este coeficiente é ainda menor⁴¹⁰.

Percebe-se, uma vez mais, a importância de atestar a salubridade do território baseado em seu clima. Como vimos, a tropicalidade brasileira representou um verdadeiro entrave para o desenvolvimento e consolidação de um movimento migratório consistente e contínuo, em vista disso, além de atrair o imigrante, os guias tinham como objetivo, ainda, combater essa imagem pestilenta que pairou sobre o território como uma nuvem negra, fato percebido na citação, onde alega que forças atacavam o Brasil e tentavam “dificultar a imigração” cá, certamente por outras nações na disputa por estrangeiros.

Em relação aos índices de mortalidade da capital da província, S. Luiz, um quadro⁴¹¹ apresenta o número de mortes durante os doze meses de 1886 e os dias em que ocorreram, sem determinar a causa. Analisando-o, temos um total de 1.067 defuntos, consistindo março no mês com maior número, 134 (12,5%), e dezembro o mais baixo, com apenas 63 (34%). Essas estatísticas ilustram o esforço dos responsáveis em assegurar ao potencial imigrante a salubridade do Brasil. Chalhoub, ao discorrer a volta da doença na década de 1870, afirma que

Apesar dos fatos disponíveis serem suficientes para convencer a maior parte dos observadores de que o flagelo havia sido novamente importado para a Corte no final da década de 1860 — e tais fatos nunca deixavam de ser apresentados, como se fosse indispensável demonstrar que o Império era puro e saudável até que um veneno estrangeiro o violasse [...]⁴¹².

Como atestam os guias para emigrantes, realmente tornou-se indispensável demonstrar e, principalmente, propagar por todos os meios possíveis que o Império do Brasil era “puro e saudável”. Ao fazê-lo, o Império estava combatendo exatamente essas forças contrárias, referidas pelo opúsculo maranhense. O Governo buscou, através de diferentes meios, reagir às notícias na imprensa estrangeira, dado que, além de ser necessário acalmar a população já residente no território, havia a necessidade de uma reparação de imagem à nível internacional.

Em fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, no ano de 1887, seu presidente, Dr. José Bento de Araújo, realizou algumas ponderações sobre o andamento da imigração na província maranhense e sobre as notícias que ligavam o clima

⁴¹⁰ **Império do Brasil.** A provincia do Maranhão e a imigração: guia do immigrante, com uma carta topographica da provincia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 8. Grifos no original.

⁴¹¹ **A provincia do Maranhão e a imigração...**, op. cit., p. 7.

⁴¹² CHALHOUB. **Cidade Febril...**, op. cit., p. 86. Grifo meu.

quente da região à insalubridade. Essa fala foi replicada quase em sua totalidade no guia de 1888, todavia contém duas sutis, mas relevantes, mudanças, que podem ser conferidas abaixo.

Quadro 6. Comparação entre Relatório e GMA-1888

Fala dirigida a Assembleia	Fala transcrita no Guia do Maranhão, 1888
A colonização entre nós ainda se acha em notável atraso. Já é tempo de attrahir para a provincia uma corrente de emigração, que venha trazer novos elementos ás industrias, e explorar riquezas que encerra este sólo abençoado. É possível que uma propaganda tenaz e intelligente faça cessar o descredito que se tenta lançar sobre a salubridade do clima; e deste modo conseguiremos chamar para os estabelecimentos industriaes os habitantes do sul da Europa, que com facilidade podem-se aclimar nas regiões tropicaes, principalmente em uma provincia com esta, onde raramente se desenvolve a febre amarella, o espantinho da emigração.	A immigração entre nós ainda se acha em notável atraso. Já é tempo de attrahir para a provincia uma corrente de emigração, que venha trazer novos elementos ás industrias, e explorar as riquezas que encerra este sólo abençoado. É possível que uma propaganda tenaz e intelligente faça cessar o descredito que se tenta lançar sobre a salubridade do clima; e deste modo conseguiremos chamar para os estabelecimentos industriaes, principalmente os habitantes do Sul da Europa, que com facilidade podem se aclimar nas regiões tropicaes especialmente em uma provincia como esta, onde nunca se desenvolve a febre amarella, o espantinho da emigração.

Fonte: PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu á Assembléa Legislativa provincial do Maranhão em 18 de março de 1887, por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 26ª. Legislatura. Maranhão: Typ. do Paiz, 1887, p. 29; **A provincia do Maranhão e a immigração...**, op. cit., p. 23.

Além da diagramação do texto – não relevante para a análise –, chamamos a atenção para a primeira sentença e para os momentos finais da fala. A primeira mudança diz respeito a troca da palavra “colonização” por “immigração”, o que nos leva a uma discussão sobre os diferentes significados que o primeiro termo assumiu no Brasil.

Conforme Manfroi, no Brasil, o termo colonização foi utilizado para definir o processo de desmatamento das florestas, a fim de que os territórios pudessem ser utilizados para agricultura e povoamento. O autor utiliza o vocábulo somente para indicar “a introdução de colonos estrangeiros (imigrantes) para a valorização de terras incultas, sob direção do governo ou de particulares”⁴¹³, portanto, ao estudar o processo de imigração e colonização nas províncias sulistas e capixaba, nos apoiaremos nessa definição apresentada pelo autor.

Contudo, não nos parece apropriado utilizá-la ao discutirmos os imigrantes da província de São Paulo, visto que eles não foram assentados para atender os objetivos apresentados pelo autor. Os colonos fixados na província paulista eram responsáveis, quase que exclusivamente, por ações referentes ao plantio, tratamento e colheita do café – e não valorização da terra ou preenchimento dos vazios.

⁴¹³ MANFROI. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul...**, op. cit., p. 9.

Percebe-se a variedade de sentidos que esses termos encerram em si: o colono do Rio Grande do Sul, ao cultivar seu próprio lote e vendendo seus excedentes na feira local, não teria as mesmas funções que o colono de São Paulo, trabalhando para terceiros em fazendas monocultoras de exportação. Logo, eles não devem ser tratados, com a mesma definição.

E o colono do Maranhão? Ele pode ser encaixado em alguma dessas definições ou merece uma terceira só para ele? Nesse momento, pensamos que nem mesmo a província maranhense, por conseguinte seu guia, sabiam, efetivamente, o que fazer com os imigrantes. Como manifestado na própria fala de Bento de Araújo, a colonização/imigração encontrava-se em grande atraso e o presidente ainda mostrou interesse em atrair os europeus do Sul para “estabelecimentos industriais” e não agrícolas, o que evidencia um afastamento das tradicionais políticas do eixo Governo Central-Governo Paulista. Talvez a melhor opção para o guia fosse simplesmente substituir os vocábulos, priorizando primeiro atrair imigrantes e depois pensar no que fazer com eles.

Claro que aqui estamos apenas levantamos possíveis hipóteses para explicar essa mudança, que, certamente, não foi por acaso. De modo igual, não foi casualidade que, ao final da fala, o verbete “raramente” foi substituído por “nunca”: enquanto primeiro proporciona motivos para o leitor entender que a febre amarela irrompe, mesmo que ocasionalmente, no território, o último termo nega qualquer tipo de ocorrência. Alterações que, ao nosso ver, influenciam a interpretação do texto e reforçam os desejos das autoridades públicas em buscar extirpar a enfermidade do Brasil, se não por medidas médico-científicas, pela propaganda.

Não é surpresa que os guias para emigrantes se valem de discursos eloquentes e dados ora não inteiramente verdadeiros, outrora completamente ilusórios em suas páginas e um bom exemplo dessa falsa propaganda encontra-se no guia da Bahia. Vejamos:

O clima do Estado é dos mais saudáveis.

[...]

É certo que a febre amarela tem invadido o ancoradouro transportada de pontos infeccionados fóra do Estado: nunca, porém houve epidemia quer em terra quer no mar, graças as medidas tomadas com acerto pelas autoridades sanitárias.⁴¹⁴

Nota-se, outra vez, a presença da palavra “nunca”, garantindo ao interlocutor que a Bahia era uma terra imune ao “espantalho da imigração”, entretanto, com um rápido confronto com a literatura e outras fontes do período a alegação cai por terra. Algumas

⁴¹⁴ **O Estado da Bahia...**, op. cit., p. 6. Grifo meu.

páginas atrás citamos que estudos elegem a Bahia como o primeiro local que a febre fez vítimas, portanto mais do que uma afirmação eloquente, deve ser classificada como enganadora, pois, ao momento da publicação do guia da Bahia, 1897, as autoridades sabiam que o flagelo havia grassado sua capital.

Ao passo que não buscamos atribuir juízo de valor ao guia para emigrante, não podemos deixar de admitir que ele possui, de fato, passagens que devem ser consideradas enganosas. Nosso objetivo é destacar que se essas passagens existem, elas devem ser reconhecidas e questionadas, porém dentro do quadro geral do movimento imigratório do século XIX, levando em conta a conjuntura do período e a função de um material propagandístico. Exatamente o que buscamos fazer nesse trabalho.

Em razão do primeiro surto da febre (1849-1850), o outrora presidente da província, Francisco G. Martins, apresentou uma longa fala à Assembleia Legislativa, onde trata sobre as principais vítimas, a forma rápida com que as pessoas contagiadas padeceram, as primeiras medidas adotadas pelo governo e como o surto afetou a vida cotidiana da cidade.

Dolorosa he a tarefa, que passo a desempenhar, de communicar-vos os terríveis estragos que sobre a população desta Cidade [Salvador], e de uma parte do seu litoral, penetrando mesmo algumas legoas do seu interior, tem feito o flagelo de uma febre [...]

Forão os Estrangeiros recentemente chegados á este Porto, e com especialidade os de profissão marítima que, na proporção de seu pequeno numero, soffrerão maior damno: por quanto, podendo-se calcular esta proporção na razão de cinco para cem Nacionais nesta Cidade [...]⁴¹⁵

Martins chama a atenção para a maior resistência dos nacionais em relação aos estrangeiros, comunica que mais de cem mil naturais sofreram com a febre e, destes, o número de vítimas fatais não superou mil almas, entre livres e escravos⁴¹⁶. Ao final desse relatório, um quadro apresenta o número de mortos registrados entre 1º de novembro de 1849 e 28 de fevereiro de 1849, com um total de 1.310 vítimas fatais⁴¹⁷, sendo 604 brasileiros (46%), 481 estrangeiros (37%) e 225 africanos (entre livres e escravos 17%). O brasileiro se apresenta como o maior número de vítimas fatais devido a sua grande quantidade quando considerado toda a população, contudo, proporcionalmente, o elemento nacional revela-se mais resistente que o estrangeiro recém-chegado.

⁴¹⁵ BAHIA. Falla que recitou o presidente da província da Bahia o conselheiro desembargador Francisco Gonçalves Martins n'abertura da Assembleia Legislativa, da mesma província em 1º de março de 1850. Bahia: Typ. Constitucional, 1850, p. 10 et. seq.

⁴¹⁶ Falla que recitou o presidente da província da Bahia o conselheiro desembargador Francisco Gonçalves Martins n'abertura da Assembleia Legislativa..., op. cit., p. 12-13.

⁴¹⁷ O quadro, contudo, afirma que o número poderia chegar, facilmente, em 1.600 mortos.

Aqui abrimos um parêntese para tratar sobre a presença do escravo nos guias para emigrantes, ou melhor, a sua ausência. Assim como as moléstias tropicais, a escravidão pode ser definida como um “espantalho da imigração” e, diante disso, as propagandas ocultam a escravidão do leitor. *Indicações Agrícolas* (1875) é o único material que faz menção a existência dos cativos, ao citar o número dessa população nas províncias brasileiras. A escravidão era o símbolo do atraso e da barbárie, não combinava com a imagem que o Brasil buscou passar de país moderno, distante fisicamente da Europa, mas próximo nos costumes, portanto precisou ser varrida para debaixo do tapete da propaganda. O Brasil já contava com fatores de repulsão em demasia para precisar tratar de outro.

Durante o segundo surto da epidemia, na década de 1870, a província já se encontrava melhor preparada para enfrentar a moléstia, ao menos é o que se percebe pela fala do vice-presidente da província, Almeida Couto, à Assembleia Provincial⁴¹⁸. Nesse pronunciamento, a autoridade exprime grande satisfação com o número cada vez mais esporádico de doentes e de vítimas fatais e com as medidas adotadas por ele⁴¹⁹, como a criação de uma comissão médica, aos moldes da JCHP. No período de 7 de janeiro de 1873 até 1º de janeiro de 1874 deram entrada no Hospital de Mont-Serrat, destinado especificamente para os afetados pela febre amarela, 382 enfermos, dos quais 301 haviam se curado, 69 falecidos e 12 continuavam internados, como apresentado em relatório provincial⁴²⁰.

No ano seguinte, 1874, Cruz Machado alegaria que a perturbação estava “praticamente extinta”⁴²¹ na província, o que nunca realmente aconteceu. Em relatórios provinciais mais próximos à data de publicação do guia, encontram-se diversas passagens que confirmam a existência de casos ocasionais na província⁴²². Ao passo que entendemos

⁴¹⁸ BAHIA. Falla dirigida á Assembléa Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente Dr. João José d’Almeida Couti no 1º de março de 1873. Bahia: Typ. do Correia da Bahia, 1873.

⁴¹⁹ “Logo que tive noticia de estar grassando esta febre epidemicamente no Rio de Janeiro e em Pernambuco, tractei de tomar as cautelas necessárias, a fim de embaraçar, quanto possível, que semelhante epidemia se desenvolva nesta capital”. Falla dirigida á Assembléa Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente Dr. João José d’Almeida Couti no 1º de março de 1873..., op. cit., p. 13.

⁴²⁰ PROVINCIA DA BAHIA. Falla com que o Exm. Sr. Commendaador Antonio Candido da Chruz Machado abriu a 1ª. sessão da Vigésima Legislatura da Assembléa Legislativa da Bahia do dia 1º de Março de 1874. Bahia: Typ. do Correia da Bahia, 1874, p. 86.

⁴²¹ Falla com que o Exm. Sr. Commendaador Antonio Candido da Chruz Machado abriu a 1ª. sessão da Vigésima Legislatura da Assembléa Legislativa da Bahia..., op. cit., p. 80.

⁴²² PROVINCIA DA BAHIA. Mensagem e relatórios apresentados a Assembléa Geral Legislativa pelo Chefe de Divisão Reformado Joaquim Leal Ferreira vice-governador do estado. Bahia: Typ. Diario da Bahia, 1892; PROVINCIA DA BAHIA. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima governador do estado. Bahia: Typ. Correio de Noticias, 1896.

que a existência de uma ou duas dezenas de enfermos não caracteriza caráter epidêmico, não significa que a doença “nunca” se desenvolveu na província, certamente uma falsa propaganda.

O Estado da Bahia ainda apresenta uma tabela⁴²³ onde informa a mortalidade anual de Salvador em comparação com outras localidades. A análise das informações indica que Salvador possuía uma média de 21 mortos por mil habitantes, número inferior a Buenos-Ayres, Paris, Barcelona, Roma e outras diversas capitais. Tais comparações, certamente, buscam, subentender que a Bahia se mostrava como a opção mais salubre para se estabelecer do que as demais regiões.

Os guias do Rio de Janeiro, em suas próprias maneiras, buscaram descartar notícias sobre a febre amarela. Ao levar em conta que o Município Neutro esteve no centro das epidemias e até recebeu o título de “túmulo dos estrangeiros”⁴²⁴, talvez pudéssemos esperar por algum capítulo ou tópico em um dos guias exclusivos sobre o Rio de Janeiro⁴²⁵ ou mesmo alguma referência nas passagens sobre as principais cidades. Nada disso ocorre: apenas três breves passagens mencionam a moléstia na capital do Império, duas no guia de 1897 e outra no de 1889:

A capital do Brazil, cuja bahia é unica no mundo pela sua belleza encantadora, é de vez em quando molestada por uma doença, denominada febre amarella. Quem, porém, não parar no littoral e internar-se por muitas milhas no paiz, por meio da estrada de ferro, á procura d'aquellas maravilhosas regiões montanhosas, embalsamadas pelos perfumes de uma vegetação sem igual; quem, como vós, fôr sem demora para a zona do café, nada tem absolutamente que temer. Se tiver ouvido fallar de febre amarela na Europa, não ouvirá mais falar nella, uma vez estabelecido na sua nova residencia⁴²⁶.

Com elementos já analisados em outros materiais, como exaltação da natureza brasileira e a adoção de certo tom literário, o trecho é do guia de 1897, publicação mais próxima do século XX. Em um primeiro momento, nos chama a atenção quando afirma que a capital é atingida pela febre “de vez em quando”, buscando, claramente, minimizar a imagem lúgubre que se instaurou na cidade. Tendo em mente a distância temporal de quase vinte anos entre o surto e as publicações, é interessante notar que o episódio, outrora tão debatido, não desponta como uma preocupação na redação dos textos. Ou, na verdade,

⁴²³ *O estado da Bahia...*, op. cit., p. 5-6.

⁴²⁴ REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019.

⁴²⁵ Vale lembrar que trabalhamos com três guias voltados exclusivamente para a província/estado do RJ e outros dois que se dedicam a apresentar todas as vinte províncias do Império.

⁴²⁶ ZETTIRY, Arrigo de. **O estado do Rio de Janeiro (Brazil)**: manual do emigrante, com gravuras e mappa geographico. Roma: Typographia da Unione cooperativa Editrice, 1897, p. 11. Grifo meu.

o temor à febre e sua capacidade de amedrontar e afugentar o europeu ainda preocupava os responsáveis e a solução adotada foi não escrever sobre a questão. Ao optar por não falar sobre determinados temas, o Governo, ou quem fosse o responsável pelos guias, não abriam muita margem para possíveis indagações inconvenientes.

Outro ponto intrigante trata do conselho oferecido àqueles que adentrassem as fronteiras: partir para a zona do café. Considerando que desde a época joanina, a política Central de imigração buscou estabelecer imigrantes em pequenos lotes voltados para a agricultura familiar, o opúsculo apresenta uma peculiaridade não vista até então: advoga para o assentamento de imigrantes em fazendas de café. Acreditamos que a resposta mais plausível para essa grande mudança está diretamente ligada ao fim do Império: sua ruína também significou o fim da Sociedade Central de Imigração, principal responsável pela luta contra a colocação de imigrantes nos latifúndios cafeeiros. Com a Repúblicas, as políticas de imigração já eram outras.

Sobre o Município Neutro, o guia organizado por Sant-Anna Nery, apesar de defender a pouca ocorrência de doentes, fornece alguns conselhos aos imigrantes, desde a época certa a se imigrar e o que fazer uma vez atracado nos portos⁴²⁷. Observar conselhos desse feitio dentro dos guias para emigrantes tem grande importância, pois ao presumir que a característica básica de um guia é fornecer informações, se nossas fontes não se preocupassem em conceder advertências e sugestões para o seu interlocutor, sua autenticidade como, de fato, guias entraria em xeque.

Por fim, não poderíamos deixar de apresentar como o guia elaborado pela SPI abordou a febre amarela. São Paulo, principal polo de atração de estrangeiros, desenvolveu uma política imigratória de posicionamento contrário ao órgão oficial de imigração do Império, a SCI, portanto vale analisar se o seu material segue os padrões identificados até agora ou possui suas particularidades.

Toda a Província é saudável, e não existem epidemias de máo caracter, sendo a única temida a varíola, que só ataca os nacionaes não vaccinados.

A febre amarella nunca transpoz a Serra do Mar, que corre entre o littoral e o interior: na propria cidade de Santos raros são os casos em terra. Alli aparece

⁴²⁷ “Durante o inverno, de abril a outubro, lá [no Brasil]. Não há epidemias a temer, em geral. Esta é a estação que deve ser escolhida para ir aos imigrantes do Rio que gostariam de encontrar trabalho, seja em fábricas e obras públicas, especialmente em estabelecimentos agrícolas próximos. Durante o verão, de outubro a março, às vezes a febre amarela grassa no porto do Rio, na cidade baixa, nos bairros pobres, sem ventilação, onde, além disso, alguns recém-chegados tomam tão poucas precauções higiênicas que eles facilmente caem nessa doença. [...] Seja como for, aconselhamos os imigrantes, especialmente aqueles que chegam durante a estação quente, de outubro a março, a não ficar na parte baixa da cidade e a se colocar nas proximidades da cidade, tomando precauções higiênicas cuidadosas durante os primeiros estágios da sua estadia, até que estejam aclimatados”. SANTANNA NERY. **Guide de L'Émigrant...**, op. cit., 1889, p. 136-7. Tradução própria. Grifo meu.

poucas vezes, importada do Rio de Janeiro e de outros pontos do Norte do Brasil, nas tripolações dos navios.

Póde-se por isso afirmar, que mesmo em Santos, o principal porto da Provincia, não existe endemicamente este flagelo.

Depois para S. Paulo se estabeleceu uma corrente regular de immigrants europeos, ainda não morreu um só d'este mal, quer em terra quer nas aguas da Provincia, em um período de tempo de 8 a 10 ano.

E, como toda a immigração na provincia de S. Paulo se faz para o interior, não há o menor perigo que o immigrant seja atacado da febre amarella⁴²⁸.

Como nas análises anteriores, o excerto se encontra no capítulo Clima e, igualmente, constata-se o mesmo desenvolvimento já apresentado nos demais guias: atestar a salubridade da região, mas, ao mesmo tempo, relevar a existência de casos “esporádicos”; em seguida, apresentar alguns dados estatísticos sobre mortalidade⁴²⁹ e, finalmente, garantir que o imigrante não padecerá do temido “vômito preto”.

Essa aproximação com os demais guias se mostra notável, pois revela que, mesmo São Paulo, com sua própria agenda, também se encaixava em alguns quadros mais gerais das políticas imigratórias. Contudo, chamamos a atenção para a afirmação de que os raros casos de febre amarela na província paulista seriam provenientes do Rio de Janeiro e do Norte do Brasil: enquanto as províncias da porção norte do Império faziam propaganda negando que o clima mais quente seria responsável pela febre amarela e, não raro, estabelecia aproximações com os climas europeus, o opúsculo da SPI não se preocupa em colocar a região como vilã, por assim dizer, bem como o Rio de Janeiro – o que torna quase cômico o modo que os guias interagem entre si.

Registrar esses padrões entre os guias é de grande importância para a pesquisa, porque ajuda a corroborar algumas hipóteses aqui defendidas, como a existência de um *modus operandi* na produção dos mesmos e de que os responsáveis estavam atentos às propagandas imigratórias. Esse *modus operandi* designaria, em uma primeira instância, os temas tratados dentro dos guias; e, posteriormente, como estes mesmos temas deveriam ser abordados: o que escrever; o que não escrever; estabelecer elementos de atração relacionado à natureza; trabalhar com o imaginário europeu de riqueza rápida; realizar diversos tipos de comparação. Enfim, essas intersecções oferecem diversas oportunidades de investigações e, certamente, não serão contempladas em totalidade nessa dissertação – mas esperamos chegar perto.

⁴²⁸ **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 9.

⁴²⁹ Em relação à mortalidade de São Paulo, o guia realiza uma comparação entre a capital da província e determinadas regiões da Europa. Enquanto na capital, tida como referência em questões médicas, ocorria, em média, três óbitos a cada cinquenta mil habitantes, o que equivalia a 2,19% anualmente; a taxa de mortalidade na França era de 2,3%; a da Itália passava de 3% e a da Holanda chegava a 3,55%. **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 9-10.

Dando continuidade aos cruzamentos entre temas presentes nos manuais, nesse momento nos dedicaremos a um tema variável que se relaciona diretamente com a questão da salubridade e saúde dos estrangeiros: as hospedarias de imigrantes⁴³⁰.

Inicialmente, apenas imóveis alugados pelo governo sem condições sanitárias e/ou estruturais para comportar os recém-chegados, estes dispositivos causaram mais um problema para o Brasil: as denúncias das condições insalubres por parte dos imigrantes aos seus governos e familiares eram, muitas vezes, publicadas em periódicos, o que lesava a imagem do país no exterior⁴³¹. A fim de superar esse obstáculo, o Governo Geral e as instituições responsáveis pela introdução de estrangeiros providenciaram alojamentos oficiais adequados (ou, pelo menos, mais adequados possíveis) para acolher temporariamente seus novos habitantes.

O aperfeiçoamento da aparelhagem para a recepção de imigrantes não se restringiu ao Brasil. De acordo com Reznik, as vicissitudes do acolhimento de tantos novos corpos acometeram todos os países americanos que abriram suas fronteiras para os europeus, caracterizou-se como uma experiência coletiva aos receptores, o que possibilitou a eclosão de uma cadeia de hospedarias pelo Novo Mundo⁴³².

Quanto aos Estados Unidos, principal receptor de imigrantes, Kushnir informa que as obras para a construção da Hospedaria de Ellis Island, localizada em Nova York, iniciaram-se em 1860, com inauguração apenas em 1892. Em 1897 o alojamento foi vítima de um incêndio e, devido sua estrutura de madeira, um novo edifício teve de ser construído; no dia em que retomou suas atividades, 17 de dezembro de 1900, recebeu 2.251 imigrantes⁴³³. Tendo funcionado até 1954, Reznik a classifica como a “mais importante e mais conhecida internacionalmente porta de entrada das Américas”⁴³⁴, segundo o autor, entretanto, Ellis funcionava muito mais como um “lugar de registro e

⁴³⁰ Após considerações, decidimos manter as Hospedarias de Imigrantes neste mesmo tópico, porquanto entendemos que seu aparecimento e modernização está diretamente relacionado com a salubridade dos locais-destino. Talvez a única exceção que extrapola essa função seja a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo – aspecto que também será abordado neste tópico.

⁴³¹ KUSHNIR. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso..., op. cit., p. 62.

⁴³² REZNIK, L. As Hospedarias de Imigrantes das Américas. Texto elaborado para apresentação no Simpósio “Puentes entre Europa y América Latina: historia, memoria y representaciones en el diálogo entre el individuo y el colectivo”. **XVIII Congresso Internacional da Associação de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA)**, 2017, p. 104.

⁴³³ REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014, p. 236.

⁴³⁴ REZNIK. As Hospedarias de Imigrantes das Américas..., op. cit., p. 109.

controle da entrada dos imigrantes” do que, realmente, como uma hospedaria, já que a grande maioria dos que ali entravam permaneciam por volta de apenas 5 horas⁴³⁵.

Já no caso da Argentina, Capel declara que o primeiro local que abrigou os imigrantes foi instalado em Buenos Aires e tinha capacidade para trezentas pessoas e foi responsável pelo atendimento de 20% da imigração do país entre os anos de 1857 e 1874⁴³⁶. Contudo, o Hotel de los Inmigrantes de La Rotonda foi, de fato, a primeira hospedaria oficial do país, por onde passaram aproximadamente 1.400.000 imigrantes durante o período de 1882 até 1911⁴³⁷. A partir de 1911 os serviços passaram para um grande complexo, o Gran Hotel de Inmigrantes, localizado entre Retiro e Puerto Madero⁴³⁸.

De volta ao Brasil, a Hospedaria da Ilha das Flores foi o primeiro alojamento oficial para acolhimento dos imigrantes, criado pelo governo imperial⁴³⁹, e funcionou entre o período de 1876 até 1966. De grande importância para política imigratória brasileira, considerada a principal referência na recepção, acolhimento e triagem dos imigrantes até a construção da Hospedaria do Brás, em São Paulo⁴⁴⁰.

No decorrer da pesquisa, ficou claro que as hospedarias não se mostram um consenso entre os guias para emigrantes: exercem grande importância em alguns opúsculos, ora apenas são citadas como favores oferecidos e, outras vezes, nenhuma menção é feita. Essa característica inconstante nos permite afirmar que as hospedarias de imigrantes devem ser entendidas como um tema variável entre as propagandas.

De onze guias para emigrantes, três separam um tópico ou capítulo específico para o assunto (GBR-1884, *Emigrazione* [1887], GRJ-1897); dois não fazem nenhum tipo de menção (GBR-1875, GBA-1897) e o restante efetua rápidas observações dentro de algum tema de maior importância dentro do manual.

⁴³⁵ REZNIK. As Hospedarias de Imigrantes das Américas..., op. cit., p. 113.

⁴³⁶ CAPEL, Horacio. El control de las migraciones internacionales y el memorial de inmigrantes em São Paulo, Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. XII, nº 739, 30 de julho de 2007.

⁴³⁷ REZNIK; FERNANDES. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores..., op. cit., p. 237.

⁴³⁸ REZNIK. As Hospedarias de Imigrantes das Américas..., op. cit., p. 110.

⁴³⁹ Diversos outros locais já funcionavam anteriormente a esta data, sem, no entanto, o título de “oficial”. Cf.: UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

⁴⁴⁰ REZNIK; FERNANDES. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores..., op. cit., p. 248.

Ao iniciar a leitura do GPR-1875 nos deparamos com uma página de anúncios⁴⁴¹ sobre três órgãos relacionados à imigração: o primeiro e o terceiro são sobre escritórios oficiais disponíveis o imigrante para obter esclarecimentos sobre os serviços de imigração no país, sendo eles o Escritório de informações da Agência Oficial de Colonização e o Escritório Oficial de Locação de Serviços, respectivamente. O segundo comunicado, por sua vez, indica a existência de uma hospedaria destinada à recepção de imigrantes no Rio de Janeiro, juntamente com os valores da estadia: para os maiores de 9 anos, 800 réis por dia; e 500 para crianças menores de 2 anos⁴⁴².

Trata-se da Hospedaria do Morro da Saúde, criada em 1867, com capacidade para 400 pessoas e substituiu os albergues privados de Praia Formosa e Rua da Imperatriz⁴⁴³. Reznik chama a atenção para os elogios feitos à criação da hospedaria, que a classificavam como superior a Castle Garden, alojamento de Nova York. Ironicamente, o Morro da Saúde foi afetado, mais de uma vez, nos surtos das décadas de 1870 e 1880, o que levaria, posteriormente, a seu fechamento e a criação da Hospedaria da Ilha das Flores.

O que nos chama a atenção é a necessidade de pagamento por parte dos imigrantes para se alojar, uma considerável diferença em relação aos dispositivos de recepção como a Hospedaria da Ilha das Flores ou do Brás, locais que os recém-chegados não precisavam desembolsar nenhum valor (imediate ou posteriormente). Udaeta lança luz à questão e declara que, muitas vezes, esses valores eram pagos pelos empresários e contratantes dos imigrantes e apenas aqueles que abandonassem o local que haviam se estabelecidos anteriormente teriam de arcar com custos de hospedagem e alimentação. Por outro lado, os recém-chegados espontâneos contavam com alimentação e agasalho gratuitos⁴⁴⁴.

Ao verificarmos os relatórios provinciais do Paraná, no entanto, percebemos que, à época, as hospedarias eram, em sua maioria, de ordem privada e os futuros colonos figuravam-se, realmente, como os responsáveis por suas despesas. E aqui não falamos de grandes e adequados alojamentos, mas apenas de espaços monetizados, deficientes em variados níveis. Em relatório apresentado pelo presidente do Paraná em 1877, Lamenha Lins lamenta as condições que os imigrantes em estado de espera se encontravam devido à ausência de uma hospedaria adequada mantida pelo governo, menciona que “eram os

⁴⁴¹ Este anúncio volta a aparecer ao final da publicação traduzido para o francês, italiano e espanhol.

⁴⁴² **Província do Paraná...**, op. cit.

⁴⁴³ REZNIK, L. Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013, p. 8.

⁴⁴⁴ UDAETA. **Nem Brás, nem Flores...**, op. cit., p. 56.

colonos hospedados até nos corredores das casas de pasto” e chegavam a pagar “1\$200 rs. diários pela sua alimentação”⁴⁴⁵. Sem respostas do Ministério da Agricultura para a construção de uma hospedaria própria, o presidente optou por contratar um particular que pudesse oferecer agasalho e alimentação aos colonos de forma gratuita e com boas condições estruturais⁴⁴⁶.

Único guia que nos oferece essa perspectiva sobre os alojamentos para imigrantes privados, a pequena passagem torna-se um ponto pertinente quando comparado com os demais materiais, pois ilustra como as políticas imigratórias, mesmo com inúmeras adversidades, evoluíram e como os aparatos, gradativamente, se aprimoraram, porém, não de maneira igual por todo o território nacional. Se o Paraná, até em meados da década de 1870, não possuía uma hospedaria oficial estabelecida, o mesmo aconteceria com o Maranhão uma década depois.

O GMA-1888 não possui capítulo dedicado ao tema e essa carência não surge como surpresa, afinal, a política imigratória maranhense não se mostrava das mais bem-sucedidas e, com o baixo número de entradas, simplesmente não havia motivos para haver hospedaria – e por motivos, leia-se imigrantes. Não obstante, já entendendo a necessidade e importância de ter um ponto receptor, o guia comunica:

Abundando em idênticas considerações o Parlamento Nacional, acaba de votar uma verba destinada ao início do serviço de imigração para o Maranhão. A quantia votada tem por fim auxiliar aqueles que queiram vir a Província com abono de passagem gratuita e outras despesas de transporte e agasalho até sua chegada ao ponto da província, onde pretendam localizar-se. Para esse fim o governo deve adquirir um prédio na capital da província afim de servir de hospedaria dos imigrantes, a sua chegada a essa cidade⁴⁴⁷.

Mesmo sem um fluxo imigratório, a hospedaria aparece como uma das primeiras medidas a ser tomada pelo governo do Maranhão, sinalizando, outra vez, como as hospedarias se transformaram em pontos centrais das políticas imigratórias por todo o Brasil. Como refletido ao longo do guia, a política imigratória de São Paulo mostrou-se uma inspiração na elaboração do seu material propagandístico, que utiliza textos do folheto publicado pela SPI em 1886, apenas dois anos antes. Ainda em relação a

⁴⁴⁵ PROVINCIA DO PARANÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Laménha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1877, p. 91.

⁴⁴⁶ “Propuz ao ministério da agricultura a criação de uma hospedaria mantida pelo governo, e enviei as plantas e orçamentos das obras necessárias [...] Entretanto, continuavam a afluir os colonos, sem que eu recebesse solução dessa proposta, pelo que resolvi contratar com um particular o agasalho e alimentação dos colonos em boas condições”. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Laménha Lins..., op. cit., p. 91.

⁴⁴⁷ **A província do Maranhão e a imigração...**, op. cit., p. 24.

hospedaria, o tema retorna brevemente quando o manual do Maranhão discute as perspectivas econômicas do imigrante, ao expor as opções de estabelecimento do território.

Em qualquer destes casos, porém, os imigrantes recebem agasalho e comedoria na hospedaria de imigração, até oito dias bem como transporte gratuito para si e suas bagagens, pelas linhas de navegação, ao ponto da província a que se destinem⁴⁴⁸.

Contata-se que o excerto é uma adaptação⁴⁴⁹ do impresso da Promotora. Contudo, aparentemente, os organizadores não se atentaram para um grande problema ao fazê-lo: não havia hospedaria para o imigrante se hospedar por oito dias. Poucas páginas antes, o guia registrou a necessidade de se adquirir um estabelecimento para este fim. Certamente um descuido dos organizadores, talvez inexperientes no negócio da imigração.

Enquanto o Maranhão fazia propaganda de uma hospedaria inexistente, Rio de Janeiro e São Paulo, no mesmo período, não apenas possuíam bons aparatos de recepção, agasalho e direcionamento, como buscavam torná-los mais do que simples pontos de estadia, integrando-os como importantes ferramentas de suas políticas imigratórias.

O opúsculo que mais se dedica à hospedaria de imigrante é o *Guia do Emigrante* (1884). Organizado por Vasconcellos em uma espécie de parceria com a SCI, o impresso separa capítulo próprio para o tema, com aproximadamente três páginas se dedica a apresentar todas as vantagens da Hospedaria da Ilha das Flores, um dos pontos altos do livreto. Retratada como um alojamento de excelentes condições devido ao seu estado sanitário, com um boticário à disposição e uma enfermaria, a hospedaria é vista, em comparação com suas antecessoras, como moderna e organizada, onde os imigrantes ficavam “convenientemente alojados”⁴⁵⁰.

Segundo Kushnir, a nova hospedaria recebeu mais de sete mil imigrantes logo em seu primeiro ano de funcionamento. Desse total, dois terços eram do sexo masculino, com os italianos em maior número, quase cinco mil, seguidos por portugueses e austríacos⁴⁵¹. O número de pessoas que por ali passaram continuou a crescer, o que, por um lado, reflete certo sucesso da política imigratória e, por outro, essa grande quantidade de pessoas elevava a possibilidade de doenças se espalharem rapidamente.

⁴⁴⁸ **A província do Maranhão e a imigração...**, op. cit., p. 27. Grifo meu.

⁴⁴⁹ “Em todos os casos recebem agasalho e comedoria no alojamento de Imigração até oito dias, podendo transportar-se para qualquer ponto da província, tendo passagem gratuita para si e suas bagagens, em todas as linhas ferreas e de navegação”. **A província de S. Paulo...**, op. cit., p. 51.

⁴⁵⁰ VASCONCELLOS. **O Guia do Emigrante...**, op. cit., p. 10 et. seq.

⁴⁵¹ KUSHNIR. **A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso...**, op. cit., p. 67-68.

Entramos na questão sanitária, que, como vimos, preocupava aqueles que estavam à frente dos negócios da imigração, sua localização⁴⁵² está diretamente ligada à questão das epidemias e salubridade. Reznik e Fernandes enfatizam dois principais motivos para a Ilha das Flores ter sido o local escolhido para a construção da hospedaria: primeiramente, a salubridade, o fato de ser uma ilha garantia o isolamento dos imigrantes; em segundo lugar, a baía facilitava a entrada de pequenos navios e, caso fosse preciso, a proximidade com a capital facilitaria o uso de seus hospitais⁴⁵³.

Reznik e Costa se aprofundam na análise da inserção da Hospedaria da Ilha das Flores nos preceitos higienistas da época e como, ao passo que novos métodos eram adotados no combate à febre amarela e outras moléstias, seu funcionamento e mesmo sua estrutura sofreram modificações⁴⁵⁴. Como declaram os autores, enquanto contagionistas e infeccionistas travavam seus debates, o Governo Central adotou a ideia de “aclimatação” como oficial, o que implicava no confinamento dos recém-chegados em determinados pontos afastados dos focos epidêmicos⁴⁵⁵. Em relação à estrutura do alojamento, os autores destacam que, durante reformas de 1888, as novas dependências foram construídas em madeira, pois, em caso de surto epidêmico, as sustentações seriam incineradas mais rapidamente⁴⁵⁶.

O discurso que cercou a Hospedaria tinha como objetivo criar a imagem de um local perfeitamente capaz de receber os imigrantes da melhor maneira possível, responsável por mantê-los com saúde, fornecer alimentação, agasalho e encaminhamento dentro do novo país. Buscaremos, então, explorar como a Hospedaria foi apresentada ao estrangeiro e realizar um confronto das informações com a literatura e outras fontes, com intenção de averiguar sua veracidade. Flores é apresentada:

A hospedaria dos immigrants na Ilha das Flores é um vasto estabelecimento com accommodações para 1.000 immigrants no minimo, podendo em casos de affluencia accomodar sem atropelo até 1.500 individuos.

O edificio principal é composto por quatro grandes salões, bem arejados, onde está o dormitorio com accommodações especiaes para as familias. Além destes salões existem mais no mesmo edificio tres salas para enfermaria e consultorio medico, dous escriptorios, a arrecadação, e os aposentos que servem de

⁴⁵² Situada na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, e em frente ao município de São Gonçalo, a hospedaria foi comprada através da Inspeção Geral de Terras e Colonização do senador Silveira Mota pela quantia de 170 contos de réis, em 1883. REZNIK; FERNANDES. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores..., op. cit., p. 240.

⁴⁵³ REZNIK; FERNANDES. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores..., op. cit., p. 242-243.

⁴⁵⁴ REZNIK, Luís; COSTA, Juliana C. O. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019.

⁴⁵⁵ REZNIK; COSTA. Como manter saudáveis nossos imigrantes..., op. cit., p. 20.

⁴⁵⁶ REZNIK; COSTA. Como manter saudáveis nossos imigrantes..., op. cit., p. 25.

habitação aos empregados subalternos. Uma larga e extensa varanda rodeia o edifício⁴⁵⁷.

A cozinha encontrava-se em um prédio separado, junto com a copa, a dispensa e o refeitório. O guia declara que “a comida dos imigrantes é sadia, abundante e bem preparada – tendo-se muito em vista servir-os de preferencia com os alimentos a que se acham mais habituados, segundo os usos de cada nacionalidade”⁴⁵⁸. Essa é uma declaração intrigante, pois certifica que a comida servida seria preferencialmente aquela à qual o estrangeiro estava acostumado. Como já citado acima, a hospedaria recebeu, já nos primeiros meses de funcionamento, imigrantes de nacionalidades portuguesa, austríaca, alemã, espanhola, francesa, inglesa e outras mais, e servir diferentes pratos para mais de 7.000 pessoas com diferentes culturas não parece algo que a Hospedaria e o governo estariam, efetivamente, dispostos a fazer.

Outro fato que corrobora com nossa hipótese de que não se servia alimentos tradicionais e que o enunciado representa apenas um método propagandístico refere-se ao cardápio já definido no guia, com a grande maioria dos alimentos naturais da cultura brasileira⁴⁵⁹, nenhuma menção é feita a alimentos típicos de outros países – além do mais, a existência de um cardápio pré-definido nos leva a crer que modificações deveriam ser improváveis de ocorrerem.

O noticiário *A Folha Nova* separou pouco mais de uma coluna de sua edição do dia 13 de outubro de 1884 para analisar a publicação o *Guia do Emigrante* e, recheada de comentários sarcásticos, parece não se convencer com a proposta de comidas típicas, tão pouco. Declara:

[...] dos pratos compondo o jantar [...] figura a farinha de mandioca, que não tínhamos o prazer de saber tão vulgarizada na Europa.

Em certos países europeus, nomeadamente na Belgica e na Hollanda, usa-se café com leite e pão com manteiga ao almoço; mas não nos consta que a ceia se componha d’esses mesmo alimentos; e, entretanto sempre para servir aos imigrantes com os alimentos a que se achara mais habituados, dá-se-lhes café, pão e manteiga para a ceia.

Julgamos que seria mais adequado aos intuitos administrativos substituir ... por um bom prato de sopa ou polenta que seria mais apreciado pelos italianos, franceses, belgas ou alemães.⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ VASCONCELLOS. *O Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 10. Grifo meu.

⁴⁵⁸ VASCONCELLOS. *O Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 11.

⁴⁵⁹ “Às 8 horas da manhã lhes é servido o almoço que consta de café, pão e manteiga, *tudo á vontade*.

À uma hora da tarde serve-se-lhes o jantar, que consta de sopa de batatas, arroz ou macarrão, feijão guizado com ervas, arroz, carne fresca ensopada com batatas ou verduras, farinha de mandioca e pão; tendo por sobremesa laranjas ou bananas, *tudo em quantidade suficiente*.

Às 6 horas da tarde dá-se-lhes a ceia, que se compões de café, pão e manteiga”. VASCONCELLOS. *O Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 11. Grifo meu.

⁴⁶⁰ *A Folha Nova*. Rio de Janeiro, 13 out. 1884, p. 02.

Na verdade, o periódico não parece nenhum pouco convencido da eficácia da publicidade: critica seu lirismo e a ênfase emprega a alguns assuntos, como na brisa do mar que corre pela Ilha das Flores, e no tratamento equivocado a outros, como a agricultura. Conclui a matéria com a afirmação de que o lançamento do manual “prova, mais uma vez que, em matéria de colonização, o governo só sabe gastar dinheiro sem proveito”⁴⁶¹.

Julianna Costa⁴⁶² chama a atenção para artigos publicados no periódico *O Paiz*, no ano de 1896, que contrastam com a exibição promovida pelo opúsculo em relação à Hospedaria da Ilha das Flores. Publicado entre 1884 e 1934, o jornal, segundo a autora, se consolidou “como um dos jornais de maior influência na vida política nacional, atuando como um importante órgão governista da República Velha”. Quanto ao refeitório, Costa, baseada nas reportagens, revela a existência de “dejetos próximos à cozinha” e que os próprios imigrantes ajudavam o cozinheiro naquele ambiente “repugnante”⁴⁶³.

Um dos artigos declara não haver “nada que seduza o paladar, antes o apetite é contrariado pelo cheiro forte do ácido fénico espalhado sobre a areia que recama o assoalho imundo. Muitos mesmo não comem ali, carregam para o alojamento n’um prato particular o quitute que lhes pertence”⁴⁶⁴.

Em vias de conclusão do capítulo, o manual declara o interesse do governo em aumentar a hospedaria, na intenção de receber uma maior quantidade de imigrantes:

aproveitando as excellentes condições da Ilha das Flores que pelo seu ameno clima, aspecto pittoresco variada arborisação e agradável situação na bahia, [...] offerece por todos os motivos o mais desejável e commodo conforto a todas aquelles que chegam de longa viagem⁴⁶⁵.

Novamente as “excelentes e confortáveis” acomodações da Hospedaria, são colocadas em xeque por outro artigo do jornal, que declara:

[...] na ilha das flores não existe uma estufa de desinfecção nem um pavilhão para isolar enfermos, nem sequer acomodações para tanta gente, e finalmente nem água potável, pois esta é transportada diariamente em barris que vão d’aqui. [...] Decididamente a ilha das flores precisa de urgentes melhoramentos⁴⁶⁶

⁴⁶¹ **A Folha Nova**. Rio de Janeiro, 13 out. 1884, p. 02.

⁴⁶² COSTA, Julianna C. Oliveira. **Hospedaria da Ilha das Flores**: um dispositivo para a efetivação das políticas migratórias (1883-1907). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁴⁶³ COSTA. **Hospedaria da Ilha das Flores...**, op. cit., p. 70, 74-75.

⁴⁶⁴ **O Paiz**. Rio de Janeiro, 06 mar. 1896.

⁴⁶⁵ VASCONCELLOS. **O Guia do Emigrante...**, op. cit., p. 13. Grifo meu.

⁴⁶⁶ **O Paiz**. Rio de Janeiro, 23 fev. 1896.

Tendo em vista que a hospedaria se localizava em uma ilha, apenas água salgada encontrava-se em abundância e não existia um sistema de abastecimento de água potável para alojamento, o transporte da bebida ficava a cargo de navios. Com o aumento constante de imigrantes, no entanto, a água tornava-se cada vez mais necessária e, na mesma proporção, os imigrantes se viam em disputa por alguns goles e baldes⁴⁶⁷.

Apesar de considerarmos a distância temporal entre a publicação do guia (1884) e o editorial (1896) e de levarmos em conta as mudanças que o advento da República representou para as políticas migratórias, julgamos que as reportagens expõem satisfatoriamente como os discursos dos guias foram construídos com a finalidade de atração. Garantir que os leitores contavam ou não que teriam comida típica à sua disposição está além de qualquer método de pesquisa, contudo, a alegação funciona, seguramente, como um fator de atração.

Emigrazione, publicado por volta de 1887 ou 1888, também apresenta um tópico para a Hospedaria da Ilha das Flores, porém, devido ao seu tamanho diminuto, restringe as informações a alguns poucos parágrafos. Não há necessidade em nos demorarmos na discussão apresentada pelo material sobre o alojamento, pois ele simplesmente se utiliza do texto do GBR-1884, que acabamos de ver. Ou seja, o material em italiano reduziu as três páginas sobre a Hospedaria da Ilha das Flores em cinco pequenos parágrafos. Temos aqui, portanto, outro forte indício de uma rede de comunicação entre os responsáveis pelos guias para emigrantes, onde um guia funciona como modelo para o outro.

O folheto de São Paulo (1886) não separa um capítulo ou tópico especial para as hospedarias, apenas apresenta breves notas sobre o Alojamento do Bom Retiro, sem grande destaque dentro do conjunto da obra – as obras do Brás estavam em andamento durante sua publicação, fato mencionado ao leitor.

Uma antiga olaria adquirida pela província paulista em 4 de março de 1882, a Hospedaria do Bom Retiro possuía, de acordo com o Vice-Presidente da província, Souza Aranha, uma área de mais de oito mil e setecentos metros quadrados com capacidade para alojar quinhentos imigrantes. No prédio principal se encontravam os alojamentos; um anexo foi construído para a cozinha refeitório e despensa; e outro ambiente destinado para as bagagens foi erguido⁴⁶⁸. Em seu primeiro ano de funcionamento, Bom Retiro alojou 1994 imigrantes, desse número, 1436 eram italianos; 356 portugueses; 164 espanhóis; 31 alemães; 5 suíços e 2 turcos. Já em 1885, apenas um ano antes da publicação do guia,

⁴⁶⁷ COSTA. *Hospedaria da Ilha das Flores...*, op. cit., p. 72.

⁴⁶⁸ UDAETA. *Nem Brás, nem Flores...*, op. cit., p. 123-124.

Bom Retiro recebeu 6.212 estrangeiros⁴⁶⁹. De acordo com o guia, nos momentos posteriores à chegada, os imigrantes seriam

Recebidos e acompanhados ao Alojamento Provincial, onde encontrarão casa, cama, comedoria, medico, podendo alli permanecer 8 dias até encontrar trabalho, o que sempre se dá dentro de poucas horas. O alojamento pode accommodar até mil imigrantes, e presentemente o governo está construindo um vasto e novo estabelecimento para este fim, com accomodações especiaes para comportar mil e quinhentos⁴⁷⁰.

Como percebe-se, a passagem não é tão prolixa quanto aos excertos sobre a Ilha das Flores, de maneira direta apresenta sua capacidade, o que os imigrantes teriam à sua disposição e o limite de dias de hospedagem. Com o aumento anual de entradas no alojamento, tornava-se inviável manter as pessoas ali por muito mais tempo, em 1885, por exemplo, Bom Retiro recebeu mais de 6 mil corpos⁴⁷¹. Nesse mesmo ano, a província publicaria em relatório as dificuldades enfrentadas pelo estabelecimento, com destaque para sua localização afastada de meios de comunicação e as terríveis condições estruturais⁴⁷².

Frente às novas demandas, a Lei Provincial n. 56, de 21 de março de 1885, autorizava a construção de uma nova hospedaria e liberou verba de até 100 contos de réis e a possibilidade de venda do Bom Retiro, uma comissão foi criada para que pudesse avaliar os possíveis locais e, inicialmente, adquiriu-se um lote do convento da Luz⁴⁷³. Corrêa de Oliveira, então presidente da província, declarou em relatório à Assembleia Legislativa, 1886, suas preocupações em construir a nova hospedaria naquele bairro:

[...] não é logar proprio para um alojamento de immigrants o bairro que mais se presta a ser aformoseado, e que vae merecendo a preferencia da população abastada para ahi construir prédios vastos e elegantes. É possivel consultar todas as exigencias do serviço mediante a collocação do edificio em terrenos do Braz, a qual permitirá o que é vantagem consideravel, que os immigrants, vindos quer por uma quer por outra estrada desembarquem com suas bagagens dentro do estabelecimento, e tomem na estação alli tem a estrada Ingleza os trens que demandam o oeste da provincia para onde em geral se encaminham⁴⁷⁴.

Oliveira tinha duas questões em mente: (i) não colocar os imigrantes próximos às classes mais altas e de seus casarões; (ii) acreditava que no Brás o acesso dos imigrantes

⁴⁶⁹ UDAETA. **Nem Brás, nem Flores...**, op. cit., p. 125, 127

⁴⁷⁰ **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 50.

⁴⁷¹ UDAETA. **Nem Brás, nem Flores...**, op. cit., p. 127.

⁴⁷² PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Relatório com que passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exm^o. Presidente Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira o Vice-Presidente Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1885, p. 18.

⁴⁷³ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 180.

⁴⁷⁴ PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia João Alfredo Corrêa de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & C., p. 34.

ao interior da província seria facilitado. Este último ponto deve ser frisado, posto que a Hospedaria do Brás se integrou à linha férrea, distribuindo os imigrantes rapidamente pelos cafezais, o que ilustra bem os objetivos da política imigratória paulista e como a hospedaria transforma-se em um agente efetivo dessa política.

As angústias do ex-presidente, como sabemos, ecoaram na gestão seguinte, de Antônio de Queirós Telles, Barão de Parnaíba, que adquiriu o terreno no Brás por dezessete contos de réis, passou o da Luz para o Ministério da Guerra, e ordenou grande impulso na construção do novo alojamento. Ao final de sua fala, Telles ainda demonstra grande entusiasmo com as condições do novo local e sua capacidade para abrigar um maior número de pessoas, afirmando que tal construção representava interesse de toda Província, classificando-a como “a mais momentosa e que maior somma de cuidados deve merecer o legislador Provincial”⁴⁷⁵. A obra encerrou-se em 1888, com capacidade para alojar três mil indivíduos, e já no ano seguinte, recebia sua primeira leva de imigrantes.

Segundo Gonçalves, a Hospedaria do Brás “fazia parte de um ambicioso processo de recrutamento e encaminhamento de mão de obra para a lavoura cafeeira”⁴⁷⁶, processo este percebido já nas inquietações de Oliveira Corrêa. Sua localização à beira da ferrovia também possibilitava que os responsáveis pelo negócio da imigração impedissem o contato dos recém-chegados com o mundo exterior⁴⁷⁷. Os primeiros momentos do estrangeiro em solo brasileiro podem ser divididos nas seguintes fases: 1) do navio para o trem; 2) do trem para a hospedaria; 3) da hospedaria de volta ao trem e, finalmente, 4) desembarcar na fazenda.

Entre a fase 2 e a fase 3, porém, ocorre uma notável metamorfose: o europeu deixa de ser emigrante e se transforma em imigrante, como revelam Chrysostomo e Vidal. Em *Do depósito à hospedaria de imigrantes*⁴⁷⁸, os autores discutem, através da perspectiva da “história social da espera”, como estes alojamentos devem ser entendidos como “locais da espera”. O surgimento das hospedarias é dividido em dois momentos: entre as primeiras experiências (início século XIX até 1850), onde o termo “hospedaria” não é, de fato utilizado; e o segundo de 1860 até 1910, período que a febre amarela e outras doenças

⁴⁷⁵ PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & C, 1887, p. 123.

⁴⁷⁶ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 182.

⁴⁷⁷ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 182.

⁴⁷⁸ CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria de imigrantes gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. 2014.

contagiosas, como vimos, passam a assolar as cidades e modificam o entendimento do Estado acerca da importância de alojamentos salubres⁴⁷⁹.

Nessa segunda fase, as hospedarias adquirem uma “natureza insular” essencial para sua natureza de “espaços da espera”. Esta característica insular não precisa significar, literalmente, estarem localizadas em uma ilha, como Flores, está relacionada, em maior medida, à sua característica isolada da sociedade (e, conseqüentemente, isolar os recém-chegadas). A segunda característica estava relacionada às ferrovias, ligando o oceano ao território⁴⁸⁰.

Se, em um primeiro momento, o isolamento tinha como preceito o controle sanitário, ele evoluiu para controle social:

A forma da ilha permite isolar o processo que vai acontecer na hospedaria, verdadeira usina social dos tempos industriais, na qual o emigrante é recepcionado, controlado, registrado e, depois, redistribuído no país como imigrante. Assim, o tempo de espera que se enquadra no deslocamento rápido dos emigrantes não é um tempo morto: ele faz parte do processo de industrialização do tempo, no qual os emigrantes devem ser transformados em imigrantes⁴⁸¹.

Inspirados por Le Goff⁴⁸² e utilizando a Hospedaria do Brás como arquétipo, os Chrysostomo e Vidal também definem as hospedarias como “espaços orientados”, chamam a atenção para variadas as etapas que os emigrantes deveriam cumprir dentro do local⁴⁸³. Havia um itinerário a ser seguido e, assim como em um jogo, não era possível pular fases, caso o (ainda) emigrante falhasse em alguma (devido algum problema de saúde, por exemplo), voltava para o início – e por início entende-se Europa.

Para nós, todavia, faz-se necessário individualizar a Hospedaria do Brás, em São Paulo. O alojamento atuou mais do que apenas como um espaço de espera responsável por transformar emigrantes em imigrantes: converteu-se em uma grande vitrine em favor dos fazendeiros – e nessa vitrine os imigrantes encontravam-se expostos. Gonçalves define a Hospedaria do Brás como um “espaço de recrutamento” e declara que a instalação da hospedaria “representou uma importante estratégia para centralizar os braços”⁴⁸⁴ que chegavam da Europa. Com a mão de obra aglomerada em um único espaço físico, os cafeicultores não mais precisavam se preocupar em contratar trabalhadores por

⁴⁷⁹ CHRYSOSTOMO; VIDAL. Do depósito à hospedaria de imigrantes..., op. cit., p. 6

⁴⁸⁰ CHRYSOSTOMO; VIDAL. Do depósito à hospedaria de imigrantes..., op. cit., p. 12-13.

⁴⁸¹ CHRYSOSTOMO; VIDAL. Do depósito à hospedaria de imigrantes..., op. cit., p. 13.

⁴⁸² LE GOFF, Jacques. *L'invention du purgatoire*. Paris: Gallimard.1981.

⁴⁸³ CHRYSOSTOMO; VIDAL. Do depósito à hospedaria de imigrantes..., op. cit., p. 14.

⁴⁸⁴ GONÇALVES. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo..., op. cit., p. 297.

telegramas ou terceiros, por exemplo, bastava se dirigir ao alojamento e adquirir os braços necessários⁴⁸⁵.

Pode-se perceber, portanto, as diversas funções que as hospedarias de imigrantes desempenharam dentro do aparato imigratório e, mesmo que não se destaquem em todos os guias, é inegável sua importância para a efetivação dos objetivos dos responsáveis pelas políticas de atração. Ao entrar nas hospedarias o emigrante se encontrava nesse espaço ambíguo, tudo o que lhe restava era esperar, ele havia deixado sua terra natal, mas ainda não estava, de fato, fixado em seu novo pedaço de chão.

O imigrante estava entre lá e cá.

⁴⁸⁵ Nas palavras de Gonçalves, “a Sociedade [Promotora de Imigração] subverteu a ordem geográfica do recrutamento, trazendo para São Paulo o universo de pessoas no qual os fazendeiros buscariam seus colonos, evitando, assim, os problemas e as dificuldades de se realizar o engajamento diretamente na Europa”. GONÇALVES. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo..., op. cit., p. 293.

Capítulo 3. “A principal fonte de riquezas”: A agricultura como elemento central da propaganda

Tema que sempre se mostrou ilustre em nossas análises, a agricultura de uma localidade basicamente determinaria o modo de vida de seus habitantes. Em um Brasil rural, a fertilidade da terra importava; o que essa terra produzia importava; quanto essa terra produzia importava. Importava tanto para quem trabalhava nela como para o próprio Império, que buscava atrair milhares de pessoas para assentar nas terras supostamente férteis.

Ao nosso ver, a agricultura é o principal fator de atração explorado pela propaganda: apesar dos favores e pecúlios oferecidos; apesar das comparações com a Europa e outros locais de atração; apesar da constante exaltação do clima, a agricultura surge como elemento unificador de todos os temas. Ou seja, a bonificação das passagens era oferecida para que o imigrante pudesse trabalhar nas fazendas cafeeiras ou tornar-se proprietário, fator altamente explorado pelas propagandas; as condições climáticas e sua variedade beneficiavam o cultivo de inúmeras culturas; os meios de comunicação favoreciam o escoamento da produção.

O Estado buscou valorizar a agricultura (direta e indiretamente) e a propriedade da terra, através dos núcleos coloniais, para atender seu objetivo de preencher os vazios territoriais e modernizar a sociedade brasileira. Esses podem ser considerados os dois grandes objetivos do Império na busca por emigrantes: ocupar diferentes áreas do Brasil e, através dos europeus, tirar o Brasil dos tempos coloniais, eliminando a marca da escravidão e multiplicando a produção de gêneros alimentícios.

Discutiremos, inicialmente, como os guias *Província do Paraná* e *Indicações Agrícolas*, ambos de 1875, se destoam das demais propagandas: focam muito mais nas questões agrícolas do que no emigrante em si. Posteriormente, elegemos as publicações do Maranhão (1888) e da Bahia (1897), obras de regiões não tão atrativas, a fim de verificar como a narrativa sobre a agricultura foi construída em suas páginas.

3.1 A agricultura como protagonista nos guias de 1875

As investigações evidenciaram que os guias *Indicações Agrícolas* e *Província do Paraná*, ambos de 1875, se mostram um ponto (ou dois) fora da curva, pois lançam o imigrante a um plano secundário: não se aprofundam em informações sobre favores e vantagens oferecidos pelo Brasil e adotam a agricultura como elemento central de suas narrativas. A seguir discutimos como os temas foram tratados pelas propagandas,

lançando um olhar não apenas para seu conteúdo interno, como, também, pensando sobre seus responsáveis através de um exercício de análise externa.

Província do Paraná separa dezenove páginas para discutir a agricultura do território, seu mais extenso capítulo, e não perde tempo em afirmar ao leitor a importância do tema ao iniciar com a seguinte afirmação:

Será, por certo, a agricultura a principal fonte de riqueza e de prosperidade dos imigrantes na província do Paraná.

Pela descrição, que temos feito, das condições naturaes desta Província, já se terá reconhecido que não é possível reunir mais vantagens no solo, no clima e na capacidade para receber uma excelente rede de viação.

[...]

Para resumir em uma só palavra as produções desta Província é preciso dizer que o Paraná produz simultaneamente tudo quanto produz a Itália e tudo quanto produz a ilha de Cuba.

Os imigrantes terão, pois o mais vasto campo de escolha: poderão dedicar-se ou á cultura dos generos europeós nos planaltos de Curitiba, dos Campos Geraes e Guarapuava, ou á cultura dos productos tropicaes ou brasileiros, nos vales do Ivaí, do Iguassú, do Piquiri e do majestoso Paraná! Poderão optar entre o trigo e o café; entre a betarraba e a canna de assucar; entre o lupulo e o fumo!⁴⁸⁶

O excerto ilustra de maneira clara o objetivo de nosso capítulo: entender a agricultura como coração da propaganda. Em todos os manuais elementos de elogio e eloquência se fazem presentes e as comparações com outras regiões se configuram como importantes elementos das propagandas, por exemplo. Não obstante, é preciso perceber que essas partes individuais se unem para privilegiar a descrição da agricultura do Brasil, classificada como “a principal fonte de riquezas” – inspiração para o título deste capítulo.

Inicialmente, verifica-se que o manual realiza a exposição de uma série de artigos que os imigrantes poderiam se dedicar ao cultivo, expondo ao leitor a variedade agrícola da região. Considerando a quantidade de informações fornecidas, optamos por organizar o quadro a seguir, o qual condensa as principais informações fornecidas pela brochura.

⁴⁸⁶ *Província do Paraná...*, op. cit., p. 44.

Quadro 7. Principais artigos agrícolas do Paraná segundo seu guia (1875)

Artigo	p.	Comentário
Trigo	45	Local indicado para cultivo: planaltos de Curitiba, Campos Gerais e de Guarapuava. Informa que a capacidade de produção mesmo sem técnicas avançadas (sem arados, estrumação, por exemplo) poderia ser superior à da Europa.
Batatas	45	Local indicado para cultivo: em quase todos os municípios da província. Sem grandes informações, aponta apenas que a batata conhecida como inglesa possui diferentes variedades (doce; branca; roxa, etc.) que poderiam ser cultivadas com êxito.
Inhames e carás	45	Local indicado para cultivo: em quase todo o Paraná. Artigos indicados como tipicamente brasileiros e superiores às batatas. Destaca sua facilidade no cultivo e sua rentabilidade.
Taioba ou Tayá	46	Local indicado para cultivo: colônia Assunguy; nas terras pretas e em terrenos que inutilizáveis para outras culturas. Informa que esta planta era muito apreciada por diversos imigrantes já estabelecidos no Brasil. Utilizada de maneira integral, do preparo das folhas obtinha-se alimento, enquanto as raízes serviam para os animais..
Milho	46	Local indicado: em todo o Paraná. Destaca a alta produção que poderia chegar, dependendo do terreno e técnicas utilizadas. Visto como a primeira cultura a que os imigrantes recorrem, com mais de 30 variedades.
Feijões	47	Local indicado: diversas regiões do Paraná. Aponta a existência de 73 tipos diferentes de feijão, sendo 20 silvestres. Assim como o milho, seria um dos primeiros alimentos plantados pelos imigrantes.
Vinha	47	Local indicado: regiões às margens do Rio Ivahy. Aponta que as uvas da América do Norte, em especial as cultivadas na Califórnia, se adequam de maneira excelente ao Paraná. Devido a isso, o fabrico de vinho com qualidade próxima aos europeus já se encontrava em produção na província. Não informa dados sobre produção, mas afirma que é uma ótima indústria para os imigrantes e que eles precisam apenas colher as frutas, sem maiores complicações.
Arroz	48	Local indicado: regiões a beira-mar; montanhas e interior da província. Pela primeira vez, o guia indica ao imigrante para não se dedicar ao cultivo do arroz, devido às condições de salubridade, que podem ser perigosas aos imigrantes “não aclimatados”.
Mandioca	48	Local indicado: terras secas e soltas; areias pretas. Salienta a facilidade para seu cultivo e o pouco trabalho demandado pela cultura. Realiza alguns exercícios buscando demonstrar a produção e lucratividade da mandioca, onde aponta que 5 hectares dariam conta de produzir 40.000 pés, resultando por volta de 36.720 Kg de tapioca que, por sua vez, poderia ser vendida a 500 réis o quilograma. Caso isso se cumprisse o imigrante poderia contar com a renda de 18:360\$000 ou 2.000 libras esterlinas.
Café	49	O café não fazia parte, expressivamente, da vida econômica ou agrária do Paraná em 1875, assim, o guia opta por fazer uma apresentação sobre suas vantagens em províncias como São Paulo ou Rio Janeiro. É a primeira seção que apresenta dados sobre outras províncias.
Cana-de-açúcar	56	Local indicado: terrenos à beira-mar; às margens do Rio Paraná e seus afluentes. O guia não informa muito sobre a produção na província, opta por frisar a importância do produto para a economia brasileira. Pela segunda vez, aconselha o imigrante recém-chegado a não optar por esse artigo, devendo preferir o café nas terras altas.
Algodão	57	Local indicado: município de Castro e terrenos no Vale do Iguassú. O guia aborda o algodão numa perspectiva geral, indicando a existência da cultura em diferentes partes do país. Aponta a rápida expansão de seu cultivo entre 1861 e 1865, quando os EUA passavam por suas próprias crises, mas evidencia que a

		produção começou a cair a partir de 1872. Apresenta algumas simulações na razão produção x lucro e afirma ser uma boa cultura para o imigrante.
Fumo	61	Local indicado: diz que nasce espontaneamente por quase todo o Brasil. Tido como uma das atividades mais adotadas pelos imigrantes, devido ser uma planta anual e de cultura fácil, o fumo apresenta grandes índices de exportação, como informa o guia: 16.900.874 Kg no biênio 1872-73, com o valor de 6.834:807\$000 réis.
Erva Mate ⁴⁸⁷	64	Informa que, apesar de não ser tão conhecido na Europa, o consumo de chá mate se destaca nas Repúblicas Hispânicas. O Paraná aparece como principal exportador do produto no Brasil. Se detém por alguns parágrafos nos processos de preparo e cultivo do artigo e finaliza afirmando que a atividade inteligente do imigrante contribuiria para o melhoramento do produto e sua introdução na Europa e nos EUA.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do guia **Provincia do Paraná**: Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

Alguns pontos nos chamam a atenção no quadro: (i) o café, mesmo não sendo um produto relevante, à época, para o Paraná, ocupa a maior porção entre todos os artigos (sete páginas de dezenove); (ii) a erva mate, mesmo com sua grande importância, não se encontra no tópico Agricultura e possui apenas duas páginas para sua discussão, um espaço físico muito menor quando comparado com o café; (iii) a própria quantidade de artigos agrícolas, que pode sugerir a intenção em diversificar o mercado interno.

O guia para emigrante insere o mate no capítulo *Indústria Extrativa*⁴⁸⁸, entretanto, entendemos o artigo como parte fundamental da economia paranaense e as atividades a ele relacionadas inserem-se, direta ou indiretamente, nesse complexo agroindustrial, o que justifica sua inserção neste tópico. Dito isto, apesar de sua importância para a região, o guia dedica apenas duas páginas para sua exposição, onde discorre sobre o alto consumo da erva na América do Sul e seus crescentes índices de exportação⁴⁸⁹.

O caso do mate despertou o interesse de muitos pesquisadores, gerando uma vasta quantidade de trabalhos sobre o tema, portanto não pretendemos desenvolver uma grande e aprofundada investigação sobre a indústria ervateira e seus impactos na economia sulista ou brasileira. Nosso interesse está em confrontar os dados apresentados no opúsculo com a literatura existente, a fim de averiguar os dados apresentados no primeiro.

⁴⁸⁷ Ao consultar o índice do guia, o leitor não encontrará este artigo em “Agricultura”, mas em “Indústrias Extrativas”, contudo, consideramos que ele não deve ser excluído desta tabela, uma vez que representa uma importante parte da agricultura paranaense.

⁴⁸⁸ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 64.

⁴⁸⁹ Conforme a propaganda, o Paraná ocupava a primeira posição na exportação de mate no Brasil, seguida do Rio Grande do Sul. No período financeiro de 1871-1872, a província exportou 16.339.974 quilogramas de erva, o que rendeu um faturamento de 3.860:563\$000 réis. **Provincia Paraná...**, op. cit., p. 64.

Magnus Pereira, no capítulo introdutório de *Semeando iras rumo ao progresso*⁴⁹⁰, salienta o desenvolvimento da indústria ervateira na região paranaense e a consequente formação de uma burguesia fruto dessa indústria. Segundo o autor, durante toda a primeira metade do século XIX o Paraná configurava-se como uma província agrária e, além da exploração da erva-mate, a agricultura de subsistência e uma tímida pecuária eram responsáveis por grande parte da economia da região. E, apesar do cenário desfavorável, uma burguesia regional deu conta de “transformar os processos de produção do mate numa indústria bastante tecnificada”⁴⁹¹.

Com o desenvolvimento dessa indústria, o Paraná passaria por diversas modificações, inclusive relacionadas à urbanização e interiorização⁴⁹², pois os processos relacionados à transformação da erva centravam-se nas cidades. Pereira problematiza a questão da urbanização, uma vez que era difícil qualquer cidade da província conseguir concentrar um número elevado de habitantes e sinaliza que a aplicação do termo soe equivocada. Todavia, o autor pondera que a urbanização não está relacionada, exclusivamente, à quantidade de habitantes concentradas por metros quadrados, leva em consideração a dinâmica socioeconômica da região centrada nos centros urbanos, o que independe de seus tamanhos⁴⁹³. Essa característica urbana é percebida como uma das motivações para a desagregação do escravismo na província e a criação de um mercado de trabalho essencialmente livre, se adiantando frente à crise do escravismo que se abateria sobre outras regiões⁴⁹⁴.

De acordo com Fábio Moraes, a partir da segunda metade do século XIX, o mate começou a ocupar o posto de principal produto nas exportações das províncias sulistas brasileiras, o que resultou em uma rápida expansão e melhoria das técnicas empregadas na indústria ervateira. Apesar disso, reconhece que esse não foi um mercado estável e, como ocorreu com os produtos tropicais brasileiros, sofreu oscilações que variaram ao

⁴⁹⁰ PEREIRA, Magnus R. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: UFPR, 1992.

⁴⁹¹ PEREIRA. **Semeando iras rumo ao progresso...**, op. cit., p. 02.

⁴⁹² Cf.: LEITE, Rosângela F. **Nos limites da exclusão**. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (1808-1878). São Paulo: Alameda, 2011.

⁴⁹³ Arelada à questão da urbanização, temos estudos que desconsideram a indústria ervateira da época como, de fato, um processo industrial, pois foi encarada como uma “falsa indústria”, voltada apenas para “um beneficiamento muito primário de um produto extrativo”. Esses pensamentos, porém, não são compartilhados por Pereira, que defende ser a indústria do mate um modelo próximo ao “clássico manchesteriano”. PEREIRA. **Semeando iras rumo ao progresso...**, op. cit., p. 09.

⁴⁹⁴ PEREIRA. **Semeando iras rumo ao progresso...**, op. cit., p. 04-05.

longo de sua produção. A indústria estava sujeita ora a acontecimentos internos, como a Guerra do Paraguai, ora externos, ilustrado pela crise pós 1929⁴⁹⁵.

Em meados do Oitocentos, notou-se um aumento dos preços do mate no mercado internacional, o que gerou uma expansão de engenhos pelo Paraná, com destaque para sua capital, Curitiba, o que demonstra que um número cada vez maior de pessoas passou a se dedicar às atividades relacionadas ao mate. Essa realidade teria como ônus uma crise de carestia nos gêneros de primeira necessidade da província⁴⁹⁶.

Pereira, com o intuito de ilustrar as preocupações enfrentadas por habitantes da província frente à crise de gêneros de primeira necessidade, seleciona artigos de jornais, circulares e afins. A seguir, retiramos de sua publicação uma circular do Chefe de Polícia, na qual expressa suas preocupações com a situação enfrentada pela província:

[...] que empregue todos os recursos de sua influência pessoal, e mesmo os da sua autoridade, dentro dos limites das suas atribuições, para conseguir dos moradores do seu distrito, que se não descuidem, no seu interesse próprio e comum utilidade, de plantar suas roças e tratar da criação daqueles animais de que a população costuma alimentar-se; fazendo-lhes V. S. ver, que esse mesmo enorme lucro, que os fascina e monopoliza a atenção para a erva-mate, tornar-se-á ilusório, fictício e insuficiente, quando a carestia dos gêneros alimentícios os obrigar a pagar por alto preço, o mantimento seu e das suas famílias⁴⁹⁷.

Datado de 1855, o excerto é apenas um dos exemplos que podemos utilizar para exemplificar a força que o mate havia adquirido na província paranaense, sua rentabilidade tão vantajosa havia se tornado um problema. Nota-se, portanto, um paralelo com o café, na província paulista, onde a dedicação, quase que exclusiva, a um produto de exportação com bom retorno financeiro desestrutura a economia de subsistência da região e coloca em risco superlotar o mercado, ficando vulnerável a possíveis crises. Frente a esse cenário, a postura adotada pelo governo paranaense modificou-se e a indústria do mate, outrora tão defendida, passou a sofrer diversos ataques.

Importante notar que apenas dois anos antes, 1853, o Paraná havia se tornado província, emancipação impulsionada, sem dúvidas, pelas atividades relacionadas à indústria ervateira. Como estabelecido acima, o mate fora responsável por parte da urbanização da província, Roberta Resende, vai além, e afirma que ele também “viabilizou o aparecimento de novos negócios, bem como da reordenação política e

⁴⁹⁵ MORAES, Fábio F. Expansão do mercado e da produção: o auge do mate catarinense. VIII Encontro de Economia Catarinense., 2014, Rio do Sul-SC. **Anais do VIII Encontro de Economia Catarinense**, 2014. v. 1, p. 02.

⁴⁹⁶ PEREIRA. **Semeando iras rumo ao progresso...**, op. cit., p. 26.

⁴⁹⁷ **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 24 out.1855, p.4 *apud* PEREIRA, M., op. cit., p. 27.

jurídica do estado”⁴⁹⁸. Essa rápida queda de popularidade ilustra as oscilações do artigo ao longo do século XIX, mesmo assim, não foi forte o suficiente para provocar modificações muito significativas na região e continuou a ser o principal produto da província.

Ao adentrar, brevemente, nos procedimentos da produção e beneficiamento da erva, o guia afirma que, no geral, os imigrantes não encontrariam problemas, sendo esta uma atividade “muito simples”.

A preparação do matte é muito simples, e lembra a do chá. Depois de colhidos, as folhas e os tenues talos vão ao fogo sofrer uma ligeira torrefacção; são depois socados em pilões, movidos por agua ou a vapor.

[...]

Póde-se também perfumar o matte com a Oleá flagrans, como os chinezes perfumam o chá, e tornal-o assim mais apeteçível⁴⁹⁹.

Com seu comércio consolidado na região platina⁵⁰⁰, ainda um obstáculo havia de ser superado: sua introdução no mercado europeu, fato tangenciado pela própria propaganda e discutido por Moraes. O opúsculo declara:

Ainda não é bem conhecido na Europa e nos Estados-Unidos, o matte, a herva-matte, ou o chá do Paraguay, apesar de todos os esforços, feitos para propagal-o nas Exposições Universaes de Londres em 1862, Paris em 1867 e em Vienna em 1873⁵⁰¹.

Moraes, por sua vez, aponta que Louis Couty, figura proeminente do Império, realizou um estudo nos anos 1890, sob encomenda do Ministério da Agricultura e do Comércio, com objetivo central descobrir meios de promover a entrada do mate no mercado europeu⁵⁰² – a empreitada não apresentou grandes reflexos, já que os índices de exportação para a Europa não se mostram exponenciais frente a outros produtos. Entre altos e baixos, o guia encoraja os imigrantes a dedicarem-se à atividade:

Os immigrantes encontrarão nas vastissimas florestas [...] da provincia do Paraná elementos para uma industria muito simples e muito lucrativa; poderão tambem, pela sua inteligência e atividade melhorar esse producto, e concorrer eficazmente para a sua introdução na Europa e nos Estados Unidos⁵⁰³.

Se o mate foi a estrutura que segurou a economia paranaense durante grande parte do Oitocentos, o café não participou de sua realidade até os fins do XIX e início do XX, quando a onda verde começou a atingir o norte do Paraná, impulsionada, principalmente,

⁴⁹⁸ RESENDE, Roberta C. A erva-mate e as transformações socioeconômicas e políticas no Paraná. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 15, n. 2, ago/dez, 2017, p. 280.

⁴⁹⁹ **Província Paraná...**, op. cit., p. 65.

⁵⁰⁰ O comércio do mate entre o Paraná e a região platina encontrava-se legalizada desde 1722. RESENDE. A erva-mate e as transformações socioeconômicas e políticas no Paraná..., op. cit., p. 287.

⁵⁰¹ **Província Paraná...**, op. cit., p. 64. Grifo no original.

⁵⁰² MORAES, F., op. cit., p. 3.

⁵⁰³ **Província Paraná...**, op. cit., p. 65.

pelas políticas de restrição do plantio do café em São Paulo, em 1902, que proibiam o plantio do artigo em terras paulistas durante um quinquênio, obrigando, dessa forma, os fazendeiros paulistas a procurarem novas terras⁵⁰⁴. O próprio guia deixa claro ao leitor que o Paraná não era um importante local da produção cafeeira:

Presentemente as provincias mais productoras de café são:
1° Rio de Janeiro; 2° S. Paulo; 3° Bahia, 4° Ceará, 5° Minas Geraes, 6° Pernambuco, 7° Espirito Santo.
Em todas as outras provincias, notoriamente na do Paraná, trabalha-se activamente em desenvolver a cultura do café⁵⁰⁵.

Temos, então, sete principais províncias que se dedicam ao cultivo do café e o Paraná não aparece em nenhuma dessas posições. Em um primeiro momento podemos inferir que o tópico sobre o artigo tropical seria facilmente retirado da publicação ou consideravelmente reduzido. Esse pensamento, no entanto, exclui a perspectiva do café como principal produto da economia brasileira. Além disso, sua exposição talvez funcione como um mecanismo de atração para o imigrante, pois, já na época da publicação, o café atingia números consideráveis de exportação. Desse modo, o imigrante poderia cultivar o café na província e desfrutar de seus altos lucros.

Apesar do GPR-1875 ter se preocupado em discutir o café de maneira copiosa, não podemos deixar de lado todas as informações sobre os demais gêneros. Afinal, o Paraná assumiu o compromisso de “preencher seus vazios” por meio da criação de várias colônias baseadas na pequena propriedade que, por sua vez, deveriam diversificar e abastecer os mercados internos. Esse fato é notado no discurso do manual, que, ao longo da apresentação das culturas sempre busca destacar as vantagens econômicas de quase todos os artigos, aliás, a utilização do termo colono já revela o direcionamento desejado para o europeu. Vejamos alguns exemplos:

Os imigrantes alemães, que se acham estabelecidos em torno de Curitiba, cultiva com grande lucro o trigo e tambem os outros cereaes da Europa, como o centeio, a cevada e a aveia.

Os inhames e os carás dão perfeitamente no Paraná: são de facil e rendosa cultura para os imigrantes.

Os colonos do Assunguy, e, em geral, todos os colonos das provincias do Paraná e de Santa Catharina, plantam infalivelmente a tayoba, que dá prodigiosamente nas terras pretas, um pouco húmidas [...]

O feijão dá geralmente na razão de 1 para 60; nos uberrimos campos de Guarapuava chega a multiplicar-se na razão de 1 para 200!

⁵⁰⁴ PRIORI, Angelo., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012, p. 93.

⁵⁰⁵ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 51.

[A mandioca] É de facilima cultura, exigindo dos lavradores uma insignificante somma de trabalho; ao passo que os seus productos, sendo de consumo diario, acham sempre facil venda⁵⁰⁶.

Toda essa variedade e rentabilidade, certamente, funcionam como fatores de atração dentro da propaganda e como uma ferramenta para direcionar os europeus para os núcleos coloniais da província. Temos evidências mais concretas desse movimento em defesa da agricultura e do estabelecimento dos imigrantes em núcleos coloniais em outro momento do guia, no capítulo *Industrias recommendaveis aos emigrantes*, aberta com a seguinte afirmação:

Ao partir da Europa com destino á provincia do Paraná, ou a qualquer outra provincia do Imperio do Brasil, o emigrante deve têr como principal aspiração adquirir uma propriedade territorial nesse prospero e auspicioso paiz.

Em viagem deve fortalecer-se nessa aspiração: formar o plano de, apenas chegado, comprar a dinheiro ou a prazo, um bom lote de terras, e trabalhar para constituil-o um rico patrimônio para si e sua familia. Deve varrer de sua mente todas as ideás de minas de ouro e de diamantes; não faltam no Brasil d'essas minas; não são ellas, porém, que fazem a felicidade dos immigrants, e que seguram o porvir de suas familias.

[...]

Cumpre que o immigrante se demore o menos possível nas cidades marítimas, onde não faltam sedueções o máos conselhos. Não é essa a occasião de procurar divertimentos e distracções; mas sim a de tractar de ir plantar, quanto antes, o seu futuro e o de sua família⁵⁰⁷.

Percebe-se que o guia assume um caráter prático ou técnico, oferecendo conselhos ao emigrante do que fazer quando chegar ao Brasil – não podemos nos esquecer que a característica básica de um guia, seja de qualquer tipo, é fornecer informações para seu interlocutor. Após se estender por mais de cem páginas, nota-se uma mudança na forma como a narrativa é construída: aqui, de fato, notamos um discurso de guia/um manual, até então escondido sobre a sombra do amontoado de dados sobre rios, animais e plantas. Os conselhos continuam:

O immigrante só deve recorrer á uma outra industria quando de todo lhe fôr antipathica a vida rural. No entanto lhe aconselhamos cordialmente que faça esforços para vencer essa repugnância: com certeza não poderá ter melhor horizonte para sua velhice de que um bom patrimônio de terras, coroado por um chalet, e povoado por um bello rebanho de carneiros; nem melhor e mais seguro legado para sua família⁵⁰⁸.

Fica claro que a defesa da agricultura esteve no centro das discussões do guia do Paraná e em diversos momentos nota-se o desejo de direcionar os europeus para a

⁵⁰⁶ Excertos **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 45-47.

⁵⁰⁷ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 117-18.

⁵⁰⁸ **Provincia do Paraná...**, op. cit., p. 119.

pequena propriedade e até mesmo certo medo de perdê-lo para outras atividades econômicas, como ilustrado pelo excerto acima.

Posteriormente iremos discutir a apresentação dos núcleos coloniais, por agora voltamos nossa atenção para outro guia em que a agricultura se sobressai ao e/imigrante: *Indicações Agrícolas*, organizado por Nicolau Moreira.

Indicações..., assim como a obra produzida pela SCI (1884), pode ser compreendido como um “guia do Império”, pois não é um opúsculo voltado apenas para uma província – como o caso do guia de São Paulo (SPI, 1886) ou o de Minas Gerais (1896) –, ele busca apresentar o Brasil como um todo para o estrangeiro, contudo, temos uma grande diferença deste opúsculo para *Guia do Emigrante para o Império do Brazil* (1886). Enquanto este último, apesar de seu título sugerir uma abrangência de todo o território, apresenta apenas quatro províncias, diferente de *Indicações*, que apresenta todas as vinte províncias existentes no Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Indicações Agrícolas encontra-se dividido em duas grandes partes, a primeira tece considerações gerais sobre o Brasil e não demora a exaltar a fertilidade da terra e as riquezas naturais. A fauna e flora brasileiras mostram-se dignas de admiração desde a carta de Pero Vaz de Caminha, a ideia de um lugar tão deslumbrante quanto o Éden foi incutida no imaginário europeu tão logo suas caravelas atracaram na futura América e guias para emigrantes se utilizam desse artifício. Muito mais do que apenas descrever as condições naturais da região, o objetivo de tal abordagem nas propagandas era fazer com que o leitor pudesse admirá-la mesmo sem conhecê-la, o que é explorado por *Indicações* logo em sua abertura:

A altura de suas montanhas, a vastidão de sua superfície, a configuração de seu solo e a abundancia de suas aguas dão ao Brazil variadissimos climas, que, juntos á natureza e uberidade dos terrenos, demonstram a não deixar duvida a aptidão desta vasta porção da America meridional para todos os gêneros de cultura, patenteando-se sua prodigiosa energia creadora nessas formidaveis florestas [...]⁵⁰⁹.

No excerto encontra-se menção à natureza (montanha, águas, florestas e clima), fertilidade do solo e, claro, uma menção a Deus – elemento indispensável na construção do mito desse “Paraíso Terrestre”. – A passagem clareia o discurso defendido pelo guia, estabelecendo uma relação direta entre as condições naturais e a agricultura: o prodigioso solo garantia culturas melhores. Logo, maiores ganhos econômicos.

⁵⁰⁹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 3.

Nessa primeira parte, o manual também ressalta a importância da união entre particulares e governo para o sucesso da imigração:

[...] a iniciativa particular de combinação com o governo, promovendo a introdução no paiz de immigrants morigerados e amigos do trabalho, são a alvorada do bello dia em que o sol do Brazil illuminará a mais profunda reforma do nosso antigo systema agricola e manufactureiro, reforma tanto mais importante quanto a idéa da vulgarisação da instrucção por todas as camadas da sociedade acaba de apoderar-se de todos os espíritos e a promulgação da lei salutar, benéfica e altamente humanitária de 28 de Setembro de 1871, estancando as fontes da escravidão incompatíveis em um paiz de liberdade, nobilita as industrias e faz com que a sociedade não veja no operário a machina bruta do trabalho, porém o homem que vivendo de sua dignidade, se emprega a força physica procura ao mesmo tempo libertar-se das algemas do labor ignorante para seguir a actividade racional.⁵¹⁰

A citação ilustra bem o pensamento da SAIN não apenas relacionada à agricultura, mas, também, à transição para o trabalho livre, uma vez que o sistema escravista se tornava incompatível com uma nação moderna e livre. Nas linhas finais, chamamos a atenção para uma nova vestimenta que o trabalho braçal assume com o trabalhador livre: se a mão de obra escrava é encarada como uma atividade irracional e seu trabalho não é digno, o imigrante europeu a torna racional e, ao mesmo tempo, o trabalho passa a dignificar o homem.

Enquanto a primeira seção do manual aborda o Brasil de maneira geral, a segunda dedica-se a apresentar todas as vinte províncias do Império “consideradas em relação à especialidade de suas culturas e produções naturais”⁵¹¹, escrito em caixa alta no manual, o que já indica seu objetivo em privilegiar a agricultura.

A exposição das províncias não ocorre em ordem alfabética e não possui subtópicos, apesar disso, conseguimos identificar o seguinte padrão nos textos: 1) *Fatores técnicos*, apresenta a população e a extensão territorial, o que se chama a atenção aqui é que o guia informa a quantidade de homens livres e a parcela de escravos, enquanto nos demais opúsculos a escravidão sequer é mencionada; 2) *Clima*, novamente surge como assunto de destaque na propaganda, onde, basicamente, descreve o tipo de clima predominante na região e atesta sua salubridade; 3) *Solo*, informações de caráter topográfico⁵¹²; 4) *Culturas*, discorre sobre o maior número de artigos passíveis ao cultivo, levanta dados sobre produção, lucros, locais indicados para a plantação e afins; 5) *Criação de animais*, a agropecuária aparece como o principal tipo, mas nem todas as províncias possuem informação sobre tal atividade; 6) *Exportação*, uma relação dos principais

⁵¹⁰ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 9-10.

⁵¹¹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 37.

⁵¹² Neste tópico, apenas a província do Pará não contém informações.

produtos vendidos no ano financeiro de 1873-1874 aparece sempre ao final da apresentação de cada província, informa em quilogramas ou litros a quantia produzida e a quantidade obtida da venda.

Dos seis tópicos identificados, Culturas e Exportação, atendem nossos objetivos deste capítulo, discutir a agricultura. Com intuito de examinar como o guia abordou o tema, realizou-se um levantamento quantitativo com alguns termos recorrentes nas obras.

Os opúsculos estão recheados de elementos de elogio e eloquência, e um dos principais temas que recebem esses elogios é a agricultura, com ramificações para o solo e a produção. A partir das análises individuais dos opúsculos pôde-se averiguar que os adjetivos *abundante*, *fértil* e *uberdade* são utilizados de maneira exaustiva (em alguns casos, *prodigioso* também é utilizado. A tabela abaixo expõe uma relação quantitativa da aparição desses termos nos manuais⁵¹³:

Tabela 3. Principais adjetivos utilizados pelos guias

Adjetivo	Guia											Total
	GPR-1875	GBR-1875	GBR-1884	GSP-1886	Emigrazione [1887]	GMA-1888	GBR-1889	GRJ-1893	GMG-1894	GBA-1897	GRJ-1897	
Abundante	30	34	3	2	8	4	24	18	3	12	3	141
Fértil	12	37	6	1	3	6	20	6	1	5	4	101
Uberdade	11	8	2	1	1	3	0	5	0	0	0	31
Total	53	79	11	4	12	13	44	29	4	17	7	273

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos guias.

Abaixo, selecionamos alguns exemplos que ilustram como *Indicações* se utilizou desses elementos em sua narrativa.

[...] a natureza e fertilidade dos terrenos do Piauí oferecem ao trabalho agrícola abundantíssimas colheitas e vantajosa remuneração.

Favorecidos pelo clima e uberdade do solo os sergipenses poderiam cultivar em grande o fumo, que reclama poucos capitais; o cacá, tão importante por suas propriedades alimentícias; o café, cujo valor não é desconhecido; a baunilha que nasce com profusão em seus vastos campos; o anil e outros muitos generos de segura riqueza nacional.

O mate, que quase todo é de superior qualidade, abunda nos campos do Paraná e constitui um bello ramo de exportação agrícola.⁵¹⁴

Sobre a produção, ao final de cada província encontra-se uma relação dos principais produtos exportados, com indicativos de quantidade produzida (em litros ou quilogramas) e a renda obtida entre 1873 e 1874. Se torna inviável analisar todos os

⁵¹³ Destacamos que, apesar do extremo cuidado no tratamento dos dados, é possível que algum termo tenha passado despercebido aos olhos do pesquisador.

⁵¹⁴ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 50, 63, 94, respectivamente.

artigos, portanto, condensamos na tabela abaixo o principal produto exportado de cada província. As colunas estabelecem sua produção em quilogramas e a renda gerada.

Tabela 4. Artigos mais exportados durante o ano financeiro de 1873-74, conforme província

Província ⁵¹⁵	Artigo	Produção	Renda
Amazonas	Castanhas	185.089 Kg	15,911\$000
Pará	Goma elástica	6.384.779 Kg	10,176,607\$000
Maranhão	Açúcar	5.096.045 Kg	552,691\$000
Piauí	Algodão	169.573 Kg	88,850\$000
Ceará	Algodão	4.878.044 Kg	2,608,324\$000
Rio Grande do Norte	Açúcar	2.007.220 Kg	344,933\$000
Paraíba do Norte	Algodão	4.404.985 Kg	2.162.192\$000
Pernambuco	Açúcar	80.683.282 Kg	9,580,516\$000
Alagoas	Açúcar	14.920.181 Kg	1,651,315\$000
Sergipe	Açúcar	10.096.885 Kg	1,052,207\$000
Bahia	Açúcar	29.314.778 Kg	3,219,626\$000
Espírito Santo	Café	6.351.729.246 Kg*	2,532,081\$650
Rio de Janeiro	Café	172.449.797 Kg	96,097,494\$000
São Paulo	Café	62.173.385 Kg	N.I.
Paraná	Mate	12.359.640 Kg	2,156,118\$000
Santa Catarina	Aguardente	118.478 L	11,060\$000
Rio Grande do Sul	Charque	23.860.636 Kg	N.I.

Fonte: Elaborado a partir das informações presentes em **Indicações Agrícolas** (1875)

Das vinte províncias listadas, o açúcar surge como o principal produto em seis (Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe); seguida pelo café, em três províncias (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo) e o algodão também em três (Ceará, Paraíba do Norte e Piauí). Ou seja, os três principais artigos de exportação eram artigos tropicais voltados para o mercado exterior.

Uma importante observação precisa ser feita: o artigo com maior produção quantitativa não representa o de maior rendimento econômico em todas as províncias. Esse dado pode ser verificado em especial nas províncias Nortistas: Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia produziram em quantidade superior o açúcar, contudo, em toda elas, a renda do algodão foi superior, o que é justificado pelo preço médio elevado do algodão sobre o açúcar. No ano comercial 1873-1874, o quilograma do algodão estava 434 réis, enquanto o do açúcar apenas 134 réis⁵¹⁶.

⁵¹⁵ A ordem das províncias está conforme *Indicações Agrícolas*.

* Esse é o valor apresentado pelo guia para emigrantes, possivelmente fruto de algum erro.

⁵¹⁶ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 32.

A mesma situação ocorre no Amazonas, onde a goma elástica gerou melhor retorno financeiro que as castanhas. No mesmo período, o preço médio das castanhas girou em torno de 163 réis, já a goma elástica 1\$572 réis⁵¹⁷. Em relação à produção dessa matéria no Amazonas, o guia anuncia:

O Amazonas deve ser considerado o emporio da gomma elastica por isso que não só esta substancia, tão empregada nos diversos ramos da industria manufactureira, abunda em todos os seus terrenos, como tambem porque a provincia se acha em fácil communição com os mercados da Inglaterra e dos Estados-Unidos.⁵¹⁸

Indicações Agrícolas reconhece a relevância do café, da cana-de-açúcar e do algodão, qualificando-os como “nossos mais importantes produtos agrícolas”⁵¹⁹. Organiza uma tabela referente à exportação da década 1864-1874 com dados sobre a produção, renda e preço médio dos insumos de acordo com o financeiro. Similarmente às províncias nortistas, verifica-se que o ano de maior produção quantitativa não corresponde ao maior rendimento econômico e nem o de preço médio mais elevado⁵²⁰.

Anteriormente, no guia do Paraná (1875), sugerimos a hipótese de que a agricultura era o motor da publicação e o imigrante aparecia no plano secundário, em *Indicações Agrícolas* essa relação se apresenta de maneira mais clara. Similarmente à publicação paranaense, em *Indicações* o e/imigrante é quase esquecido, abordado apenas no tópico “Regulamento para as Colônias” que, na verdade, é apenas a transcrição da letra de lei, sem comentários adicionais, sem favores e vantagens, sem sociedades imigratórias. Apenas a agricultura.

Como visto, O Império passou por uma severa crise durante o ano de 1875 e duas anteriores, assim, constata-se que ambos os guias surgem em meio aos debates de como contorná-las. Ambos os organizadores dos guias para emigrantes encontravam-se envolvidos diretamente com movimentos em defesa da agricultura e a propaganda tornou-se uma ferramenta para atingir seus objetivos.

Tanto *Província do Paraná* quanto *Indicações Agrícolas* escondem o emigrante em meio a um amontoado de informações sobre a agricultura, passa de protagonista a figurante. Por outro lado, os dois guias já demonstram a importância do tema, que seria verificada em todos os demais opúsculos, o que nos leva a identificar a agricultura como, de fato, o elemento unificador dos guias e principal ferramenta para atrair o emigrante.

⁵¹⁷ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 32.

⁵¹⁸ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 40.

⁵¹⁹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 31.

⁵²⁰ Anexo B.

O Brasil nunca se tornou, de fato, um polo de imigração espontânea, sofreu com diversos problemas de imagem na Europa ao longo do século XIX e a preferência por pontos como Argentina, EUA e Canadá o obrigaram a trabalhar com políticas de subsídios e outros atrativos, melhor estruturados com a fundação da Sociedade Central de Imigração (1883) e da Sociedade Promotora de Imigração (1886). As duas sociedades, como vimos, agiram de forma mais intensa no eixo São Paulo ↔ Sul, no entanto, a imigração para o Brasil não ficou limitada às duas regiões – e nem as propagandas.

3.2. Fora do Eixo: Imigração e Agricultura no Maranhão e na Bahia

No capítulo primeiro levantamos a hipótese de uma rede de comunicação e/ou apropriação entre os responsáveis pelos guias para emigrantes, em *Favores e Vantagens* lançamos indícios dessa possibilidade, altamente exemplificado pela influência exercida por *A Província de S. Paulo* em outros manuais, principalmente em províncias que se encontravam em estágios iniciais do desenvolvimento de suas próprias políticas de atração. Aqui discutiremos outras evidências sobre essa rede que conecta nossos guias, desta vez, ligadas aos temas agriculturas e direcionamento dos imigrantes.

Um significativo resultado das análises comparativas entre os guias para emigrantes foi a constatação de que o manual *A Província do Maranhão* (1888) assume a mesma prerrogativa paulista: defesa do assentamento de imigrantes em fazendas de particulares e não em núcleos coloniais. Exatamente como *A Província de S. Paulo*, o opúsculo maranhense elenca três diferentes possibilidades do imigrante se estabelecer no território: (i) em núcleos coloniais do Governo; (ii) nas fazendas de particulares; (iii) por conta própria – como ilustrado pelas imagens abaixo.

Dentre as três possibilidades, o tópico segundo é priorizado pela propaganda:

Em propriedades particulares poderão os immigrants, mediante salario remunerador, achar collocação immediata. Nestas condições terão elles gratuitamente casa para si e sua familia, terreno para plantação de cereaes e para criar patos, galinhas, perús, porcos, cabras, ovelhas, vaccas, e cavalos. A alimentação do immigrant será ou fornecida pelo proprietário ou adquirida por elle, sendo todavia garantidos os adiantamentos que lhes forem precisos⁵²¹.

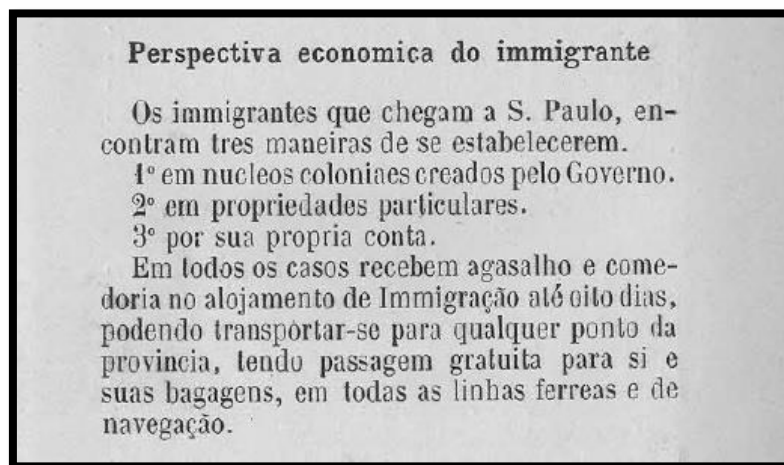
A semelhança com o discurso da Promotora não é coincidência: a passagem foi retirada integralmente do guia paulista⁵²². Ao adotar os princípios que regeram a política imigratória paulista, a propaganda nos dá fortes indícios que o Maranhão priorizou a

⁵²¹ *A província do Maranhão e a imigração...*, op. cit., p. 27.

⁵²² *A Província de S. Paulo...*, op. cit., p. 55-56.

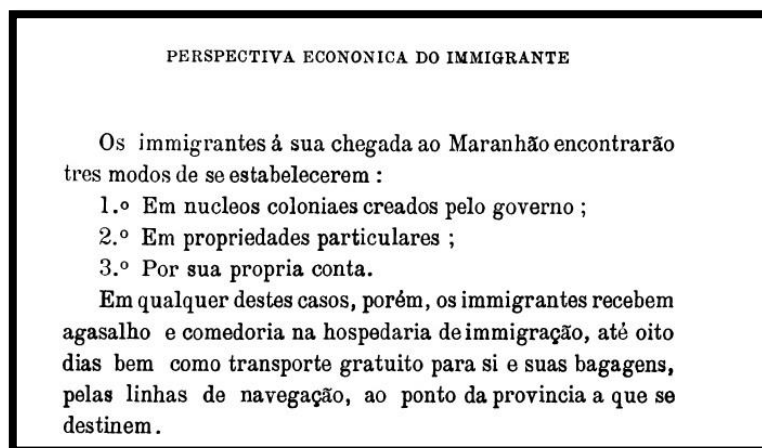
monocultura sobre a policultura. As imagens abaixo fornecem mais elementos que ligam os guias:

Imagem 4. Perspectiva econômica do imigrante no Guia de S. Paulo (1886)



Fonte: **A Provincia de S. Paulo. Emigrante, lede este folheto antes de partir**, 1886, p. 51.

Imagem 4.1 Perspectiva econômica do imigrante no Guia do Maranhão (1888)



Fonte: **A provincia do Maranhão e a imigração...**, 1888, p. 27

Ao assumir posição a favor do imigrante-braço, destinado às fazendas, verifica-se uma contradição com a política do Império, considerando que o Ministério da Agricultura foi o responsável por sua elaboração. O descompasso com a política do Governo Geral talvez seja um reflexo do desenvolvimento ainda recente das medidas pró-imigração maranhenses, que buscou se apoiar em uma experiência de sucesso (a paulista), na esperança de repeti-la.

As similitudes com São Paulo continuam a aparecer no tópico Lavoura, que realiza uma breve explanação sobre a situação agrícola da região. Declara:

Quasi que exclusivamente tem-se dedicado a província a cultura do algodão, canna, arroz, amilho, mandioca e feijão.

O seu territorio, porém, uberrímo e vasto presta-se a todos as culturas. O café, que é o principal producto das provincias do sul do Imperio, nas pequenas plantações existentes no territorio da província, tem apresentado optimo resultado. O mesmo acontece com todas as outras lavouras, e pode-se dizer que sómente á falta de braços devem ellas o ter tido pequeno desenvolvimento, tornando-se por isso salientes as culturas acima indicadas, as quaes os seus habitantes estão afeitos desde os tempos coloniaes. Logo que desapareça esta causa, isto é, que se estabeleça uma grande corrente emigratoria para a província, forçosamente sua lavoura e seu commercio progredirão de um modo extraordinario, em vista das condições excepcionaes de seu solo, no qual e bastante plantar e colher, sem mais outro trabalho⁵²³.

Enquanto o primeiro parágrafo cita os seis principais artigos da província, o segundo, imediatamente, enfatiza a fertilidade do solo que poderia cultivar “todas as culturas”. Este elemento se faz presente por todos os manuais: a propaganda busca firmar, afirmar e reafirmar a fertilidade das terras brasileiras, a salubridade do clima, o apoio do governo e afins, são mecanismos de atração. A passagem poderia ter sido retirada do opúsculo da Promotora (1886) ou saído da boca de um membro da família Prado proferido em algum discurso na Assembleia Paulista, contudo, trata-se de citação própria do guia maranhense – outra evidência da defesa do imigrante-braço para as necessidades do Maranhão.

Ainda que a narrativa da propaganda nos dê evidências do intento em inserir os imigrantes nas lavouras de particulares, a bibliografia estabelece que as tentativas de assentar os imigrantes em núcleos coloniais e os desejos de modernização através europeu não foram estranhos ao Maranhão.

Amanda Ribeiro destaca meados do Oitocentos como marcante período para a imigração e colonização no local e ressalta que o tráfico de escravos interprovincial rota Norte-Sul afetou significativamente o Maranhão, visto que o café começava a ganhar destaque na balança comercial, enquanto o açúcar e algodão, importantes mercadorias de sua economia, faziam o sentido inverso. O cenário em crise resultou na redução significativa de investimentos na província e em suas monoculturas⁵²⁴, gerando, consequentemente, manifestações por parte dos fazendeiros.

A falta de braços seguiu o já conhecido processo: demandas dos donos dos meios de produção, afetados pelas novas realidades do mercado internacional, ao poder público; este, por sua vez, elaborou planos de ação visando suprir as necessidades dos

⁵²³ **A Província do Maranhão...**, op. cit., p. 14-15. Grifo meu.

⁵²⁴ RIBEIRO, Amanda P. Estrangeiros no Maranhão: Transição do regime de trabalho, a imigração e a tentativa de construção de uma sociedade eugênica em meados do XIX. **Faces de Clio**, vol. 4, n. 7, jan-jun 2018, p. 93-94.

monocultores e o trabalhador livre europeu (aquele faminto afetado pelas crises da Europa) surgiu como solução para os problemas da província – e da própria nação.

Magalhães também entende a década de 1850 como fase de grande relevância para a imigração maranhense (aos moldes do Governo Geral) e seleciona três datas significativas para o processo: 1827, com a criação de uma sociedade na capital da província, São Luís, que deveria atuar introduzindo europeus no território⁵²⁵; 1841, com a elaboração de uma lei para o orçamento a ser investido nos negócios da imigração; e, por fim, o ano de 1850, quando chegaram as “grandes levas de imigrantes”⁵²⁶, em suas palavras.

Entre 1853 e 1855 fundou-se quatro colônias agrícolas no Maranhão com funcionamento baseado no regime de parceria ou engajamento: Santa Tereza (fundada e gerida exclusivamente com recursos privados), Pericaú, Santa Izabel e Petrópolis (as duas últimas foram criadas por particulares, mas ficaram dependentes de recursos públicos⁵²⁷). Dessas quatro colônias, três encontrariam seu fim na própria década de 1850, revelando o malogro das ações. Os motivos do insucesso são sempre variados, mas, ao mesmo tempo, sempre os mesmos e podem ser resumidos no “toma lá, dá cá” entre imigrantes e proprietários, um grupo acusando o outro de não cumprir com os acordos pré-estabelecidos.

Santa Izabel se mostrou a colônia mais longeva, desaparecendo por volta de 1870, última vez que é mencionada em algum relatório provincial. Em 1868, o presidente da província declarou que esta seria a única colônia agrícola em toda província:

Das colonias agricolas que tem sido fundadas nesta provincia, é esta a única que existe, por empresa do coronel José Coelho de Souza.

Segundo o relatório do empresário, apresentado em Janeiro ultimo, existem 82 colonos, sendo 34 homens, 29 mulhers, 9 meninos e 10 meninas, 55 brasileiros e 27 portuguezes, 60 solteiros, 2 viuvos, e 10 casaes, professando todos a religião do estado [...].

O systema empregado é o de parceria; e os generos que se cultivam são o assucar e a aguardente [...].

⁵²⁵ Sobre a referida sociedade, Jerônimo de Viveiros declara que Joaquim José Siqueira e João Garcia de Abranches, importantes nomes da província, “disputaram as glórias pelas iniciativas”, ou seja, não se sabe ao certo o responsável por sua idealização. O autor continua que o embate chegou aos jornais: “Abranches afirmou haver Siqueira aproveitando-se da sua deportação para surrupiar-lhe o plano e fundar a tal associação. Por sua vez, Siqueira afirmava tê-la organizado antes de sua excursão à Europa, segundo plano exclusivamente seu, e que surgiram na sua ausência as atitudes desagradáveis de alguns acionistas. VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão 1612-1895**. Vol.1. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, p. 304.

⁵²⁶ MAGALHÃES, Marcelo V. **Portugueses no Maranhão (1822-1889)**: Ensaio sobre a imigração. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013, p. 03-04.

⁵²⁷ MAGALHÃES, Marcelo V. **Imigração e Colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX**: O caso dos portugueses. XII Encontro estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo, 2014, p. 07.

Ha a differença para menos de 9 colonos portuguezes do que o anno passado; porque logo que adquirem algum peculio, ou tratam de retirar-se para sua terra natal, ou procuram estabelecer-se aqui mesmo, e ás vezes em negócios que lhes trazem a perda de seus poucos recursos, obrigando-os a voltar de novo para o campo.⁵²⁸

Três fatores nos chamam a atenção no excerto. A grande quantidade de imigrantes solteiros na colônia, pois se torna um grande indicativo de como as políticas imigratórias se transformaram no espaço entre a publicação do relatório e a confecção do guia, este último enfatiza a participação das famílias na imigração. O destaque apenas ao cultivo da cana-de-açúcar numa colônia. Se as colônias imaginadas pelo Governo Geral tinham como objetivo abastecer os mercados internos, ao que parece, o Maranhão estava preocupado com sua principal monocultura. A passagem final indica que muitos imigrantes perdiam seus ganhos e precisavam voltar para as fazendas, o que nos leva ao último capítulo do folheto, que foca na importância de o imigrante não agir de maneira precipitada, devendo optar sempre pelo assentamento em fazendas de terceiros:

Conselho aos Immigrantes

Os immigrants devem sempre preferir collocarem-se em propriedades particulares, quer possuam dinheiro, quer não.

Porque sem dispêndio algum principiam a ganhar desde logo; adquirem conhecimento das diversas culturas do paiz, podendo no fim de um anno ou dois procurar a sua vontade a posição que melhor lhes convenha, o que quasi nunca acontece pela precipitada vontade de se fixarem em qualquer parte. Quasi sempre depois vem o arrependimento, que não póde ser reparado. Nestas condições o immigrant deve resistir a seus proprios desejos para melhor informado e com experiencia propria estabelecer-se⁵²⁹.

Quais seriam, então, essas fazendas que os imigrantes deveriam optar? Tomemos o impresso como ponto de partida e seus principais artigos cultivados para responder essa pergunta.

Através das lentes da análise quantitativa, realizou-se uma busca para identificar quais culturas aparecem mais vezes no manual, o que resultou na seguinte relação: algodão aparece por nove vezes, sendo o artigo agrícola mais citado; seguido por cana-de-açúcar, com seis entradas; mandioca em terceiro lugar, com cinco citações; arroz e milho possuem quatro cada e, em último, o feijão, com duas entradas.

De maneira geral, a maioria das entradas aparece no capítulo *Cidades e villas mais notaveis*⁵³⁰. Uma das informações importantes apresentadas nesse tópico refere-se à

⁵²⁸ MARANHÃO. Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Antonio Epaminodas de Mello passou a Administração desta Província ao Exc. Sr. 1º Vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 5 de maio de 1868. São Luís: Typ. Imperial e Constitucional de L. J. Ferreira, 1868, p. 23. Grifo meu.

⁵²⁹ **A Província do Maranhão e a imigração...**, op. cit., p. 28. Grifo no original.

⁵³⁰ **A Província do Maranhão e a imigração...**, op. cit., p. 16-18.

produção de cada localidade, sendo o algodão o produto que aparece em quase todas as cidades. Além do cultivo dos produtos tropicais de exportação, não se encontra maiores detalhes sobre a lavoura de autossustento e venda de excedentes⁵³¹.

Levando em conta que um dos objetivos do capítulo é entender como a agricultura de cada região funcionou como vetor de direcionamento dos imigrantes, a seguir privilegiamos uma análise da agricultura algodoeira no Maranhão. Essa escolha justifica-se pelo próprio guia, que se ocupa mais desse item do que de qualquer outro.

Segundo Martins e Melo, a primeira vez que o algodão surge em documentos oficiais do Maranhão foi em 1661, no entanto, sua exploração como matéria exportável se iniciou a partir da segunda metade do século XVIII, impulsionado pela Revolução Industrial e novas demandas do mundo moderno, sendo a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, “a principal responsável pelo seu financiamento e incentivo”⁵³².

Fundada em 1755 e atuando no Maranhão até o ano de 1777, a Companhia se insere em um período muito distante de nosso recorte temporal, portanto basta saber que sua atuação forneceu as bases “para o desenvolvimento de uma economia regional baseada na plantation escravista”⁵³³. Durante sua atividade, a cultura algodoeira encontrou um crescimento constante, colocando a província, até então na periferia econômica, em evidência⁵³⁴.

Segundo Martins e Mello, no espaço entre 1750 e 1780 o algodão se tornou o produto mais importante do Maranhão e de Pernambuco. Sua expansão avançou por todo o fim do XVIII e até início do XIX, atingindo o segundo lugar nos artigos de exportação

⁵³¹ A exceção fica por conta da cidade de Brejo: “A três quilômetros de distancia da margem esquerda do rio Parnahyba. Sua população é muito dedicada ao trabalho, pelo que muitos antes de extinta a escravidão no Brazil o braço livre dahi afugentára o trabalhador escravo. A pequena lavoura, incompatível com o regimen da escravidão, é no Brejo uma realidade, resultando disso certo bem estar de que gozam seus habitantes. Seu sólo ubérrimo produz canna, algodão, mandioca, cereaes e grande variedade de fructas, que não se encontram em outros pontos da provincia”. **A Provincia do Maranhão e a Imigração...**, op. cit., p. 17.

⁵³² MARTINS, Diego de Cambraia; MELO, Felipe Souza. O Algodão do Brasil e a Economia Atlântica: Comparações entre Maranhão e Pernambuco (C.17450 – C.1810). **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**. Ribeirão Preto, 2018, p. 06.

⁵³³ ASSUNÇÃO, Matthias R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 8, n. 1, 2000, p. 36.

⁵³⁴ Sobre a referida Cia. ver: DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755 – 1778**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 vols. 1970; CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. Vol. 1 (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII). São Paulo: Editora Nacional, 1988.

brasileira entre 1796 e 1811, atrás apenas do açúcar⁵³⁵. O principal parceiro comercial foi a Inglaterra, impulsionada por sua Revolução Industrial, necessitava de grandes quantidades de matéria prima.

Indicações Agrícolas também separa alguns parágrafos para traçar um breve resumo da história do algodão na província, aponta que anteriormente a 1690 era utilizado como moeda comercial e sua primeira exportação ocorreu em 1760 na quantidade de 95.631 quilogramas⁵³⁶.

Ao analisar o movimento do algodão no comércio internacional, Viveiros⁵³⁷ se utiliza de Spix e Martius, e aponta que entre 1809 e 1821 o Maranhão enviou 512.805 sacas de 180 libras de algodão (equivalente a 41.869.227 quilogramas) para a Inglaterra; em contraposição, no mesmo período exportou 195.408 das mesmas sacas para outras nações (88.636 quilogramas)⁵³⁸. Para Viveiros, esses foram os anos em que a prosperidade “bafejou o Maranhão”, principalmente entre 1815 e 1819, quando o preço da arroba de algodão saltou de três mil réis para nove ou dez mil – “a idade de ouro da lavoura maranhense”⁵³⁹, nas palavras do autor.

Para Barbosa, durante as três primeiras décadas do Oitocentos, o Maranhão encontrou não apenas prosperidade econômica, como se viu diante de progressos sociais e intelectuais, com o desenvolvimento do Arcadismo, o que garantiu à sua capital, São Luís, o título de “Atenas Brasileira”⁵⁴⁰. Pereira Filho argumenta que já em 1819 o preço do algodão sofreu uma desvalorização brusca (fato que pode ser ilustrado pela queda na exportação para a Inglaterra: de 44.5000 sacas no ano de 1818 para 37 mil no seguinte), dando início às dificuldades econômicas da província⁵⁴¹.

Segundo Assunção, com a Independência (1822) essa crise se aprofundaria: devido à dívida externa, grande parte da renda da província seria utilizada para pagar juros e amortização em Londres. O autor marca que no ano de 1828, mais de 48% da

⁵³⁵ MARTINS; MELLO. *O Algodão do Brasil e a Economia Atlântica...*, op. cit., p. 36

⁵³⁶ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 45-46.

⁵³⁷ VIVEIROS. *História do comércio do Maranhão...*, op. cit.

⁵³⁸ Conferir a tabela integral em Anexos.

⁵³⁹ De fato, em 1815 a exportação para a Inglaterra foi de 28.539 sacas de 180 libras, no ano seguinte subiu para 35.666; em 1817 a exportação continuou a aumentar, porém mais moderada, com 36.333 sacas, atingindo a marca de 44.500 sacas em 1818, maior número desde 1813. VIVEIROS. *História do comércio do Maranhão...*, op. cit., p. 126-128.

⁵⁴⁰ BARBOSA, Francisco B. da Costa. *Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento*. São Paulo: IPADES, 2012, p. 06.

⁵⁴¹ PEREIRA FILHO, Jomar F. *Economia maranhense de 1890 a 2010: Superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) — Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016, p. 56.

receita provincial foi usado para esse fim; outra parcela destinada à manutenção do exército e marinha, restando apenas um terço para o Maranhão⁵⁴². O cenário nada favorável não permitia o investimento em modernização da província e, aliado à mentalidade escravista dos donos dos meios de produção, as técnicas continuaram arcaicas e o braço cativo se mantinha o responsável pela lavoura.

O mercado sofreu diversas variações e os grandes lucros com a produção de algodão dependiam, quase que exclusivamente, de fatores externos, como a Guerra de Secessão (1861-1865), período onde a exportação aumenta consideravelmente e os preços vão de 3\$500 para 30\$000 por uma saca de 15 quilogramas no espaço de oito anos⁵⁴³.

Em nosso levantamento bibliográfico identificamos uma grande lacuna sobre a produção algodoeira no Maranhão pós-Independência e as informações voltam a surgir apenas durante a Guerra Civil Americana. Tribuzi explica que até a explosão do conflito, o preço do algodão se manteve estagnado o que não compensava os altos custos com mão de obra escrava, assim, com as dificuldades pós-Independência a economia maranhense se apoiou em outro produto tropical durante trinta anos: a cana-de-açúcar⁵⁴⁴, o que justificaria essa ausência. Com a queda da produção estadunidense, a Inglaterra mudou a rota de seus navios para os portos maranhenses.

Rolim Filho se utiliza do conceito de “falsa euforia”⁵⁴⁵, de Celso Furtado, e define esse período como uma “nova falsa euforia” para o Maranhão, pois, a economia voltou a girar apoiada no algodão e rendeu altas cifras para seus produtores que continuaram apoiados no modelo de exploração monocultor colonial, sem se preocupar com a modernização de suas lavouras. A partir do momento em que os Estados Unidos voltaram à normalidade, entretanto, os preços tornaram a cair e não demorou para a Inglaterra retornar ao mercado de sua ex-colônia, deixando o Maranhão, outra vez, com sua economia estagnada⁵⁴⁶.

Traçamos esse breve cenário com intuito de entender sobre os primórdios da cotonicultura no Maranhão e a importância para sua economia. Agora faz-se necessário dar um salto em nossa linha do tempo para o pós-abolição: momento que a economia

⁵⁴² ASSUNÇÃO, M. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência...**, op. cit., p. 63-64.

⁵⁴³ ROLIM FILHO, Claudiomar M. **Formação econômica do Maranhão: De província próspera a estado mais pobre da Federação. O que deu tão errado?** Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) — Universidade de Brasília. Brasília, 2016, p. 34.

⁵⁴⁴ TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: Uma proposta de desenvolvimento**. 2. ed. São Luís: CORECON, 2011.

⁵⁴⁵ Cf. FURTADO, Celso. O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial. In: _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

⁵⁴⁶ ROLIM FILHO. **Formação econômica do Maranhão...**, op. cit., p. 35.

algodoeira se esfacela e, mais significativo para os nossos objetivos, quando o imigrante começa a aparecer nos planos do governo local. Como salienta Pereira Filho, o Maranhão ficou dependente do escravismo até a promulgação da Lei Áurea (1888), resultando em desastrosas consequências para sua (agonizante) economia⁵⁴⁷.

No tópico Imigração, o guia reconhece o atraso de sua legislação ao declarar que o Parlamento havia concedido uma verba para a província dar início ao seu serviço de imigração que seria destinada ao subsídio de passagens, agasalho e transporte ao local desejado. Trata-se da Lei Provincial n. 1.435, de 17 de abril de 1888, definida por Bento de Araújo como um “bom teste” para o desenvolvimento do Maranhão:

Para esse fim [evolução do trabalho no Maranhão] virá também concorrer a lei nº. 1435 de 17 do corrente, como ensaio para a colonização. — Pode ella produzir grandes vantagens desde que seja executada com a necessaria prudencia.

A quantia votada, apesar de exígua, é sufficiente, como estou convencido, para os trabalhos do primeiro anno.

[...]

O immigrante deve chegar a este porto correndo as despesas pelo governo geral na forma das ordens em vigor, sendo introduzido no interior da provincia por conta daqueles que engajarem os seus serviços, cabendo á referido Sociedade [Auxiliadora da Lavoura e Industria] promover por meio de contractos a collocação dos ditos immigrantes.

Si os primeiros se conservarem em suas lavouras, dentro de breve tempo poderá estabelecer-se a corrente de immigração que tem feito prosperar as provincias do sul do império.⁵⁴⁸

Essa realidade difere de maneira significativa de outras regiões brasileiras que antes do fim legal da escravidão já se organizaram para uma transição para mão de obra assalariada. Vimos que as poucas tentativas de criação de núcleos coloniais encontraram apenas fracassos, o que é muito significativa para que possamos compreender as deficiências das políticas imigratórias do Maranhão. Ao realizar uma busca no acervo⁵⁴⁹ de Relatórios Presidenciais da Província do Maranhão com o verbete imigração há um retorno de apenas oito (8) documentos que contém a palavra: três do período imperial (1867, 1885 e 1887); e cinco do período republicano (1899, 1901, 1905, 1908 e 1930).

Além dos resultados serem poucos, o seu conteúdo também o é. No primeiro relatório (1867), o presidente do Maranhão, Menezes Doria, apenas informa que deu ordem se criar uma comissão para os assuntos imigratórios formada por nomes importantes da província, contudo, antes mesmo de ser oficializada, seus membros

⁵⁴⁷ PEREIRA FILHO. **Economia Maranhense de 1890 a 2010**..., op. cit., p. 61.

⁵⁴⁸ MARANHÃO. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. José Bento de Araujo passou a Administração da Provincia ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. José Marianno da Costa, em 18 de abril de 1888. Maranhão: Typ. do Paiz, 1888, p. 7-8.

⁵⁴⁹ Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/169/items>>. Acesso: 29/04/2020.

havam abandonado os cargos⁵⁵⁰. Ao que tudo indica, a comissão nunca saiu do papel, uma vez que ela não aparece no relatório do ano de 1868, nem do ano seguinte e nem do seguinte. O intervalo entre 1867 e 1885 é profundamente expressivo, são quase vinte anos sem mencionar o assunto que agitava todo o Brasil de maneira mais aquecida desde 1850.

A mensagem de 1899⁵⁵¹ também se limita a poucos parágrafos, reflete sobre a importância da imigração e sobre o atraso da província, mas admite que apenas o braço livre europeu não seria suficiente para tirar o Maranhão da situação de “abatimento”⁵⁵² em que se encontrava. Onze anos se passaram desde a publicação do guia para emigrante, o que revela que nada havia mudado.

Magalhães afirma que após os fracassos das colônias da década de 1850, a colonização à base da pequena propriedade foi abandonada tanto por parte de particulares quanto pelo poder público e “nunca mais se contratou colonos para o Maranhão”⁵⁵³. Se do lado de cá os agricultores não ficaram felizes com o empreendimento, o mesmo acontecia do outro lado do Atlântico, com as negativas experiências dos retornados e a eventual propaganda negativa que surgiu em torno da província. Por fim, o autor atesta que outras tentativas foram pensadas – sem nunca sair do papel.

O guia *A Província do Maranhão* surge como uma dessas novas tentativas de atrair o imigrante, devido à urgente crise de mão de obra. Sua narrativa não tem como objetivo apresentar ao leitor a grande variedade agrícola de sua província (inexistente) e o destaque fica, de fato, para as monoculturas do algodão e da cana-de-açúcar, por serem (entre altos e muitos baixos) as principais fontes econômicas da agonizante província.

Quanto à crise de trabalhadores, sabe-se que o guia foi elaborado após a abolição, pois seu tópico de abertura, Situação-Superfície-População⁵⁵⁴, menciona a lei de 13 de maio de 1888. Com isso em mente, não é exagero afirmar que o opúsculo surge como resposta às convulsões domésticas relacionadas à escravidão, buscando atender às demandas dos fazendeiros maranhenses.

Em GMA-1888, a monocultura é o vetor de atração do imigrante. Desse modo, o responsável pela obra, Ministério da Agricultura, recorreu ao meio mais fácil e rápido

⁵⁵⁰ MARANHÃO. Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Franklin A. de Menezes Doria passou a Administração desta Província ao Exc. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, no dia 22 de outubro de 1867. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1867, p. 25.

⁵⁵¹ Os documentos de 1885 e 1887 já foram discutidos no Cap. 2.

⁵⁵² MARANHÃO. Mensagem apresentado ao Congresso do Estado em 15 de fev. 1889 pelo Exm. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador, 1889, p. 11.

⁵⁵³ MAGALHAES. *Imigração e Colonização no Maranhão...*, op. cit., p. 12.

⁵⁵⁴ *A Província do Maranhão...*, op. cit., p. 03.

para elaborar uma propaganda em socorro ao Maranhão: utilizou o guia da Sociedade Promotora de Imigração (1886), que tem como principal característica a defesa do imigrante-braço (objetivo compartilhado pela província do Norte).

Quando o Maranhão finalmente deu a devida atenção às políticas imigratórias, precisou correr contra o relógio e ainda lidar com a própria competição interna pelo desejado europeu – o resultado dessa competição nós já sabemos.

Não distante do Maranhão, outro ponto que não se tornou polo de atração de imigrantes, mas viu na propaganda um modo de divulgar seus esforços, encontra-se a Bahia. Seu guia, publicado no período republicano (1897⁵⁵⁵), também nos oferece uma perspectiva sobre o modelo de imigração desejado para o estado.

Aqui precisamos retomar a discussão feita em Algumas bases legais para a imigração e lembrar que a Constituição de 1891 inaugurou uma nova fase para o negócio da imigração e colonização, com o Art. 64 transferindo a cada estado da Federação a responsabilidade de preencher suas terras devolutas. Desse modo, a elaboração e publicação do guia ficaram exclusivamente por conta da Bahia, como confirma o governador Luiz Vianna em Mensagem à Assembleia do estado:

Em relação ao desenvolvimento tendente a fomentar o progresso deste Estado, sinto dizer-vos que pouco possuímos além d'aquilo que a uberdade do nosso sólo não nos recusa e o braço rude de nosso indígena nos facilita.

O imigrante estrangeiro, que poderia trazer-nos o concurso de sua intelligencia e de seu trabalho, é ainda raro entre nós, o que attribuo ao pouco conhecimento que tem da nossa situação politica e economica, das condições de nossa agricultura e industria, e da fertilidade de nossas terras, que lhe proporcionariam em pouco tempo, uma vez que aqui estabelecido, abastança e bem estar.

Fiz publicar, acompanhado de mappa geral do Estado, um pequeno livro de propaganda, no qual poderá o estrangeiro colher todas as informações que lhe incidem o desejo de estabelecer-se entre nós, e que vae ser distribuído profusamente⁵⁵⁶.

O “pequeno livro” é nosso guia para emigrante e, diferentemente da propaganda de seu (quase) vizinho Maranhão, nota-se uma preocupação em apresentar a variedade da produção agrícola. Aqui já nos adiantamos e afirmamos que o GBA-1897 tem como objetivo atrair os imigrantes-modernizadores, evidenciado tanto pela discussão sobre

⁵⁵⁵ Enquanto na capa da propaganda está inscrito o ano de 1896, sua folha de rosto, imediatamente a seguir, marca 1897. A análise individual da fonte forneceu informações para considerarmos 1897 como sua data oficial, pois o tópico *Receita do Estado*, apresenta um quadro com as cifras arrecadadas pelo estado onde consta o ano de 1896, fato que não seria possível se o ano não tivesse acabado. BAHIA. **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 18-19.

⁵⁵⁶ BAHIA. Mensagem apresentada á Assembléa Geral Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Vianna Governador da Bahia em 7 de abril de 1896. Salvador: Typ. do Correio de Notícias, 1896, p. 13.

diversidade de culturas como pelo capítulo Preço da terra, seguido pelo subtítulo Facilidade de ser proprietário territorial escrito em caixa alta. Declara:

O governo pode vender terras do melhor typo agricola a 2 e 8 rs. o metro quadrado em localidades vantajosas aos colonos, recebendo a importancia delas em prestações annuaes; fazendo porém um abatimento de 3 por cento si for a compra realizada a dinheiro a vista.

Em taes condições qualquer immigrante far-se-há proprietário territorial logo ao chegar a Bahia e localisar-se em um núcleo colonial, onde escolherá o lote de terreno que lhe agradar.⁵⁵⁷

Para entender nossa afirmação, faz-se necessário retomar o processo imigratório para a Bahia anterior à publicação da propaganda, visto que o material se encontra em fins do Oitocentos e experiências prévias já haviam ocorrido na região. Com isso em mente, apoiamo-nos em três autores: Francisco Vianna⁵⁵⁸ e sua obra contemporânea ao processo de colonização (1893), que aborda diversos aspectos sobre a região e estabelece balizas temporais que foram amplamente utilizadas por outros autores; Henrique Lyra⁵⁵⁹, por sua vez, prioriza a segunda metade do XIX (1850-1899) e reflete sobre o papel das oligarquias escravistas no processo de colonização baseado na pequena propriedade; por fim, Cleiton Jones⁵⁶⁰, com trabalho mais recente (2014), expande seu recorte temporal para quase todo o Oitocentos (1816-1900) e, através da palavra oficial, questiona como a Bahia passou de “pioneira no processo de criação de colônias” a uma região fadada ao “estigma da não colonização”. Essa pequena base já possibilitou uma visão menos turva sobre a imigração e colonização na Bahia, permitindo-nos inserir seu guia no contexto geral da Grande Imigração.

A leitura dos três autores demonstrou que eles adotam diferentes períodos para suas balizas temporais que norteiam a imigração e colonização na Bahia, porém todos concordam que as tentativas de colonização não triunfaram: os resultados se mostravam abaixo do esperado; os colonos não eram versados na atividade agrícola; questões de ordem sanitária sempre se fizeram presentes e ainda diversas outras vicissitudes levaram ao malogro do empreendimento na Bahia⁵⁶¹. Outro ponto de concordância é a gênese das

⁵⁵⁷ **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 42.

⁵⁵⁸ VIANNA, Francisco Vicente. **Memoria sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.

⁵⁵⁹ LYRA, Henrique J. B. **Colonos e Colônias** – Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX..., op. cit., 1982.

⁵⁶⁰ JONES. **“Vem aí a imigração”**..., op. cit., 2014.

⁵⁶¹ “Depois de todos estes desastres esfriou inteiramente o animo quer do governo, quer dos particulares para as empresas desta qualidade [de imigração]. Só foi nas proximidades da emancipação do elemento servil, que ameaçava parar a actividade agricola, que o governo da provincia prestou atenção ao assumpto de immigração [...]” VIANNA. **Memoria sobre o Estado da Bahia**, op. cit., p. 197.

fases: a primeira e a terceira marcadas por ações direcionadas ao europeu, enquanto a segunda voltada para o elemento nacional.

Memoria sobre o estabelecimento d'uma Companhia de Colonização... se configura como uma fonte para entender alguns pontos dessa primeira fase, nas primeiras décadas do Oitocentos. Datado de 1835 e elaborado por Miguel Almeida, membro do conselho do Imperador, a publicação possui apenas dezesseis páginas enumeradas e traz algumas reflexões sobre as vantagens de se promover a colonização por europeus, bem como de se estabelecer uma companhia imigratória para este fim:

Dous interesses igualmente poderosos, devem hoje excitar em todos os Bahianos, o desejo de concorrer para o immediato estabelecimento da Companhia de que vou tratar; 1º o de promover, mediante a introdução de braços livres e prestadios, o aumento da Agricultura e Industria, e o melhoramento da servidão domestica; 2º o de prevenir, com eficácia e evidente utilidade, a funesta necessidade de Africanos, ou os efeitos mais funestos da existência de tantos bárbaros neste abençoado Paiz⁵⁶².

Almeida aponta que a introdução de europeus estaria contribuindo para a riqueza do país, enquanto a ausência de africanos promoveria maior segurança. Ele reconhece o pouco interesse da província no assunto, declara que o momento seria oportuno para as discussões tomassem forma e apresenta três “divisões de imigrantes”, indicando a preferência para os colonos: primeiramente os de Portugal e suas ilhas; em segundo lugar os da Itália e Espanha; e, por fim, emigrantes da Suíça, Alemanha e França⁵⁶³. Para a introdução desses grupos, indica três possibilidades: através do Governo, de indivíduos ou de companhias, sendo a última a opção mais proveitosa, o que leva Almeida a apresentar a possibilidade de formação da Companhia de Colonização da Bahia, voltada para o estabelecimento de imigrantes no território⁵⁶⁴.

Em relação ao segundo momento, Lyra define a colonização através do elemento nacional como uma “política circunstancial”, movida por dois fatores: um de ordem social (direcionar os afetados pelas secas da província para regiões ainda a serem povoadas); e outro de ordem econômica (as cifras destinadas a esses núcleos eram menores do que a colonização estrangeira exigia)⁵⁶⁵. A criação de núcleos para europeus mostrou-se melhor planejada pelas autoridades, classificada como uma “política sistemática” – e, mesmo assim, foi bem menos significativa para a Bahia.

⁵⁶² MEMORIAS, p. 3

⁵⁶³ MEMORIAS, p. 5.

⁵⁶⁴ MEMORIA, p. 13 et. seq.

⁵⁶⁵ LYRA. *Colonos e Colônias...*, op. cit., p. 78.

Visto que buscamos investigar a imigração e colonização no Brasil através do europeu, iremos desconsiderar a colonização por nacionais e privilegiar a “política sistemática” com foco no estrangeiro. Qual seu propósito: atrair o europeu para as fazendas de plantation ou para a pequena propriedade? A literatura já se encarregou de responder tal pergunta e nos informa que a Bahia seguiu as orientações oficiais do Império, buscando o imigrante europeu para se tornar pequeno proprietário através de seu estabelecimento em núcleos coloniais. Lyra, inclusive, afirma que não houve conflitos entre o poder público e os latifundiários da Bahia, como ocorreu em São Paulo, apenas alguns fracos protestos dos produtores de açúcar, incapazes de causar uma modificação no direcionamento da política interna⁵⁶⁶.

Jones evidencia o alinhamento da política imigratória baiana com o Governo Geral através da criação de duas Sociedades Filiais da SCI no território: a Sociedade de Imigração de Ilhéus e a Sociedade Bahiana de Imigração, fundadas em 1885 e 1886, respectivamente⁵⁶⁷. Analisando uma série de documentos oficiais da província baiana, o autor verifica que após o abandono de tentativas de colonização no ano de 1878, o tema voltou a fazer parte dos debates nas assembleias de maneira mais ativa a partir de 1885, dando início a uma quarta fase ao processo imigratório baiano. Tomemos alguns parágrafos para entender melhor a quarta fase proposta por Jones, momento que Notícias para o Emigrante foi publicado.

O último quartel do século XIX trouxe, além da tensão com a falta da mão de obra, ocasionada pelo fim da escravidão, uma recessão econômica. Marcos Sampaio⁵⁶⁸ destaca que no início da década de 1870 diversos países capitalistas passaram por crises econômicas que duraram até 1896 e a Bahia, com sua economia de exportação de gêneros tropicais altamente dependente dos mercados internacionais, também foi afetada⁵⁶⁹. Sua visão, no entanto, não é compartilhada por autores da “historiografia tradicional”, como ele mesmo declara, que atribuem o declínio da província a fatores exclusivamente domésticos, como a praga nos canaviais, as variações climáticas, baixa nas exportações do açúcar, do café, do algodão e do fumo, além da carência de recursos financeiros⁵⁷⁰.

⁵⁶⁶ LYRA. *Colonos e Colônias...*, op. cit., p. 65.

⁵⁶⁷ JONES. “*Vem aí a imigração*”..., op. cit., p. 71.

⁵⁶⁸ SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. A crise de 1873 na Província da Bahia: efeitos internacionais sobre a recessão doméstica. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 31, 2º sem. 2018

⁵⁶⁹ TAVARES, Luis H. D. A Economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. *Universitas*. UFBA: Salvador, n. 29, jan-abr 1982, p. 31

⁵⁷⁰ TAVARES. D. A Economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX..., op. cit., p. 68.

Com a queda nos preços, em 1888 concedeu-se isenção dos impostos sobre o açúcar, como atesta Jones⁵⁷¹.

Em meio às agitações, a colonização por europeus surge como a saída para todos os problemas da província (novamente) e inicia-se um novo momento da imigração para a Bahia, dessa vez, melhor direcionada e com os ânimos mais afluídos, visto à urgência dos problemas. Em sua *Falla* de 1888, o presidente da província Machado Portella externa sua confiança na união entre particulares e poder público na busca pelos europeus:

Entre os serviços a desenvolver na provincia nenhum se impõe com mais força ao vosso esclarecido critério e patriotismo do que o da immigração e colonisação.

[...]

Acha-se felizmente fundada n'esta Provincia a Sociedade Bahiana de Immigração, da qual muito ha a esperar em bem de tão importante serviço.

[...]

O Governo Imperial, pelos Avisos de 12 e 15 de Outubro e 23 de Dezembro de 1886 e pelo de 31 de Dezembro ultimo, expedidos pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, tem facilitados os meios de attrahir immigrants para a lavoura do Paiz.

A importante e honrada classe dos agricultores Bahianos, que tanto se distinguem pelo amor ao trabalho e ao bem publico, tudo faria, estou certo, para que a immigração se realise do modo mais fecundo, conciliando o interesse particular com o adiantamento da Provincia.⁵⁷²

Ao passo que não resta dúvida que a Bahia traçou sua política baseada nas diretrizes imperiais, evidenciado pela atuação das Sociedades Filiais em seu território, é interessante perceber que a política de colonização na Bahia foi justificada a partir do mesmo ponto que São Paulo: falta de braços. Todavia, diferente do maior polo de atração de europeus, os imigrantes eram direcionados a pontos ainda despovoados da província e sob o regime de pequena propriedade⁵⁷³.

Pensou-se na utilização das terras devolutas ao sul da província, que poderiam ser vendidas aos europeus, laboriosos e agrícolas, a crédito ou em dinheiro; pensou-se na criação de uma hospedaria para emigrantes; pensou-se que os fazendeiros e comerciantes, desprovidos do braço escravo, também colaborassem com o processo de transição⁵⁷⁴.

Pensou-se.

⁵⁷¹ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 68.

⁵⁷² BAHIA. Falla com que o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, Presidente da Provincia, abriu a 1ª sessão da 27ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de abril de 1888. Salvador: Typ. Gazeta da Bahia, 1888, p. 12-13.

⁵⁷³ LYRA. *Colonos e Colônias*..., op. cit., p. 126.

⁵⁷⁴ JONES. “Vem aí a imigração”..., op. cit., p. 70.

Mesmo com a forte atuação das Sociedades Filiais na Bahia e uma pequena euforia com a colonização por europeus⁵⁷⁵, o tempo mostrou que as ideias não se mostraram muito mais do que isso e o estabelecimento de uma corrente imigratória para o Norte do país nunca chegou a ocorrer⁵⁷⁶.

Lyra pondera a suposta atuação da oligarquia da cana em prol da colonização. Estabelece que os fazendeiros se mostraram a favor da introdução de imigrantes, porém, esse posicionamento esteve mais presente nos discursos do que, de fato, em suas ações⁵⁷⁷. Jones relata que, passado os conflitos iniciais do pós-abolição entre os libertos e os produtores, a situação entre as duas classes “apaziguou-se e os agora ex-escravos retornavam para as fazendas como trabalhadores livres”⁵⁷⁸.

Com a instauração da República (1889) e, posteriormente, a transição das obrigações imigratórias para os estados, a partir de 1893 ocorre uma gradual diminuição de verbas aos projetos imigratórios. Em 1897, ano da publicação do guia, o montante destinado ao tema foi de apenas 522 contos, uma queda considerável em relação ao ano anterior, de 4.288:510\$000⁵⁷⁹.

Fica claro, então, que, mesmo sem alcançar grandes números, a política de atração baiana se empenhou em atrair o estrangeiro para estabelecê-lo em pequenas propriedades, oferecendo favores como as províncias mais atrativas do Sul. Com isso em mente, nada mais justo do que sua propaganda apresentar a variedade agrícola produzida em suas terras. A própria materialidade do guia para emigrante expressa o objetivo ao destinar

⁵⁷⁵ “Com o projeto de lei sobre imigração e com a fundação de suas sociedades de imigração de Ilhéus e da capital, *acaba a Bahia de dar um belo exemplo ao Norte do Brasil* acreditando a maior parte do vasto território do nosso país, até os últimos tempos injustamente repellido pela imigração agrícola europeia, graças a enormes erros praticados outrora em assuntos de colonização, hoje tornados impossíveis com as ideias dominantes no país, devidas as grandes aspirações da nação brasileira, à fecunda propaganda da Sociedade Central de Imigração, à própria legislação e fiscalização, direção e ação que põem em pratica as sociedades provinciais como a da Bahia e dos Ilhéus”. Diário de notícias, Salvador, 31 ago. 1885, Ano XI, p. 1 *apud* JONES. “**Vem aí a imigração**”..., p. 79.

⁵⁷⁶ Naturalmente, algum contingente populacional se dirigiu para a província, no entanto, não pode se dizer que esse número foi o esperado pelas autoridades. Angelo Trento, por exemplo, declara que em 1884 havia algo entre 200 e 300 italianos na província da Bahia e que até o final do século XIX o número aumentou expressivamente, saltando para a casa dos 3 mil imigrantes, número influenciado pela alta de entradas no Brasil todo. Benedini aponta que os italianos se dirigiram muito mais de maneira espontânea para a província/estado chamados por seus parentes e compatriotas já estabelecidos do que por subsídios governamentais. TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988; BENEDINI, Giuseppe. **A emigração italiana para a Bahia**. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 10, Ano X, nº 2, jul-dez, 2013.

⁵⁷⁷ “[...] quando muito, a participação mais efetiva dessa categoria no processo de colonização se deu como empresários da colonização, com interesse apenas lucrativos no tráfico de colonos estrangeiros [...]”. LYRA. **Colonos e Colônias**..., op. cit., p. 77.

⁵⁷⁸ JONES. “**Vem aí a imigração**”..., op. cit., p. 87.

⁵⁷⁹ JONES. “**Vem aí a imigração**”..., op. cit., p. 89.

quatorze (14) páginas para Agricultura – seu capítulo mais extenso, ocupando cerca de 30% do material.

Cana-de-açúcar, café, cacau, algodão, fumo, mandioca, milho, feijão, arroz e batata são classificadas como as “principais culturas do estado”⁵⁸⁰ e foram trabalhadas de maneira individual, onde cada item ocupa por volta de uma página. Por opção metodológica, condensamos as principais informações sobre os artigos agrícolas em dois quadros: *Artigos de Exportação* apresenta dados concernentes aos produtos tropicais voltados para o mercado externo; enquanto *Agricultura familiar* expõe os gêneros alimentícios de subsistência e abastecimento dos mercados internos⁵⁸¹.

⁵⁸⁰ **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 19.

⁵⁸¹ Essa divisão não ocorre no guia para emigrante, no entanto, devido as informações de cada grupo se mostrarem distintas, a fragmentação nos pareceu mais adequada.

Quadro 8. Artigos de Exportação da Bahia segundo seu guia (1897)

Artigo	p.	Área cultivada (em hectares)	Vida útil (em anos)	Exportação no ano de 1895 (em Kg)	Consumo interno no ano de 1895 (em Kg)	Média de preço (réis/Kg)	Rendimento (exportação + consumo interno)	Comentários
Cana-de-açúcar	19	19.122	4-10	6.198.700	27.502.000	10-15 mil réis por tonelada	6.740:180\$000	Definida como um dos mais lucrativos ramos da agricultura no estado. Seu baixo custo de produção e alta lucratividade são colocados em destaque ao lado das boas terras e clima favorável ao cultivo.
Café	20	13.500	30-40	17.085.960	9.100.910	1\$000	26.268:870\$000	A exposição foca na grande produtividade do artigo tropical. Diz que nos terrenos bons pode-se tirar até 4 Kg. por pé, sendo a média geral de 2 Kg. Realiza algumas simulações de rendimentos para o agricultor, apontando que o lucro por hectare ficaria entre 3:000\$000 e 6:000\$000.
Cacau	22	—	30-60	6.621.120	—	800	5.296:896\$000	Apontada como a cultura mais econômica, que necessita de menos cuidados e oferece os maiores. Declara que um homem pode cuidar sozinho de 3 a 4 mil pés de cacau e o preço se mantém sempre em alta, com média de 800 réis por quilograma.
Algodão	23	—	20	269.280 ⁵⁸²	—	800	208:224\$000	Informações apenas sobre a existência de plantações de algodão por diversas partes do estado que se mostram em condições de prosperidade. Cada planta fornece, em média, 150 gramas e o preço da venda ficava em torno de 800 réis o quilograma.
Tabaco	24	—		23.495:760	10.000.000	800 e 1\$500	26.796:608\$000	Seus rápidos resultados recebem destaque: com apenas 3 meses já se poderia fazer a primeira colheita e nos dois meses seguintes a planta já começaria a florescer novamente. Realiza comparações com a produção europeia e informar que o governo daria auxílio e proteção àqueles que se dedicassem a essa cultura

Fonte: Elaborado a partir das informações presente em **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante**. Salvador: Emmpreza Editora, 1897.

⁵⁸² 1894.

Evidentemente, não se pode ignorar que os artigos tropicais foram parte fundamentais da economia baiana. Contudo, visando atender os objetivos gerais do Império, a província não abandonou os artigos de autossustento e se empenhou em apresentar ao leitor alguns gêneros de primeira necessidade.

Quadro 8.1. Agricultura familiar da Bahia segundo seu guia (1897).

Gênero	p.	Tempo para colheita	Preço médio (réis/litro)	Rendimento médio
Mandioca	26	6 meses	Entre 200 e 300	1 hectare rende 1:000\$000
Milho	27	3 meses	Entre 100 e 200	1 litro de semente produz 400 litros
Feijão	27	3 meses	Entre 300 e 400	1 litro de grãos rende entre 70 e 80 litros
Arroz	28	—	200	1 litro de semente rende entre 200 e trezentos litros.

Fonte: Elaborado a partir das informações de **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante**. Salvador: Empresa Editora, 1897.

No geral, com exceção do arroz, todos os itens são exaltados levando em consideração o pouco tempo até produzirem resultados. O cultivo desses artigos, além de importante meio de renda através da venda de excedentes, servia para o consumo próprio dos colonos.

A exposição sobre a variedade agrícola ainda continua com artigos que se encontravam em crescimento ou se mostravam grandes apostas de lucros, como a uva e a baunilha⁵⁸³. Com o objetivo de demonstrar a superioridade da lavoura baiana, finaliza com outra comparação entre os números de sua produção em contraste com as cifras da Europa ou Estados Unidos. Na comparação, certamente, os rendimentos obtidos da Bahia se mostram mais atraentes para o pequeno agricultor.

Tudo isto inculca mais que o justo para pôr em evidencia que aqui no Estado [da Bahia] obtem o lavrador o duplo e o triplo do que obtem-se no velho mundo cultivando-se a mesma porção de terra e empregando-se a mesma actividade e esforço.

Os melhores terrenos da Europa e da Norte America produzem 400 a 500\$000 por hectaro. Salvo sendo plantados de vinha, caso em que eleva-se a quota a 700\$000.

No Estado da Bahia qualquer de suas lavouras rende o dobro pelo menos.⁵⁸⁴

⁵⁸³ “Nas zonas do Rio S. Francisco colhe-se a uva duas e três vezes por anno independentemente de qualquer trabalho cultural, sendo as grandes uvas brancas, chamadas moscateis, da melhor qualidade. Sera esta, talvez, a região vinhateira da Bahia. A cultura da baunilha é por ventura a mais remuneradora de todas. Em 1872 e 1873 o kilogramma de favas escolhidas obteve o preço de 225\$000 nos mercados do Havre e Liverpool. O preço commum é de 20 a 50\$000 o kilo conforme a grandeza e o perfume dos fructos. Accresce a tudo isto a vantagem de ser feita a lavoura em reduzida porção de terreno. Um hectaro de plantação fornece 250 a 300 kilogrammas de baunilha que a 20\$000 dão 6 contos.” **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 29.

⁵⁸⁴ **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 31-32.

Essa eloquência nos lembra os guias da SCI e da SPI e, apesar de todos os manuais possuírem frases de efeito, alguns se utilizam mais desse artifício, exatamente o caso do GBA-1896. Nesse sentido, *Considerações finais*, entrega ao leitor uma série de elogios que, apesar de extensa, merece ser transcrita para elucidar dois importantes pontos: 1º) o que buscamos dizer ao afirmar que o *Notícias para emigrantes* se utiliza da eloquência como nenhum outro manual; 2º) a afirmação de que a agricultura é, de fato, o principal elemento dos guias para emigrantes.

O Estado da Bahia com seu clima médio, sem os calores africano nem os rigores do frio da Europa e da Norte America [...], com o seu solo virgem, em grande parte regado por numerosos cursos d'água, parece uma região em que a natureza gastou o extremo esforço para adaptá-la á agricultura. A terra fértil, o calor e a humidade atmosférica excusam, quasi, a mediação da inteligência humana no trabalho agrícola [...].

Quem a ella [agricultura] dedicar-se não malbaratará o seu tempo e os seus esforços.

[...]

No nosso Estado o colono encontra terrenos já aparelhados para receberem as sementeiras, colher e ganhar com fartura.

[...]

Esta superioridade na agricultura e as mais seguras garantias de vida e de haveres acha no Estado o immigrante, porque a lei protege a todos com a mesma solicitude e escrúpulo.

Da parte do governo serão inexcedíveis os desvelos e as generosidades por todos os que nos trouxerem o concurso de sua actividade pacifica e intelligência [...]

Prodigalisará ella [a administração pública] todos os favores possíveis para tornar propicias e até brilhantes as condições da vida dos estrangeiros que fixarem-se no nosso sólo, trocando a existência precária da Europa por outra em que, de súbito gozarão dos recursos da abastança, e, tambem, da opulência se souberem e quiserem explorar as possantes forças vivas da Bahia.

O governo, a seu turno, estende a sua mão poderosa e amiga para recebê-los, tomá-los sob sua guarda e fazê-los esquecer na abundancia da nova vida as saudades da patria longinqua.

[...]

Em resumo: o trabalhador europeu desejoso de uma mudança que lhe melhore a sorte, encontrará no solo e no clima da Bahia os mais efficazes auxiliares do seu trabalho: no governo um protector grandemente interessado em sua prosperidade; e em cada bahiano um membro de sua nova familia.⁵⁸⁵

Os excertos do último capítulo do guia são deveras importantes para entendermos a força da agricultura para a propaganda. O texto é construído ao redor da variedade agrícola, do solo fértil da província e de seu clima sadio, fatores indispensáveis à uma boa colheita e, conseqüentemente, à produção de riquezas, uma vez que o pequeno agricultor estaria vendendo seus excedentes pelos mercados locais. Tomemos a última sentença do primeiro parágrafo: declara-se que a qualidade dos fatores de ordem natural (fertilidade e clima) estavam em níveis tão elevados que “quase” dispensavam o trabalho humano. Ou

⁵⁸⁵ **O Estado da Bahia: Notícias para o emigrante...**, op. cit., p. 43 et. seq. Grifo meu.

seja, aqui temos, outra vez, a invocação do imaginário edênico, de um local abençoado pela Providência Divina, tão abençoado que a terra produziria (quase) sozinha, sem a intervenção humana. Da união entre clima e solo fértil surge uma produção agrícola forte. Dois fatores de atração altamente explorado pelos manuais que aqui funcionam como ponte para o principal elemento da propaganda: a agricultura.

Além de contar com a sorte de um terreno abençoado, os imigrantes teriam a seu favor a “generosidade” do governo, como expressado no quinto parágrafo, empenhado em proporcionar o que fosse possível para os novos habitantes terem uma vida “brilhante”. Por outro lado, em nenhum momento a publicação especifica quais seriam os favores oferecidos aos europeus. A ausência de um capítulo ou mesmo pequeno tópico sobre significativo tema reforça a ideia de que o estado da Bahia não se encontrava em condições de oferecer grandes listas de favores (assim como praticamente qualquer estado que não São Paulo) e o guia para emigrante representa um grito solitário da administração baiana, ainda sonhando com o progresso e a modernidade que o europeu poderia trazer em sua bagagem. Mas que modernidade seria essa?

3.3. Agricultura e Núcleos Coloniais: a chave para a modernização

Ainda analisando o efeito da agricultura nas publicações, aqui buscaremos entender como o discurso oficial utilizou a agricultura de subsistência e a agricultura voltada para o mercado internacional para defender os ideais de modernidade tão sonhados para o Brasil Oitocentista e como vetor de direcionamento dos imigrantes. Afinal, se os latifúndios receberam grandes levas de imigrantes, a pequena propriedade serviu como poderoso fator de atração e ganha destaque nas políticas imigratórias.

Diferentemente de São Paulo, que enxergou no trabalhador livre a possibilidade de substituir seus braços escravos, o Império tinha planos e desejos mais elaborados para o europeu: nele foi depositado a esperança da modernização de uma nação. Sonhou-se que seu trabalho duro na terra, aliado às suas “supostas” técnicas agrícolas modernas, mentalidade europeia e pele branca poderiam transformar o Brasil, escravista e monocultor, em uma nação europeia, porém na América. Como atrair tão importante figura para terras tão exóticas? Oferecendo-lhes o que mais desejavam, certamente: um lugar sagrado de onde tirariam seu sustento e sua renda. Ou seja, a propriedade da terra.

A oferta de pequenos lotes com variadas formas de pagamento foi um dos pontos altos da política de atração do Governo Central, ao levar em conta a crise agrária que a

Europa passava, foi dada ao imigrante a possibilidade de se tornar proprietário. Além disso, na teoria, o Governo se propunha a ajudar os recém-chegados com itens como ferramentas e sementes, além de alguns adiantamentos (posteriormente descontados), até que suas terras estivessem prontas para dar o retorno esperado, como podemos conferir no *Guide de L'Émigrant* (1889):

Les terres destinées aux centres coloniaux sont divisées en lots de 15 à 30 hectares d'étendue. Ces lots sont affermés ou vendus à des prix modérés qui varient suivant la qualité du terrain.

En cas de vente, l'immigrant peut payer le prix du lot, soit au moyen de versements annuels échelonnés pendant 4 ans, soit au comptant. Dans ce dernier cas, on lui accorde une diminution sur le prix. Les lots sont établis dans des terrains riverains des chemins de fer ou des cours d'eau navigables.

Le gouvernement provincial accorde le transport gratuit à l'immigrant et à sa famille, depuis le chef-lieu de la province jusqu'au centre colonial. Il lui fait l'avance des instruments de travail les plus indispensables, et de son entretien pendant les 8 premiers jours de son séjour dans le centre colonial.

Si l'immigrant est célibataire, il lui fait une avance, pour frais de premier établissement, de 20 à 50,000 réis (soit de 57 à 142 fr.). Si l'immigrant a une famille, l'avance est de 50 à 100.000 réis (soit de 142 à 285 fr.).

Les immigrants sont débités de ces diverses avances, excepté de celles du transport, qui est entièrement gratuit.

Chaque centre colonial est administré par cinq des agriculteurs les plus considérés de l'endroit.⁵⁸⁶

O trecho apresenta as condições específicas oferecidas pela província da Bahia, no entanto, a análise dos guias demonstra que esses benefícios se estenderam para outras províncias do Império, como veremos, contanto que os imigrantes fossem direcionados para núcleos coloniais.

Espalhados por diversas partes do país, os núcleos coloniais podem ser entendidos como o principal instrumento do Governo Central na busca pela diversificação e modernização da agricultura no Brasil. De acordo com Machado, pode-se falar em “modernização da agricultura” desde o século XI, momento que, segundo o autor, ocorreu um crescimento na produção agrícola, o que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento da população. A partir do século XVI e até o XIX o mundo passaria pela chamada “primeira

⁵⁸⁶ “As terras dos centros coloniais são divididas em lotes de 15 a 30 hectares. Esses lotes são alugados ou vendidos a preços moderados, que variam de acordo com a qualidade da terra.

Em caso de venda, o imigrante pode pagar o preço do lote, seja por parcelas anuais distribuídas ao longo de 4 anos, ou em dinheiro. Neste último caso, é concedida uma redução no preço. Os lotes são estabelecidos em terrenos marginais ferroviários ou cursos de água navegáveis.

O governo provincial fornece transporte *gratuito* para o imigrante e sua família da capital da província até o centro colonial. Ele lhe dá as ferramentas de trabalho mais indispensáveis e a manutenção durante os primeiros 8 dias de sua estadia no centro colonial. Se o imigrante é solteiro, ele lhe dá um adiantamento, para despesas de primeiro estabelecimento, de 20 a 50.000 réis (de 57 a 142 francos). Se o imigrante tiver uma família, o avanço é de 50 a 100.000 réis (de 142 a 285 francos).

Os imigrantes são debitados desses vários adiantamentos, exceto os de transporte, o que é inteiramente gratuito”. SANTANNA NERY. *Guide de L'Émigrant...*, op. cit., p. 33-34. Grifo no original. Tradução própria.

revolução agrícola dos tempos modernos”, essa revolução esteve intimamente ligada à Primeira Revolução Industrial, que propiciou o início da “mecanização, irrigação e produção de fertilizantes químicos”⁵⁸⁷.

Goodman, Sorj e Wilkinson atestam que entre 1820 e 1870, os Estados Unidos passaram por importantes modificações nos trabalhos relacionados à lavoura, com a adição de máquinas movidas à energia equina. Segundo os autores, essa transição teve impacto direto (e positivo) na cultura de grãos, “transformando as operações de preparação do solo, semeadura, cultivo e colheita”⁵⁸⁸. O arado representa um significativo ponto na transição: antes apenas objetos de madeira, passaram a ser produzidos em larga escala e em ferro ou aço, ademais, não mais eram destinados ao uso por bovinos, mas, sim, por cavalos, o que diminuía o tempo da preparação do solo. Outro impacto na agricultura estadunidense está relacionado à mecanização da colheita de pequenos grãos que, até a década de 1850, era realizada manualmente, situação que se modificaria com as colhedeiras mecânicas, deixando as relações de produção muito mais rápidas⁵⁸⁹.

Todas essas transformações já aconteciam nos EUA até mesmo antes da metade do Oitocentos, enquanto no Brasil essas discussões apenas tomaram lugar depois da segunda metade do século. Caio Prado Junior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, relata descrédito com o caráter exploratório que a agricultura havia adquirido no Brasil e reitera que as práticas desenvolvidas no período colonial não contribuíram para o progresso da lavoura no país⁵⁹⁰.

Amilson Henriques dedica-se a analisar a modernização da agricultura em São Paulo entre o fim do século XIX e início do XX, tomando como objeto de análise artigos da *Revista Agrícola*, publicação do período republicano aos cuidados da Sociedade Agrícola e Pastoril. Como afirma, na virada do século intensos debates sobre a mecanização do cultivo fizeram-se presentes entre os prestigiados cafeicultores e demais

⁵⁸⁷ MACHADO, Altair Toledo. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao Participativo. **Revista Brasileira de Agroecologia (online)**, 2014, p. 38.

⁵⁸⁸ GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (online)**, Rio de Janeiro, 2008, p. 14. Acesso: 27 set. 2019.

⁵⁸⁹ GOODMAN; SORJ; WILKINSON. Da lavoura às biotecnologias..., op. cit., p. 15-17.

⁵⁹⁰ Continuava em princípios do século XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo substituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores. PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 135.

lavradores e o autor se indaga como o período afetou as técnicas agrícolas, afinal, na “era da ciência” era esperado que a agricultura acompanhasse o movimento de progresso⁵⁹¹.

No Brasil, os grandes fazendeiros do Oeste Paulista tornaram-se os mensageiros da modernidade agrícola. Após seus anos de estudos na Europa, retornavam ao país prontos para colocar os conhecimentos adquiridos em prática, imaginando um Brasil praticante da agricultura científica, também chamada de agricultura racional ou moderna. A agricultura científica significava produzir mais alimentos, com reduzida mão de obra, com qualidade superior e diversificar o mercado interno, barateando o preço dos artigos⁵⁹² – exatamente o que o Império desejava com a criação de núcleos coloniais.

Os desejos, porém, encontrariam diversas barreiras. Previsivelmente, os fazendeiros se dividiriam em dois grupos: de um lado, os favoráveis à introdução das novas técnicas e conhecimentos argumentavam que a utilização de arado animal, por exemplo, reduziria o uso de trabalhadores (logo, os gastos) e aumentaria o ritmo da plantação. Do outro lado, os mais tradicionais carregavam diversas ressalvas sobre a validade das propostas, questionavam a eficiência das máquinas no tratamento das plantas até mesmo a mobilidade dos animais em terrenos de difícil acesso, por exemplo⁵⁹³.

À mercê desse debate, temos os imigrantes encarando o risco do desemprego e também preocupados que as mudanças para os novos maquinários poderiam causar modificações na estrutura das fazendas, visto que estavam acostumados a plantar seus alimentos em meio aos cafezais, numa espécie de agricultura familiar.

Sobre a agricultura familiar, Mergarejo Netto estipula que ela surge nas “franjas dos grandes latifúndios”, praticada por aqueles sem a propriedade da terra. O autor destaca que este tipo de produção já era corrente no Brasil antes da chegada dos imigrantes europeus, sendo praticada por escravos ou agregados das fazendas. O fazendeiro cedia pequenos lotes das terras de pouca fertilidade para que os escravos pudessem cultivar alimentos para seu consumo ou vendê-los. Nessa relação, o cultivo ocorria apenas nos intervalos sazonais, nos períodos em que a lavoura não demandava tanta mão de obra⁵⁹⁴. A policultura surge nos corredores da monocultura.

⁵⁹¹ HENRIQUES, Amilson B. **A Cultura Rotineira e a Lavoura Racional**: proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Assis, 2010.

⁵⁹² HENRIQUES, Amilson B. A Moderna Agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. **História (São Paulo)**, v.30, n.2, p. 359-380, ago/dez 2011.

⁵⁹³ HENRIQUES. A Moderna Agricultura no final do século XIX em São Paulo..., op. cit., p. 365.

⁵⁹⁴ MERGAREJO NETTO, Marcos. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, ano II, nº 41, jul-dez. 2008.

Em meio às alterações sobre novas técnicas para a lavoura, a *Revista Agrícola* surgiria como porta-voz dos defensores da agricultura científica, abordando temas como impasses da imigração; os obstáculos enfrentados pelos núcleos coloniais; e a necessidade de diversificar a agricultura. A criação da revista, entretanto, foi apenas uma das maneiras de divulgar as questões de modernidade, muito antes as Exposições Universais já desempenhavam esse papel.

Conforme Freitas Filho, tais eventos ocorriam tanto em níveis internacionais como nacionais e se tornaram “um dos mais importantes espaços de propaganda para as mercadorias produzidas pela sociedade burguesa”⁵⁹⁵. Para o autor, a exposição das mais variadas máquinas e ferramentas de beneficiamento agrícolas revelavam o descontentamento de uma parcela de fazendeiros, preocupados em expor o atraso enfrentado pela agricultura no Império⁵⁹⁶.

Em relação às máquinas, Henriques se utiliza dos escritos de Frederico d’Albuquerque, figura sem muitas informações biográficas disponíveis, que escreveu artigos para a *Revista Agrícola* em defesa do arado para a agricultura:

[...] assim uma das primeiras preocupações dos lavradores adiantados foi praticá-la por meio de instrumentos movidos por animais, e há muito já que na Europa é para isso empregada a enxada a cavalo, que puxada por um único animal pode fazer diariamente a cultura de um e meio até dois hectares de terra, para o que seria preciso, pelo menos, 20 homens trabalhando com o sacho, que ainda continua a ser ali o único instrumento aplicado pela pequena lavoura; mas os Americanos do Norte, mais práticos, não só cuidaram de aperfeiçoar as enxadas a cavalo, no que tem conseguido resultados extraordinários, como aperfeiçoaram muito o velho sacho, transformando-o em enxada de roda, cujos resultados seriam incríveis, para os que os não tivessem presenciado⁵⁹⁷.

Henriques considera a *Revista Agrícola* como o motor das propostas de modificação da agricultura tradicional, visto que ela publicava diversos estudos estrangeiros e nacionais. Os artigos defendiam que seguindo os preceitos da agricultura científica, o Brasil poderia deixar para trás o nomadismo agrícola, praticado desde os tempos da colônia, e se equiparar economicamente a países como França, Inglaterra e EUA⁵⁹⁸.

⁵⁹⁵ ⁵⁹⁵ FREITAS FILHO, Almir P. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, v.11 (22), mar-abr. 1991, p. 73.

⁵⁹⁶ FREITAS FILHO. Tecnologia e escravidão no Brasil..., op. cit., p. 74.

⁵⁹⁷ ALBUQUERQUE, F. “Da Cultura”. **Revista Agrícola**, ano II, n. 20, 1896, p. 114 *apud* HENRIQUES. **A Cultura Rotineira e a Lavoura Racional...**, op. cit., p. 124.

⁵⁹⁸ HENRIQUES. A Moderna Agricultura no final do século XIX em São Paulo..., op. cit., p. 367.

O excerto abaixo foi retirado de *Indicações Agrícolas* (1885) e nele podemos notar de maneira clara a ideia de progresso e modernização da agricultura. Quase que uma ode conclamando diversos setores da sociedade, declara:

As fazendas normaes, demonstrando a necessidade de abandonar-se o actual methodo de cultura que exhaure as forças dos lavradores sem dar-lhes a somma de productos que as compensem; os institutos agricolas, proclamando as vantagens de reunir o ensino theorico á pratica inteligente [...]; as revistas agricolas, publicadas por associações promotoras da industria nacional, fazendo conhecer os progressos verificados em outros paizes, a invenção de novas machinas e instrumentos apropriados á cultura [...] o predomínio que vai tendo a cultura intensiva que enriquece as gerações sobre a extensiva que felicita os pais, empobrecendo a progênie [...] finalmente a iniciativa particular de combinação com o governo, promovendo a introdução no paiz de imigrantes morigerados e amigos do trabalho, são a alvorada do bello dia em que o sol do Brazil illuminará a mais profunda reforma em nosso antigo systema agricola e manufactureiro⁵⁹⁹.

Ainda é necessário adicionar um elemento imprescindível para o sucesso da agricultura científica e reforma no sistema agrário: o colono europeu estabelecido em seu próprio lote. Seria ele, trabalhador livre, o responsável por trazer a modernidade para o Império brasileiro, cultivando diferentes gêneros alimentícios, que serviriam para consumo próprio e para garantir os desabastecidos mercados internos.

Carrega se dedica ao estudo dos debates envolvendo o progresso e a crise agrária do final do Oitocentos tomando como objeto de pesquisa a Sociedade Central de Imigração e seu boletim *A Imigração*. Para a SCI, a Europa era o símbolo de modernidade e progresso, visão que é encarada pelo autor como “paradoxal”, uma vez que o Velho Mundo “vivía uma crise que obrigava milhares de pessoas a deixar o continente, mas era o reduto da modernidade que deveria ser copiado pelo Brasil”⁶⁰⁰.

Se a Europa era o centro da modernidade, o europeu era seu agente modernizador. Logo, ele deveria ser trazido para as terras edênicas brasileiras e assentado em seu fértil lote para que pudesse – o quanto antes – começar sua nova vida e a nova vida do Brasil.

Mas como uma classe de trabalhadores rurais poderiam trazer modernidade para um Brasil tão apegado à escravidão e instituições coloniais? Emilia Viotti salienta que o trabalho na pequena propriedade assumiu uma virtuosidade quase mística que garantia ao homem dignidade, moral e virtudes⁶⁰¹. Os europeus (não de todos os países, porém) eram encarados como homens e mulheres de bons costumes, laboriosos e com uma mentalidade de progresso e civilidade. Da soma dessas variáveis esperava-se que a modernidade

⁵⁹⁹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 8-9. Grifo no original.

⁶⁰⁰ CARREGA. *Imigrantes para a pequena propriedade...*, op. cit., p. 38.

⁶⁰¹ COSTA. *Da Monarquia a República...*, op. cit., p. 188.

tomasse seu curso próprio no Brasil⁶⁰² – fluindo como as águas de um rio entre as pedras das mazelas da escravidão e para isso ocorrer era imprescindível fornecer condições para os imigrantes se tornarem proprietários.

O acesso à terra é um tema que, apesar de não possuir um tópico exclusivo nos guias, sempre se faz presente, não apenas nos polos de atração, como em locais que não receberam um contingente tão expressivo. Outras vezes, para demonstrar o empenho do governo em possibilitar a compra de terrenos e os auxílios prestados pelo poder público, os guias optam por realizar transcrições de leis ou regulamentos, como no caso de ambos os guias do Rio de Janeiro:

Extracto do Regulamento da lei sobre immigração e colonização
Meios de pagamento dos lotes e obrigação dos colonos
[...]

Art. 48. Os colonos receberão as ferramentas e os utensílios necessários para a sua primeira instalação e terão durante os seis primeiros mezes do seu estabelecimento o auxilio necessário para o seu sustento e de suas familias, sendo para isso occupado, nos trabalhos do centro, durante uma quinzena em cada mez. A outra quinzena deverá ser por elles aproveitada para o preparo do seu lote.⁶⁰³

O mesmo acontece no guia para portugueses com destino a Minas Gerais:

Lei nº 32 — de 18 de julho de 1892
[...]

Art. 2º Fica igualmente o Presidente auctorizado a promover localização de colonos nacionaes ou estrangeiros, facilitando-lhes a aquisição da terras, de modo que junto dos grandes proprietarios possam tornar-se pequenos proprietarios de lotes nunca inferiores de 25 hectares de terras de cultura e de 50 de campo, para cada familia.

Regulamento a que se refere o decreto nº 612
[...]

Parapho unico. Quando os immigrants não tragam destino certo nem façam escolha do proprietario com quem queiram contratar seus serviços, serão encaminhados para os estabelecimentos que melhores vantagens ofereçam, tendo preferencia aquelles que facilitem aos immigrants a aquisição de lotes de terras.⁶⁰⁴

Verifica-se, através dos excertos, uma coexistência entre grandes fazendas e pequenas lavouras: esperava-se que o imigrante se tornasse proprietário, fato evidenciado pelo uso da palavra facilitar em ambos os trechos, no entanto, não houve uma declaração de guerra ao latifúndio⁶⁰⁵, como fez a SCI.

⁶⁰² CARREGA, A. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 40.

⁶⁰³ ZETTIRY, Arrigo de. **O estado do Rio de Janeiro (Brazil)**: manual do emigrante, com gravuras e mappa geographico. Roma: Typographia da Unione cooperativa Editrice, 1897, p. 120.

⁶⁰⁴ SANCHES, Antonio Gomes da Silva. Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Gerais. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1894, p. 26; 28.

⁶⁰⁵ Enquanto a Europa era o símbolo da modernidade para os membros da SCI, o Brasil encontrava-se muito atrasado em relação ao Velho Continente, principalmente devido à escravidão e ao latifúndio: os principais símbolos da colônia, símbolos do arcaico que deveriam ser extintos. Posição ilustrada muito por um de seus

O GBR-1884, por sua vez, possui uma detalhada explicação sobre as formas de pagamento; sobre os descontos, caso o colono optasse por realizar o pagamento à vista; sobre os juros, em caso de atraso no pagamento; sobre tamanho e localização dos lotes e afins. As esmiuçadas informações indicam uma provável participação de André Rebouças, grande defensor da reforma agrária e um dos intelectuais com maior evidência dentro da SCI, na elaboração do guia para emigrante⁶⁰⁶. Angela Lima afirma que seu plano para modificar a realidade agrícola brasileira se apoiava em “um projeto de reformas sociais, que incluíam o apoio à educação, cujo acesso às camadas marginalizadas dos libertos, dos imigrantes e dos trabalhadores pobres do campo deveria ser franqueado”⁶⁰⁷.

Ao fornecer educação para os futuros colonos, Rebouças se preocupava com o uso racional da terra. Entusiasta das iniciativas individuais, acreditava que da união entre trabalho e esforço se poderia chegar ao progresso, o que só se chegaria com a venda de lotes a preços justos⁶⁰⁸. Percebe-se que, enquanto a modernização da sociedade brasileira estava em um plano com ares mais teóricos, atrair o imigrante e alocá-lo na pequena propriedade se encontravam em níveis práticos de ação.

Ao fazer esse exercício de revisão bibliográfica sobre modernidade, buscou-se problematizar o porquê de os núcleos coloniais aparecerem nessas propagandas. Em um primeiro momento pode-se aceitar que as colônias foram incorporadas às narrativas devido seu notável fator de atração e de sua importância para a economia (com suas funções de abastecer e diversificar o mercado doméstico, além de baratear os alimentos), sendo necessário divulgá-las. Todavia, essa análise exclui um elemento crítico sobre a gênese dos núcleos coloniais: sua função social. Negligenciar essa função significa deixar de lado o aspecto modernizador da política imigratória Imperial e o próprio motivo da multiplicação desse modelo agrário no Brasil Oitocentista.

Mais do que lotes de terra, o Governo Central buscou caracterizar o núcleo colonial como elemento imprescindível ao moderno. Um moderno do século XIX, baseado na força de trabalho individual e na pequena propriedade; um moderno que

fundadores, Koseritz, que entoou “Nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas” KOSERITZ. **Imagens do Brasil...**, op. cit., p. 215-219; CARREGA, op. cit., p. 51.

⁶⁰⁶ Apontado por Carrega como “o mentor intelectual” da agremiação, ele cunharia o termo “democracia rural”, para discutir a necessidade de uma reforma agrária no país. CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 165.

⁶⁰⁷ LIMA. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 276.

⁶⁰⁸ LIMA. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”..., op. cit., p. 277.

abandonava a enxada de mão e se utilizava do arado animal; um moderno que buscava varrer a escravidão para debaixo do tapete histórico e esconder a população preta, fosse através da miscigenação ou por atirá-la às margens da sonhada sociedade moderna.

Das guias para emigrantes, *Indicações Agrícolas* (1875); *Guia do Paraná* (1875); e o *Guia do Emigrante* (1884) se dedicam ao tema de maneira mais aprofundada ao tema. Já *A Província de S. Paulo* (1886) e *Guide de L'Émigrant* (1889) apresentam uma breve relação sobre alguns núcleos, mencionando, muitas vezes, apenas por nome, sem grandes informações. Em linhas gerais, essas propagandas discutem os núcleos com uma narrativa que pode ser dividida nos seguintes tópicos: ano da fundação; número de habitantes e principal nacionalidade; agricultura; e existência ou não de edifícios como escolas e igrejas⁶⁰⁹.

O escrutínio dos manuais também evidenciou que nem todos os assentamentos coloniais atendiam aos anseios do Império de promover a reforma agrária e a modernidade, o que nos levou a separá-los em duas categorias: a) os núcleos-ativos: seguiam a premissa do Governo Central e desempenharam papel efetivo (ou ao menos tentaram) na modernização do Império e das técnicas agrícolas; e b) núcleos-passivos: criados para atender os interesses da grande lavoura, onde os trabalhadores livres funcionavam como um exército de mão de obra reserva.

Dito isso, a seguir analisamos alguns núcleos coloniais expostos nos guias, estabelecendo, dentro dos limites, análises individuais e comparativas, priorizando a forma que as colônias foram apresentadas pelas propagandas.

3.3.1. Núcleos-ativos: O Governo Central e suas colônias para modernidade

Refletindo a urgência do tema, o capítulo mais extenso do GE-1884, chancelado pela SCI, se refere justamente às colônias espalhadas por partes do Império e recebe o título de “*Notícia sobre algumas povoações colonias do Estado*”, se estendendo da página quatorze até a trinta e três (mais de 30% do manual). De maneira mais precisa, *Notícia* elenca 30 núcleos em quatro províncias: Espírito Santo (4); Paraná (17); Santa Catarina (6); Rio Grande do Sul (3).

O capítulo se inicia com a seguinte afirmação:

⁶⁰⁹ Chegamos a estes temas após análises individuais de cada colônia apresentada nos guias para emigrante. Naturalmente, considerando a grande quantidade de colônias, nem todas contemplam de maneira integral os temas em sua exposição. A catalogação dessas colônias pode ser conferida em *Anexos*.

O Governo Imperial empregou até o anno de 1878 sommas consideraveis para desenvolver a colonisação no paiz.

Si por circumstancias que não vem ao caso ora apreciar, as vantagens obtidas não correspondem aos grandes sacrificios feitos pelo Estado para alcançar este desideratum, comtudo os estabelecimentos coloniaes ahi se acham atestando, pelas condições de prosperidade da maior parte, os auxílios prestados pelo Governo á immigração, e os beneficios e resultados que o prodigioso solo do Brazil offerece ao homem trabalhador.

A colonisação estrangeira tem sido de preferencia encaminhada para aquellas provincias a cujo sólo e clima ella se tem adaptao. É pois nas provincias do do Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul onde se tem formado de preferencia os nucleos coloniaes que estão hoje em grande parte transformados em prosperas e florescentes povoações do Imperio⁶¹⁰.

Os dois primeiros parágrafos do excerto louvam as ações do Estado, classificando-as como “sacrifícios” em busca do objetivo da colonização que, até então, não atingia os resultados esperados. Ao mesmo tempo, as “circunstâncias” enfrentadas pelos colonos são relegadas a um segundo plano. Por fim, o terceiro parágrafo elenca as províncias em que o projeto imigratório do Governo Central se mostrava melhor desenvolvido – localidades como Rio de Janeiro, São Paulo e algumas províncias do Norte são mencionadas em algum momento, mas servem apenas como nota de rodapé dentro do manual.

Ao passo que as províncias sulistas se mostram como os mais privilegiados quando se trata de núcleos coloniais, o GBR-1884 também traz o Espírito Santo para sua narrativa, se mostrando quase como um ponto fora da curva. Todavia, essa ação é facilmente justificada pela província compartilhar da mesma política imigratória que suas irmãs sulistas, voltadas para o assentamento de estrangeiros em pequenos terrenos. O que o Espírito Santo não compartilhava, no entanto, era o mesmo desenvolvimento e sucesso na ocupação de seu território.

Sem relevância econômica para o Império durante grande parte do século XIX, o Espírito Santo contaria apenas com alguns núcleos coloniais esparsos e localizados no litoral, tendo como principal atividade o cultivo da cana-de-açúcar, que, apesar de rentável, não se mostrou capaz de tornar a área em grande polo de atração. Vale lembrar que a província serviu como “barreira verde” durante a exploração do ouro em Minas Gerais, ou seja, para impedir o contrabando de metais preciosos, o governo português

⁶¹⁰ VASCONCELLOS. **Guia do Emigrante...**, op. cit., p. 14.

proibiu o povoamento da região⁶¹¹ – medida que, certamente, contribuiu para seu atraso econômico e demográfico.

Bergamim afirma que a emergência do café na província nas décadas finais do Oitocentos foi a responsável por transformá-la significativamente, promovendo, de fato, a ocupação do território. Segundo a autora, em 1856 o Espírito Santo contava com, aproximadamente, 49 mil habitantes, já em 1872, esse número passava dos 82 mil⁶¹². Destaca-se que, apesar de ser o café o principal atrativo para o imigrante na província capixaba, o processo seguiu linhas distintas do que acontecia em São Paulo, pois o colono do Espírito Santo não trabalhava para o grande latifundiário, ele era o dono de seu chão e o dono de seu produto⁶¹³.

Macedo e Magalhães definem dois momentos distintos do movimento imigratório para no Espírito Santo: o primeiro corresponde ao período de 1847-1887, caracterizado pela “imigração orientada para a ocupação do território”; e o segundo, pós-abolição, preocupou-se com a substituição do escravo. Consideremos, portanto, apenas o primeiro momento, época em que o guia se insere: os imigrantes se estabeleceram em pequenas propriedades, cultivando artigos destinados à sua subsistência e, também, articulavam os mercados internacional e o nacional, através do café.

Assim como no Sul, os núcleos eram subvencionados pelo Estado. Além de lotes variando entre 25 e 50 hectares, também se comprometia a fornecer ferramentas e sementes aos colonos ao longo dos seis primeiros meses⁶¹⁴, como já exposto. Inicialmente o Governo Geral estabeleceu quatro colônias oficiais: Santa Isabel (1847); Rio Novo (1855)⁶¹⁵, Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). São essas as quatro colônias apresentadas no guia.

Ao analisar a propaganda ficou claro os seguintes dados: as duas principais nacionalidades que ocuparam os núcleos foram a alemã e a italiana; a atividade rural se dividia entre o cultivo do café e de gêneros de primeira necessidade, com destaque para os cereais; com exceção de Castello, as demais colônias possuíam escolas e templos

⁶¹¹ MACEDO, Fernando C.; MAGALHÃES, Diogo F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional** v. 16, n. 1, 2011, p. 62-63.

⁶¹² BERGAMIM, M. C. A pequena propriedade rural no Espírito Santo: constituição e crise de uma agricultura familiar. **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 2006, p. 02.

⁶¹³ MACEDO; MAGALHÃES. Formação econômica do Espírito Santo..., op. cit., p. 71-72.

⁶¹⁴ BERGAMIM. A pequena propriedade rural no Espírito Santo..., op. cit., p. 06.

⁶¹⁵ Inicialmente, Rio Novo foi obra de particulares e, posteriormente, adquirida pelo Estado. MACEDO; MAGALHÃES. Formação econômica do Espírito Santo..., op. cit., p. 68, nota 9.

religiosos. Santa Leopoldina e Rio Novo contavam com o maior número de habitantes, superando 8 mil e 5 mil, respectivamente. Castello se diferencia por suas atividades pecuárias, sua principal indústria, abastecendo a região com queijos, manteigas, carnes e outros derivados⁶¹⁶.

GBR-1884 encerra a passagem sobre o Espírito Santo informando a contribuição das colônias para o orçamento da província, sendo responsáveis por fornecer uma quantia superior a 70:000\$, valor gerado através do imposto de dezessete réis sobre o quilo do café exportado pelos núcleos⁶¹⁷.

As colônias do Rio Novo e Santa Leopoldina também aparecem em Indicações Agrícolas (1875), mas de maneira rápida. A seção sobre o Espírito Santo ocupa cerca de duas páginas e meia e trata, essencialmente, da agricultura na região, sendo o café e o açúcar, nessa ordem, seus principais produtos. De fato, o guia apresenta uma tabela de exportação da província no ano financeiro de 1872-1873, período com uma produção de 6.351.729.246 Kg de café e faturamento de 2.532.081\$650, o que representa mais de 80% do faturamento da província, segundo os dados fornecidos⁶¹⁸. Dados importantes para os possíveis colonos.

Sobre as colônias, declara:

Existem na provincia duas colonias do Estado, Santa-Leopoldina e Rio Novo. A colonia de Santa-Leopoldina tem 5,000 almas pouco mais ou menos; possui 1,700 lotes de terras de 30 hectares cada um, estando já ocupados 957 lotes. O solo é fertilissimo e o clima saudável; cultiva- todo o gênero de cereaes. O cafeeiro, há pouco introduzido, prospera admiravelmente. Em 1874 a colonia colheu 1,028,161 kilogrammas de café. A colonia do Rio-Novo estende-se em uma área de 176,00 metros quadrados com uma população de 1,535 individuos. O clima é saudável, e fértil o solo. Os colonos vivem na abundância e plantão todos os generos alimenticios, grande quantidade de café, canna de assucar, gado e aves.⁶¹⁹

Mesmo que escassas, as informações presentes nos dois guias deixam claro que ambas as colônias passaram por um processo de evolução, seja no aumento do número de habitantes, na diversificação dos artigos cultivados ou por sua atuação no comércio exterior. No espaço de uma década Santa Leopoldina presenciou um aumento de 62% em sua população, enquanto no Rio Novo esse número foi exponencialmente maior, um acréscimo de mais de 300%. O quadro abaixo apresenta uma análise comparativa das colônias de acordo com os dados dos manuais de 1875 e 1884:

⁶¹⁶ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 16-17.

⁶¹⁷ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 18.

⁶¹⁸ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 75. Grifo no original.

⁶¹⁹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 75.

Quadro 9. Comparação entre núcleos coloniais do Espírito Santo presentes em Indicações Agrícolas (1875) e Guia do Emigrante (1884)

Colônia	Guia para emigrantes	
	Indicações Agrícolas (1875)	Guia do Emigrante (1884)
Santa-Leopoldina	População: 5.000 indivíduos. Não indica nacionalidade. Existência de 1.700 lotes de 30 hectares cada, onde 957 já se encontravam ocupados. Culturas: cereais e café (esse último, no ano de 1874 proporcionou uma colheita de 1.028.161 Kg).	População: 8.000 habitantes, com predominância de alemães e italianos. Composta por três núcleos, sendo o mais importante o de Cachoeiro. Culturas: cereais e café (o número de exportação do café chegou a 1.500 Kg).
Rio-Novo	População: 1.535 indivíduos. Não informa nacionalidades. Extensão: 176.000 metros quadrados. Culturas: café, cana-de-açúcar. Criação de gados e aves.	População: 5.000 habitantes (2.500 italianos, 300 alemães e suíços, 200 austríacos, 300 portugueses, 200 franceses. Restante holandeses, belgas e nacionais). Composta por cinco territórios nos municípios de Itapemirim e Benevente. Status de freguesia. Culturas: café (exportação de 1.674.800 Kg); mandioca; feijão. Milho; cereais).

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos guias MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1875; e VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. **O guia do emigrante para o Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1884.

Considerando seu elevado número de habitantes, elegemos Santa Leopoldina para um breve resgate de suas origens e de seu conturbado processo de recepção dos imigrantes que, contra todas as probabilidades, tornou-se uma das mais importantes colônias do império⁶²⁰. O GE-1884 declara:

Situada nos municípios da Victoria (capital da provincia) e de Santa Cruz, foi fundada em 1857 e emancipada em 1882. Compõe-se de tres nucleos, destacando-se destes como mais importante o núcleo do Cachoeiro, situado junto ao porto desse nome, no rio Santa Maria, por onde ter facil communicação com a capital por meio de navegação a vapor⁶²¹.

De acordo com Pacheco, os três núcleos citados estavam divididos segundo os rios da região: o primeiro situado à margem de Santa Maria e com predominância de elemento alemão; o segundo, à margem de Timbuí, sendo os italianos os mais números; e o último, à margem de Piraquê-açu, também com a predominância da presença ítala⁶²².

Criada, inicialmente, sob o nome de “Santa Maria”, em 1856, a colônia já, no ano seguinte, se converteria em “Santa Leopoldina”. A primeira leva de imigrantes que Santa

⁶²⁰ GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Espírito Santo (1874-1900). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 200.

⁶²¹ VASCONCELLOS. **Guia do Emigrante...**, op. cit., p. 18.

⁶²² PACHECO, R. Os primeiros anos: Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses, 1827-1882. In: NEVES, Reinaldo S. (org.). **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: FCAA, 1978.

Leopoldina recebeu foi um grupo de cento e quarenta suíços que vinham do Sistema de Parceria. Em relatório provincial do ano de 1856, é possível encontrar uma seção dedicada à nova colônia e os objetivos de sua criação:

Reunindo os terrenos vizinhos ao rio – Santa Maria, – entre a Cachoeira Grande e a de José Claudio, circunstancias muito favoráveis ao estabelecimento de uma colonia agricola, e desejando o governo Imperial atrahir a emigração pela fundação de fortes e prósperos nucleos de colonos, determinou em aviso n. 10 de 27 de fevereiro do corrente anno; – que n'esses terrenos se medisse e demarcasse uma extensão correspondente à quatro legoas quadradas equivalentes a um territorio na forma do regulamento de 30 de janeiro de 1854 [...] uma colonia estabelecida em terro tão favorecido pela natureza, devendo ter uma estrada ao longo do rio e possuindo já esta grande arteria que a Providencia lhe destinou para facilitar a circulação e movimento de seos productos, deve aguardar um futuro esperançoso e feliz [...]⁶²³

Em relatório do ano seguinte, já sob o nome de Santa Leopoldina, sua localização e a fertilidade de suas terras são novamente elogiadas:

A colonia está situada 4 milhas pouco mais ou menos a cima da primeira cachoeira do rio Santa Maria até onde dá navegação a canoas [...] Os terrenos que se perdem no sertão desde que começam as cachoerias do rio Santa Maria são muito montuosos mas coberto de uma virente vegetação que dão à colonia a mais bella perspectiva de futura prosperidade⁶²⁴.

Diferentemente do que a propaganda e o relatório informam, no entanto, a província não possuía condições estruturais para comportar as famílias e os problemas não tardaram a começar. O local destinado para a criação da colônia, diferentemente do que os excertos acima declaram, não produzia como o esperado, o que causou nos colonos (vindos de experiências negativas do Sistema de Parceria), um clima de revolta⁶²⁵.

Em 1876, o então presidente da província, Manoel José de Menezes Prado, fez a seguinte constatação sobre Leopoldina:

Seu solo, extremamente acidentado, além de dificultar a construção de estradas regulares é, em geral, pouco fértil, de modo que a agricultura não tem podido atingir aquele grau de prosperidade que era de se esperar, atentos os grandes sacrifícios pecuniários que desde longa data tem feito o Estado com este estabelecimento. Cortada em todas as direções por inúmeros rios, não possui, entretanto, um só que preste-se a franca navegação. O rio Santa Maria, o maior deles, é navegado apenas por canoas, e duvida-se ainda que possa sê-lo por vapores de pequeno calado. Apesar da pequena distância em que está a colônia desta capital, os gêneros são ali vendidos por alto preço, pela dificuldade e carestia de transporte⁶²⁶.

⁶²³ ESPÍRITO SANTO. Relatório que o exm. sr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856, p. 28-29.

⁶²⁴ ESPÍRITO SANTO. Relatório que o exm. sr. barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa, no dia 23 de maio de 1857, p. 17.

⁶²⁵ MACEDO; MAGALHÃES. Formação econômica do Espírito Santo..., op. cit., p. 201.

⁶²⁶ ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado pelo exmo. sr. dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembléa Provincial do Espirito-Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória: Typ. do Espirito-Santense, 1876, p. 39.

Mesmo com os problemas, a colônia continuou a receber imigrantes e, entre 1859 e 1862, uma grande quantidade de alemães foi direcionada ao local. A colônia continuava a se expandir e ganhar importância em meio à desordem, o fluxo de entrada de imigrantes aumentaria a partir de 1875, quando o governo provincial firmou contrato com Joaquim Caetano Pinto Jr., para a introdução de 100.000 estrangeiros em território capixaba⁶²⁷.

Apesar de todas as adversidades a “Colônia sem futuro”⁶²⁸ prosperou e, em meados da década de 1880, passou a ser responsável por 40% de toda a produção de café da região central do Espírito Santo. Posteriormente, conforme Rocha, ao fim do século XIX, assumiu o posto de segunda maior colônia exportadora de café do estado – de acordo com o GI-84, em 1883, a exportação desse produto superou a marca de 1.500.000 quilogramas – além de ascender ao posto de terceira maior colônia de todo o Império em termos populacionais⁶²⁹.

Rio Novo, fundada em 1855, se distinguiria das tradicionais colônias de povoamento formadas pelo Estado. De capital particular, seu fundador foi o major Caetano Dias da Silva, empresário ex-trafficante de escravos e dono de terras na região de Itapemirim⁶³⁰. Conforme Luciana Costa, o principal objetivo do núcleo não era preencher os vazios da província, mas, sim, o lucro que ela poderia gerar. De acordo com a autora, esse modelo instituído pelo major rompe uma visão de que as colônias no Espírito Santo seriam voltadas, exclusivamente, para o povoamento⁶³¹.

Mesmo contando com o capital privado, a colônia passou pelas mesmas dificuldades enfrentadas pelos demais núcleos, o relatório do barão Johan Jakob von Tschudi⁶³² apresenta os inúmeros percalços da empreitada. Segundo ele, o major Silva e

⁶²⁷ GROSSELLI. **Colônias imperiais na terra do café...**, op. cit., p. 175-176.

⁶²⁸ Johann Jakob von Tschudi foi designado pelo governo da Suíça para averiguar as condições de vida de seus imigrantes na América do Sul, na década de 1860, em suas visitas às colônias declarou que São Leopoldina não teria futuro e que “os sacrifícios extraordinários que o Governo fez até hoje por esse estabelecimento podem ser considerados perdidos”. TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça (1860)**. Posfácio com fotografias inéditas de Victor Frond; coordenação editorial e posfácio de Cilmar Franceschetto. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004, p. 42.

⁶²⁹ ROCHA, G. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo**. 1847-1896. Vitória, 2000.

⁶³⁰ CAPRINI, Aldieris B. A. Nos Vales dos Rios: O desenvolvimento do sul da Província do Espírito Santo no século XIX. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos - SEO**. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015, p. 5.

⁶³¹ COSTA, Luciana Osório. **A Colônia de Rio Novo (1854-1880)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981, p. 38.

⁶³² Johann Jakob von Tschudi foi designado pelo governo da Suíça para averiguar as condições de vida de seus imigrantes na América do Sul, na década de 1860, em suas visitas às colônias declarou que São Leopoldina não teria futuro e que “os sacrifícios extraordinários que o Governo fez até hoje por esse

os demais acionistas travavam diversos embates acerca da direção do negócio; quanto aos colonos, atesta que não sabiam como agir frente à desorganização encontrada, situação que desanimava muitos em continuar. As queixas dos colonos tinham como alvos Caetano Dias e seu filho, descrito como “inescrupuloso”, e condenavam as práticas violentas dos empreiteiros, a precariedade dos alimentos e falta de cumprimento das condições estabelecidas nos contratos, como construção de templos e escolas. A terra era elogiada e os colonos demonstravam desejos do núcleo ser adquirido pelo Governo, a fim de que pudesse progredir⁶³³.

Tais desejos seriam atendidos em 1861, ano que a colônia passou para as mãos do Governo Central, contudo, como atesta Caprini, a situação dos imigrantes não se alterou, e os habitantes continuaram sem recursos do governo e com uma infraestrutura precária, o que levou muitos a abandonarem a região em busca de empregos⁶³⁴.

A partir de 1875, Rio Novo passaria por uma expansão do seu território, com objetivo de assentar colonos italianos, nesse momento, considerando ser um empreendimento público, também se transformou em colônia de povoamento e cinco anos depois, 1880, foi emancipada⁶³⁵.

Indo para o Sul, foquemos, primeiramente no Paraná, região onde se nota uma extensa rede de núcleos coloniais. O Paraná se emancipou de São Paulo e adquiriu o título de província no fim de 1853, a partir do ano seguinte deu-se início ao projeto oficial de atração de colonos para a província, período que durou até 1874⁶³⁶. Apesar de algumas colônias de povoamento e uma colônia militar estarem presentes na região desde a primeira metade do século XIX, esse processo ganhou contornos mais definidos com a formação da Colônia de Assunguy, no ano de 1860, dando início à colonização oficial e assumindo o compromisso de “preencher seus vazios” por meio da pequena propriedade que, por sua vez, deveriam abastecer e diversificar os mercados internos.

Aqui levaremos em consideração os opúsculos GPR-1875 e GBR-1884. *Indicações Agrícolas* (1875), apesar de indicar a existência de alguns núcleos no Paraná, não condensa a mesma quantidade de informações que os dois guias acima.

estabelecimento podem ser considerados perdidos”. TSCHUDI. **Viagem à província do Espírito Santo...**, op. cit., p. 42.

⁶³³ TSCHUDI. **Viagem à província do Espírito Santo...**, op. cit., p. 112.

⁶³⁴ CAPRINI. *Nos Vales dos Rios...*, op. cit., p. 6-7.

⁶³⁵ CAPRINI. *Nos Vales dos Rios...*, op. cit., p. 16.

⁶³⁶ NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy** - Paraná, 1854-1874. São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 13-14.

Provincia do Paraná (1875) separa cinco páginas ao tema e apresenta nove colônias para o possível imigrante se estabelecer: 1) Assunguy; 2) Thereza; 3) Superaguy; 4) Argelina; 5) S. Venancio; 6) Abranches; 7) Alessandra; 8) Euphrasina; 9) Santa Candida. Logo nas primeiras linhas do capítulo, o guia assegura ao leitor que a “melhor e mais próspera” das colônias do Paraná encontrava-se aos arredores da capital Curitiba. Formada espontaneamente e conhecida como Rocio de Curitiba. Com ótimos terrenos e clima ameno, a região atraía o elemento europeu de diversas nacionalidades, com predominância dos alemães.

Os immigrants, estabelecidos em torno de Curitiba, gósam das vantagens de um clima europêo; de um terreno prompto para ser lavrado a araqdo, e proprio para a cultura do trigo, da cevada, da aveia, etc. etc.

[...]

Ahi, quase, que não ha trabalho de aclimação; o immigrant encontra, por assim dizer, no planalto de Curitiba um pedaço de sua terra natal⁶³⁷.

O excerto chama a atenção para dois principais elementos: o terreno fértil e as condições climáticas. Como já vimos, as narrativas buscam transformar o clima em fator de atração e, não raro, retorna às páginas do manual, como exemplificado pela passagem em destaque.

Nove anos depois seria publicado o *Guia do Emigrante* (1884), agora elencando dezessete colônias no Paraná⁶³⁸, que se inicia com a seguinte nota introdutória sobre a região:

A província do Paraná pela sua posição geographica que lhe proporciona a temperatura média das regiões do norte da Europa, atravessada por uma cadeia de montanhas onde se goza o mais delicioso clima, offerece aos immigrants procedentes daquellas regiões a mais desejável collocação, pois que alli encontram em considerável extensão terras magníficas que se prestam com prodigiosa vantagem a todos os gêneros de cultura dos paizes frios, ao passo que os seus immensos campos se prestam á cultura de todos os productos das zonas temperadas [...] a província do Paraná será sem duvida um dos pontos mais procurados pela immigração do norte da Europa que alli encontra aliás grande numero de compatriotas seus já estabelecidos prosperamente nas povoações coloniaes [...]⁶³⁹.

É clara a necessidade em resguardar o clima da região e uma suposta proximidade que as terras teriam com a Europa, pois, como já vimos, a questão climática foi utilizada intensamente como fator de atração ou repulsão (dependendo do locutor) no negócio da imigração. Nesse caso, o clima está diretamente ligado com a produção da terra, de grande

⁶³⁷ *Provincia do Paraná...* (1875), op. cit., p. 88-9. Grifo meu.

⁶³⁸ As colônias: Assunguy, Argelina, Thomaz Coelho, D. Augusto, Rivierre, Orleans, Sto. Ignácio, Lamenha, Sta. Cândida, Abranches e Pilarzinho, Muricy, Antônio Rebouças, Novo Tyrol, Alfredo Chaves, Inspetor Carvalho, Senador Dantas, D. Pedro e S. Venancio

⁶³⁹ VASCONCELLOS. *O Guia do Emigrante...*, op. cit, p. 18-9.

importância para o possível emigrante. Afinal, como defendido por nós, a agricultura surge como principal ferramenta na busca por imigrantes.

Considerando o vasto número de colônias, optamos por realizar uma análise comparativa através do quadro a seguir, onde selecionamos cinco colônias: Assunguy, Argelina, S. Venâncio, Abranches e Sta. Cândida. A justificativa para tal escolha se apoia, exclusivamente, no fato de que são núcleos que aparecem em ambos os livretos (1875 e 1884). Busca-se, assim, averiguar as possíveis mudanças e permanências que os assentamentos sofreram ao longo de nove anos, de acordo com os próprios guias.

A partir desse exercício, pôde-se averiguar que as abordagens realizadas por ambas as publicações não se afastam, na verdade compartilham diversas nuances e, apesar de não haver um padrão definido, informações como (i) nacionalidade dos habitantes; (ii) distância em relação a um grande centro (geralmente a capital da província); e (iii) principal cultura ou atividade econômica praticada na colônia são essenciais nas obras. As três informações enumeradas não se apresentam como surpresa, visto que seria natural o imigrante desejar estabelecer-se em colônias com habitantes que compartilhassem a mesma língua e cultura; se interessar pela disponibilidade de meios de locomoção e uma possível venda dos seus excedentes; e, finalmente, ter conhecimento de quais atividades (agrícolas e/ou industriais) estaria apto a desenvolver. Ao levar em considerações tais fatos, o imigrante poderia escolher o destino que melhor lhe servisse.

Quadro 9.1. Comparação entre núcleos coloniais do Paraná presentes em *Indicações Agrícolas* (1875) e *Guia do Emigrante* (1884)

Colônia	Guia		Comentário
	GPR-1875	GI-1884	
Assunguy	Informa que a colônia se encontra situada a 300 metros do nível do mar, com uma população superior a 1.345 habitantes de diversas nacionalidades. Destaque para as suas “excelentes condições naturais” e seu clima ameno. Com lotes medianos prontos para serem adquiridos, a colônia contava com duas escolas públicas; uma capela católica e um templo protestante; dois cemitérios; uma enfermaria e uma farmácia.	Inicia com o ano de sua fundação, 1860, e sua distância da capital, Curitiba. Aponta sua elevação a 400 metros acima do nível do mar. Em 1882, contava com uma população por volta de 3.000 habitantes, sendo: 2/3 nacionais; 290 alemães; ingleses, 250; franceses, 200; e o restante, um número reduzido de suíços, italianos e espanhóis. Principais culturas: diferentes espécies de cereais e cana-de-açúcar, voltada para o fabrico de aguardente. Informa a existência de escolas para ambos os sexos.	De maneira geral, as duas descrições são realizadas rápida, ocupando pouco mais de meia página em cada publicação. Em relação às informações apresentadas, nota-se apenas a divergência em relação sua posição ao nível do mar, o que não nos parece prejudicial ao imigrante. Considerando o espaço de uma década entre as publicações, o destaque dica para o aumento do número de habitantes: tendo mais que dobrado. Vale destacar, contudo, que esse aumento está muito mais relacionado ao elemento nacional do que o estrangeiro. O que demonstra que o projeto não foi bem-sucedido em seus objetivos de assentamento do estrangeiro.
Argelina	Em poucas linhas é informado que a colônia se encontrava muito próxima à Curitiba, apenas três quilômetros. De maioria de colonos franceses, a diferença desta em relação às demais, é seu caráter voltado urbano e suas atividades industriais	Seguindo o padrão já discutido, este guia informa o ano de fundação da colônia, 1859, sua localização, a 3 Km da capital da província, e sua proximidade com a estrada de rodagem Graciosa. Com um total de 140 habitantes de origem francesa, suíça; ingleses e suecos, informa sua dedicação ao cultivo de batata e centeio, bem como à horticultura.	Em relação a esta pequena colônia, verifica-se a divergência na informação sobre sua principal atividade econômica. Enquanto o primeiro ressalta um caráter mais urbano em detrimento da agricultura, a publicação da SCI não faz nenhuma menção a tal realidade. Conferindo o relatório provincial de 1876⁶⁴⁰, nos deparamos com a afirmação de que o estabelecimento dessa colônia havia sido uma “infelicidade”. Dois problemas se sobressaem: colonos estranhos às técnicas da agricultura e os terrenos inférteis, “que só com insano trabalho para adubar-o dificilmente produziria alguma coisa”, como consta na publicação oficial
São Venancio	Afirma a existência de “excelente terrenos para a lavoura” e aponta um futuro próspero para a colônia e seus habitantes.	Com uma população de 400 habitantes dedicados à lavoura, esse guia apresenta a junção de S. Venâncio com a colônia D. Pedro.	A falta de informações sobre a colônia é o principal destaque em ambos os guias. De acordo com o mesmo relatório de 1876, é informado que esta colônia contava com 139 habitantes, dividido apenas em alemães (114) e suecos (23), à época com 31 lotes ocupados.

⁶⁴⁰ PARANÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o excm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876, p. 86.

			O aumento em quase 300 habitantes demonstra que a colônia conseguiu se desenvolver, correspondendo às expectativas apresentadas.
Abranches	Informações concernentes apenas à população: 551 habitantes, de maioria polaca.	População: 600 habitantes, maioria polaca, mas indica a existência de irlandeses. Principal atividade: dedicação à cultura de cereais.	Ambas as publicações apontam que esta colônia se encontrava estabelecida nos terrenos da capital da província. Essa proximidade poderia lhe garantir maiores oportunidades de desenvolvimento, mas com um aumento de apenas 50 pessoas em 10 anos não nos parece que a colônia encontrou sucesso. Além disso, o número apresentado no guia de 1875 difere-se, consideravelmente, do número apresentado no relatório provincial do ano seguinte: 456 ⁶⁴¹ .
Sta. Cândida	Descrita como a mais nova colônia do Paraná, encontrava-se a seis quilômetros da capital, ao lado de Graciosa. Destaque para os terrenos férteis, semelhantes aos do planalto curitibano, o que lhe proporciona culturas como a de cereais diversificados, centeio, cevada e frutas, como pêssego, peras e maçãs. Tida como uma das melhores escolhas para os imigrantes, com um total de 300 estrangeiros já estabelecidos.	Fundada em 1875, situava-se a oito quilômetros de Curitiba, também à margem da estrada Graciosa. Com 370 indivíduos, polacos e suíços, dedicados a cultivar diferentes artigos.	Nesse caso notamos uma grande diferença nas informações apresentadas. Ao passo que o Guia do Paraná (1875) apresenta diversos dados, bem como demonstra uma grande esperança nesse núcleo; a obra da SCI, a apresenta em cinco linhas. Aqui também notamos uma pequena diferença de quilometragem quanto à distância da capital e um leve aumento de 70 indivíduos no núcleo. O estabelecimento dessa colônia é apontado como o primeiro movimento na política do presidente da província, Lamenha Lins ⁶⁴² .

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em *Indicações Agrícolas* (1875) e *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* (1884).

⁶⁴¹ PARANÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876..., p. 88.

⁶⁴² POLINARSKI, Flaviane S. **A representação sobre a imigração nos discursos de Adolpho Lamenha Lins (1875-1877)**. Curitiba, 2008.

Devido a ser a primeira colônia oficial da província, nos deteremos por um breve momento na vida de Assunguy, localizada a cem quilômetros de Curitiba. De acordo com Lamb, o objetivo do núcleo era de receber apenas imigrantes estrangeiros, contudo, já no ano seguinte à sua criação, os lotes passaram a ser cedidos, também, aos nacionais na condição de que estes não se misturassem com os estrangeiros⁶⁴³. Como podemos perceber na tabela, vinte e quatro anos após sua fundação, Assunguy possuía uma quantidade muito superior de elemento nacional do que estrangeiro.

Essa interação causou diversos conflitos na colônia, principalmente com os alemães. Em 1866, o presidente da província, Agostinho Emelino de Leão, declarou em relatório que, apesar de o solo ser “o mais fértil da província”, ele não produzia como era esperado e atribui o atraso da colônia às “dissensões dos colonos entre si e com os diretores”. Conclui declarando que a situação não se modificará “enquanto a colônia for composta de brasileiros e alemães”⁶⁴⁴. Outro fator atribuído ao atraso da colônia era a falta de prática dos alemães na agricultura que, estranhos às técnicas, logo abandonavam a colônia e migravam para a capital da província.

Os conflitos também ocorriam com os ingleses. Nishikawa se apoia em relatos fornecidos ao cônsul inglês, Lennon Hunt, em outubro de 1847, quando este visitou a colônia, onde os colonos ingleses relataram as inúmeras dificuldades que encontravam para assentarem-se, indo desde as longas distâncias a serem percorridas até chegar à sede da colônia, somado à falta de meios de comunicação para o escoamento da produção, além da falta de pagamentos aos colonos por parte do Governo⁶⁴⁵.

Aos poucos, os nacionais, que inicialmente nem foram cogitados para fazer parte da colônia, assumiram o papel de protagonistas da colonização paranaense, os próprios governantes entendiam que a situação da colônia ia de mal a pior, como pode-se perceber pelo relato de Lamenha Lins:

Sinto dizer-vos que apesar deste enorme dispêndio, o estado da colônia não é próspero [...] o desânimo entre os colonos é geral, nestes últimos meses tem sido frequente o abandono da colônia por famílias que chegam à capital em procura de trabalho [...] Mais acertado seria ir emancipando a colônia,

⁶⁴³ LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867-1882**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994, p. 42-43.

⁶⁴⁴ PARANÁ. Relatório do Estado da Provincia apresentado ao Presidente o Illustrissimo e Exc. Sr. Dr. Polidoro Cesar Bulamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 05 de Novembro de 1866. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867, p. 17.

⁶⁴⁵ NISHIKAWA. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy...**, op. cit., p. 144.

entregando-as aos nacionais que são incontestavelmente mais aptos para cultivar aquela região [...] ⁶⁴⁶.

Todas essas problemáticas mostram que o Paraná não fugiu à regra em relação ao resto do Império: a província desejou imigrantes para povoar seus vazios demográficos e abastecer seus mercados internos; construiu colônias para recebê-los, porém, quando o imigrante se assentou em seu pedaço de chão, não se deparou com um “clima ameno” ou com boas vias de comunicação, ao invés disso, encontrou um governo que não foi capaz de mediar os conflitos e não conseguiu arcar com as obrigações contratuais.

Em relação aos contratos, Nishikawa aponta que o governo provincial tinha a responsabilidade de, além de assentar o imigrante nos núcleos, fornecer-lhe passagem de trem até chegar ao seu destino, uma casa pronta no lote, alimentos para que pudessem sobreviver até a terra começar a produzir e “toda a estrutura necessária para o cultivo dos produtos no seu lote de terras”, como ferramentas, sementes e demais suplementos. A incapacidade de cumprir com tais acordos resultou no abandono da colônia tanto por parte dos estrangeiros, quanto por parte do governo, que a emancipou em 1882, passando a ser Cerro Azul ⁶⁴⁷.

Prosseguindo com a apresentação das colônias, temos a penúltima província sulista: Santa Catarina, definida por *Indicações Agrícolas* como o “Paraíso do Brasil”, devido ao seu clima ameno, a regularidade das estações e a fertilidade do solo ⁶⁴⁸. Em GBR-1884, temos seis colônias: Blumenau, Itajahy, Dona Francisca, Azambuja, Angelina e Grão-Pará. *Indicações* (1875) apresenta os mesmos núcleos, com exceção da colônia Grão Pará e classifica Dona Francisca, Itajahy e Blumenau como as mais importantes povoações de Santa Catarina ⁶⁴⁹.

Guia do Emigrante (1884) também explora as três colônias em sua narrativa. De fato, pode-se afirmar que, mesmo não contando com o maior número de colônias, Santa Catarina recebe maior destaque nas páginas da propaganda chancelada pela SCI, fatores como sua numerosa população e seu caráter comercial a distinguem do restante das colônias apresentadas até então, onde as atividades econômicas se resumiam aos trabalhos no campo. A respeito da produção agrícola, *Indicações* afirma:

⁶⁴⁶ PARANÁ. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Exc. Sr. Dr. Adolpho Lamemha Lins. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 82.

⁶⁴⁷ NISHIKAWA. *Terras e imigrantes na colônia Assunguy...*, op. cit., p. 139-143.

⁶⁴⁸ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 100.

⁶⁴⁹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 102.

Todos os vegetaes tropicaes e meridionais desenvolvem-se perfeitamente na provincia, abundando esta em preciosas madeiras e innumeras plantas medicinaes, e cultivando a mandioca, o café, o algodão, o milho, o linho e outros productos⁶⁵⁰.

Analisando comparativamente as colônias, é perceptível que *Guia do Emigrante* (1884) fornece um número muito maior de dados, atestando a evolução das colônias no espaço temporal entre a publicação de um opúsculo e outro. Primeiramente, não podemos deixar de perceber o significativo aumento populacional em todas as colônias: Dona Francisca passou de 8 mil para quase 24 mil indivíduos; Itajahy praticamente dobrou seu número; Angelina exibe um aumento modesto quando comparado com as demais, mesmo assim não estagnou; Blumenau, por sua vez, é a que apresenta o maior acréscimo entre todas: de 3.865 indivíduos, em 1875, passou para 17.000, um aumento superior a 400%.

A colônia Blumenau foi fundada por capital particular. Segundo o dossiê *Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina*⁶⁵¹, a história da colônia pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, período, quando ainda era privada, de 1850 a 1859, contou com um desenvolvimento lento, devido à escassez de recursos, enchentes e a concorrência com outra colônia: Dona Francisca. Nota-se uma variedade na profissão dos imigrantes que ali se estabeleceram: médico, professor, jardineiro, torneiro, alfaiates, marceneiros, moleiro, além dos próprios lavradores. Essa variedade reflete o desejo do fundador Blumenau para o projeto de sua colônia: torná-la autossustentável.

Seus anseios, entretanto, não se tornaram realidade e, conforme Nicoceli, a colônia ficou dependente de empréstimos públicos, assim, as dificuldades financeiras não deixaram outra saída ao diretor, Blumenau, a não ser pedir ajuda ao Governo Imperial, transformando-a em uma colônia pública⁶⁵². Dando início, então, ao segundo e próspero momento da colônia (1860-1882).

Em conformidade com José Silva, as ambições de Blumenau foram o motivo pelo qual o Império assumiu o empreendimento, pois o empresário desejava uma “colonização em larga escala”⁶⁵³ e, mesmo com a transição da administração para a província de Santa Catarina, ele ainda permaneceu à frente do gerenciamento da colônia. Conforme as

⁶⁵⁰ MOREIRA. **Indicações Agrícolas...**, op. cit., p. 100. Grifo no original.

⁶⁵¹ VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria R. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina - Vol. 1. IPHAN: Florianópolis, 2011, p. 70.

⁶⁵² NICOCELLI, Vanessa. **Hermann Blumenau**: Uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 132.

⁶⁵³ SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 55.

instruções do Ministério do Império, as quantias destinadas aos serviços públicos no núcleo deveriam ser entregues pela Tesouraria da Província de Santa Catarina, sob a orientação do Diretor Geral da Repartição Geral das Terras Públicas. A função do diretor da colônia era de gerir as verbas públicas – disponibilizadas pela província com anuência daquele Ministério, e registrar em livros o movimento financeiro e as escrituras das terras, para serem fiscalizados pelo Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas⁶⁵⁴.

A mudança surtiu efeito e a colônia progrediu, tornando-se um dos principais núcleos do Brasil. Essa realidade mostra que os empreendimentos do governo não estavam necessariamente fadados ao fracasso: enquanto colônia particular, Blumenau não apresentou um quadro favorável a seu desenvolvimento, o que se modificou a partir de 1860, quando passou para o poder público. Temos, neste caso específico, uma quebra no pensamento de que os núcleos coloniais do governo não foram bem-sucedidos ou que o Império não foi capaz de cumprir com seus objetivos de povoamento dos vazios. Estipular o sucesso ou fracasso de um ou outro empreendimento não cabe a nós e, além disso, estes são termos muito subjetivos. Acreditamos que a análise da conjuntura política imigratória do Império e seus objetivos nos ajudam a identificar pontos positivos e negativos, mesmo assim, não é possível, ou mesmo correto, que este assunto fique à mercê do binarismo sucesso e fracasso.

No Rio Grande do Sul a Lei Provincial nº 304, de 30 de novembro de 1854, estabeleceu as normas que regeram a colonização italiana na província, determinando uma política de criação de pequenas propriedades rurais, com o uso do trabalho escravo estritamente proibido. Declarava, também que os lotes deveriam ter 48 hectares. E o pagamento deveria ocorrer à vista ou a prazo (com quitação dentro de cinco anos), com acréscimo de juros de 1% caso não fosse realizada. Outro ponto importante da lei refere-se ao valor que seria concedido aos colonos, de até 50 mil-réis, além de transporte e alojamento gratuitos, na província, desde o porto de Rio Grande às colônias⁶⁵⁵.

Santos afirma que nesse momento começava a ocorrer “uma divisão inter-regional do trabalho agrícola”, onde as colônias formadas por pequenas propriedades exerciam o

⁶⁵⁴ NICOCELI, op. cit., p. 140.

⁶⁵⁵ IOTTI. **Imigração e colonização...**, op. cit., p. 17-18.

papel de “supridoras de gêneros alimentícios para os núcleos urbanos”, como, também, fornecedoras de matérias-primas para as indústrias⁶⁵⁶.

Olívio Manfroi observa que Conde d’Eu, D. Isabel, Caxias e Silveira Martins desempenharam o papel de principais centros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A partir de 1876, essas colônias se desenvolveram em ritmo acelerado e, em um curto período de tempo, as regiões encontravam-se ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes⁶⁵⁷.

São essas importantes províncias que o *Guia do Emigrante* se dedica a apresentar ao leitor. Em contrapartida, *Indicações Agrícolas* apresenta seis núcleos coloniais, porém não empreendeu muitos esforços para fornecer grandes informações sobre esses núcleos, apresentando apenas dados fragmentados, como podemos perceber abaixo. O guia, como de costume, começa por informar sobre extensão e população: 358.499 quilômetros e 189.490 habitantes livres mais 35.188 escravos, totalizando 224.678.

Acreditamos que esta falta de informações esteja ligada a dois possíveis fatores: 1) os núcleos poderiam já ser bastante conhecidos, dispensando apresentações, pois a publicação afirma:

É com effeito, de todas as provincias do império, a de S. Pedro do Rio-Grande do Sul é aquella em que mais tem prosperado a colonização européa, especialmente a allemã, e porque o colono allemão dedica-se de preferencia á agricultura, ele póde encontrar férteis terrenos [...]⁶⁵⁸.

Ou 2) Levando em conta a afirmação do guia de que o alemão se dedicava preferencialmente à agricultura, ele pode ter focado nesse assunto, considerando ser mais proveitoso para o alemão ou outro potencial imigrante.

Seja como for, essa é, até agora, a província que apresenta maiores diferenças em sua exposição, até mesmo as colônias reportadas divergem, a única semelhante nos dois guias é Conde D’Eu, onde aparece apenas com setenta habitantes no guia de 1875, praticamente sem importância nenhuma dentro do conjunto da obra, ao contrário do que é exposto em *Guia do Emigrante* (1884). Conde D’Eu assume o *status* de prestigiada colônia, com uma produção diversificada e um variado número de manufaturas, além do

⁶⁵⁶ SANTOS, Ivison P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895). *Revista de Economia Política e História Econômica*. Ano 07. Número 21. Junho de 2010, p. 19-20.

⁶⁵⁷ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul...*, op. cit., p. 64-69.

⁶⁵⁸ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 106. Grifo meu.

aumento populacional para dezesseis mil indivíduos (um aumento exponencial de 20.000% em um espaço de menos de dez anos).

Conde D'Eu se fundiria com a colônia D. Isabel, formando um grande complexo, subordinado a apenas uma administração, em uma área de mais de 160 mil hectares, dos quais dois terços já se encontravam povoados na época da publicação⁶⁵⁹.

Apesar de estabelecidas desde 1869, os núcleos encontraram grande dificuldade para iniciar seu desenvolvimento. Os imigrantes não desejavam se fixar na região, devido ao seu isolamento dos centros consumidores. Até o começo de 1875, sua população era de apenas setenta e quatro habitantes, apenas com o início do fluxo de italianos, no mesmo ano, que as colônias veriam suas terras se enxerem de estrangeiros. A população de Conde d'Eu em março de 1876 subiu para 790 habitantes e em setembro do mesmo ano já contava com 870 colonos; enquanto em D. Isabel, o contingente era de 248, em setembro de 1876.

Manfroi afirma que, apesar do aumento considerável de pessoas, a colônia ainda encontrava-se longe de ostentar o progresso disseminado nas propagandas e as precariedades resultaram em revolta dos colonos no núcleo de D. Isabel e Conde d'Eu: mais de setenta colonos rumaram à capital da província, alegando falta de recursos, como medida, o governo enviou força policial a Conde d'Eu para “manter a ordem”⁶⁶⁰

Mesmo com as adversidades, o povoamento continuou a se expandir: em 1878, Conde d'Eu contava com 3 mil indivíduos, na sua maioria italiana; e D. Isabel contava com 2.431 habitantes. As colônias foram emancipadas do regime colonial em 12 de abril de 1884, junto com Caxias, a fim de cortar despesas da província com a colonização. Novamente temos aqui um caso similar ao de Santa Catarina: inicialmente duas colônias sem perspectiva, uniram-se e com o aparato estatal encontraram prosperidade.

Fato curioso, o *Guia do Emigrante* (1884), não apresenta a província do Rio de Janeiro, praticamente um consenso entre os guias do Império, visto sua importância política e econômica para o país. Uma década antes, *Indicações Agrícolas* (1875) já mostrava a existência da colônia Porto Real, fundada em 1874, com mais de dezenove mil quilômetros quadrados, divididos em 111 lotes de 10 hectares cada, aptos para o cultivo de diversos artigos agrícolas⁶⁶¹.

⁶⁵⁹ VASCONCELLOS. *Guia do Emigrante...*, op. cit., p. 31.

⁶⁶⁰ MANFROI. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul.*, op. cit., p. 77.

⁶⁶¹ MOREIRA. *Indicações Agrícolas...*, op. cit., p. 80. Grifo no original.

Guide de L'Émigrant (1889) separa duas longas sessões para o Rio de Janeiro, uma para a província e outra para o município neutro, contudo suas colônias não recebem um tópico nem uma discussão mais aprofundada, o guia faz apenas menciona a existência de núcleos coloniais na província. Por outro lado, realiza uma extensa listagem sobre centros populacionais: Campos é descrita como a cidade mais importante da província; Petrópolis, ganha o título de “Versalhes do Brasil”; Rezende e Cantagalo são elogiadas por seu prestígio agrícola, entre outros. Em sua conclusão sobre o Rio de Janeiro, informa que outras informações poderiam ser consultadas no guia *Province de Rio-de-Janeiro: notice pour l'Immigrant*, produzido por Felix Ferreira e distribuído gratuitamente⁶⁶². Temos aqui outra confirmação da existência de uma rede de comunicação entre os responsáveis pelos guias para emigrantes.

Felix Ferreira, como discutido no capítulo primeiro, foi figura de destaque na elaboração de guias voltados para o Rio de Janeiro. Infelizmente, nossa busca não foi bem-sucedida em localizar o manual citado em *Guide de L'Émigrant*, porém no deparamos com outra obra de sua responsabilidade: *Brazil. O estado do Rio de Janeiro: informações para o emigrante*, publicado durante o período republicano, em 1893.

A busca por guias sobre o Rio de Janeiro ainda resultou em outros dois resultados: *Emigrazione*, publicado em algum momento entre 1887 e 1888; e *O estado do Rio de Janeiro: manual do emigrante* (1897). Demonstrando a relevância da província fluminense, *Emigrazione* declara:

Importanza della provincia di Rio Janeiro
Tra le 20 provincie del Brasile, quella di Rio Janeiro occupa il primo luogo pel suo commercio, industria e sviluppo di civilizzazione.
Si puo considerarla come il complemento della grande capitale dell Imperio che porta il nome di citta di S. Sebastião do Rio de Janeiro.⁶⁶³

O GRJ-1893 possui apenas cinco grandes capítulos⁶⁶⁴, sendo o dois e o três os mais extensos, com dezenove e treze páginas, respectivamente. Cada um concentra alguns subtópicos que não possuem título, mas podem ser identificados através de um traço em linha reta que separa as passagens. O livreto possui uma característica que o distingue dos

⁶⁶² *Guide de L'Émigrant...*, op. cit., p. 123 et. seq.

⁶⁶³ “*Importância da Província do Rio de Janeiro*

Entre as 20 províncias do Brasil, o Rio de Janeiro ocupa o primeiro lugar pelo seu desenvolvimento comercial, industrial e civilizacional.

Pode ser considerado como o complemento da grande capital do Império que transporta as minas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”. *Emigrazione...*, op. cit., p. 5. Grifo no original. Tradução própria.

⁶⁶⁴ 1) *Os Estados Unidos do Brazil*; 2) *O Estado do Rio de Janeiro*; 3) *Breve noticia dos municipios*; 4) *Viação férrea* e 5) *Vantagens e obrigações dos emigrantes*.

demais: se utiliza de imagens para ilustrar o tema tratado. Agricultura, por exemplo, encontra-se entre duas ilustrações relacionadas ao café⁶⁶⁵ e inicia saldando a uberdade do solo fluminense e sua capacidade de produzir diversas culturas, além de realizar um balanço dos principais artigos do estado e suas vantagens econômicas:

O Estado do Rio de Janeiro presta-se a todas as culturas agrícolas, e desde o café, donde tira toda a sua riqueza, até os mais simples vegetaes de uso ordinario, todas essas culturas são mais ou menos lucrativas, compensando sempre e fartamente o productur.

[...]

A pequena lavoura e a pequena industria agricola, consagradas ás produções alimentícias, são vantajosamente remuneradoras; o immigrante europeu, já adextrado em certas culturas e industrias em determinadas zonas do Estado do Rio de Janeiro, póde tornar-se proprietário e independente em poucos annos [...].⁶⁶⁶

No capítulo *Breve noticia dos municípios*⁶⁶⁷, o manual nomeia quarenta e sete cidades e a variedade agrícola continua a ser discutida. Com esse grande número de cidades, a apresentação ocorre de maneira rápida e, em linhas gerais, descrevem: fertilidade e culturas; meios de comunicação e distância entre a cidade referida e outro centro urbano. Algumas cidades apresentam informações mais específicas como clima, vida industrial e vida comercial.

Temos um contraponto que merece atenção entre dois guias: o opúsculo da SCI (1884) se dedica por páginas a fio a identificar e descrever um grande número de colônias, todavia, o mesmo não ocorre com os guias do Rio de Janeiro ([1887]; 1893; 1897), todos os três compartilham dessa lacuna em suas páginas. A omissão, entretanto, não está relacionada à ausência de núcleos coloniais no território. Aliás, o guia elaborado por Arrigo de Zettiry (1897) salienta sua existência:

As colonias de meieiros portuguezes do Estado do Rio são um verdadeiro modelo de ordem e de prosperidade [...] Nenhuma outra região do continente póde ostentar colonias constituídas de modo mais perfeito.

Tambem não faltão colonias de italianos, quer na zona do café, que na da canna de assucar.

Sem duvida a densidade da população e a facilidade das communicações fazem com que a residência do europeu no Estado do Rio seja menos incommoda do que em qualquer outro paiz, dos que recebem europeus.⁶⁶⁸

No trecho acima destaca-se o termo *meieiro* (meeiro na ortografia atual), que diz respeito ao pacto estabelecido entre colono e proprietário particular. Segundo o opúsculo,

⁶⁶⁵ Anexo.

⁶⁶⁶ FERREIRA. *Brazil. Estado do Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 34, 35.

⁶⁶⁷ FERREIRA. *Brazil. Estado do Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 39.

⁶⁶⁸ ZETTIRY. *O estado do Rio de Janeiro (Brazil)...*, op. cit., p. 95.

os sistemas de meação e de empreitada, se classificavam como os dois principais acordos entre proprietários e colonos. Sobre a meação declara:

Meiação e o seu resultado – A família do colono tem com este systema mais de metade do producto da terra, porquanto recebe a metade do café que colhe, e faz plantações de feijão e de milho por sua conta exclusiva, nos intervalos das plantações novas (0 a 5 annos) e nos das velhas (30 annos para cima). A meiação, hoje muito frequente no Estado do Rio, é um pacto muito generoso, que em um periodo de 10 annos assegura a uma familia bem constituida o capital necessário para a aquisição de um terreno (sitio), para a construcção de uma pequena casa e para encaminhar as culturas.

[...]

O café do colono é preparado juntamente com o do proprietario e vendido por este ao preço do mercado, ou então é vendido pelo colono directamente.⁶⁶⁹

Verena Stolcke e Michael Hall, ao analisarem a introdução do trabalho livre na lavoura cafeeira paulista, realizam reflexões sobre três modelos adotados pela província ao longo do século XIX: o contrato de parceria, o contrato de locação de serviços e o próprio colonato. Para os autores, o malogro ou eventual sucesso dos diferentes modos de trabalho livre não podem ser resumidos apenas às esferas econômica (custo de mão de obra) ou ideológica dos fazendeiros (progresso vs. atraso), é necessário reconhecer fazendeiros e imigrantes como elementos dentro de uma esfera propensa a conflitos. A partir dos confrontos e resistências, envoltos por acontecimentos dos planos econômico e político, as relações de trabalho livre foram se moldando e se modificando⁶⁷⁰.

Em relação ao colonato, Gonçalves declara que o sistema se apoiava no seguinte tripé: “pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido, produção direta de alimentos para a subsistência com excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador”⁶⁷¹. Para esse tripé funcionar era preciso uma unidade familiar, na qual cada membro se tornava responsável pelos cuidados de uma porção de pés de café.

Sabe-se que a Sociedade Promotora de Imigração tinha preferência por introduzir grandes famílias nas fazendas, o entendimento desse modelo de trabalho livre deixa mais claro o porquê dessa escolha. Gonçalves ainda frisa que os “próprios fazendeiros preferiam contratar famílias para reduzir os custos por unidade de trabalho, já que o

⁶⁶⁹ ZETTIRY. *O estado do Rio de Janeiro (Brasil)*..., op. cit., p. 83-86. Grifo no original.

⁶⁷⁰ STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, 1983, p. 82.

⁶⁷¹ GONÇALVES. *Mercadores de Braços*..., op. cit., p. 134.

grande número de trabalhadores permitia diminuir ainda mais os custos dos salários”⁶⁷².

Outro motivo.

Apesar dos autores discutirem o sistema de colonato olhando para as fazendas cafeeiras paulistas, sua análise também pode ser direcionada para o leste, em direção às terras fluminenses. O próprio guia para emigrantes nos permite utilizar essa análise ao explorar a relação famílias ↔ produção:

Tomemos, por exemplo, o caso de uma família portuguesa, composta de sete pessoas: o pae, a mãe, dous filhos já crescidos e trez pequenitos. Cultivar, é de presumir, 4000 pés de café formado e 3000 novos. D’aquelles retirará nada menos de 40 arrobas de café beneficiado, por cada grupo de 1000 pés; dos utilizamos [sic] retirará milho e feijões que semeiou nos intervalos [...] Os 4000 pés formados, na razão estabelecida, produzirão 160 arrobas, das quaes a metade, isto é 80 pertencem ao colono [...] o colono não terá necessidade de tocar nesse dinheiro, porquanto do milho e dos feijões, semeados em um terreno ocupado por 3000 plantas novas, elle retirará o que lhe é sufficiente:

1º Para fazer farinha para a alimentação de todo o anno.

2º para engordar 3 ou 4 porcos, dos quaes poderá vender um par. Se não quizer engordar porcos para o mercado, venderá o excesso do milho para suprir ás despesas accessorias do anno [...].⁶⁷³

A citação gira em torno do rendimento econômico que o imigrante poderia obter através de seu trabalho, o que permite estabelecer uma relação com a simulação feita em A Provincia de S. Paulo (1886), ao elencar diferentes composições familiares e seus ganhos, discutido no capítulo dois. O que nos leva de volta a Stolcke e Hall, pois explicam como ocorria a remuneração através do sistema de colonato: recebiam uma quantia fixa por seus trabalhos, independente da produção, e uma quantia variável, resultado do número de pés de cafés cuidados (quanto mais pessoas na famílias, mais pés poderiam ser tratados), além do número de pés de café, o valor poderia variar conforme a produção e preços do mercado⁶⁷⁴. Junto com a renda proveniente dos cafezais, o colono poderia ganhar rendimentos adicionais realizando serviços por jornadas e/ou cultivando alimentos entre os pés de café e, posteriormente, vender os excedentes aos mercados locais ou para o próprio fazendeiro⁶⁷⁵.

A bibliografia sobre o sistema de colonato nos permite inferir que o sistema de meação compartilha de suas mesmas bases e, se não podemos afirmar serem o mesmo, é razoável defini-los como modelos bem próximos. Ademais, verifica-se que os núcleos coloniais estabelecidos no Rio de Janeiro não ficaram restritos ao modelo sulista de

⁶⁷² GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 135.

⁶⁷³ ZETTIRY. *O estado do Rio de Janeiro (Brasil)...*, op. cit., p. 84-86.

⁶⁷⁴ STOLCKE; HALL. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo..., op. cit., p. 100.

⁶⁷⁵ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 135.

colonização (núcleos-ativos), voltado principalmente para o mercado interno, e se assemelham, na verdade, aos núcleos-passivos de São Paulo – nosso próximo ponto de discussão.

3.3.2. Núcleos-passivos: A agricultura em São Paulo

Sabe-se que a política imigratória de São Paulo foi idealizada a partir do lema “braços para a lavoura” e encabeçada pela Sociedade Promotora de Imigração, que assumiu o compromisso de recrutar imigrantes para as lavouras de café, transformando o trabalhador livre no substituto do braço escravo. A historiografia, no entanto, garante que os núcleos coloniais também fizeram parte da política paulista, mas assumiram papel diferente dos assentamentos criados pelo Império, funcionando como mecanismos de defesa da lavoura. Além disso, Martinho Prado Júnior, os descreveu como “os melhores centros de propaganda”⁶⁷⁶.

Diferentes trabalhos constataam que durante o último quarto do Oitocentos os núcleos coloniais foram estabelecidos em São Paulo para que os colonos⁶⁷⁷ pudessem cultivar gêneros de primeira necessidade e abastecer as áreas ao seu redor, ao mesmo tempo em que valorizava terras improdutivas para o cultivo de café.

Paula Beiguelman, defende que os núcleos paulistas eram “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”⁶⁷⁸ e que o malogro de experiências com colonos, como o Sistema de Parceria do Senador Vergueiro, passou a ser justificava utilizada pelos fazendeiros de monocultura para se oporem a tais criações. De acordo com Ferlini e Fillipini, esta é uma forte corrente na historiografia e os autores que a ela se alinham defendem que os núcleos paulistas se integraram ao “sistema monocultor de exportação”, visto que a organização da pequena propriedade na província levou em consideração as necessidades de mão de obra para o café, não se preocupando, realmente, com o povoamento dos espaços, como os núcleos sulistas⁶⁷⁹.

⁶⁷⁶ **A Imigração.** Boletim nº 74. Dezembro de 1890, p. 1 *apud* CARREGA. **Imigrantes para a pequena propriedade...**, op. cit., p. 119.

⁶⁷⁷ O termo colono assume diferentes significados conforme a região em que é utilizado, se no Sul colono era aquele que se estabeleceu em pequenos lotes de terra para cultivar gêneros alimentícios, em São Paulo esteve muito mais relacionado aos trabalhadores das fazendas de café. Ver mais: GONÇALVES, Paulo C. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria I. S. de; AVELINO, Yvone. D. (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões** (passado e presente nas Tecituras das Cidades). São Paulo: e-Manuscrito/ PIPEq, 2018.

⁶⁷⁸ BEIGUELMAN. **Formação do povo no complexo cafeeiro...**, op. cit., p. 59.

⁶⁷⁹ FERLINI, Vera L.; FILLIPINI, E. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Rev. Brasileira de História.** São Paulo, v. 13, nº 2526. 1992, p. 125.

José de Souza Martins, afirma que colonos paulistas configuraram-se como uma reserva de trabalhadores para os fazendeiros: caso necessário, poderiam ser realocados para os cafezais⁶⁸⁰. Enquanto essa realocação não se fizesse fundamental, os colonos se dedicariam à produção de gêneros de primeira necessidade. A análise de Martins chama a atenção para o aspecto ambíguo dos núcleos coloniais paulistas: ao mesmo tempo em que o núcleo se apoiava em uma economia de subsistência e voltada para o mercado interno, em São Paulo estiveram totalmente atrelados ao café, à economia de exportação. Segundo o autor, uma divisão entre agricultura de alimentos e agricultura de exportação foi idealizada, porém nunca praticada⁶⁸¹.

Alves não se afasta dessa análise e apresenta três principais objetivos que nortearam a criação dos núcleos nos arredores da cidade de São Paulo: inicialmente, resolver o problema de abastecimento de bens de primeira necessidade na Capital; em segundo lugar, servir de reservatório de mão de obra; e, finalmente, os núcleos serviriam como meios propagandísticos para a política imigratória brasileira, uma vez que divulgaria a possibilidade de se adquirir um lote de terra aos estrangeiros que se dirigissem para os latifúndios de café em São Paulo. Ainda conforme Alves, o então presidente da Província, João Teodoro Xavier, desejava renovar o espaço urbano da cidade com a criação de um “cinturão agrícola”, onde os núcleos seriam o que ele chama de “*banlieu coloniale*”, expressão francesa que significa “subúrbio rural, ou seja, esperava-se que os assentamentos de colonos estrangeiros atuassem como “uma espécie de filtro entre o núcleo urbano e o sertão inculto”⁶⁸².

A divisão entre as fazendas de café monocultoras e os pequenos terrenos policultores, contudo, não foi bem-sucedida, deixando um sentimento de derrota às elites paulistas envolvidas com a exportação de café. Diante dos conflitos e fracassos, os *banlieu coloniale* se transformaram em “fornecedores de mão de obra, de matéria-prima e locais privilegiados para a implantação da indústria em São Paulo”⁶⁸³.

A discussão sobre a importância do café para o desenvolvimento e consolidação

⁶⁸⁰ MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes**. Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano). Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970, p. 35.

⁶⁸¹ MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 63.

⁶⁸² ALVES, Alexandre. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Zilda M. G. (org.). **Diadema nasceu no Grande ABC**: história retrospectiva da Cidade Vermelha. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 54.

⁶⁸³ ALVES. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo..., op. cit., p. 56.

da política imigratória paulista é clássica e extensa. Ao passo que concordamos com a visão dos núcleos paulistas se configuram viveiros de trabalhadores pensados para a defesa do latifúndio, torna-se necessário um olhar mais atento à agricultura paulista, em especial ao tão precioso grão e à substituição de mão de obra escravizada. Se nas províncias sulistas e na Bahia o cultivo familiar aliado à variedade agrícola se configuram como vetores de direcionamento dos europeus para as pequenas propriedades, em São Paulo o latifúndio desempenhou essa função e os imigrantes foram destinados aos fazendeiros para suprir a falta do braço escravo.

Desse modo, levaremos em conta discussões mais gerais sobre o café e, de maneira mais específica, inserir *A Província de S. Paulo* e outros guias para emigrantes nesse debate, analisando o modo como as propagandas construíram suas narrativas sobre o “ouro negro”.

A Província de S. Paulo (1886) abre o tópico *Agricultura* propalando a uberdade do solo paulista, a variedade de sua produção e, claro, o café:

Pode-se dizer que esta provincia produz tudo, sendo mais difficil enumerar aquillo que não acclima em seu solo.

O seu principal genero de exportação é o café, que dá ao Estado, á provincia e aos municipios quasi que a totalidade de sua renda.

Produce grande quantidade de assucar, que foi sua primitiva lavoura, algodão que alimenta todas as suas grandes fabricas, fumo que tem immenso consumo, feijão, milho arroz, batatas, mandioca e todos os cereaes.

Toma consideravel incremento o plantio da canna de assucar e de outros generos, que teem sido sacrificados pelo café, em vista do seu prodigioso resultado [...]

O café produz mais que em outra qualquer parte do mundo.⁶⁸⁴

Conforme Gonçalves, a cafeicultura se desenvolveu “apoiada na demanda do mercado internacional” e logo nas primeiras décadas do XIX teve início sua expansão, requerendo “terras, capitais e mão de obra”⁶⁸⁵. O Vale do Paraíba fluminense foi o primeiro protagonista da produção e exportação de café: em 1831 corresponderia a mais de 43% da balança comercial brasileira, primeiro ano (de muitos) que atingiu o primeiro lugar⁶⁸⁶. A evolução da exportação brasileira de café pode ser conferida na tabela a seguir:

⁶⁸⁴ *A Província de S. Paulo...*, op. cit., p. 36.

⁶⁸⁵ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 127.

⁶⁸⁶ GONÇALVES. *Mercadores de Braços...*, op. cit., p. 128.

Tabela 5. Exportação de Café do Brasil

Décadas	Sacas de 60 quilos (milhares)
1821-1831	3.187
1831-1840	10.430
1841-1850	18.367
1851-1860	27.339
1861-1870	29.103
1871-1880	32.509
1881-1890	51.631

Fonte: PRADO JÚNIO, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 164.

Até a década de 1870 a produção ficou concentrada no Vale do Paraíba. Pouco antes, por volta de 1860, iniciou-se, lentamente, a adoção de novos métodos de beneficiamento da produção cafeeira na região centro-oeste paulista, enquanto os produtores do Paraíba não se mostravam tão propensos às novas tecnologias. Com as terras paulistas passando a produzir cada vez mais, a decadência atingiu às terras do Vale provocando uma crise financeira nos fazendeiros apegados ao escravo e velhas técnicas. Enquanto a maquinaria se popularizava a partir da década de 1870 e a mão de obra se tornava mais problemática, os produtores do Vale foram deixados para trás, sem solução para seus problemas⁶⁸⁷.

De acordo com Holloway, a produção cafeeira do oeste paulista cresceu exponencialmente ao longo das décadas de 1880 até 1920, dobrando seus valores a cada decênio até a chegada da Grande Depressão, momento em que “havia dez vezes mais pés de café em produção do que em 1886”⁶⁸⁸. Em fins do período imperial, o “ouro negro” era responsável por uma quantia superior a 99% das exportações taxáveis da província paulista. Entre 1881-1887, o imposto de exportação sobre o café fornecia 51% de toda a receita provincial. Os gastos públicos com a imigração, por seu turno, não chegavam a 8% de todo o rendimento provincial⁶⁸⁹.

Temos, então, dois momentos diferentes da produção de café no Brasil: o primeiro, concentrado no Vale do Paraíba, fase em que a economia cafeeira pôde se desenvolver e se consolidar. Não obstante os preços dos mercados internacionais mostrarem-se baixos, a “exploração predatória da terra e a exploração imposta ao

⁶⁸⁷ COSTA. **Dá Senzala à Colônia...**, op. cit., p. 231.

⁶⁸⁸ HOLLOWAY. **Imigrantes para o café...**, op. cit., p. 50.

⁶⁸⁹ HOLLOWAY. **Imigrantes para o café...**, op. cit., p. 75.

escravo acabaram por compensar as baixas cotações do café e possibilitaram a manutenção da rentabilidade de seu cultivo”⁶⁹⁰. Com a introdução de novas técnicas na década de 1870, teria início a nova temporada para o café, dessa vez, deslocado de sua zona inicial no Rio de Janeiro, e São Paulo passou a ser a região mais importante.

A expansão para o interior da província foi possibilitada pelas estradas de ferro, ligando regiões interioranas ao porto de Santos⁶⁹¹. Com o trem o homem conseguiu superar a natureza, agora não mais dependiam do fôlego de seu cavalo para se locomover ou do lombo de sua mula para carregar seus produtos; as distâncias começaram a “diminuir”, graças à redução do tempo das viagens, e as trocas mercantis e o desenvolvimento do capital foram impulsionados. A ferrovia era a marca do início de uma nova sociedade – sociedade esta que o Brasil queria fazer parte.

O Governo Geral havia manifestado interesse pelo sistema de transporte logo nas primeiras décadas do século XIX e em 1852, foi instituída uma legislação de transporte no Império, marcando legalmente o início da construção de ferrovias no território nacional. Até o ano de 1852 o Brasil não possuía estradas de ferro que atendessem às necessidades da época, situação que precisava ser mudada, pois o trem havia se tornado o símbolo do progresso, trazido pela Segunda Revolução Industrial. Assim, compreendendo a necessidade de promover incentivos pecuniários para a atração de empresas nacionais e estrangeiras (principalmente britânicas), a lei n. 641/1852, também conhecida como Lei de Garantia de Juros⁶⁹², buscou instigar esses empresários a investir seu capital no Brasil — o que não funcionou.

Como demonstra Emília Viotti, o surto ferroviário se iniciaria somente na década de 1870, com a promulgação da Lei de a partir de 24 de setembro de 1873, modificando fundamentalmente as condições de transportes do café e da própria economia

⁶⁹⁰ GONÇALVES, Paulo. A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 2, p. 01-20, 2009, p. 02.

⁶⁹¹ GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 129.

⁶⁹² A lei garantia ao “governo conceder a uma ou mais ferrovias que partissem da Capital do Império em direção às províncias de Minas e São Paulo o direito de exploração por 90 anos, o direito de desapropriação de terrenos particulares e a cessão de terras devolutas para o leito do caminho de ferro e demais obras adjacentes, a isenção dos impostos de importação do material necessário para a construção da ferrovia, o privilégio de zona de 33 quilômetros (5 léguas) para cada lado da linha bem como a garantia de juros de 5% ao ano sobre o capital empregado na construção da via permanente (a aquisição de material rodante e dos demais equipamentos relacionados à exploração ferroviária não estavam incluídos na referida garantia)”. ACIOLI, Rodrigo G. **Os mecanismos de financiamento das ferrovias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharias e Transportes) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 12.

brasileira⁶⁹³. Impulsionada, principalmente, pelo investimento britânico, a malha ferroviária brasileira sofre uma significativa expansão a partir de 1875. No espaço temporal de dezesseis anos entre 1854 e 1870, foram construídos cerca de 745 quilômetros de estradas de ferro no Brasil, em contrapartida, apenas no ano de 1875 a construção das linhas superou mil quilômetros⁶⁹⁴.

Os números, no entanto, não evidenciam a maneira desordenada que a construção das ferrovias tomaram, problemática levantada por Viotti da Costa ao evidenciar os prejuízos que a administração imperial sofreu decorrente desse processo. Além dos problemas relacionados à população escassa e aos recursos limitados, não raro, os interesses particulares se sobrepunham aos gerais da nação, tornando penosa a fiscalização das obras. Como resultado final, as linhas férreas se tornavam dispendiosas e até desnecessárias⁶⁹⁵.

Segundo Monbeig, “o traçado das estradas de ferro brasileiras [...] foi concebido sob a influência de preocupações locais e políticas, nas zonas de antigo povoamento [...] interesses dos agricultores [...] ligando os centros de agricultura aos portos”⁶⁹⁶. Ou seja, a construção das ferrovias esteve sujeita aos interesses dos latifundiários do café: para que o escoamento de sua produção não fosse prejudicado, os cafeicultores utilizavam de seu capital político para conseguir linhas próximas às suas propriedades⁶⁹⁷.

A busca por melhores solos para plantar o café foi decisiva na expansão das vias de comunicação e transporte, as estradas de ferro permitiram a incorporação de novos territórios e o transporte, tanto para o café quanto para o imigrante, barateou-se. De acordo com Cano, da combinação desses dois fatores (trabalho livre e meio de transporte) deu-se a criação do complexo cafeeiro paulista⁶⁹⁸.

O opúsculo paulista dedica sete páginas às estradas de ferro da província. A exposição ocorre, essencialmente, através de tabelas, organizadas conforme o nome das estradas e possuem três colunas cada: na primeira encontra-se a estação; na segunda, sua “altura em metros” e na última coluna a distância da estação até a cidade de São Paulo

⁶⁹³ COSTA. *Da Senzala à Colônia...*, op. cit., p. 207.

⁶⁹⁴ VENCOSKY, Vitor Pires. *Sistema Ferroviário e o uso do território brasileiro*. Uma análise do movimento de produtos agrícolas. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006, p. 21.

⁶⁹⁵ COSTA. *Da Senzala à Colônia...*, op. cit., p. 216.

⁶⁹⁶ MONBEIG, P. *O Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p. 117.

⁶⁹⁷ VENCOSKY. *Sistema Ferroviário e o uso do território brasileiro...*, op. cit., p. 29.

⁶⁹⁸ CANO, Wilson. *As raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 42.

em quilômetros. Declara que, com exceção de 47 quilômetros da estrada de ferro D. Pedro II, a malha ferroviária pertencia às companhias privadas⁶⁹⁹.

Se a ferrovia possibilitou a integração de novas áreas para a monocultura, logo, fez-se necessário o aumento de mão de obra, cada vez mais parca. Sem a possibilidade de conseguir novos cativos vindos do outro lado do Atlântico, a elite cafeeira temia pela falta de braços, situação refletida na intensificação do deslocamento interprovincial de escravos, principalmente dos centros urbanos para as zonas rurais e do Nordeste para o Sudeste⁷⁰⁰.

A despeito de o tráfico interno servir apenas como um paliativo, Ana C. da Silva ressalta que o deslocamento evitou o colapso da produção cafeeira, pois possibilitou uma solução imediata para o problema. Ao mesmo tempo, os agricultores nortistas, com suas culturas em crise, como vimos no Maranhão, encararam essa situação como uma forma de indenização⁷⁰¹. Durante os finais da década de 1870, debates acerca do tráfico interprovincial ganharam maior intensidade nas câmaras; ocorreu a elevação de impostos sobre os traficados, além do pagamento de multas por parte dos compradores⁷⁰². Cogitou-se, também, o trabalhador nacional e até uma semiescravidão com o imigrante chinês, no entanto, nenhum dos dois correspondia às expectativas dos fazendeiros.

Viotti da Costa atesta que o escravo esteve presente na lavoura até meados da década de 1880, sendo a principal força de trabalho até não ser mais economicamente viável. Gonçalves chama a atenção para a discussão levantada por Sylvia Bassetto em relação à “rápida mudança de posição dos cafeeicultores paulistas”, onde a autora declara que esses homens “não eram abolicionistas, nem necessariamente escravistas, mas reivindicadores de mão de obra”. Se em fins da década de 1870 os interesses do antigo e do novo oeste compartilhavam certa harmonia, defendendo a transição gradual para o trabalho livre, já na década seguinte, com a melhor organização do trabalho livre, essa harmonia seria substituída por posições diferentes e os cafeeicultores das terras novas assumiram posição de defesa da libertação dos escravos. Com a atuação da Sociedade Promotora e o financiamento do estado, o oeste novo recebeu um contingente imigratório

⁶⁹⁹ A **Província de S. Paulo**..., op. cit., p. 20.

⁷⁰⁰ COSTA. **Dá Senzala à Colônia**..., op. cit., p. 85.

⁷⁰¹ SILVA, Ana R. C. da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na Província de São Paulo: Século XIX. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992, p. 346.

⁷⁰² SILVA. Tráfico interprovincial de escravos..., op. cit., p. 358.

mais significativo, beneficiado por suas melhores condições econômicas e terras férteis⁷⁰³.

Em relação à produtividade de São Paulo, o guia apresenta o tópico Fertilidade do solo, onde realiza algumas comparações entre os números da província com países como Estados Unidos e França. O tópico não discute apenas o café, tendo como objetivo traçar um panorama geral da produção e lucratividade paulista. Declara:

O café produz mais que em outra qualquer parte do mundo. O milho produz 150x1 e até 300x1. O feijão produz termo médio 50x1 e até mais de 100x1. O algodão n'uma área que nos Estados Unidos produz 900 kg., em S. Paulo produz 1,500 e nos terrenos mais ricos 4,500 e mais. O arroz que em alguns logares é quase silvestre produz na razão de 200 e 300x1 sempre e chega até 900x1.

Em fim, tudo produz o seu solo, quasi sem outro trabalho mais que o plantar e colher, reproduzindo-se as plantações por muitos annos nos mesmo lugares, sem auxilio de estrumes.

Nenhum paiz no mundo produz mais que a provincia de S. Paulo, e para isto basta confrontar a renda por hectare não só do café, como da mandioca, canna e alguns cereaes. O café dá a renda de 1,000 e 1,500 francos por hectare, não sendo possivel dar resultado maior. A canna por hectare produz 1,100 francos, e tende a produzir muito mais, desde que por processos aperfeiçoados extrahir-se 8 a 12% de assucar, em vez de 6 e 7 como actualmente. A mandioca produz por hectare quase tanto como o café. O algodão de 1,000 a 1,500 francos, bem como o feijão e o milho etc., etc.

O rendimento vae sempre a 1,000 francos por hectare, podendo subir muito mais.

Entretanto, o rendimento do trigo, o melhor dos cereaes, no Estados-Unidos dá por hectare de 180 a 250 francos, em Portugal e na Italia de 250 a 280 francos, e em França de 300 a 350 francos; chegando a 450 francos nos paizes de cultura mais aperfeiçoada⁷⁰⁴.

O exercício de comparação não é algo novo, encontra-se presente por todos os guias e serve como um fator de atração, uma vez que a narrativa apresenta resultados sempre favoráveis ao Brasil ou ao local divulgado. O trecho indica que a comparação se fez em nível qualitativo e quantitativo, a propaganda não poupa elogios à província e declara sem medo que “nenhum país produz mais que São Paulo” – afirmação bastante destemida.

A exposição sobre a fertilidade do solo paulista prossegue em *Nucleos Coloniaes*, poucas páginas à frente. Como exposto anteriormente, as colônias de imigrantes não foram estranhas a São Paulo, contudo, não se relacionam com o projeto de modernização do Brasil que a Sociedade Central de Imigração tentou promover. Aqui propomos a ideia

⁷⁰³ BASSETTO, Syvia. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de transição)**. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982, p. 103-106 *apud* GONÇALVES. **Mercadores de Braços...**, op. cit., p. 131.

⁷⁰⁴ **A província de S. Paulo...**, op. cit., p. 36-39.

de que os núcleos paulistas foram “núcleos-passivos”, em virtude de serem entendido pela bibliografia como “viveiros de trabalhadores”, voltados a atender os interesses da grande lavoura. A existência dos núcleos não é ignorada por GSP-1886, que dedica três páginas ao tema, e expõe informações, sobretudo, relacionadas aos números de produção.

A bibliografia atesta que a família Prado também esteve ligada aos núcleos coloniais. Barreto de Campos registra uma passagem sobre Antônio Prado e suas visões sobre os núcleos que nos chamou a atenção por defender a vinda de imigrantes europeus para a pequena propriedade e critica a ideia dos subsídios:

Prado conclui [seu discurso] argumentando que abrir as portas do país e dar os subsídios não vai resolver o “problema da pequena propriedade para o agricultor europeu, facilitando a todos os imigrantes a aquisição da propriedade”. Sem isso, diz o legislador, não será possível buscar uma solução para o “problema da substituição do braço escravo”. Ele reafirma: “Se quisermos chegar à solução d’esse problema, livrarmo-nos da chaga da escravidão, o meio é tornar a imigração agrícola proprietária” [...]

Prado conclui que a pequena propriedade (para o imigrante europeu) “há de ser o caminho mais fácil sinão o único que pôde trazer a abolição do escravo”⁷⁰⁵.

O discurso de Prado foi proferido no dia 14 de fevereiro de 1884, em uma sessão ordinária da Assembleia Provincial paulista e publicado no diário *A Província de São Paulo* logo no dia seguinte. A data nos mostra que a SPI ainda não existia e, portanto, podemos considerar que anos mais tarde Antônio Prado mudou suas opiniões acerca de como a imigração deveria ocorrer, alinhando-se ao pensamento de seu irmão Martinho Prado. Infelizmente, não encontramos na literatura maiores informações sobre esse posicionamento de Antônio Prado, o que nos deixa apenas com hipóteses a serem formuladas. O que não nos resta dúvida, porém, é do papel ativo que Antônio Prado exerceu na constituição dos núcleos coloniais paulistas, sendo as colônias de São Caetano e São Bernardo por ele idealizadas.

A Província de S. Paulo apresenta informações sobre os seguintes assentamentos: núcleo da Glória, núcleo São Bernardo, núcleo São Caetano e núcleo Santanna. O Núcleo Colonial da Glória, criado em 1876 e fundado oficialmente em 26 de agosto de 1877, na antiga área da Chácara da Glória, localizada nas redondezas da capital da província paulista. Glória seria emancipada apenas dois anos mais tarde – muito menos

⁷⁰⁵ CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de Imigração no Brasil**: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, 172-173.

porque já possuía condições suficientes para manter-se sem a tutela do Estado e muito mais para livrar este último de suas obrigações para com os colonos.

Os primeiros colonos a fixarem-se na região não encontrariam tranquilidade tão facilmente, os problemas que surgiram iam desde o abastecimento que o governo provincial deveria prover aos colonos até as já conhecidas epidemias, cenário perfeito para que episódios de agitação surgissem. Com sua emancipação em 1878, grande parte dos colonos venderam suas propriedades para investidores que estariam “interessados na valorização dessas terras e em sua urbanização”⁷⁰⁶. A partir de então, o núcleo passa por um processo de reorganização fundiária e ações como melhorias no sistema de caminhos internos; remoção do depósito de pólvora, instalando-se no local uma escola pública ou particular subvencionada, para atender a filhos de colonos e dos moradores da região; e verificação e regularização das áreas ocupadas por intrusos foram tomadas buscando melhorar a condição daquela área⁷⁰⁷.

O manual não nos fornece maiores informações sobre a colônia a não ser total de habitantes (1.290), o número de lotes existentes (45) e informa que o núcleo contava com 21.400 pés de videiras. Conclui afirmando que os colonos eram empregados em “innumeras industrias, exercitando sua actividade por todos os modos”⁷⁰⁸.

O segundo núcleo selecionado é o de São Bernardo, situado em um terreno coberto de matas virgens e de solo com qualidade ruim o núcleo era composto por três fazendas: São Bernardo-Novo, São Bernardo-Velho e Jurubatuba. Com um total de 163 lotes, dos quais 86 encontravam-se disponíveis quando o manual foi publicado, as terras localizavam-se cerca de vinte e três quilômetros da capital da província e próximas ao núcleo de São Caetano⁷⁰⁹.

Alves divide em dois momentos a história do núcleo: 1) de 1876 a 1886, período que ocorreu sua fundação, seu abandono e sua reativação; e 2) de 1887 a 1902, onde encontramos a fundação de novas linhas de colonização e a introdução de novas levas

⁷⁰⁶ PIRES, Walter. Configuração Territorial, Urbanização e Patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904). **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.1, p. 75-90, nov. 2005/ abr. 2006, p. 76.

⁷⁰⁷ PIRES. Configuração Territorial, Urbanização e Patrimônio..., op. cit., p. 78-79.

⁷⁰⁸ **A Província de S. Paulo**..., op. cit., p. 45-46.

⁷⁰⁹ UDAETA, Rosa G. Hospedarias de Núcleos Coloniais: os casos de Santanta, São Caetano e São Bernardo (1877-1879). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, p. 6. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300122959_ARQUIVO_UDAETA_Rosa-HospedariasdeNucleosColoniais.pdf>. Acesso: 17 ago. 2020.

de imigrantes, até sua emancipação definitiva⁷¹⁰.

Durante a década 1876-1886 os primeiros agrupamentos de colonos se estabeleceram com grande dificuldade na região, dedicando-se, principalmente, à extração de madeira e à venda de carvão. Contudo, tal atividade era proibida pelas autoridades locais: a derrubada das matas era encarada como uma atividade predatória, trabalho de foreiros e posseiros, praticamente uma atividade marginal que não corresponderia ao grande papel imaginado para os imigrantes europeus⁷¹¹: estes deveriam dedicar-se às técnicas de agricultura, ao cultivo do solo e à modernização da sociedade.

A prática da agricultura, no entanto, estava condicionada ao solo de péssima qualidade, situação que se agravou quando uma praga destruiu os vinhedos da região, na década de 1890, restando aos colonos dedicarem-se exclusivamente às atividades “marginais”, citadas acima. Alves destaca que as medidas proibitivas em relação à derrubada das matas e venda do carvão tinham três finalidades: fixar os colonos na terra; impedi-los de emancipar-se através de uma atividade lucrativa (venda da madeira); e impor a ideologia do trabalho; por outro lado, assuntos como assistência religiosa, educação e mesmo água encanada se encontravam esquecidas⁷¹² – ou deliberadamente ignoradas.

O último núcleo apresentado é São Caetano, fundado em julho de 1877 e emancipado em junho de 1879 – outra vez, a emancipação se deu não pela capacidade do núcleo e seus colonos seguirem sem a ajuda do Estado, mas, sim pela necessidade deste último em livrar-se das obrigações e custos⁷¹³.

Conforme Eliane Prado, São Caetano foi estabelecido em uma antiga propriedade dos monges beneditinos, localizado próximo à cidade de São Paulo, a fundação possuía caminhos de comunicação com a capital da Província tanto por meio fluvial quanto terrestre e as terras da região eram propícias ao cultivo de milho, feijão e batatas⁷¹⁴. À época da publicação, o núcleo possuía um total de 82 lotes, com 42 disponíveis para o assentamento de famílias, a obra também nos apresenta os principais produtos da safra anterior e sua quantidade. Pode-se conferir que o artigo de maior produção é o milho, com mais de trinta e três mil litros, seguido de perto pelas batatas, com mais de trinta

⁷¹⁰ ALVES. **Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo**..., op. cit., p. 56.

⁷¹¹ ALVES. **Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo**..., op. cit., p. 61.

⁷¹² ALVES. **Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo**..., op. cit., p. 60 et. seq.

⁷¹³ UDAETA. **Hospedarias de Núcleos Coloniais**..., op. cit., p. 8.

⁷¹⁴ PRADO, Eliane M. O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do século XX. **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 2 – jul./dez. 2013, p. 487-488.

mil litros, ao passo que a produção de farinha se encontra na última posição, com mais de seis mil litros⁷¹⁵.

A primeira leva de imigrantes a se estabelecer no núcleo partiu de Gênova, em 1877, e contou com 28 famílias vindas da região de Vitério-Vêneto, no Nordeste da Itália. Estas famílias traziam consigo um folheto com informações básicas para aqueles que desejassem se estabelecer em algum núcleo na província paulista⁷¹⁶.

Uma vez em São Paulo, encontrariam três tipos de lotes – também chamados de “classes” – para fixar-se, com preços e áreas diferentes: 1º) com extensão de 125.000 braças quadradas ou 605.000 metros quadrados; 2º) 62.500 braças quadradas ou 302.500 metros quadrados era a extensão do segundo tipo; 3º) o último e menor tipo de lote possuía 31.250 braças quadradas ou 151.350 metros quadrados. O preço era estabelecido pelo Diretor da Colônia e o valor da braçada variava entre 2 e 8 réis, além disso, o pagamento da dívida poderia ser parcelado em até cinco vezes, tendo início a partir do fim do segundo ano da posse do colono⁷¹⁷.

Considerando que a antiga fazenda dos beneditinos utilizava-se de serviço forçado para a produção de tijolos, edifícios como a casa grande e pequenas moradias para os escravos se mantiveram de pé (péssimas condições) durante a chegada dos estrangeiros, o que favoreceu o governo da Província, visto que não precisou dispendir verba para a construção de ambientes para a recepção e agasalho dos imigrantes, prevista em legislação⁷¹⁸.

Logo no começo de sua vida no Brasil, portanto, o colono já se deparava com obstáculos gerados pela má administração e pelo pouco caso das autoridades. Além de lidar com a construção de suas moradas; com a preparação dos terrenos para a lavoura e os animais, os colonos ainda tinham que encarar a morte de seus filhos e filhas devido à febre tifoide que assolou a região neste período.

Com o alto número de mortalidade um novo problema surgiu: onde enterrar os mortos? O núcleo não possuía cemitério local, portanto os corpos eram levados para os cemitérios da região, principalmente para São Bernardo, contudo, em determinado momento, o pároco local não mais aceitou aquela situação. Assim, durante os anos de

⁷¹⁵ **A Província de S. Paulo...**, op. cit., p. 45.

⁷¹⁶ MIMESSE, Eliane. Imigrantes italianos no núcleo colonial de São Caetano do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**. PUC-RS, V. XXVI, nº 1, julho 2000, p. 166.

⁷¹⁷ MIMESSE. Imigrantes italianos..., op. cit., p. 167.

⁷¹⁸ PRADO. **O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros...**, op. cit., p. 489.

1878 e 1893, os sepultamentos ocorreram no cemitério da Consolação, na capital da província, quando passaram a ser realizados no Cemitério Municipal do Brás e, somente em 1911, os moradores de São Caetano conseguiram um cemitério local⁷¹⁹.

As negligências ocorriam, também, no que diz respeito ao fornecimento de gêneros alimentícios, demarcação de lotes e nos diversos pecúlios que a província deveria fornecer aos núcleos de sua tutela. Diante de tal situação, não é surpresa o aparecimento de revoltas e conflitos, seguidos por momentos de desilusão com o Novo Mundo.

Mesmo com todos os entraves, São Caetano conseguiu se desenvolver economicamente. Em 1901, passou a ser distrito fiscal de São Bernardo e, posteriormente, um bairro deste, até conseguir sua autonomia administrativa no ano de 1948, quando passou a se chamar São Caetano do Sul.

Diferentemente da SCI, a Promotora não teve como intento principal transformar a sociedade brasileira através do europeu e muito menos com a extinção do latifúndio. Consideramos essa afirmação essencial para nossa análise, pois, apesar de haver nuances de um discurso modernizador e/ou embranquecedor na política imigratória paulista, não significa que ela foi edificada sobre esta pedra angular.

Outrossim, enquanto as províncias sulistas buscavam “preencher os seus vazios”, São Paulo, com a política de atração e assentamento nas grandes lavouras levada à cabo pelo Sociedade Promotora e recebendo as maiores parcelas dos imigrantes que adentravam as fronteiras, encontrava-se em melhores lençóis e contava, em 1886, com um contingente populacional de um milhão e quatrocentos mil habitantes⁷²⁰ (11,7% de toda a população residente no Brasil nesse período⁷²¹). Mesmo assim, é essencial frisar a alta rotatividade de “braços” que passou pelas fazendas cafeeiras, ou seja, por diversos motivos, o europeu não se manteve por grandes períodos de tempo no latifúndio, o que gerou a necessidade de continuar a investir na imigração – e na propaganda.

Por fim, os núcleos paulistas assumiram, ainda, o papel de refúgio para os colonos desiludidos com a vida nos latifúndios de café, num círculo que unia todo o processo imigratório paulista: ao passo que os braços do café deslocavam-se das grandes fazendas

⁷¹⁹ MIMESSE. Imigrantes italianos..., op. cit., p. 169.

⁷²⁰ Esse número difere em quase duzentos mil habitantes segundo os dados apresentados por Bassanezi em *São Paulo do Passado*, segundo a autora, a província paulista contava com 1.209.425 almas. BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do Passado: Dados demográficos 1886/IV**. Campinas, 1999, p. 107. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1886.pdf>>. Acesso: 13 set. 2020.

⁷²¹ **A Província de S. Paulo no Brasil...**, op. cit., p. 03.

para as colônias ou mesmo para o meio urbano, o fluxo de estrangeiros desembarcando no porto de Santos se mantinha; a Hospedaria de Imigrantes do Brás continuava a servir como vitrine para os fazendeiros escolherem seus “braços”; os “braços” continuavam a colher o café; o café continuava a ser o principal produto na balança comercial; e os fazendeiros do café preservavam seu monopólio político e econômico.

Mais do que apresentar determinadas regiões e propagandear as supostas terras edênicas do Brasil, os guias para emigrantes tiveram como objetivo primordial atrair trabalhadores livres europeus para atender a diferentes interesses da elite brasileira. Em uma guerra de narrativas, disputas internas por trabalhadores e o desejo de auferir lucros, verifica-se que os guias para emigrantes buscaram retratar um “Brasil europeu”, um país pronto para receber seus novos filhos e lhes fornecer todas as condições para prosperar – no entanto, quem continuou a prosperar foi a elite.

A ordem se mantinha.

.

Considerações Finais

Algumas medidas adotadas a partir da segunda metade do século XIX deram início a um período de intensas transformações para o Brasil. A promulgação da Lei Eusébio de Queiróz (1850), proibindo o tráfico transatlântico de escravos africanos, e a Lei de Terras apenas poucos dias depois, responsável por modificar a relação do brasileiro com a propriedade privada, são importantes marcos para entender o processo que se desencadeou nas décadas seguintes e a busca desenfreada por imigrantes europeus.

O sistema escravista foi colocado em xeque e leis conhecidas como do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885) não deixaram dúvidas: a escravidão prendia seus últimos calcanhares. O escravo se manteve a força de trabalho dominante no Brasil até as duas últimas décadas de 1800 e, frente à possibilidade da carestia de mão de obra, uma questão levantou-se urgentemente por todo o Império: quem iria substituir o escravo?

O trabalhador livre europeu foi a resposta.

A substituição do escravo pelo trabalhador livre inseriu, definitivamente, o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como o principal exportador de café mundial. Essa transição, contudo, foi permeada por dúvidas, disputas de poder, fracassos e altas somas de dinheiro investidas no negócio da imigração. Enquanto para lugares como Estados Unidos e Argentina o migrante europeu partiu espontaneamente, para o Brasil, todavia, a situação não se repetiu. Fatores como o clima tropical e uma imagem fragilizada na Europa, devido às experiências malogradas e notícias de maus-tratos aos colonos, além da própria escravidão, se tornaram fatores de repulsão para o europeu.

Coube ao Estado brasileiro apresentar e proporcionar fatores de atração.

A legislação foi parte indispensável desse processo, responsável por regular favores e vantagens; propiciar a celebração de contratos; estabelecer qual seria o imigrante desejado e qual seria o imigrante indesejado, dentre diversas outras disposições. Como buscamos demonstrar, a legislação imigratória seguiu, por vezes, os interesses privados da elite econômica, que, não raro, também se configurava como elite política, o que levou a uma heterogeneidade de políticas imigratórias brasileiras.

Com o aparato legal estruturado (porém, em constante mudança), foi preciso exportar as informações, levar o Brasil para a Europa e modificar a narrativa que o transformou em local a ser evitado. Surge, então, a propaganda.

É comum ouvir histórias sobre propagandas que o Brasil divulgou no Velho Continente, a fim de atrair seus filhos com promessas de enriquecimento rápido, terras em excesso e espantosamente férteis, prontas para serem cultivadas por trabalhadores vigorosos. É nesse debate que se insere a presente dissertação, onde tomamos como fonte-objeto os guias para emigrantes, materiais propagandísticos que podem ser encontrados em diferentes momentos do século XIX, publicados por entes privados ou órgãos públicos vinculados ao negócio da e/imigração.

Nosso levantamento bibliográfico demonstrou que os guias para emigrantes contam apenas com uma tímida literatura, verifica-se que estes materiais aparecem de maneira marginal em trabalhos que priorizam outros objetos e os utilizam como acessórios para algum exemplo.

O *corpus* da pesquisa, por sua vez, contou com onze guias para emigrantes, publicados entre 1875 e 1897, sem uma periodicidade específica, sobre diferentes províncias e estados: Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, além de guias intitulados “do Império”, ou seja, responsáveis por apresentar o Brasil como um todo – mesmo que não necessariamente o fizessem.

Apoiados no tripé i) análise individual, ii) análise externa e iii) análise comparativa, buscamos explorar os guias para emigrantes de modo aprofundado e de maneira transversal, relacionando-os entre si e com outras fontes (documentos oficiais e imprensa) e inseri-los no quadro geral da transição de mão de obra enfrentada pelo Brasil e nas vicissitudes enfrentadas durante essa fase.

Muitas foram as aproximações e, igualmente numerosos, os distanciamentos entre os manuais. Como aproximação, ressaltamos as diversas passagens que se repetem em determinados opúsculos, constatação que não deve ser atenuada, pois revela que os guias para emigrantes não passaram despercebidos pelos envolvidos no negócio da imigração e que a empreitada bem-sucedida de São Paulo e seu guia influenciaram outras regiões a seguir seus passos – ou tentar seguir.

Ao tratar de imigração para o Brasil, torna-se inevitável não abordar São Paulo e a Sociedade Promotora de Imigração, responsável por atrair, subsidiar e assentar grande quantidade de famílias de imigrantes durante sua existência (1886-1895). Mesmo com sua importância, não buscamos adentrar nas finas tramas da associação ou focar nos altos números de europeus, mas pensar sua política através de seu guia. *A Província de S. Paulo* (1886), sem nenhuma surpresa, é dedicado a atrair o europeu para as fazendas de café, o

que é justificado pela política de “braços para a lavoura” adotada pela Promotora, desse modo, não se preocupa em descrever as vantagens das demais províncias do Império, apenas em expor as “excelências” de São Paulo. Faz uso de discursos eloquentes, elogia a qualidade do solo da província e sua capacidade de produzir inúmeros gêneros, busca aproximar São Paulo da Europa ao tratar sobre seu clima seus costumes. Enfim, a narrativa de atração é construída apoiada na ideia de que São Paulo seria a melhor província do Brasil e que deveriam se estabelecer nas fazendas de café de particulares, onde poderiam trabalhar por um tempo até terem condições suficientes de comprar seu próprio lote de terra.

O modelo de assentamento de imigrantes da política paulista chocou-se com os planos do Governo Central, voltado para o estabelecimento de europeus em pequenas propriedades particulares. A pequena propriedade funcionou como importante fator de atração, a possibilidade de adquirir um pedaço de chão para chamar de seu foi vista, certamente, com bons olhos pelo emigrante que deixava para trás uma Europa em crise. O governo brasileiro incentivou a criação de núcleos coloniais, tanto de caráter público quanto privado, e ofertou diferentes meios para a quitação dos terrenos. As colônias se multiplicaram por diversas partes do país, com destaque para a região Sul, e, como não poderia deixar de ser, os resultados desses empreendimentos foram os mais diversos possíveis. Estipular o sucesso ou fracasso de um ou outro núcleo não cabe a nós e, além disso, estes são termos muito subjetivos. As análises das experiências individuais dos núcleos nos permitem identificar pontos positivos e negativos de cada local, no entanto, a discussão não pode centrar-se no binarismo “sucesso” x “fracasso”.

A Sociedade Central de Imigração surgiu como a grande defensora da colocação de imigrantes em núcleos coloniais. Agremiação sediada no Sul do país declarou guerra ao latifúndio, símbolo que, para seus membros, representava o atraso. Com sua agenda voltada para o progresso do Brasil, a SCI defendeu a entrada de trabalhadores europeus livres contra a mentalidade escravocrata. Seu guia deixa claro a intenção de atrair o imigrante para os núcleos coloniais, um de seus principais símbolos é, certamente, a Hospedaria da Ilha das Flores, descrita como um alojamento sem igual, pintado da maneira mais atrativa possível, onde é retratado até mesmo a existência de uma varanda. Porém, o discurso inflamado logo se desfazia aos olhos do imigrante quando ele se deparava com a realidade.

As hospedarias para imigrantes foram parte fundamental do aparato imigratório. Muito mais do que apenas alojamentos para abrigar os recém-chegados e fornecer-lhes algum alimento, elas devem ser entendidas como mecanismos de controle. Nas hospedarias, o (ainda) emigrante era triado, avaliado, aceito ou rejeitado e, uma vez dentro dos ambientes da hospedaria, encontrava-se nesse espaço ambíguo, mas não por muito tempo, pois ele deveria sair dali e ser direcionado para seu destino final o mais rápido possível, tornando-se imigrante. A Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo, estabelecida às margens da linha férrea demonstra essa lógica de maneira clara: do navio para o trem, do trem para a hospedaria, da hospedaria para o cafezal – nenhum contato com o mundo exterior.

Salientamos também a ligação das hospedarias com questões sanitárias, fato muito bem ilustrado pela Hospedaria da Ilha das Flores. Antes de realmente pisar em terras continentais, o recém-chegado ficava alguns dias confinado na ilha, longe de grandes aglomerações: em quarentena. O adoecimento dos não-aclimatados, causado, em grande medida, por moléstias tropicais, foi outro fator de repulsão e o clima tropical se mostrou um dos pontos altos nos guias para emigrantes, afinal, a corrente imigratória não poderia ser afetada pelas ideias e discursos de que regiões tropicais eram, basicamente, sinônimo de morte para os europeus. A necessidade de afirmar que o Brasil era um país saudável, com um clima que não oferecia riscos, mas, pelo contrário, proporcionava oportunidades para o imigrante cultivar diferentes artigos agrícolas, mostrou-se uma constante. Além disso, por vezes, os manuais estabelecem comparações com climas europeus, sempre no intuito de aproximar o Brasil da Europa. As comparações ainda se fazem em assuntos como produção agrícola, taxas de mortalidade, índices demográficos, rendimentos econômicos.

Se o Brasil como um todo enfrentou problemas com sua tropicalidade, as províncias/estados do chamado Norte sofreram ainda mais com essa problemática. Zonas que não foram grandes polos de atração, mas que não ficaram alheias aos debates sobre imigração e colonização. Os guias da Bahia e do Maranhão se mostram emblemáticos nessa questão, pois a historiografia se dedicou em grande medida à investigação do eixo São Paulo ↔ Províncias do Sul e a dualidade núcleos coloniais ou fazendas de café. E as regiões fora do eixo se alinhavam a qual desses dois modelos? Ou a nenhum deles?

A análise comparada entre *A Província de S. Paulo* (1886) e *A Província do Maranhão* (1888) forneceu resultados notáveis ao evidenciar que a província nortista

organizou um guia aos mesmos moldes do material da Promotora, se apropriando, inclusive, de diversas passagens da publicação paulista. Com uma política imigratória ainda embrionária e com dificuldade em atrair o europeu, o Maranhão optou por espelhar, ao menos em sua propaganda, o modelo bem-sucedido dos cafeicultores paulistas, aconselhando os trabalhadores livres a se estabelecerem em propriedades particulares de terceiros. Diferentemente de São Paulo, Maranhão não contou com uma agremiação tão articulada como a Sociedade Promotora de Imigração, muito menos com recursos financeiros, e o discurso não foi suficiente para aumentar os números de imigrantes.

Em relação à Bahia, seu guia se mostra muito mais descritivo do que eloquente, traça um panorama geral sobre o estado, todavia não deixa claro qual sua intenção até as páginas finais, quando indica a facilidade que o imigrante teria para se tornar proprietário. A falta de eloquência é compensada em suas considerações finais, com um discurso que congrega exaltação do solo e da agricultura, realiza comparações, oferece total apoio do governo ao colono e lhe garante um ótimo futuro em sua nova pátria. A literatura sobre a imigração para Bahia destaca que a província foi um dos primeiros locais a estabelecer núcleos coloniais, seguindo a política de povoamento do Governo Central, e que a imigração para a região passou por diferentes fases, mas nota-se certa dificuldade por parte das autoridades em realmente definir um posicionamento para a província, posteriormente estado. O que evidencia as dificuldades enfrentadas pelas regiões fora do eixo principal de atração.

Ademais, as narrativas acaloradas dos guias para emigrantes, recheadas de comparações e exaltação, lançam luz à uma disputa interna por imigrantes, onde províncias/estados, buscam, a todo momento, ostentar ao leitor o status de principal região do Brasil, com características próprias de um Éden na Terra.

Ao passo que nos preocupamos com a grande quantidade de informações presentes nos guias para emigrantes, também se mostra necessário olhar para aquilo que não se faz presente, o que é dito pelo silêncio. Nesse caso, singularizamos a escravidão, que não é encontrada em nenhum lugar nas páginas dos guias até 1888, como exceção, *Indicações Agrícolas* (1875) chega a mencionar o número de cativos em cada província e nenhuma outra informação é apresentada. O trabalhador livre chegou a coexistir com o escravo em algumas experiências, entretanto, a escravidão foi constantemente apontada como uma das causas para a falta de imigração espontânea para o Brasil, logo, as

propagandas suprimem o tema, como se a escravidão já não fizesse mais parte do Império – afinal, escravidão e modernidade não coexistiam. E o que seria essa modernidade?

Afora a superação do sistema escravista e do fim do latifúndio, pôde-se averiguar que os desejos de modernidade estavam diretamente relacionados à agricultura: melhores técnicas de cultivo, introdução de arados, superação da agricultura de enxada e exaustiva exploração do solo pela monocultura, por exemplo. E tudo isso só seria possível com o imigrante europeu, símbolo da civilização, laborioso e versado nas atividades agrícolas. Uma vez que o imigrante estivesse assentado, esperou-se que essa modernidade tomasse seu curso naturalmente. Vale notar, ainda, que a imagem do trabalho braçal se modifica com o trabalhador livre europeu: ele dignifica o trabalho, outrora relegado aos escravos, e o trabalho dignifica o homem.

Imigração e agricultura. Agricultura e imigração. Em uma relação quase simbiótica, esses dois temas caminham juntos quando falamos do Brasil Oitocentista. Propomos, então, a seguinte reflexão: qual fator que vem primeiro, o imigrante ou a agricultura? Em São Paulo, a lavoura cafeeira já estava em pleno vigor antes da entrada do estrangeiro, este é indispensável para que as atividades e os lucros do café não sofressem avarias. “Braços para a lavoura” e não “lavoura para braços”. Logo, em São Paulo, a agricultura vem antes do imigrante.

Já no Sul, antes mesmo da SCI existir, as políticas imigratórias da região já se preocupavam com a agricultura de subsistência ou, na verdade, com a sua falta. Temos aqui o oposto de São Paulo, o imigrante vem antes da agricultura, pois ela até existe, mas de maneira muito precária, o que é ilustrado pelas crises de abastecimento de mercados internos. A deficiência dessa agricultura é exatamente o motor que move as políticas e propagandas imigratórias para a região. Desse modo, as propagandas buscam enfatizar constantemente a fertilidade do solo, apenas à espera de serem cultivados.

A agricultura é, de fato, o principal tema dos guias para emigrantes, independente de quem publicou, do ano, da língua ou de seus objetivos. A agricultura consegue adunar uma variedade de temas (fixos e variáveis), funcionando como o principal fator de atração que o Brasil poderia oferecer àqueles que deixavam para trás uma Europa em crise, que escolhiam residir (e resistir) em outra pátria. Não se pode perder de vista que o imigrante tinha como propósito tornar-se proprietário e a agricultura foi o principal vetor para tornar realidade tal anseio: em núcleos coloniais, o imigrante dependeu da venda de seus excedentes; nos latifúndios do café, dependeu das constantes variações dos lucros do café.

Sem dúvidas, outras atividades econômicas fizeram parte da vida das famílias de imigrantes, mas foi no ambiente rural que a grande maioria desses grupos se estabeleceram e os guias para emigrantes deixam claro essa posição de defesa da agricultura, fosse ela voltada para exportação ou para mercados domésticos.

Se, por um lado, a considerável quantidade de guias para emigrantes nos permite uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento das políticas migratórias em diferentes regiões do Brasil e sobre seus objetivos regionais, por outro, sabemos que se torna espinhoso realizar uma exposição que não privilegie alguns guias em detrimento de outros. No entanto, pesquisar e escrever é fazer escolhas a todo momento: escolher o que mostrar, escolher o que não discutir, escolher o que parece mais relevante e o que pode ser posto de lado (pelo menos por enquanto). Nesse exercício, a ciência se multiplica, novos trabalhos surgem e respondem questionamentos deixados para trás, reformulam ideias, concordam e discordam com o que é apresentado.

A investigação de alguns periódicos da época mostrou que os guias para emigrantes circularam pelo Brasil e, de fato, chegaram na Europa. Todavia, do outro lado do Atlântico, se mostra nebuloso definir a quem os guias chegaram: os potenciais e/imigrantes realmente leram tais materiais? Os camponeses eram o principal grupo almejado pelo Estado brasileiro e não faziam parte, realmente, da camada letrada europeia e os guias para emigrantes são essencialmente textos verbais. Ou os guias para emigrantes chegavam nos agentes da imigração que se encarregavam de fazer a leitura e depois divulgar oralmente as informações? Ou, ainda, mesmo com o intuito de serem propagandas para a grande massa, ficaram confinados nos gabinetes e escritórios dos responsáveis pelo negócio da imigração? Ou nas embaixadas e órgãos dos governos?

A hipótese sobre uma rede de comunicação entre os responsáveis pelos guias também levanta outras questões que merecem ser aprofundadas e investigadas em outras fontes. O embate entre SCI e SPI já é clássico, mesmo assim, as agremiações de regiões com fluxos menos intensas também estavam atentas aos debates sobre imigração, portanto, possíveis pesquisas sobre o contato entre elas podem se mostrar vantajosas para a ampliação dessa percepção sobre uma rede de comunicação própria da imigração e seus dirigentes.

Dito isso, acreditamos que a exaustiva exploração dos guias para emigrantes, aqui realizada, foi frutífera em revelar um *modus operandi* compartilhado entre os impressos, a possível rede de comunicação entre os responsáveis (ou, ao menos, uma rede de

conhecimento das propagandas e apropriação) e a existência de temas fixos e variáveis em cada um dos guias para emigrantes. Um *modus operandi* com objetivo específico: atrair emigrantes.

Quando Alice seguiu o Coelho Branco por sua toca, ela nunca pensou que acabaria em um lugar tão peculiar quanto o País das Maravilhas, que encontraria criaturas tão diferentes lá e, menos ainda, imaginou que sua vida seria posta em risco. No plano das coisas reais, a partir do último quartel do século XIX, centenas de milhares de europeus chegariam a seus próprios “países das maravilhas”.

A toca transformou-se nos navios. A longa descida pelo buraco, nas viagens turbulentas pelo Atlântico. E o lugar exótico cheio de adversidades, no Brasil, o País das Maravilhas Tropical.

FONTES

Guias para emigrantes

BAHIA. **O Estado da Bahia**. Noticias para o emigrante. Salvador: Empresa Editora, 1897.

BRASIL. **Imperio do Brazil**: a provincia do Maranhão e a immigração: guia do immigrante, com uma carta topographica da provincia. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1888.

FERREIRA, Felix. **Brazil**. Estado do Rio de Janeiro. Informações para o emigrante. Colligidas por ordem do Sr. Dr. José Thomaz da Porciuncula, Presidente do mesmo estado. Niterói: Tipografia de Pinheiro, 1893.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações agricolas para os emigrantes que se dirigem ao Brazil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1875.

NERY, F. J. De Santa-Anna. **Guide de L'Émigrant au Brésil**. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

PARANÁ. **Provincia do Paraná**: Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

RIO DE JANEIRO. **Brazil**. La provincia de Rio de Janeiro. Emigrazione. Rio de Janeiro: Tip. Lombaerts & Cia., [1887].

SANCHES, Antonio Gomes da Silva. **Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Gerais**. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1894.

SÃO PAULO. **A Província de S. Paulo no Brazil**. Emigrante, lede este folheto antes de partir. São Paulo, 1886.

VASCONCELLOS, F. de B. e Accioli de. **O guia do emigrante para o Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1884.

ZETTIRY, Arrigo de. **O estado do Rio de Janeiro (Brazil)**: manual do emigrante, com gravuras e mappa geographico. Roma: Typographia da Unione cooperativa Editrice, 1897.

Documentação Oficial

BAHIA. Falla com que o Exm. Sr. Commendaador Antonio Candido da Chruz Machado abriu a 1ª. sessão da Vigesima Legislatura da Assembléa Legislativa da Bahia do dia 1º de Março de 1874. Bahia: Typ. do Correio da Bahia, 1874.

BAHIA. Falla com que o Ill. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello presidente da provincia abriu a 2ª. sessão da 26ª. Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia: Typ. da Gazeta da Bahia, 1887.

BAHIA. Falla com que o illm. e exm. sr. conselheiro dr. João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da provincia, abriu a 2ª. sessão da 26ª. Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de outubro de 1887. Bahia: Typ. da Gazeta da Bahia, 1887.

BAHIA. Falla com que o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, Presidente da Provincia, abriu a 1ª sessão da 27ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de abril de 1888. Salvador: Typ. Gazeta da Bahia, 1888.

BAHIA. Falla dirigida á Assembléa Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente Dr. João José d'Almeida Couti no 1º de março de 1873. Bahia: Typ. do Correio da Bahia, 1873.

BAHIA. Falla que recitou o presidente da província da Bahia o conselheiro desembargador Francisco Gonçalves Martins n'abertura da Assembleia Legislativa, da mesma província em 1º de março de 1850. Bahia: Typ. Constitucional, 1850.

BAHIA. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa em pelo Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima governador do estado. Bahia: Typ. Correio de Noticias, 1896.

BAHIA. Mensagem apresentada á Assembléa Geral Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Vianna Governador da Bahia em 7 de abril de 1896. Salvador: Typ. do Correio de Notícias, 1896.

BAHIA. Mensagem e relatórios apresentados a Assembléa Geral Legislativa pelo Chefe de Divisão Reformado Joaquim Leal Ferreira vice-governador do estado. Bahia: Typ. Diario da Bahia, 1892.

BRASIL. Carta Régia de 2 de maio de 1818. Annue a solicitação do Cantão de Fribourg para o estabelecimento de algumas familias suissas neste Reino do Brazil.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brazil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil.** Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. Decreto n. 3.254 de 20 de abril de 1864. Approva as alterações feitas no Regulamento para o transporte de emigrantes, que baixou com o Decreto n. 2.168 do 1º de Maio de 1858. Rio de Janeiro, 1864.

BRASIL. Decreto n. 5.117 de 19 de outubro de 1872. Autoriza o Desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o Dr. Egas Muniz Barreto de Aragão a importar por si ou por meio de uma companhia, dez mil emigrantes no prazo de seis anos.

BRASIL. Decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850. Concede ao Ministério do Império um crédito extraordinário de duzentos contos para ser exclusivamente despendido no começo de trabalhos, que tendam a melhorar o estado sanitário da Capital e de outras Povoações do Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o Regulamento para as Colonias do Estado.

BRASIL. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o Regulamento para as Colonias do Estado. 1867.

BRASIL. Decreto nº 1.144, de 11 de Setembro de 1861. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861.** Tomo XXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1861.

BRASIL. Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851. Manda executar o Regulamento da Junta de Hygiene Publica.

BRASIL. Decreto, de 16 de maio de 1818. Approva as condições para o estabelecimento no Brazil de uma Colonia de suissos. Coleção das Leis do Brazil, 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório do anno de 1850 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 8ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 2. Circular, de 12 de out. 1886. Rio de Janeiro, 1886.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 5. Circular, de 15 de out. 1886. Rio de Janeiro, 1886.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Diretoria da Agricultura. 3ª. Secção, n. 13. Circular, de 23 dez. 1886. Rio de Janeiro, 1886.

BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1864.

BRASIL. Relatorio da Agencia Official de Colonisação ano de 1869. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H Laemmert, 1870.

BRASIL. Relatório da Agencia Official de Colonisação. 1868. Rio de Janeiro: Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1868.

BRASIL. Relatório do anno de 1858 apresentado a Assembleia Geral Legislativa da 3ª Sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL. Relatório do anno de 1866 apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 13ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1867.

BRASIL. Relatório do anno de 1876 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 16ª. legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

BRASIL. Relatório do anno de 1877 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª. Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Rio de Janeiro: Imprensa industrial, 1878.

ESPÍRITO SANTO. Relatório apresentado pelo exmo. sr. dr. Manoel José de Menezes Prado na installação da Assembléa Provincial do Espirito-Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória: Typ. do Espirito-Santense, 1876.

ESPÍRITO SANTO. Relatório que o exm. sr. barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da provincia do Espirito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa, no dia 23 de maio de 1857.

ESPÍRITO SANTO. Relatório que o exm. sr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856.

MARANHÃO. Falla que o Exm. Snr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, presidente da provincia, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião da installação da 2ª sessão da 25ª legislatura em 24 de fevereiro de 1885. Maranhão: Typ. do Paiz, 1885.

MARANHÃO. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu á Assembléa Legislativa provincial do Maranhão em 18 de março de 1887, por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 26ª. Legislatura. Maranhão: Typ. do Paiz, 1887.

MARANHÃO. Falla que o Exm. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu á Assembléa Legislativa provincial do Maranhão em 18 de março de 1887, por ocasião da instalação da 2ª. sessão da 26ª. Legislatura. Maranhão: Typ. do Paiz, 1887.

MARANHÃO. Mensagem apresentado ao Congresso do Estado em 15 de fev. 1889 pelo Exm. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador, 1889.

MARANHÃO. Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Antonio Epaminodas de Mello passou a Administração desta Provincia ao Exc. Sr. 1º Vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 5 de maio de 1868. São Luís: Typ. Imperial e Constitucional de L. J. Ferreira, 1868.

MARANHÃO. Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Franklin A. de Menezes Doria passou a Administração desta Província ao Exc. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, no dia 22 de outubro de 1867. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1867.

MARANHÃO. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. José Bento de Araujo passou a Administração da Província ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. José Marianno da Costa, em 18 de abril de 1888. Maranhão: Typ. do Paiz, 1888.

MINAS GERAIS. Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1.^a sessão da 25.^a. Legislatura em 1.^o de agosto de 1884. Ouro Preto: Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da Segunda Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de MG, 1895.

MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1893.

MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894.

PARANÁ. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1877.

PARANÁ. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de Fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Exc. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876.

PARANÁ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o excm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Paraná: Typ. Da Viuva Lopes, 1876

PARANÁ. Relatório do Estado da Província apresentado ao Presidente o Illustrissimo e Exc. Sr. Dr. Polidoro Cesar Bulamaque pelo vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 05 de Novembro de 1866. Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867.

SÃO PAULO. Lei n. 28, e 29 de março de 1884. Autoriza o governo a auxiliar os imigrantes da europa e ilhas dos açores e canárias, que se estabelecerem na província, com as seguintes quantias: 70\$ para os maiores de 12 anos, 35\$ para os de 7 a 12, e 17\$50 para os de 3 a 7 anos de idade. São Paulo, 1884.

SÃO PAULO. Lei n.^o 14, de 11 de fevereiro de 1885. Fixa a despeza e orça a receita para o exercicio de 1886-1887. São Paulo, 1885.

SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & C., 1886.

SÃO PAULO. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Provincia Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & C, 1887.

SÃO PAULO. Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba Presidente da Província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração in Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Província de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio, de Souza Queiroz Filho. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1886.

SÃO PAULO. Relatório com que passou a administração da Provincia de São Paulo ao Exmº. Presidente Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira o Vice-Presidente Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1885.

Periódicos

A Actualidade. Órgão do Partido Liberal. Minas Gerais, 07 de dezembro de 1881.

A Folha Nova. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1884.

A Folha Nova. Rio de Janeiro, 13 out. 1884.

A Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1887.

A Imigração. Boletim nº 70. Rio de Janeiro, agosto de 1890.

A Imigração. Boletim nº 74. Rio de Janeiro, dezembro de 1890.

A Imigração. Boletim nº 74. Rio de Janeiro, dezembro de 1890.

Correio Paulistano. São Paulo, 21 de julho de 1886.

Correio Paulistano. São Paulo, 27 de novembro de 1886.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1886.

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 1885.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1888.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1891.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1896

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1896.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1891.

Le Messenger du Brésil. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1884.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 27 de dezembro de 1893.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 11 de abril de 1894.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 29 de agosto de 1895.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 04 de setembro de 1895.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 16 de janeiro de 1896.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 08 de agosto de 1896.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 06 de novembro de 1896.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 11 de dezembro de 1896.

Minas Geraes. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Minas Gerais, 09 de março de 1897.

O Economista. Lisboa, 29 de janeiro de 1887.

O Espírito-Santense. Espírito Santo, 05 de fevereiro de 1887.

O Paiz. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de. 1896.

O Paiz. Rio de Janeiro, 06 de março de 1896.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de P.; LAGO, Luiz A. C. do. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2010.
- ACIOLI, Rodrigo G. **Os mecanismos de financiamento das ferrovias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharias e Transportes) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- ALBUQUERQUE, F. “Da Cultura”. **Revista Agrícola**, ano II, n. 20, 1896.
- ALVES, Alexandre. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Zilda M. G. (Org.). **Diadema nasceu no Grande ABC: história retrospectiva da Cidade Vermelha**. São Paulo: Humanitas, 2001.
- AMADO, Janaína. **Conflito Social no Brasil: a revolta dos Mucker**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ARNONE, Marianne Farah. **A gravura como difusora da arte: um estudo sobre a gravura brasileira no final do século XIX a partir da análise dos textos e produção crítica de Félix Ferreira**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ASSUNÇÃO, Matthias R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 8, n. 1, 2000.
- AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. **Relatório sobre as colônias ao Sul da Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.
- BARBOSA, Francisco B. da Costa. **Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. São Paulo: IPADES, 2012.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996.
- BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII Encontro de História Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro. Identidades, 2008.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do Passado: Dados demográficos 1886/IV**. Campinas, 1999.
- BEDIAGA, Begonha. **Revista Agrícola (1869-1891) sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas**. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.169-195, jan/abr 2013.

- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- BENCHIMOL, J. **Febre amarela**: A doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos: Editora Fiocruz, 2001.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.
- BENEDINI, Giuseppe F. Italianos na Bahia, sem outros temas: breve resenha histórica sobre a imigração peninsular no estado (1500-1850). **Revista de História** (UFBA), v. 5, n. 1-2, 2013.
- BERGAMIM, M. C. A pequena propriedade rural no Espírito Santo: constituição e crise de uma agricultura familiar. **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza. Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 2006.
- BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos para o Brasil**. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.
- BLAKE, A. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- BRANCO, Juçara S. C. **Alemães em Lages**: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.
- CAMPISTA, David. **Lo Stato di Minas Geraes**. Informazioni utili agli Emigrant, Operari e Capitalist. Genova, 1896.
- CAMPOLI, Federico. **Camponeses de engenho e arte**: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013.
- CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de Imigração no Brasil**: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- CANO, Wilson. **As raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- CAPEL, Horacio. El control de las migraciones internacionales y el memorial de inmigrantes em São Paulo, Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. XII, nº 739, 30 de julho de 2007.

- CAPRINI, Aldieris B. A. Nos Vales dos Rios: O desenvolvimento do sul da Província do Espírito Santo no século XIX. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos - SEO**. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015.
- CARNEIRO, José F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.
- CARREGA, Arthur D. **Imigrantes para a pequena propriedade**: O boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2017.
- CARREIRA, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. Vol. 1 (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII). São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- CARULA, Karoline. Nicolau Joaquim Moreira e as questões raciais da imigração. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.
- CARULA. **Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)**. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente. In: RAMOS, Luis A. de Oliveira; et. al. (Coord.). **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, v. 1.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CHAVES, Cleide Lima. **As convenções sanitárias internacionais entre o império brasileiro e as repúblicas platinas (1873 e 1887)**. Tese de Doutorado em História (UFRJ). Rio de Janeiro, 2009.
- CHAVES, Cleide Lima. Entre Montevideu e Rio de Janeiro: redes de conhecimento médico e epidemias na segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.13, p. 37-59, jul./dez. 2012.
- CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. 2014.
- COSTA, Elaine G. **“O triste flagelo torna a visitar o Rio de Janeiro”**: O retorno da febre amarela nas páginas da imprensa (1868/1869). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2013.
- COSTA, Elaine G. A febre amarela vista através da Junta Central de Higiene Pública, 1851. **Anais do 13º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012.

- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- COSTA, Julianna C. Oliveira. **Hospedaria da Ilha das Flores**: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- COSTA, Luciana Osório. **A Colônia de Rio Novo** (1854-1880). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.
- COSTA, Wilma P. da. **A espada de Dâmocles**. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec/UNICAMP. 1998.
- CUNHA, Jorge L. da. Os Alemães no Sul do Brasil. In: ____ (Org.) **Cultura Alemã 180 anos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.
- CZEPULA, Kamila R. **Os indesejáveis “chins”**: um debate sobre a imigração chinesa no Brasil Império (1878-1879). Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis, 2017.
- CZERESNIA, Dina. **Do contágio à transmissão**: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1972.
- DE LUCA, Tânia R. O Brasil Ilustrado (1877-1878) e Félix Ferreira: conhecimentos úteis em prol da nação. **rev. hist.** (São Paulo), n.179, a07918, 2020.
- DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DELAMARQUE, Elizabete Vianna. **Junta Central de Higiene Pública**: Vigilância e polícia sanitária (antecedentes e principais debates). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.
- DEZEM, R. **Matizes do amarelo**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- DEZEM, Rogério. Matizes do ‘Amarelo’: Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. **PROIN- Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**, [2008].
- DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755 – 1778**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 vols. 1970.
- DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **SBPC, Ciência e Cultura**, v. 67, 2, São Paulo abr./jun. 2015.

- DREHER, M. N. O protestantismo mineiro do século XIX. **Estudos Teológicos**, ano 25, n. 1, 1985.
- FERLINI, Vera L.; FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. **Rev. Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, nº 2526. 1992.
- FERREIRA, Félix. **A província do Rio de Janeiro, notícias para o imigrante**. Coligidas por ordem do Exmo. Sr. Dr. Antonio da Rocha Leão. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1888.
- FERREIRA, Félix. **Guia das águas minerais de Caxambu**, Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877.
- FERREIRA, Félix. **Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.
- FORJAZ, Djalma. **O senador Vergueiro: sua vida e sua época, 1778-1859**. São Paulo: Oficinas do Diario Official, 1924.
- FREITAS FILHO, Almir P. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, v.11 (22), mar-abr. 1991.
- FRESIA, Iván Ariel. **Religión, educación y vida cotidiana em rodeo del medio, siglo XIX**. Buenos aires, Dunker, 2005.
- FURTADO, Celso. O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial. In:____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- GABLER, Louise. **A secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- GADELHA, Regina M. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 120, 1989.
- GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GONÇALVES, Paulo. A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 2, p. 01-20, 2009.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços**. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

- GONÇALVES, Paulo C. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo: um novo espaço para o recrutamento de braços europeus pela economia cafeeira. In: SOUSA, Fernando; MENEZES, Lená M. (Org). **Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos Olhares sobre a E/Imigração**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.
- GONÇALVES, Paulo C. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria I. S. de; AVELINO, Yvone. D. (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões (passado e presente nas Tecituras das Cidades)**. São Paulo: e-Manuscrito/ PIPEq, 2018.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais** (online), Rio de Janeiro, 2008.
- GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Espírito Santo (1874-1900)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- GUERRA, Rogerio F. Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 46, Número 1, 2012.
- GUIMARÃES, Carlos G. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Pós-Guerra do Paraguai, 1871-1875. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de Empresas**. São Paulo: ABPHE, 2003.
- HALL, Michael M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976.
- HENRIQUES, Amilson B. **A Cultura Rotineira e a Lavoura Racional: proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Assis, 2010.
- HENRIQUES, Amilson B. A Moderna Agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. **História (São Paulo)**, v.30, n.2, p. 359-380, ago/dez 2011.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização. Legislação 1747-1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS- Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- JONES, Cleiton M. **“Vem aí a imigração”: Expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.
- KODAMA, Kaori. Antiescravidão e epidemia: “O tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela”, de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009.

- KOSERITZ, Karl von. **Imagens do Brasil**. Tradução Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Martins, 1943.
- KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do paraíso. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. (Org.). **Deslocamentos & Histórias: os portugueses**. Bauru: EDUSC, 2008.
- LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867-1882**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. O café e o trabalho “livre” em Minas Gerais, 1870-1920. **Ver. Bras. Hist.** São Paul, v. 6, n° 12, mar-ago 1986.
- LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LAZZARO, Agostino. (org.). **Italianos**. Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **L'invention du purgatoire**. Paris: Gallimard.1981.
- LEITE, Rosângela F. **Nos limites da exclusão**. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (1808-1878). São Paulo: Alameda, 2011.
- LIMA, Angela B. **“Nós declaramos guerra ao latifúndio!”**: Propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- LIMA, Silvio C. S. **Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870 – 1890)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casas de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, 2005.
- LOOK Lai, Walton. **Indentured Labor, Caribbean Sugar**: Chinese and Indian Migrants to the British West Indies, 1838-1918. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- LYRA, Henrique J. B. **Colonos e colônias** - uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.
- MACEDO, Fernando C.; MAGALHÃES, Diogo F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional** v. 16, n. 1, 2011.
- MACHADO, Altair Toledo. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao Participativo. **Revista Brasileira de Agroecologia (online)**, 2014.

- MAGALHÃES, Marcelo V. **Imigração e Colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: O caso dos portugueses.** XII Encontro estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo, 2014.
- MAGALHÃES, Marcelo V. **Portugueses no Maranhão (1822-1889):** Ensaio sobre a imigração. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.
- MAMIGONIAN, B. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack.** Guarulhos, n. 2, p. 20-37, 2011.
- MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul.** Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre: Fotogravura do Sul Ltda., 1975.
- MARTINS, Diego de Cambraia; MELO, Felipe Souza. O Algodão do Brasil e a Economia Atlântica: Comparações entre Maranhão e Pernambuco (C.17450 – C.1810). **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica.** Ribeirão Preto, 2018.
- MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes.** Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano). Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1970.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950), p. 56 et. seq. In: ARRUDA, J. J. A.; FERLINI, V. L. A.; MATOS, M. I. S.; SOUSA, F. (orgs.). **De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013.
- MEIRA, Roberta B. Um olhar para a lavoura: os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos Presidentes de Província no final do Império. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, 2009.
- MELLO, João M. Cardoso de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MENDONÇA, A. G. Inserção dos Protestantismos e “Questão religiosa” no Brasil, Século XIX (Reflexões e hipóteses). **Estudos Teológicos/EST**, 1987.
- MENEZES E SOUZA, João Cardoso de. **Theses sobre a colonização do Brasil.** Projecto de solução ás questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- MERGAREJO NETTO, Marcos. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, ano II, nº 41, jul-dez. 2008.
- MESQUITA, Sergio L. Monteiro. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910).** Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- MIMESSE, Eliane. Imigrantes italianos no núcleo colonial de São Caetano do Sul. **Estudos Ibero-Americanos.** PUC-RS, V. XXVI, nº 1, julho 2000.

- MONBEIG, Pierre. **O Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- MORAES, Fábio F. Expansão do mercado e da produção: o auge do mate catarinense. VIII Encontro de Economia Catarinense., 2014, Rio do Sul-SC. **Anais do VIII Encontro de Economia Catarinense**, 2014. v. 1.
- MORÁS, Luis Eduardo. **De la tierra purpúrea al laboratorio social. Reformas y proceso civilizatorio en el Uruguay (1870-1917)**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.
- MOREIRA, Nicolau J. Questão chinesa. Preleção no Museu Nacional em 1879. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Eduardo & Henrique Laemmert, v. XLVIII, n. 1, abril 1880.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Questão chinesa. **O Auxiliador da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, 1880.
- MÜHLEN, Caroline von. **Da Exclusão à Inclusão Social: Trajetórias de ex-prisoneiros de Mecklenburg-Schewrin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2010.
- NICOCELI, Vanessa. **Hermann Blumenau: Uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy - Paraná, 1854-1874**. São Paulo: USP, 2007. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.
- OBERACKER JUNIOR, Carlos H. **Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.
- PACHECO, R. Os primeiros anos: Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses, 1827-1882. In: NEVES, Reinaldo S. (Org.). **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: FCAA, 1978.
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keyla e SALLES, Ricardo. (orgs.). **O Brasil imperial**. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PASSETTI, Gabriel. Os Britânicos e seu Império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. **História (São Paulo)**, v.35, 77, 2016.
- PAULA, Christiane J.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. 2010.
- PEREIRA FILHO, Jomar F. **Economia maranhense de 1890 a 2010: Superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em

- Desenvolvimento Socioeconômico) — Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.
- PEREIRA, Magnus R. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: UFPR, 1992.
- PERROTA, Isabella. **Desenhando um Paraíso Tropical**. A construção do Rio de Janeiro como um destino turístico. Tese (Doutorado em História) — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (FGV). Rio de Janeiro, 2011.
- PETRI, Katia. **“Mandem vir seus parentes”**: A sociedade promotora de imigração em São Paulo (1886-1896). Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- PETRONE, M. T. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 1, 2004.
- PIRES, Walter. Configuração Territorial, Urbanização e Patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904). **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.1, p. 75-90, nov. 2005/ abr. 2006.
- POLINARSKI, Flaviane S. **A representação sobre a imigração nos discursos de Adolpho Laménha Lins (1875-1877)**. Curitiba, 2008.
- PORTELLA, Rodrigo. Fé, cultura e norma eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – organização popular e tutela eclesiástica. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, p. 593-607, jul./ago. 2006.
- PORTER, Andrew. **Religion versus empire?** British Protestant missionaries and overseas expansion, 1700-1914. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- PORTER, Andrew. Trusteeship, anti-slavery and humanitarianism. In:_____. **The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRADO, Eliane M. O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do século XX. **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 2 – jul./dez. 2013.
- PRADO, Luiz C. D.. A Economia Política das Reformas na Primeira Década Republicana. **Rev. Análise Econômica (UFRGS)**, ano 21, n. 39, mar. 2003.

RAMOS, J. S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

REBOUÇAS, André. **A agricultura nacional**, 1883.

RELLY, Eduardo. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. **História Unisinos**. Vol. 20 Nº 3 - setembro/dezembro de 2016.

RESENDE, Roberta C. A erva-mate e as transformações socioeconômicas e políticas no Paraná. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 15, n. 2, ago/dez, 2017.

REZNIK, L. As Hospedarias de Imigrantes das Américas. Texto elaborado para apresentação no Simpósio “Puentes entre Europa y América Latina: historia, memoria y representaciones en el diálogo entre el individuo y el colectivo”. **XVIII Congresso Internacional da Associação de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA)**, 2017.

REZNIK, L. Entre o universal e o particular: a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento (org.). **Imigração no Brasil e a hospedaria da Ilha das Flores**. São Gonçalo: FFP UERJ, 2015.

REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014.

REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo. Online)**, 2014.

REZNIK, L.; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Política migratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. Navegar. **Revista de Estudos de E/Imigração**, v. 2, n. 3, p. 77-107, 2016.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana C. O. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019.

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 15-32, mar. 2019.

- RIBEIRO, Amanda P. Estrangeiros no Maranhão: Transição do regime de trabalho, a imigração e a tentativa de construção de uma sociedade eugênica em meados do XIX. **Faces de Clio**, vol. 4, n. 7, jan-jun 2018.
- RIBEIRO, Antonio C. S. **Como cantar a canção do Senhor?** Desafios ao testemunho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nos centros urbanos da atualidade. Dissertação (Mestrado em Teologia) — Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica-RJ. Rio de Janeiro, 2005.
- ROCHA, G. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo**. 1847-1896. Vitória, 2000.
- RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-80, 1999.
- ROLIM FILHO, Claudiomar M. **Formação econômica do Maranhão**: De província próspera a estado mais pobre da Federação. O que deu tão errado? Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) — Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SALOMON, Marlon. O clima, a Imigração e a Invenção do Sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e território**. Londrina: Edel, 2013.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. A crise de 1873 na Província da Bahia: efeitos internacionais sobre a recessão doméstica. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 19, n. 31, 2º sem. 2018
- SANCHES, Almir T. **A questão de terras no início da República**: O Registro Torrens e sua (in)aplicação. Dissertação (Mestrado em Teoria Geral do Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- SANTANA, Nara M. C. de. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões**, vol. 25, 2010.
- SANTOS, Higor M. G. **Minas Gerais, o Éden Brasileiro**: Notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar do oitocentos. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.
- SANTOS, Ivison P. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895). **Revista De Economia Política e História Econômica**. Ano 07. Número 21. Junho de 2010
- SANTOS, Ivison P. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886 – 1895)**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

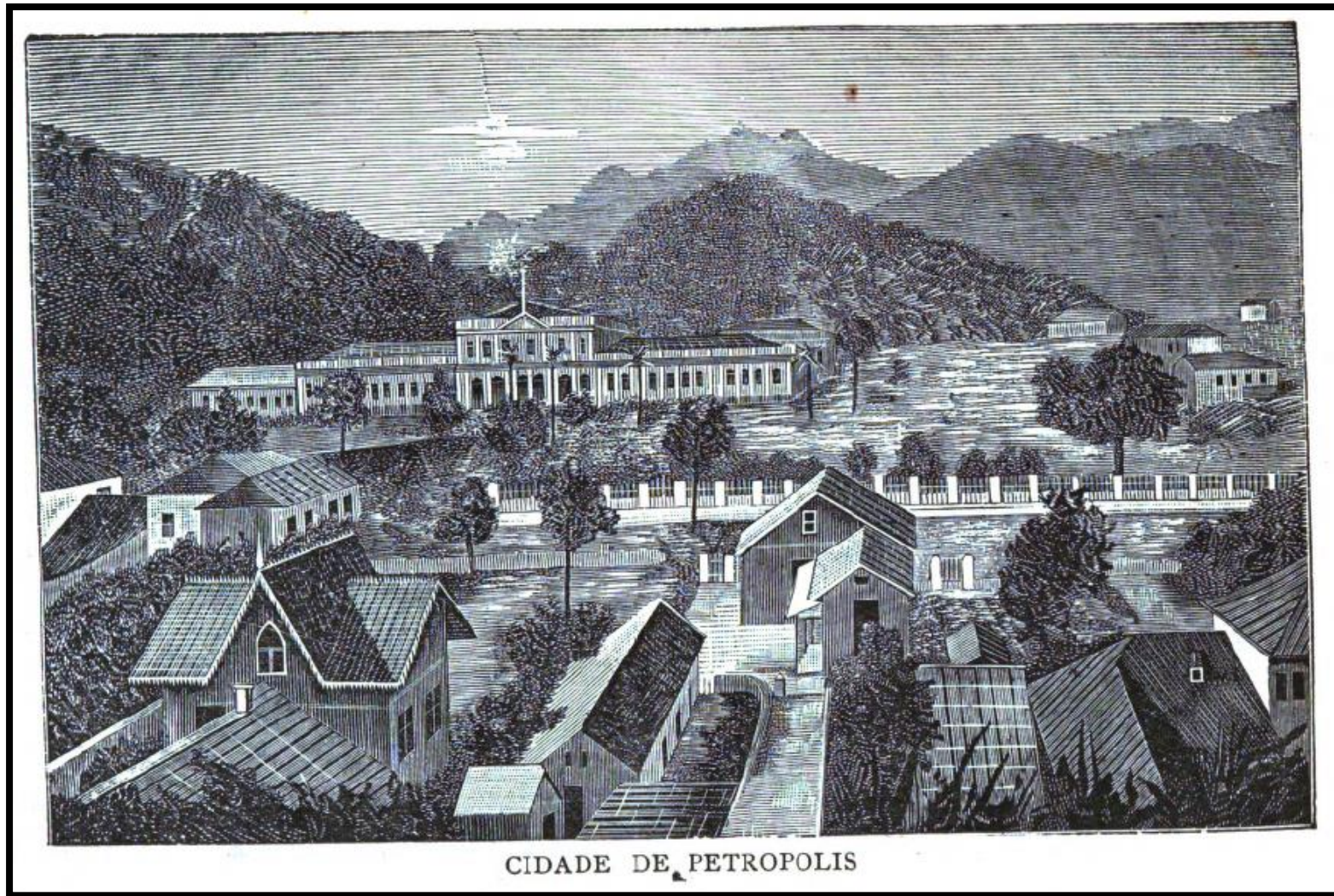
- SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 1991.
- SILVA, Ana R. C. da. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na Província de São Paulo: Século XIX. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992.
- SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.
- SOUZA, Francisco A. de. Políticas educacionais no Império: a sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu projeto para uma escola agrícola. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 2004.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Crise! Crise! Crise! A quebra da Casa Souto nas letras de lundus compostos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 588-611, jul./dez. 2014.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 6, 1983.
- TAVARES, Luis H. D. A Economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. **Universitas**. UFBA: Salvador, n. 29, jan-abr 1982.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988; BENEDINI, Giuseppe. A emigração italiana para a Bahia. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 10, Ano X, nº 2, jul-dez, 2013.
- TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988.
- TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão**: Uma proposta de desenvolvimento. 2. ed. São Luís: CORECON, 2011.
- TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. **Viagem à província do Espírito Santo**: imigração e colonização suíça (1860). Posfácio com fotografias inéditas de Victor Frond; coordenação editorial e posfácio de Cilmar Franceschetto. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.
- UDAETA, Rosa G. Hospedarias de Núcleos Coloniais: os casos de Santanta, São Caetano e São Bernardo (1877-1879). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

- VASSILIEF, Irina. **A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural**. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1987.
- VENCOVSKY, Vitor Pires. **Sistema Ferroviário e o uso do território brasileiro**. Uma análise do movimento de produtos agrícolas. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.
- VERONA, Antonio F. **Chiesa e immigrati italiani: nascita ed espansione della Congregação Cristã no Brasil (CCB) nello stato di São Paulo, tra il 1910 e il 1940**, 2011.
- VIANNA, Francisco Vicente. **Memoria sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.
- VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria R. **Roteiros Nacionais de Imigração: Santa Catarina - Vol. 1**. IPHAN: Florianópolis, 2011.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980.
- VIEIRA, Flávia D. **Memória e efeitos de sentido do casamento indissolúvel nas Constituições brasileiras e na Legislação Infraconstitucional**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2013.
- VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão 1612-1895**. Vol.1. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.
- WELLISCH, Maurício. **Legislação sobre estrangeiros: anotada e atualizada**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- WERNECK, Luiz P. L. **Idéias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.
- WITTER, José Sebastião. Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX. **Revista de história**, v. 48, n. 98, p. 393-467, 1974.
- ZETTIRY, Arrigo de. **Condizioni dei coloni italiani negli stati di Spirito Santo e di Minas Geraes (Brasile)**. Roma, 1902.
- ZETTIRY, Arrigo de. I coloni italiani dello Stato di San Paolo. In: **La Rassegna Nazionale**, Florence, Presso l'Ufficio del Periodico, vol. LXX, anno XV, mars-avril, 1893.
- ZETTIRY, Arrigo de. **Manuale dello emigrante italiano all'Argentina**. Traducción, selección y prólogo: Diego Armus. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

ANEXOS

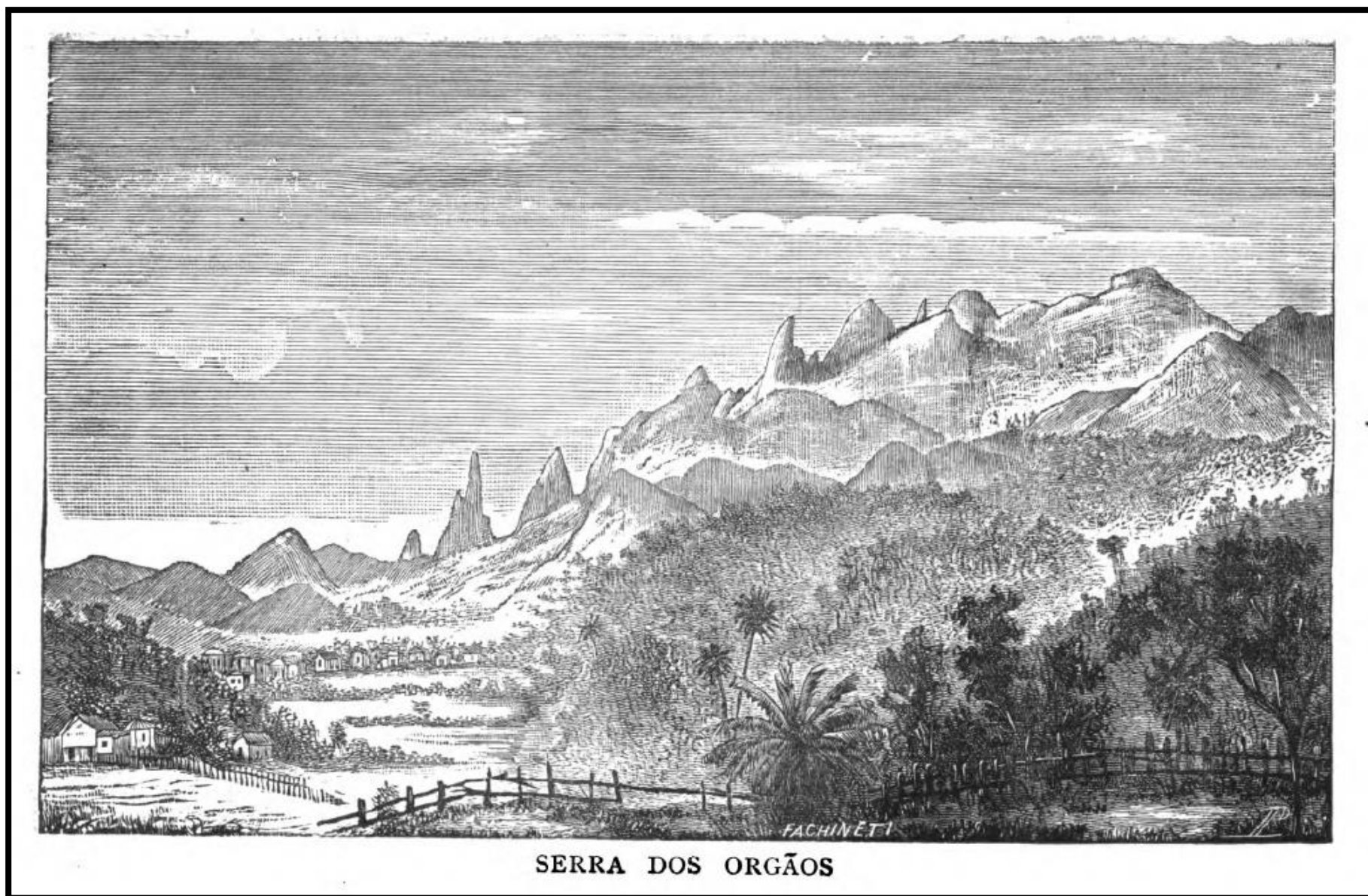
Anexo A. Xilogravuras presentes em *Brazil. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante* (1893)

1. Cidade de Petrópolis



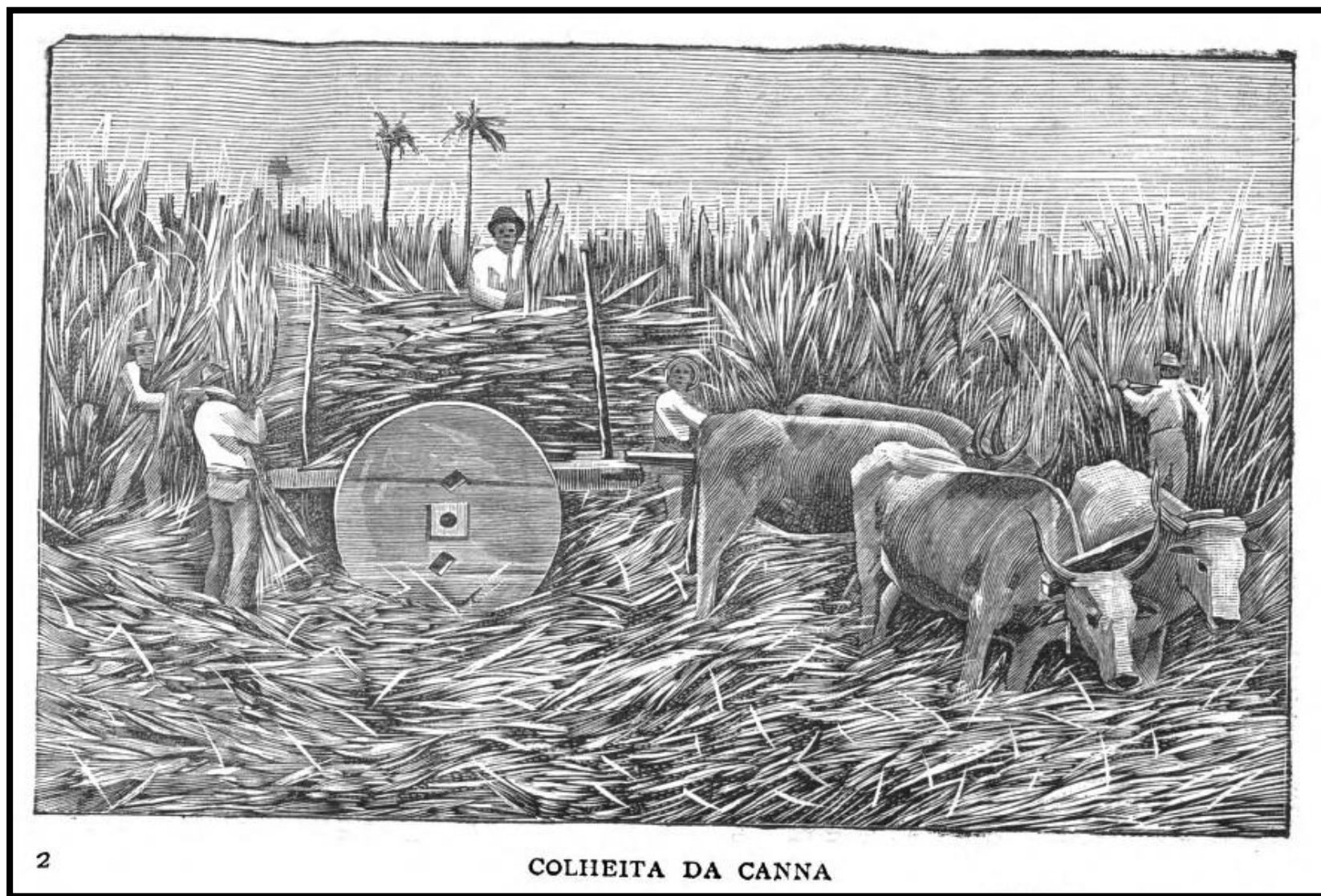
Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil.** O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893). Niterói: Pinheiro e Cia. 1893, p. 09.

2. Serra dos Órgãos

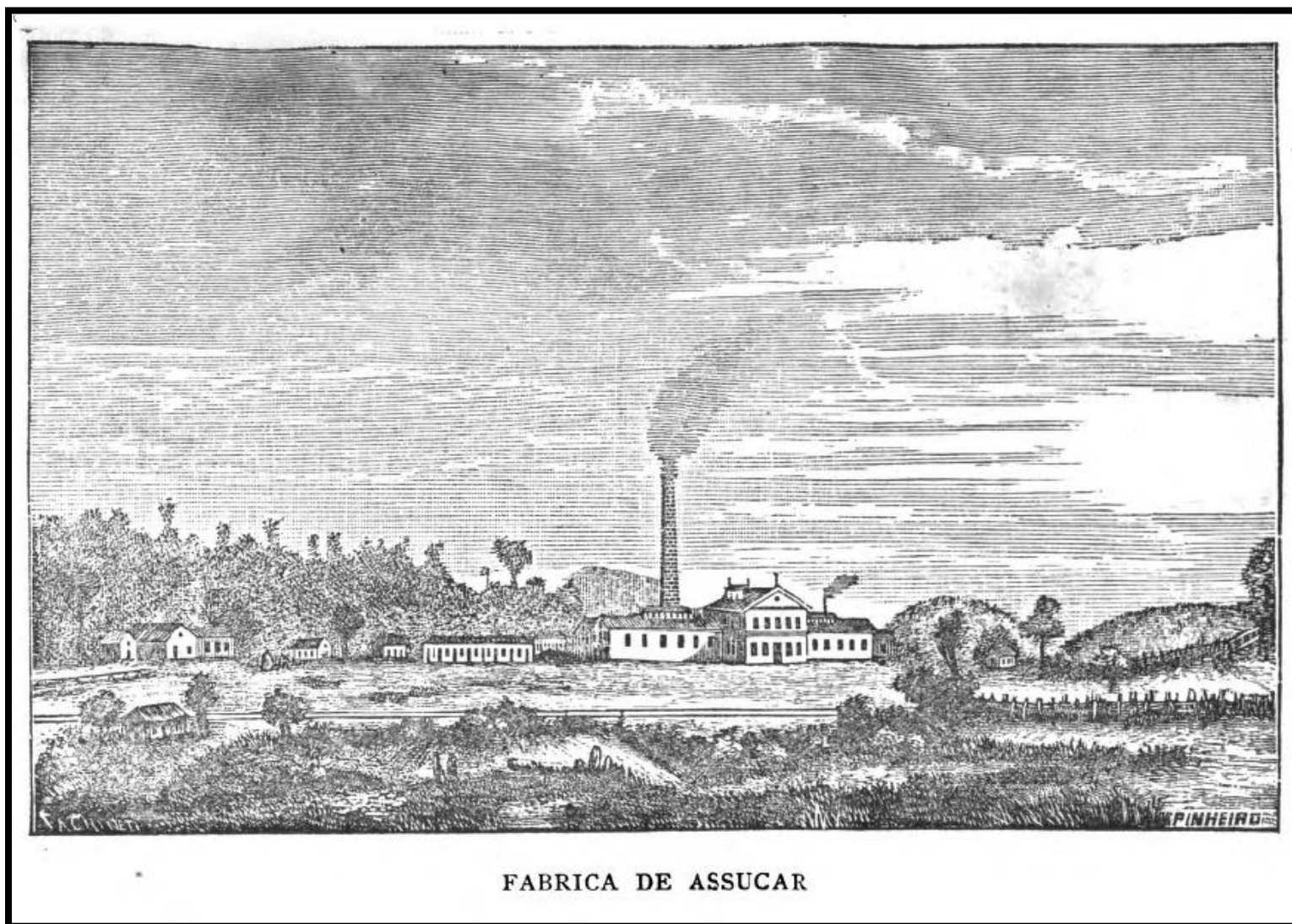


Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil**. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893). Niterói: Pinheiro e Cia. 1893, p. 13.

3. Colheita da Cana



4. Fábrica de Açúcar



Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil**. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893). Niterói: Pinheiro e Cia. 1893, p. 25.

5. Fazenda de café

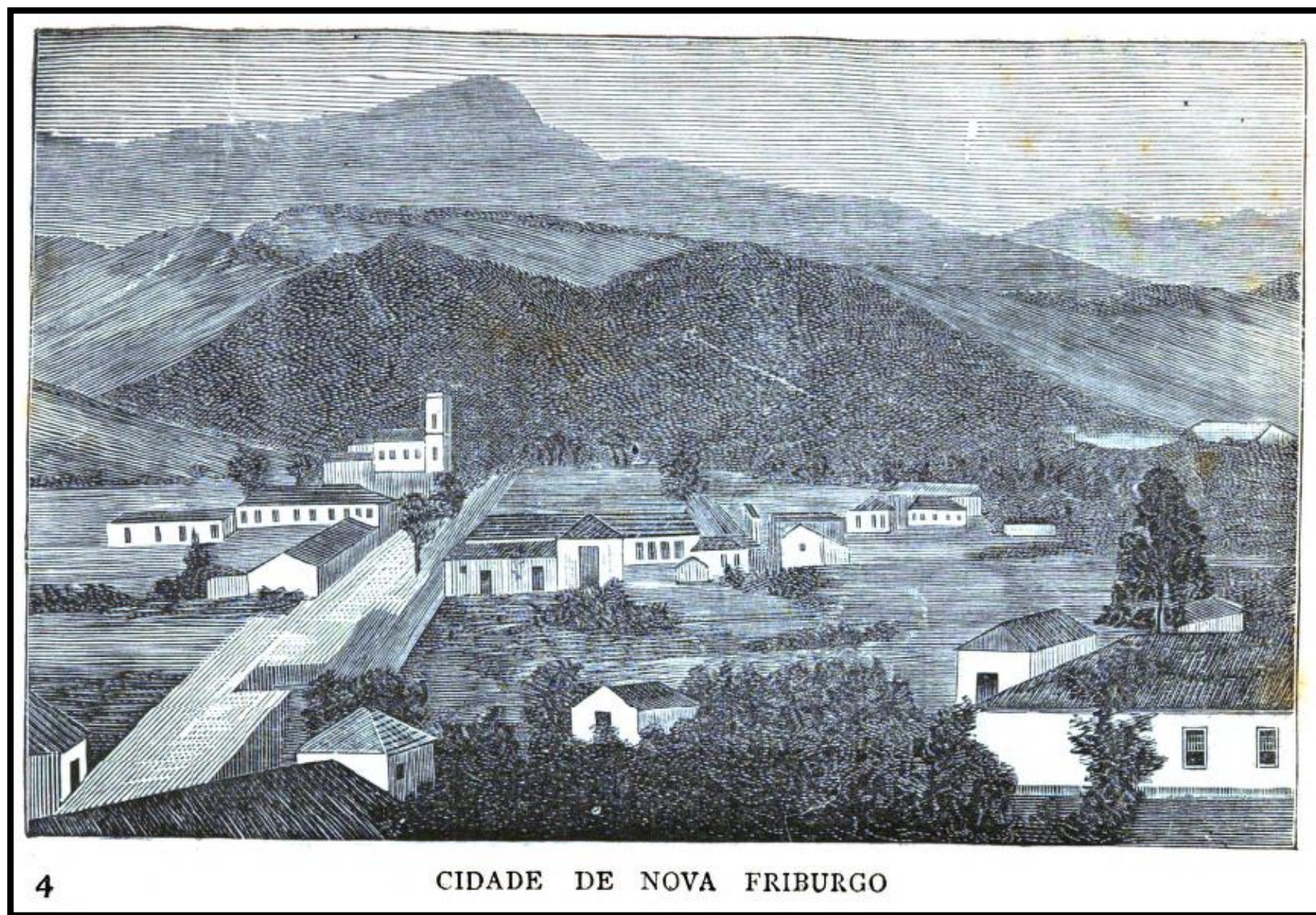


Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil**. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893). Niterói: Pinheiro e Cia. 1893, p. 25.

6. Fazenda café, uva, leite no Itatiaia



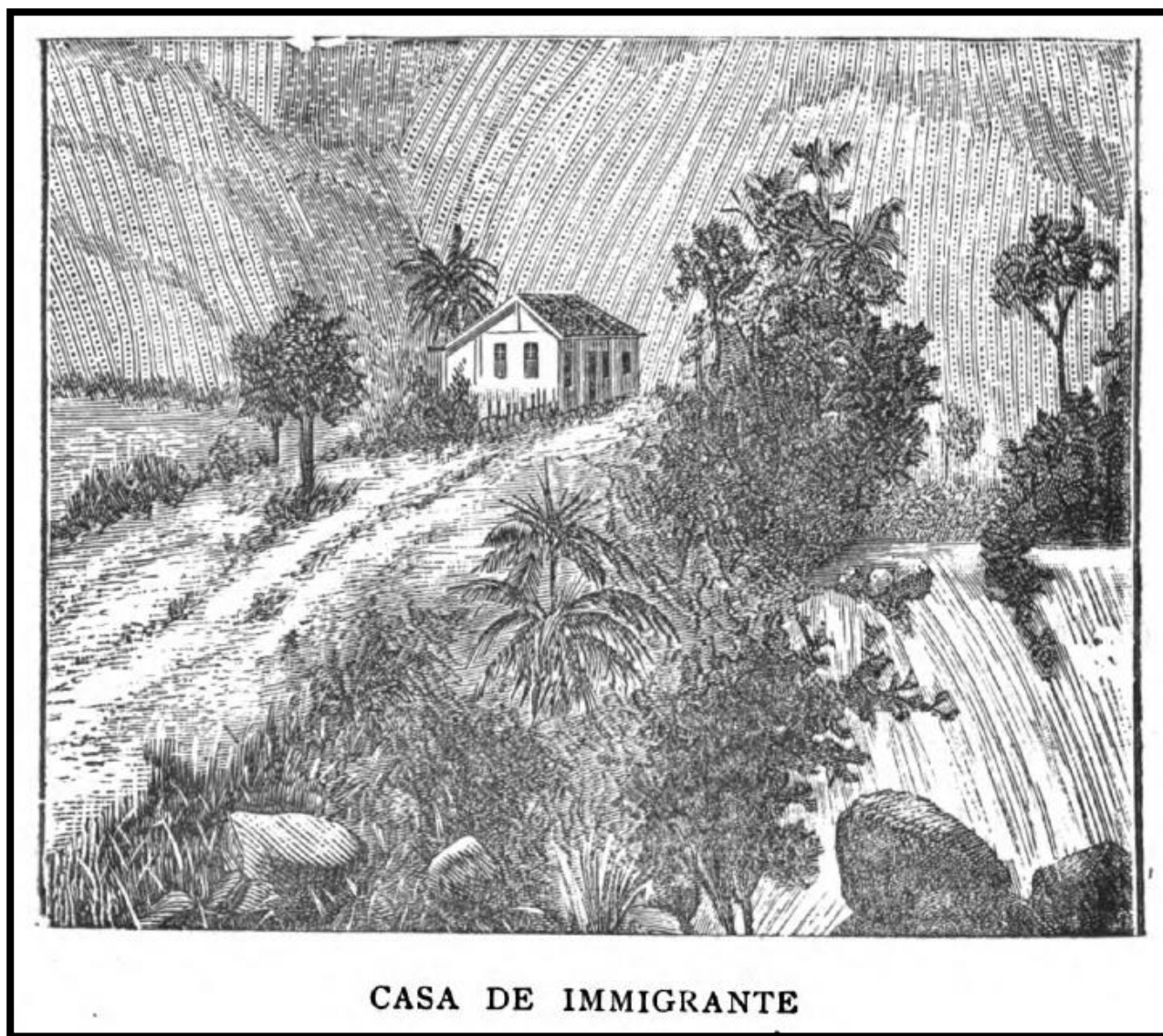
7. Cidade de Nova Friburgo



4

CIDADE DE NOVA FRIBURGO

8. Casa de imigrante



Fonte: FERREIRA, Felix. **Brazil**. O estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893). Niterói: Pinheiro e Cia. 1893, p. 51.

Anexo B. Exportação de café, açúcar e algodão entre 1864-1874, conforme *Indicações Agrícolas* (1875)

Quadro das quantidades e valores dos nossos mais importantes productos agricolas, —café, assucar e algodão— exportados durante o decennio de 1864 à 1874.

EXERCICIOS	CAFÉ			ASSUCAR			ALGODÃO		
	QUANTIDADES	VALORES	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADES	VALORES	PREÇO MÉDIO	QUANTIDADES	VALORES	PREÇO MÉDIO
	Kilogr.	Réis		Kilogr.	Réis		Kilogr.	Réis	
1864—1865	162.084.000	64.144:555\$	\$396	107.616.289	16.282:694\$	\$151	25.358.264	31.558:636\$	1\$245
1865—1866	149.595.285	61.156:054\$	\$408	131.458.293	19.231:940\$	\$146	42.636.144	46.817:408\$	1\$100
1866—1867	189.386.282	69.742:573\$	\$368	117.704.813	12.674:427\$	\$107	37.728.862	23.741:598\$	\$629
1867—1868	213.646.938	83.610:731\$	\$391	129.091.985	22.806:316\$	\$176	47.669.584	32.270:530\$	\$677
1868—1869	228.041.051	90.517:828\$	\$397	130.065.935	28.046:572\$	\$215	41.404.470	36.488:401\$	\$881
1869—1870	186.602.219	77.094:020\$	\$413	138.118.260	29.264:604\$	\$211	43.024.035	44.033:960\$	1\$023
1870—1871	125.834.488	82.715:048\$	\$650	116.983.303	17.857:135\$	\$152	46.519.446	23.930:298\$	\$514
1871—1872	136.976.271	70.222:419\$	\$312	172.526.730	27.923:148\$	\$161	88.543.317	46.645:600\$	\$558
1872—1873	209.772.653	115.285:466\$	\$549	183.984.224	27.725:672\$	\$151	44.618.060	26.824:278\$	\$601
1873—1874	168.385.451	110.172:535\$	\$654	154.815.149	17.758:557\$	\$114	54.474.126	23.631:498\$	\$434

Anexo C. Índices dos Guias para Emigrantes

A elaboração dos índices foi orientada por dois fatores: elementos tipográficos (fonte, estilo e tamanho) e tema tratado, quando a tipografia do manual não foi capaz de fornecer, sozinha, dados suficientemente claros. Os índices foram organizados em três colunas: *Capítulo* (numeração), *Título* (tema)¹ e *Página*. Mais importante do que a forma como os capítulos foram enumerados, é a fácil localização dos assuntos discutidos pelos guias. Dos onze materiais, apenas três possuem uma tabela de conteúdo (também presentes abaixo), portanto, anexamos os índices elaborados para nosso banco de dados com objetivo de facilitar futuras consultas a esses guias para emigrantes.

1. Indicações agrícolas (1875)

Capítulo	Título	Página
—	Nota	02
Parte I	Brasil	03
1	Considerações Gerais	03
2	Regulamento para as colônias do Estado	17
—	Tabela exportação de café, açúcar e algodão (1864-1874)	31
—	Tabela principais produtos exportados (1871-1874)	32
—	Quadro estradas de ferro do Brasil	33
Parte II	As províncias	34
3	Amazonas	37
4	Pará	40
5	Maranhão	44
6	Piauí	49
7	Ceará	52
8	Rio-Grande do Norte	56
9	Paraíba do Norte	58
10	Pernambuco	59
11	Alagoas	62
12	Sergipe	64
13	Bahia	67
14	Espírito Santo	73
15	Rio de Janeiro	76
16	São Paulo	81
17	Paraná	91
18	Santa Catarina	100
19	Rio Grande do Sul	104
20	Minas Gerais	111
21	Goiás	117
22	Mato Grosso	120
23	Observações finais	123

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **Indicações Agrícolas** (1875).

¹ Apesar dos manuais não apresentarem a tabela de conteúdo, eles fornecem títulos para suas passagens, portanto utilizamos esses mesmos títulos. A exceção fica por conta do GRJ-1893, que, por diversas vezes, apenas coloca um travessão “—” entre os temas, nesse caso, fomos responsáveis por atribuir os títulos, sempre de maneira clara para sua fácil localização. Aqui optamos por fazer a atualização ortográfica.

2. *Província do Paraná. Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes*
(1875)

INDICE.			
	Paginas.		Paginas.
Situação e Limites	5	Pinho brasileiro (Araucaria)	66
Superfície	6	Portos	70
População	7	Marés e Ventos	70
Capacidade para Immigração	7	Navegação	71
Topographia	9	Portos de mar auxiliares e fluviales	72
Montanhas	10	Pharões e Pharoteles	73
Rios — Paraná —	11	Caminhos de ferro	74
Cataracta do Guayra	13	Marinha a Curitiba	74
Enchentes do Paraná	17	De Paraná a Matto Grosso	75
Navegação do Paraná	18	Do Rio Negro	78
Futuro do Rio Paraná	18	Do Valle da Ribeira	78
Rio Iguaçu	19	Do Valle do Iguaçu	79
Rio Tibagy e Paranapanema	21	Do Valle do Tibagy	80
Ivahy	21	Do Valle do Piquiry	80
Piquiry	22	Telegraphos	81
Clima	23	Estradas de rodagem	82
Temperatura	28	Divisão Administrativa	83
Salubridade	31	Cidades principaes	84
Reino Mineral	33	Curitiba	84
Diamante, Ouro e Prata	33	Paranaguá, Antonina, Morretes e	
Mercurio, Cobre, Chumbo e Ferro	34	Ponta-Grossa	85
Carvão de Pedra e Petroleo	34	Castro e Guarapuava	86
Argila, Marmores, Calcareaes e Alun.	35	Instrucção superior	87
Granito, Gres e Sal-Gemma	35	Imprensa	87
Agua Mineral	36	Coluinia	88
Reino Vegetal	37	Colonia Assunguy	89
Plantas Medicinaes	41	Colouias Thereza e Supersguy	90
Reino Animal	41	Colonias Argelina, S. Venancio, }	
Peixes	42	Abranches e Alessandra }	91
Apicultura	43	Colonias Euphrasina e Santa Candida	92
Sericultura	43	Indios ou Aborigenes	93
Agricultura	44	Commercio	93
Trigo, Batatas, Inhames e Carás	45	Exportação	93
Tayoba	46	Importação	97
Milho	46	Pesos e Medidas	99
Feijões	47	Moedas brasileiras	102
Vinha	47	Conversão de moedas	103
Arroz	48	Vendas de Terras Publicas	104
Mandioca	48	Salarios	107
Café	49	Vantagens que gozam os Estrangeiros	
Canna de Assucar	56	no Brazil	107
Algodão	57	Favores aos Immigrantes	109
Fumo	61	Naturalisação	112
Industria Pastoril	63	Contractos de Emigrantes	115
Industria Extractiva	64	Industrias para os Emigrantes	117
Herva-mate	64	Resumo da Constituição do Imperio	124

Fonte: PARANÁ. **Província do Paraná: Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes.** Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

3. *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* (1884)

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
	Nota	02	5.3.1	Colônia Blumenau	23
1	Resumo dos favores concedidos pelo Brasil	03	5.3.2	Colônia Itajaí	24
2	Inspetoria Geral das Terras e Colonização	05	5.3.3	Colônia Dna. Francisca	25
3	Estabelecimento Ilha das Flores	10	5.3.4	Colônia Azambuja	26
4	Imigrantes que não aceitam hospedagem na Ilha das flores	13	5.3.5	Colônia Angelina	27
5	Notícias sobre algumas povoações coloniais	14	5.3.6	Colônia Grão Pará	27
5.1	Província do Espírito Santo	16	5.4	Província do Rio Grande do Sul	28
5.1.1	Colônia Rio Novo	16	5.4.1	Colônia Silveira Martins	28
5.1.2	Colônia Castello	16	5.4.2	Colônia Caxias	29
5.1.3	Santa Izabel	17	5.4.3	Colônias Conde d'Eu e Dna. Isabel	29
5.1.4	Santa Leopoldina	18	5.4.4	Outros núcleos	32
5.2	Província do Paraná	18	6	Serviço de imigração nas províncias	33
5.2.1	Colônia Assunguy	19	6.1	Lei n. 29 de 28 de março de 1884	34
5.2.2	Colônia Argelina	19	7	Império do Brasil	40
5.2.3	Colônia Thomaz Coelho	20	7.1	Posição	40
5.2.4	Colônia D. Augusto	20	7.2	Superfície	40
5.2.5	Colônia Rivierre	20	7.3	Limites	40
5.2.6	Colônia Orleans	20	7.4	Aspecto geral	40
5.2.7	Colônia Santo Ignácio	20	7.5	Climas	40
5.2.8	Colônia Lamenha	21	7.6	População	41
5.2.9	Colônia Sta. Cândida	21	7.7	Governo	41
5.2.10	Colônias Abranches e Pilarzinho	21	7.8	Divisão Administrativa	41
5.2.11	Colônia Muricy	21	7.9	Religião	41
5.2.12	Colônia Antônio Rebouças	21	7.10	Direitos dos Brasileiros	42
5.2.13	Colônia Novo Tyrol	21	7.11	Produção Agrícola	42
5.2.14	Colônia Alfredo Chaves	22	8	Tabela comparativa entre moedas	47
5.2.15	Colônia Inspetor Carvalho	22	9	Artigos da Constituição do Império que interessam à imigração	49
5.2.16	Colônia Senador Dantas	22	9.1	Leis sobre a naturalização	52
5.2.17	Colônias D. Pedro e S. Venâncio	22	10	Regulamento aduaneiro sobre bagagens de imigrantes	54
5.3	Província de Santa Catarina	23	11	Estradas de Ferro do Brasil	59

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **Guia do Emigrante** (1884).

4. *A Província de S. Paulo. Emigrante, lede este folheto antes de partir (1886)*

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
Parte I	Brasil	3	14	Agricultura	36
1	Situação, superfície, população	3	14.1	Fertilidade do solo	36
Parte II	São Paulo	4	15	Gado	38
2	Situação, superfície, população	4	16	Naturalização	39
3	Organização política	5	17	Sociedade Promotora de Imigração	40
4	Estações, tempo diurno, clima e topografia	6	18	Movimento imigratório	41
4.1	Estações e tempo diurno	6	18.1	Núcleos coloniais	43
4.2	Clima	7	19	Como devem vir os emigrantes para S. Paulo	46
4.3	Topografia	11	19.1	Preços de passagens de emigrantes	47
5	Capital de S. Paulo, Cidades	12	19.2	Bagagens de emigrantes	47
5.1	Cidades	14	19.3	Mercadorias livres de direito pela tarifa e isenta do expediente de 5%	48
6	Língua	17	20	Auxílio aos imigrantes	49
7	Religião	17	20.1	Pagamento aos imigrantes	51
8	Instrução Pública	18	20.2	Perspectiva econômica do imigrante	51
9	Costumes	18	20.2.1	Em núcleos coloniais	51
10	Jornais	19	20.2.2	Em propriedades particulares	52
11	Bancos	19	20.2.3	Por sua conta própria	55
12	Meios de Comunicação	20	20.3	Conselho aos imigrantes	55
12.1	Estradas de ferro	20	21	Procura atual de imigrantes	56
12.2	Navegação fluvial	26	22	Preço dos salários na província de S. Paulo	56
12.3	Navegação costeira	27	22.1	Preços médios de alguns artigos de consumo	57
12.4	Navegação atlântica	27	23	Desenvolvimento da província de S. Paulo	58
12.5	Movimento marítimo	27	23.1	Renda Provincial	58
12.6	Correio	31	23.1.1	Como cresce a renda provincial	58
12.7	Telégrafo	32	23.1.2	Produção do café na província de S. Paulo	60
13	Pesos e medidas	33	24	Informações mais detalhadas	63
13.1	Sistema monetário do Brasil	34	25	Em uma palavra	63

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **A província de S. Paulo** (1886).

5. *Brazil. La provincia di Rio de Janeiro. Emigrazione* [1887]

Capítulo	Título	Tradução ²	Página	Capítulo	Título	Tradução	Página
1	Brasile	Brasil	01	2.5	Lagune	Lagoas	03
1.1	Posizione, superficie e popolazione	Posição, superfície e população	01	2.6	Popolazione	População	03
1.2	Aspetto generale	Aspectos gerais	01	2.7	Estensione relativa	Extensão relativa	03
1.3	Divisione del territorio	Divisão do território	01	2.8	Pubblica Istruzione	Instrução pública	03
1.4	Climatologia	Clima	01	2.9	Biblioteche	Biblioteca	04
1.5	Venti	Ventos	01	2.10	Telegrafi	Telégrafo	04
1.6	Piogge	Chuvas	01	2.11	Poste	Iluminação	04
1.7	Religione	Religião	01	2.12	Banchi	Bancos	04
1.8	Lingua	Língua	01	2.13	Industria	Indústria	04
1.9	Sistema monetario del Brasile	Sistema monetário do Brasil	01	2.14	Ingegni centrali	Engenho Central	04
1.10	Stranieri	Estrangeiro	02	2.15	Esposizioni	Exposição [Internacional]	04
1.11	Naturalizzazione	Naturalização	02	2.16	Caffè	Café	04
1.12	Diritti de' Brasiliani	Direitos dos Brasileiros	02	2.17	Zucchero	Cana-de-açúcar	05
1.13	Libertà individuale	Liberdade Individual	02	2.18	Navigazione interna	Navegação interna	05
1.14	Libertà di pensiero	Liberdade de pensamento	02	2.19	Fabbriche di flatura e tessitura del cotone	Fábricas de algodão e tecelagem	05
1.15	Libertà di coscienza	Liberdade de consciência	02	2.20	Fabbriche diverse	Fábricas diversas	05
1.16	Libertà di viaggiare e di residenza	Liberdade de viajar e de residência	02	2.21	Importanza della provincia di Rio Janeiro	Importância da província do Rio de Janeiro	05
1.17	Libertà d'industria	Liberdade de indústria	02	2.22	Culture	Culturas	05
1.18	Diritto di sicurezza	Direito de segurança	02	2.23	Allevamento	Criação [de animais]	05
1.19	Diritto di proprietà in generale	Direito à propriedade em geral	02	2.24	Produzione	Produção	06
1.20	Diritto d'uguaglianza	Direito de igualdade	03	2.25	Prodotti principali	Principais artigos	06

² Tradução própria.

1.21	Diritto di proprietà delle invenzioni	Direito à propriedade de invenções	03	2.26	Principali città, villagi e Municipi	Principais cidades, vilas e Município Neutro	06
1.22	Segreto delle lettere	Segredo de correspondência	03	3	Ausilio Agli Immigranti	Ajuda aos imigrantes	07
1.23	Non v'è pena di morte per delitti politici	Não há pena de morte para crimes políticos	03	3.1	Come devono venire gl'immigranti a Rio Janeiro	Como os imigrantes devem vir para o Rio de Janeiro	07
2	Provincia di Rio Janeiro	Província do Rio de Janeiro	03	3.2	Albergo dell'Isola das Flores	Hospedaria da Ilha das Flores	07
2.1	Amministrazione della provincia	Administração da província	03	3.3	Ausilio del Governo Imperiale	Ajuda do Governo Imperial	07
2.2	Descrizione fisica della provincia di Rio Janeiro	Descrição física da província do Rio de Janeiro	03	3.4	Bagaglio degl'immigranti	Bagagem do Imigrante	08
2.3	Porti	Portos	03	3.5	Oggetti liberi da diritto per la tariffa ed esenti dallo spediente di 5%	Itens livres de direito pela tarifa e isentos do expediente de 5%	08
2.4	Fiumi	Rios	03	3.6	Dati statistici	Dados estatísticos	08

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **Emigrazione** [1887].

6. *A Província do Maranhão: guia do imigrante (1888)*

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
Parte I	Brasil	03	12	Companhia de vapores	12
1	Situação. Superfície. População	03	13	Água e gás	12
2	Religião	03	14	Companhia de seguros	13
3	Língua	04	15	Empresas diversas	13
4	Divisão administrativa	04	16	Companhias em projeto	13
Parte II	Província do Maranhão	04	17	Correio e telégrafo	14
5	Situação. Superfície. População. Aspectos físicos. Clima. Produção	04	18	Lavoura	14
5.1	Superfície	04	19	Comércio	15
5.2	Posição	04	20	Capital	15
5.3	População	05	20.1	Posição. População. Importância	15
5.4	Aspecto físico	05	21	Cidades e vilas mais notáveis	16
5.5	Clima	05	22	Rios	18
5.5.1	Tabela médias mensais condições meteorológicas S. Luís	06	23	Meios de comunicação	19
5.5.2	Quadro mortalidade S. Luís (1886)	07	23.1	Mapa das embarcações que entraram e saíram do porto de S. Luiz, 1886 (Tabela)	20
5.6	Produção natural	08	24	Pesos e medidas	20
6	Organização Política, Administrativa, Judiciária e Eclesiástica	09	24.1	Sistema monetário do Brasil	21
7	Instrução Pública	10	25	Naturalização	22
8	Jornais	10	26	Imigração	23
9	Bibliotecas	11	27	Perspectiva econômica do imigrante	27
10	Hospitais	11	28	Conselho aos imigrantes	28
11	Bancos	11	29	Mapa topográfico	29

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **A província do Maranhão (1888)**.

7. *Guide de L'Émigrant au Brésil* (1889)

TABLE DES MATIERES

I. — Pourquoi on émigre	7
II. — Pourquoi il faut aller au Brésil	15
III. — Condition légale des Étrangers au Brésil	23
IV. — Avantages généraux accordés aux immigrants par le gouvernement du Brésil	29
V. — Avantages spéciaux accordés aux immigrants par diverses provinces du Brésil	33
VI. — Comment doivent se placer les immigrants lors de leur arrivée	43
VII. — Les vingt provinces du Brésil et le municipo neutre	51
VIII. — Renseignements utiles	159
IX. — Bureaux de renseignements à l'usage des émigrants	171

Fonte: NERY, F. J. De Santa-Anna. *Guide de L'Émigrant au Brésil*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

7.1 Tradução índice *Guide de L'Émigrant au Brésil* (1889)

Capítulo	Título	Página
I	Por que nós emigramos?	7
II	Por que você tem que ir ao Brasil?	15
III	Condição legal dos estrangeiros no Brasil	23
IV	Vantagens gerais concedidas aos imigrantes pelo governo do Brasil	29
V	Vantagens especiais concedidas aos imigrantes por várias províncias	33
VI	Como os imigrantes devem ser assentados depois da chegada?	43
VII	As vinte províncias do Brasil e o Município Neutro	51
VIII	Informações úteis	159
IX	Escritório de informações para os emigrantes	171

Fonte: NERY, F. J. De Santa-Anna. **Guide de L'Émigrant au Brésil**. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.
Tradução Própria.

8. *Brazil. O Estado do Rio de Janeiro, informações para o emigrante (1893)*

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
1	Os Estados Unidos do Brasil	03	3.18	Macaé	42
1.1	Fatores técnicos: localização, extensão, topografia, hidrografia		3.19	Magé	43
1.2	Reino mineral	06	3.20	Mangaratiba	43
1.3	Flora	08	3.21	Maricá	43
–	Imagem 1: Cidade de Petrópolis	09	3.22	Monte Verde	43
1.4	Fauna	11	3.23	Niterói	43
1.5	Breve história e Sistema administrativo	12	3.24	Nova Friburgo	44
–	Imagem 2: Serra dos Órgãos	13	3.25	Paraíba do Sul	44
1.6	Direitos	16	3.26	Parati	44
–	Imagem 3: Colheita da Cana-de-açúcar	17	–	Imagem 6: Fazenda de café, uva e leite	45
1.7	Sistema monetário	18	3.27	Petrópolis	46
2	O Estado do Rio de Janeiro	19	3.28	Pirahy	46
2.1	Fatores técnicos: localização, extensão, topografia	19	3.29	Rezende	46
2.2	Montanhas e rios	19	3.30	Rio Bonito	47
2.3	Reino Mineral	21	3.31	Rio Claro	47
2.4	Breve história e Sistema administrativo	22	3.32	Macacu	47
–	Imagem 4: Fábrica de açúcar	25	3.33	Madalena	47
2.5	Finanças do estado do Rio de Janeiro	26	3.34	Sta. Thereza	47
2.6	Comércio	30	3.35	S. Fidélis	47
2.7	Indústria	31	3.36	S. Francisco de Paula	47
–	Imagem: Colheita do café	33	3.37	S. Gonçalo	47
2.8	Agricultura	34	3.38	S. João da Barra	48
2.8.1	Pequena lavoura	35	3.39	S. João Marcos	48
–	Imagem 5: Fazenda de café	38	3.40	S. Pedro da Aldêa	48
3	Breve Notícia dos municípios	39	3.41	S. Sebastião do Alto	48
3.1	Angra dos Reis	39	3.42	Sto. Antônio de Padua	48
3.2	Araruama	39	3.43	Sapucaia	48
3.3	Barra Mansa	39	3.44	Squarema	48

3.4	Barra do Pirahy	39	–	Imagem 7: Cidade de Nova Friburgo	49
3.5	Barra de S. João	40	3.45	Sumidouro	50
3.6	Bom Jardim	40	3.46	Teresópolis	50
3.7	Cabo Frio	40	3.47	Valença	50
3.8	Campos	40	3.48	Vassouras	50
3.9	Cantagalo	41	–	Imagem 8: Casa de imigrante	51
3.10	Capivary	41	4	Viação férrea do estado do Rio de Janeiro	52
3.11	Carimo	41	5	Vantagens e obrigações dos emigrantes	59
3.12	Duas Barras	41	5.1	Favores concedidos	59
3.13	Iguassu	41	5.2	Hospedarias	59
3.14	Itaborahy	41	5.3	Colonização	60
3.15	Itaguahy	42	5.3.1	Criação de núcleos coloniais e pagamento de lotes	61
3.16	Itaocara	42	6	Atenção (Nota final)	62
3.17	Itaperuna	42			

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **O estado do Rio de Janeiro** (1897).

9. *Guia do Emigrante Portuguez para o estado de Minas Geraes (1894)*

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
Nota	Aos leitores	s.p.	7.11	Porcos	16
1	Brasil: Informações gerais	05	7.12	Bois	16
2	O estado de Minas Gerais	08	7.13	Galinhas	16
3	Clima	09	7.14	Batata	16
4	Terrenos	09	7.15	Mandioca	16
5	Estradas	10	7.16	Arroz	17
6	Instrução pública	13	7.17	Algodão	17
7	Indústrias e Agricultura	14	7.18	Linho	17
7.1	Minas de ouro	14	7.19	Vinho	17
7.2	Ferro	14	7.20	Frutas	17
7.3	Mármore	14	7.21	Sementes	18
7.4	Fábricas de tecido	14	7.22	Roupas	18
7.5	Fábricas de telhas, tijolos e cal	14	8	Prêmios	18
7.6	Engenhos de açúcar	14	9	Conselho aos emigrantes	23
7.7	Café	15	10	Lei nº 32 de julho de 1892	26
7.8	Milho	15	11	Excertos Regulamento decreto nº 612	28
7.9	Feijão	15	12	Considerações finais	31
7.10	Leite de vaca	16	–	Mapa viação férrea: em tráfego, em construção e em estudo da Zona do Sul e Oeste de Minas, ligando a SP e Goiás.	s.p.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **Guia do emigrante portuguez** (1894).

10. *Brazil. O Estado da Bahia. Notícias para o emigrante (1897)*

Capítulo	Título	Página	Capítulo	Título	Página
Parte I	Brasil	01	17	Pesos e medidas	18
1	Fatores técnicos: Posição geográfica, dimensões, população e clima	01	18	Receita do Estado	18
Parte II	O Estado da Bahia	02	18.1	Renda do Município	19
2	Fatores técnicos: posição geográfica, superfície e população	02	19	Agricultura	19
3	Capital do estado da Bahia	03	19.1	Cultura da cana-de-açúcar	19
4	Clima e salubridade	04	19.2	Cultura do café	20
5	Cidades, vilas e povoações importantes	07	19.3	Cultura do cacau	22
5.1	Santo Amaro	07	19.4	Cultura do algodoeiro	23
5.2	S. Francisco	07	19.5	Cultura do fumo	24
5.3	Cachoeira	07	19.6	Cultura da mandioca	26
5.4	S. Feliz	07	19.7	Cultura do milho	27
5.5	Maragogipe	07	19.8	Cultura do feijão	27
5.6	Nazareth	07	19.9	Arroz	28
5.7	Itaparica	07	19.10	Batata	28
5.8	Jaguaribe	08	—	Tabela: Comparação dos preços de artigos entre Europa e Bahia	30
5.9	Valença	08	—	Tabela: Produção e renda principais culturas da Bahia	31
5.10	Camamú	08	19.11	Horticultura	32
5.11	Ilhéus	08	20	Riqueza florestal	33
5.12	Canavieiras	08	21	Criação animal	34
5.13	Porto Seguro	08	22	Pesca	36
5.14	Una	08	23	Minerais	36
5.15	Prado	08	23.1	Ouro	36
5.16	Caravelas	08	23.2	Prata	37
6	Rios	09	23.3	Cobre, chumbo, ferro	37
7	Costa e portos	10	23.4	Carvão de pedra	38
8	Navegação interna e costeira	11	23.5	Turfa, petróleo, napa	38
9	Navegação transatlântica	13	23.6	Salitre, sal comum	38

10	Correios	14	23.7	Cal, mármore, caulim	39
11	Telégrafos	14	23.8	Mercúrio	39
12	Estradas de ferro	15	23.9	Diamante	39
13	Bancos	17	24	Indústrias fabris	41
14	Jornais	17	25	Preço das terras	42
15	Idioma	18	26	Salário das profissões mais comuns na Bahia	42
16	Religião	18	27	Considerações finais	43

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **O estado da Bahia** (1897).

11. *O estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante (1897)*

INDICE	
Advertencias do Autor	pag. 7
O Brazil	9
Governo	13
O Estado do Rio	19
Estações e clima	26
Reino animal, vegetal e mineral	28
Governo e administração do Estado	33
População	45
Cidades	48
Meios de communicação	55
Moedas, pesos e medidas	74
Industrias	76
Agricultura	80
Criação	93
Immigração	95
Commercio exterior	97
Finanças	100
Instrucção publica	108
Beneficencia	112
Extracto do Regulamento da lei sobre immigração e colonização	115

Fonte: ZETTIRY, Arrigo de. **O estado do Rio de Janeiro (Brazil): manual do emigrante**, com gravuras e mappa geographico. Roma: Typographia da Unione cooperativa Editrice, 1897.

Anexo D. Províncias em *Indicações Agrícolas* (1875)

Como expressado no capítulo 3, pôde-se verificar que a exposição das províncias em *Indicações* segue um *modus operandi*. A tabela abaixo expressa esse padrão e condensa algumas informações que consideramos significativas. A ordem das províncias foi mantida conforme no opúsculo.

Província	P.	População livre	População escrava	Extensão (Km²)	Clima	Solo	Principais artigos exportados	Culturas ³	Criação
Amazonas	37	56.631	1.183	2.87.960	Quente e úmido.	Pouco montanhoso. Coberto por florestas e cortado por rios.	Cacau, goma elástica, piaçaba, castanha, cravo, pimenta, frutos e bálsamos variados.	Salsaparrilha, mandiocas, milhos, cacau, maçaranduba.	Gado <i>vacum</i> , mas sem sistema.
Pará	40	232.622	19.729	1.742.000	Quente com abundantes chuvas.	Sem informação.	Goma elástica, castanhas, couros.	Salsaparrilha, goma elástica, seringueira, cacau, guaraná, urucu, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, arroz, milho, araruta, carnaúba, café.	Ilha de Marajó: +200 fazendas de criação de gado.
Maranhão	44	209.162	74.939	696.960	Quente e úmido.	Desigual: montanhoso no interior e planícies no litoral	Aguardente, algodão, açúcar, café, castanhas, crina, couro, goma elástica, madeira.	Algodão, carnaúba, cacau, caju, baunilha, goma elástica, salsaparrilha, urucu, plantas medicinais.	1.450 fazendas de gado <i>vacum</i> .
Piauí	49	178.427	25.333	456.380	Quente e úmido. Salubre.	Montanhoso ao sul e ao leste. Norte extensas planícies, baixas e onduladas.	Algodão, açúcar, couro.	Algodão, cana, milho, mandioca, arroz, fumo.	Gado <i>vacum</i> , mas sem sistema
Ceará	52	729.686	33.960	157.992	Quente e úmido. Sadio.	Vulcânico, calcário, aluvia. Seco e montanhoso. Sertão baixo e alagado.	Aguardente, algodão, açúcar, café, crina, couro, goma elástica.	Cana-de-açúcar, mandioca, legumes, café (em progresso, com dificuldades).	Industria pastoril apontada como a atividade predominante na província
Rio Grande do Norte	56	220.959	13.484	87.120	Quente e seco. Salubre.	Desigual: cortado por pequenas montanhas e alguns rios.	Algodão, açúcar, couro, cabelo e crina, carnaúba, pau-brasil.	Milho, mandioca, arroz, legumes, cana-de-açúcar e algodão.	Exportação de gado muar e gado <i>vacum</i> .
Paraíba do Norte	58	341.643	27.245	111.256	Quente.	Montanhoso e seco, cortado por rios.	Algodão, açúcar, madeira.	Frutos, cana-de-açúcar, mandioca, fumo, arroz.	Sem informação.
Pernambuco	59	841.539	92.855	184.592	Quente e seco nos sertões.	Ondulado, baixo e coberto por extensas matas. Cortado por	Aguardente, algodão, açúcar, café, couros, fumo, goma elástica; madeira.	Cana-de-açúcar, algodão, milho, madeiras, plantas	Praticamente inexistente.

³ O impresso lista uma vasta quantidade de produtos cultivados para cada província, sem, necessariamente, indicar uma ordem de importância.

					Quente e úmido à beira-mar.	pequenas montanhas e rios.		medicinais, frutos, fumo, vegetais.	
Alagoas	62	312.268	35.741	88.644	Quente e úmido. Saudável.	Plano, cortado por algumas serras e rios.	Algodão, açúcar, couros, madeiras.	Algodão, cana-de-açúcar, fumo, mamona; mandioca, milho, arroz.	Sem informação.
Sergipe	64	161.307	21.495	59.242	Quente e úmido.	Desigual: baixo, montanhoso, planícies. Cortado por rios e florestas ao oriente.	Aguardente, algodão, açúcar; café, couros.	Mandioca, cereais, fumo, algodão, cana-de-açúcar.	Aponta que a indústria pastoril é produtiva, sem detalhes.
Bahia	67	1.120.846	162.295	646.256	Quente e úmido no litoral. Seco no Recôncavo. Quente e seco no Sertão.	Montanhoso ao sul. Litoral baixo e coberto por matas. Interior formado por chapadas.	Aguardente, algodão, açúcar, café, couros, fumo, goma elástica, madeira.	Cereais, mandioca, cana-de-açúcar, algodão, fumo, café, cacau, plantas medicinais, frutos.	Sem informação.
Espírito Santo	73	82.137	22.738	67.954	Úmido e temperado. Saudável.	Ondulado com muitos rios.	Algodão, paina, milho, feijão, arroz, farinha, mamona, goma elástica, aguardente, madeiras.	Algodão, fumo, café, mandioca, poaia, cacau, arroz.	Aponta que a criação de bicho-da-seda poderia animar a indústria da sericultura na província.
Rio de Janeiro	76	682.883	352.004	105.938	Temperado e sadio.	Desigual: baixo, elevado, alagadiço, montanhoso.	Aguardente, algodão, açúcar, café, crina, couros, fumo, goma elástica, mate, lã, madeira.	Café, cana-de-açúcar, fumo, cereais diversos, algodão, mandioca, plantas medicinais.	Sem informação.
São Paulo	81	837.354	169.964	440.827	Temperado e saudável.	Pouco montanhoso. Cortado por rios. Fértil.	Café, algodão, fumo, mel de fumo, toucinho, açúcar, mate, arroz, milho, feijão, farinha, aguardente, vinho, ovos, aves, frutas, cigarros.	Algodão, café, cana-de-açúcar, trigo, linho, fumo, vinha, cereais.	Criação em grande escala de gados <i>vacum</i> , suíno e muar.
Paraná	91	64.810	8.506	335.412	Quente e úmido no litoral. “Agradável” na serra e acima.	Vastas campinas. Cortado por rios e coberto por florestas em alguns pontos.	Açúcar, fumo, mate, madeira.	Trigo, cana-de-açúcar, arroz, batata, chá, café, fumo, algodão, milho, baunilha.	Criação de gado nos prados de Campos Gerais.
Santa Catarina	100	144.818	10.551	112.385	Ameno	Desigual: montanhoso, cortado por riachos.	Aguardente, açúcar, café, mate, madeira.	Mandioca, café, algodão, milho, linho, plantas medicinais.	Criação de gado <i>vacum</i> e <i>ovelhum</i> .

Rio Grande do Sul	104	189.490	35.188	358.499	Temperado e sadio. Gelado.	Montanhoso, com exceção do norte e centro com vastas campinas. Cortado por rios.	Aguardente, açúcar, charque, crina, couros, mate, fumo, lã, madeira.	Arroz, cevada, trigo, milho, linho, vinha.	Criação de abelhas, aves e de gado. Sendo o gado <i>vacum</i> o principal ramo da indústria.
Minas Gerais	111	2.009.023	235.115	871.200	Saudável. Em alguns lugares frígido.	Excessivamente montanhoso. Cortado por rios.	Gado <i>vacum</i> , suíno, carneiros, toucinho, fumo, queijos.	Café, algodão, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, milho, baunilha, mamona.	Criação de gado <i>vacum</i> .
Goiás	117	149.743	10.996	1.132.560	Quente e seco, exceto nas florestas.	Férteis.	Fumo, gado <i>vacum</i> , égua, couros.	Arroz, cana-de-açúcar, algodão, milho, mandioca, fumo.	Sem informações.
Mato Grosso	120	60.417	7.064	2.090.880	Variável.	Terreno elevado acima do nível do mar. Montanhoso. Coberto por florestas.	Sem informações.	Cana-de-açúcar, fumo, algodão, trigo, legumes, cereais.	Sem informações.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **indicações Agrícolas** (1875).

Anexo E. Províncias em *Guide de L'Émigrant au Brésil* (1889)

A apresentação das províncias em *Guide de L'Émigrant* segue um padrão facilmente identificável, visto que o manual muda a fonte para itálico a cada tema que se inicia. A tabela abaixo expressa esse padrão e condensa algumas informações que consideramos significativas. A ordem das províncias foi mantida conforme no opúsculo.

Província	P.	Fatores técnicos ⁴			Clima	Principais centros populacionais ⁵	Produção (agricultura e animais)	Meios de comunicação	Condições para os imigrantes
		Localização	Extensão (Km²)	População					
Alagoas	52	Situada na costa brasileira, no meio da costa marítima do Império.	58.491	400.000	Costa: quente e úmido. Interior: seco e saudável.	Capital Maceió, com importante porto marítimo e Alagoas, antiga capital.	Cana-de-açúcar, algodão, tabaco, mandioca. Criação de gado.	88 quilômetros de ferrovias e diversos vapores.	Não possui serviço de imigração organizado.
Amazonas	55		1.897.020	150.000	Apresenta escritos de viajantes defendendo a salubridade da região. Realiza comparação entre taxas de mortalidade entre Manaus e Paris.	Manaus, devido sua localização e seu porto comercial.	Cacau, borracha, madeira, guaraná. Criação de gado.	Não há ferrovias. Destaque para a rede fluvial.	Não possui serviço de imigração organizado.
Bahia	66	Está localizada quase no meio da costa do Brasil.	426.427	1.500.000	Variado. Quente e seco no interior. Temperado nas terras altas. Geralmente saudável.	Salvador, antiga capital do Império. Sede do arcebispado e da Faculdade de Medicina, alta taxa populacional, importante porto marítimo.	Principal: cana. Também, gêneros de primeira necessidade, além de café e tabaco.	Variadas ferrovias mais rede fluvial.	Oferece favores e vantagens especiais.

⁴ As colunas *Localização*, *Extensão* e *População* são apresentadas em um único tópico no texto do guia. Entendemos esses assuntos como o tema fixo “fatores técnicos”, portanto, optamos por essa diagramação, colocando cada tópico em uma coluna, para uma melhor visualização e entendimento.

⁵ Evidentemente não iremos elencar todas as cidades, apenas as que mais chamaram nossa atenção.

Ceará	72	Localizada no norte do Brasil	104.250-158.000	1.000.000	Quente e úmido na costa. Quente e seco no interior. Agradável nas montanhas.	Capital Fortaleza, importante porto. Aracaty, cidade industriosa.	Algodão, café, cana-de-açúcar. Criação de gado.	Linhas de navegação. Duas ferrovias administradas pelo Estado.	Não possui tópico ⁶ .
Espírito Santo	77	A província do Espírito Santo está localizada entre 18°5' e 21°28' de latitude norte. S. e 43°50 e 42°5	44.839	120.000	Calor alto no litoral. Clima ameno e temperado no interior. Salubre em todos os lugares.	Vitória, capital.	Café, cana-de-açúcar.	Variadas ferrovias mais rede fluvial.	Oferece favores e vantagens especiais.
Goiás	80	É uma província central. Isto é, não está localizada na costa brasileira.	747.311	200.000	Em geral seco e salgado.	Goiás, capital.	Videira, tabaco. Criação de gado.	Ferrovia em construção. Possível navegação por barcos a vapor.	Não possui serviço de imigração organizado
Maranhão	85	Localizada no Norte do Brasil.	459.884	450.000-500.000	Morno. Considerado muito saudável, com exceção às margens de córregos.	São Luiz, capital, importante porto marítimo.	Açúcar, café, algodão e cacau	Linhas a vapor. Não menciona ferrovias.	Não possui serviço de imigração organizado
Mato Grosso	88	Província central.	1.379.651	90.000-100.000	Quente e úmido nas terras baixas. Temperado nas terras altas. Salubre.	Corubá, importante centro comercial.	Cana-de-açúcar, algodão, tabaco, cereais.	Apenas uma linha de barcos a vapor.	Não possui serviço de imigração organizado
Minas Gerais	91	Localizada no sul do	574.855	2.500.000	Temperado nas planícies e	Menciona ser a província mais populosa	Algodão e vinha. Criação de gado.	Considerando ser uma	Oferece favores e

⁶ Essa província não possui o tópico “*condições aos imigrantes*”, o que é reflexo de uma política imigratória inexistente para a região. Em *Clima*, o guia já afirma que essa província provavelmente não atrairia imigrantes: “Depuis 1710, la province de Ceará a été flagellée seize fois par la sécheresse, qui parfois se prolonge pendant 3 ou 4 ans, apportant la famine et les maladies. Aussi cette province ne doit-elle pas attirer les immigrants: seuls les commerçants peuvent y aller faire fructifier-leurs capitaux”. “Desde 1710, a província do Ceará foi flagelada dezesseis vezes pela seca, que às vezes continua por 3 ou 4 anos, trazendo fome e doenças. Portanto esta província não deve atrair imigrantes: apenas os comerciantes podem ir para fazer crescer seu capital”. SANTANNA-NERY. *Guide de l’émigrant*..., op. cit., p. 74. Tradução própria. Grifo no original.

		Brasil, na parte mais temperada.			relativamente frio nas montanhas.	do Brasil com muitos importantes centros populacionais, como Juiz de Fora, sede da Hospedaria e de caráter industrial.		província central, as ferrovias são o principal meio de transporte e abundantes.	vantagens especiais.
Pará	96	Ocupa a parte norte do Brasil, e parte do seu território está abaixo do equador.	1.150.000	275.000	Considerando a localização ao Norte, há uma grande preocupação em afirmar a salubridade do clima. Utiliza relatos de viajantes afirmando ser o clima "agradável e salubre".	Belém, capital. Guama, terras férteis.	Apresenta inúmeros itens de exportação da província, porém os principais são a borracha, o cacau e castanhas.	Uma ferrovia de 61 Kms de extensão e numerosos meios de comunicação por água.	Aponta que o serviço de imigração estava em andamento para poder oferecer favores e vantagens.
Paraíba do Norte	111	Localizada no norte do Brasil.	74.731	450.000	Quente e seco. Saudável.	Paraíba, capital, cidade comercial. Areia, ponto agrícola e ensaiando a pecuária.	Café e cana-de-açúcar.	Barcos a vapor e uma linha férrea de 121 Kms de extensão	Não possui serviço de imigração organizado
Paraná	113	Localizada no sul do Brasil, na região temperada e favorável aos europeus.	221.329	200.000-250.000	Temperado, favorável ao europeu.	Cita a existência de 20 centros coloniais.	Produção vasta e diversificada. Produto principal o mate. Zona marítima: cana-de-açúcar e mandioca. Zona montanhosa: café. Planalto: trigos, centeios, aveia. Zona Central: tabaco, milho e algodão.	Uma ferrovia de 889 metros. Navegação a vapor. Estradas de chão de terra.	Oferece favores e vantagens especiais.
Pernambuco	117	Situada na costa norte do Brasil.	128.395	1.000.000	Quente e úmido na zona marítima. Seguro e saudável na zona montanhosa.	Recife, pelo porto de primeira ordem. Cabo, comércio marítimo. Goiana, vida comercial e industrial.	Açúcar e derivados, algodão.	Importante porto, diversas linhas de navegação e	Serviço em andamento com concessão de de 1 mil

								várias ferrovias.	contos de réis para organização.
Piauí	121	Localizada no Norte do Brasil.	301.797	250.000	Variado: quente e úmido; quente e seco. Considerado salubre.	Theresina, capital, cidade comercial.	Província agropecuária. Existência de mais de 20 fazendas	Não há ferrovias. Rede fluvial "admirável".	Não possui serviço de imigração organizado.
Rio de Janeiro (Província)	122	Localizada no Sul do Império.	68.984	1.200.000	Quente e húmido ao Sul. Temperado e saudável ao Norte.	Cita 32 cidades. Destacamos: Campos, tido como “a primeira e mais importante cidade da província” com seu importante centro agrícola. Cantagalo, centro do café. Petrópolis, definida como a “Versalhes do Brasil”, importante pelo clima, pelas indústrias e pelo status de residência de verão do imperador.	Não apresenta tópico.	Além das vias marítimas, apresenta variadas estradas de ferro.	Oferece favores e vantagens especiais.
Rio de Janeiro (Município Neutro)	135	—	1.394 ⁷	480.000-800.000 ⁸	Temperatura agradável durante o inverno. Calor mais sensível entre outubro e janeiro.	—	—	Bondes e trem, “numerosos e baratos”.	—
Rio Grande do Norte	142	Localizada no Norte do Brasil.	57.485	300.000	Quente. Saudável.	Natal, devido à localização. Sem maiores informações.	Principais: açúcar e algodão. Secundários: mandioca, milho, feijão. Também possui gado.	Navegação a vapor. Uma linha de ferro de 121 Kms de extensão.	Não possui serviço de imigração organizado

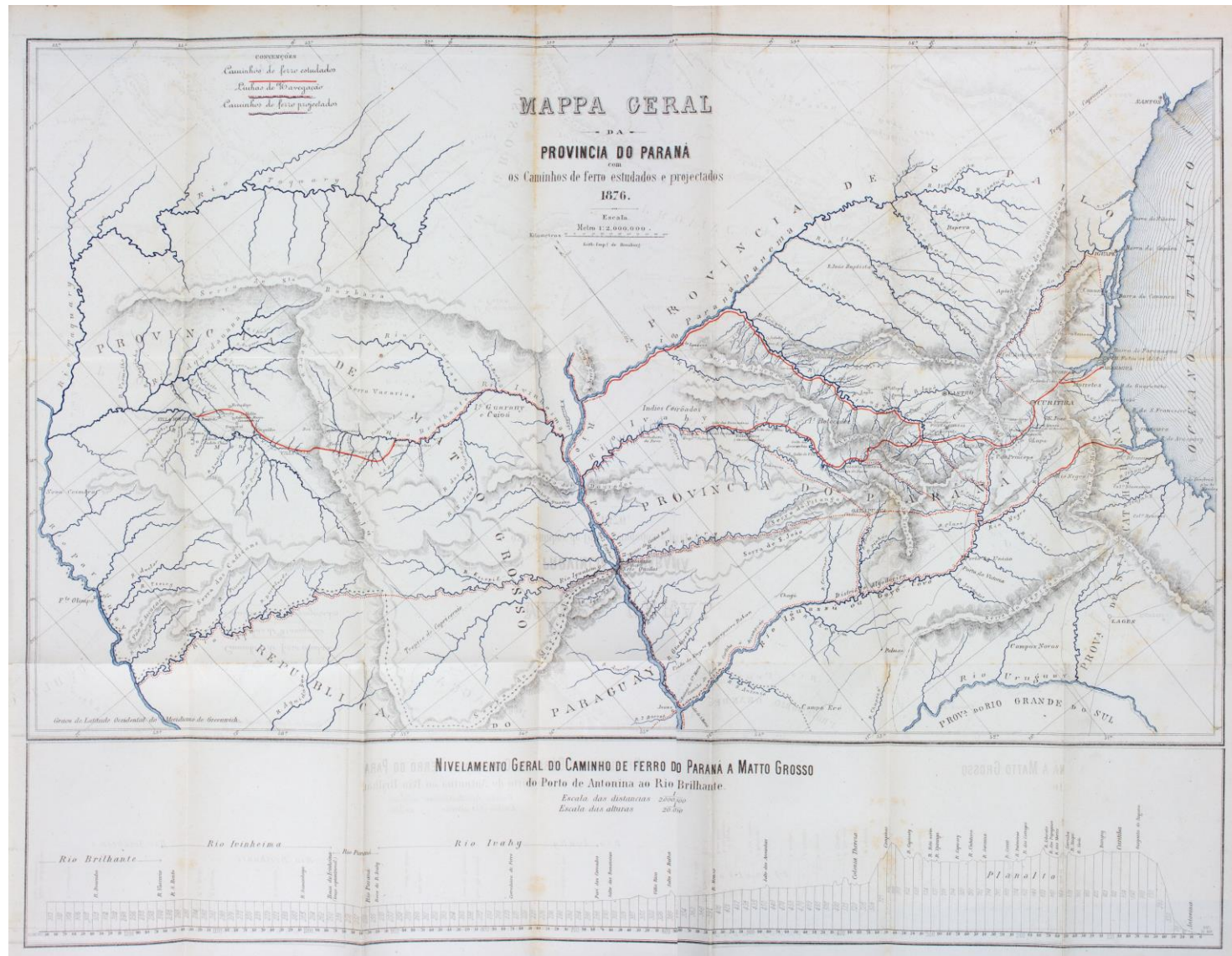
⁷ Extensão apenas continental, com as ilhas o valor sobe para 22.000 Km². SANTANNA-NERY. **Guide de l'Émigrant...**, op. cit., p. 136.

⁸ Essa grande diferença se deve à população não contabilizada dos “subúrbios”, segundo o guia. SANTANNA-NERY. **Guide de l'Émigrant...**, op. cit., p. 136.

Rio Grande do Sul	144	Localizada no extremo Sul do Império, na zona mais temperada.	236.553	950.000	“Admirável”. Destaca seu clima ameno e as condições favoráveis para imigrantes dos países temperados e frios da Europa.	Porto Alegre, capital. Alegrete, centro de produção pecuária. Destaca o alto número de núcleos coloniais.	Variedade em artigos agrícolas, destaque para culturas europeias, como videiras e trigo. Gado principal atividade financeira da província.	Presença de várias ferrovias.	Oferece favores e vantagens especiais.
Santa Catarina	148	Localizada no Sul do Império, na zona mais temperada.	74.156	220.000-250.000	Ameno e temperado. Destaca a salubridade.	Blumenau e Joinville, antigas colônias que se tornaram prósperas cidades. Itajaí, com importante porto. Lages, excelente para criação de gado. Destaca o alto número de núcleos coloniais.	Diversificada. Algodão, cana-de-açúcar, tabaco, feijão ervilha, batata, mandioca, vegetais. Nas terras altas trigo, cevada, linho e aveia. Bicho da seda.	Ferrovia D. Theresa-Cristina de 111 Kms. Outras em estudo.	Oferece favores e vantagens especiais.
São Paulo	151	Localizada no Sul do Brasil.	312.283	1.500.000	Costa mais quente que o interior. Informa que a mortalidade de SP é menor do que qualquer país europeu.	Lista 13 cidades e outros 9 núcleos coloniais. Destacamos: São Paulo, capital, importante centro comercial, com alto número de habitantes. Santos, pelo porto. Campinas, importante centro agrícola. Ribeirão Preto, pela fertilidade do solo.	Café.	Numerosas linhas de ferro, além de navegação fluvial.	Oferece favores e vantagens especiais.
Sergipe	157	Localizada no Norte do Brasil	39.090	220.000	Quente. Saudável, com exceção das partes baixas e pantanosas da costas e às margens dos rios.	Aracaju, capital. Boa localização.	Café, açúcar e algodão.	“Insuficientes”.	Não possui serviço de imigração organizado

Fonte: Elaboração própria a partir das informações presentes em **Guide de l'Émigrant** (1889).

Anexo F. Mapa presente no guia do Paraná (1875)



Fonte: **Provincia do Paraná.** Dados estatísticos e esclarecimentos para os emigrantes. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875.

Anexo G. Mapa presente no guia de São Paulo (1886)



Fonte: A Província de S. Paulo no Brazil. Emigrante, lede este folheto antes de partir. São Paulo, 1886.